UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E CULTURA

CÍNTIA PAULA ANDRADE DE CARVALHO

RASURAS DA NAÇÃO: NOVAS REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS NA FICÇÃO DA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

Salvador
2016

CÍNTIA PAULA ANDRADE DE CARVALHO

RASURAS DA NAÇÃO: NOVAS REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS NA FICÇÃO DA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia – UFBA, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Literatura e Cultura.

Orientador: Profª Drª Nancy Rita Ferreira Vieira

Salvador
2016

FICHA CATALOGRÁFICA

CÍNTIA PAULA ANDRADE DE CARVALHO

RASURAS DA NAÇÃO:
NOVAS REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS NA FICÇÃO DA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Aprovada em _____ de _____ de 2016.

_____
Profª Drª Nancy Rita Ferreira Vieira – UFBA
Doutora em Letras, Universidade Federal da Bahia
Presidente – Orientadora

_____
Prof. Dr. Aleilton Santana da Fonseca – UEFS
Doutor em Literatura Brasileira, Universidade de São Paulo

_____
Profª Drª Ana Rosa Neves Ramos – UFBA
Doutora em Literatura Comparada, Université Sorbonne-Nouvelle, Paris III, França

_____
Profª Drª Eneida Leal Cunha – PUC-Rio
Doutora em Letras, PUC-Rio

_____
Profª Drª Rachel Esteves Lima – UFBA
Doutora em Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais

À minha preciosa família, fonte de incentivo e amor:
pais, Vilma e José Nan;
irmãs, Alexsandra e Luziane;
e sobrinhos, Gabriel e Rafael.

AGRADECIMENTOS

À professora Nancy Rita Ferreira Vieira, pela orientação continuamente segura e incentivadora, assim como pelas criteriosas e importantes sugestões.

Aos professores Aleilton Santana da Fonseca, Ana Rosa Neves Ramos, Eneida Leal Cunha e Raquel Esteves Lima, por aceitarem participar das bancas examinadoras e pelas relevantes contribuições.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, pelas enriquecedoras aulas e pela fértil convivência.

Aos funcionários da Secretaria do PPG/Literatura e Cultura, pela solicitude e paciência.

Aos colegas da Universidade Federal da Bahia, pelo intenso intercâmbio intelectual e caloroso convívio.

À minha amiga Ana Paula Andrade Souza, pelo incentivo e inestimável acolhida nas constantes viagens à capital.

Aos colegas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, pelo apoio e amizade.

¿Qué cosa es en fin la Historia? ¿Una fila de cartapacios ordenados más o menos cronológicamente? [...] Los impulsos, los motivos, las secretas percepciones que instan (hacen) a un hombre no aparecen, no pueden aparecer recogidos por la Historia.

Reynaldo Arenas

El arte rescata la verdad de las mentiras de la historia.

Carlos Fuentes

[...] cabe investigar o que se chama de "espaço-nação" como uma forma limiar de representação social, internamente marcada pela diferença cultural que assinala o estabelecimento de novas possibilidades de sentido e novas estratégias de significação. É o que ocorre, por exemplo, com a emergência e a afirmação do discurso das minorias – mulheres, negros, homossexuais –, que introduzem processos de negociação por meio dos quais nenhuma autoridade discursiva pode ser estabelecida sem revelar sua própria identidade.

Wander Melo Miranda

RESUMO

O estudo, ao analisar narrativas contemporâneas de ficção histórica que revistam a temática da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), evento, outrora, prioritariamente interpretado sob a ótica das lealdades nacionais, comprova a hipótese de que as obras que compõem o *corpus* – *O livro da Guerra Grande* (2002), de autoria do paraguaio Augusto Roa Bastos, do uruguaio Omar Prego Gadea, do brasileiro Eric Nepomuceno e do argentino Alejandro Maciel, *Cunhataí: um romance da Guerra do Paraguai* (2003), de Maria Filomena Bouissou Lepeeki, e *O rastro do jaguar* (2009a), de Murilo Carvalho – rasuram o ideário de nação como uma "comunidade imaginada" (ANDERSON, 2008) homogênea. As narrativas assinalam as fragilidades do caráter uniformizador sobre o qual se assentam as identidades nacionais e refletem as tensões entre as diferenças culturais internas às nações e, ao mesmo tempo, semelhanças externas ao estado nacional. O trabalho, fundamentado nos princípios teóricos voltados para a relação Literatura e História e dos Estudos Culturais, aponta as estratégias estéticas acionadas nas narrativas, que tanto sugerem a redefinição dos princípios e caracterizações que revestem a concepção de identidade nacional quanto do contexto no qual se concebe atualmente que esse mesmo construto simbólico encontra-se negociando sentidos e posicionamentos com outras categorias de pertencimento (etnia, gênero, regionalismo). As obras são atravessadas por um posicionamento crítico, ao acionar como força motriz uma ordem alternativa, seja intranacional, seja "inter-nacional" ou, ainda, supranacional. Colocada em prática essa perspectiva, em uma das obras, a identidade nacional negocia sentido com a identidade de gênero, nas outras duas, com identidades étnicas, seja sob o símbolo da latino-americanidade, seja sob a roupagem da identidade ameríndia.

Palavras-chave: Narrativa contemporânea. Ficção histórica. Identidade. Nação. Guerra da Tríplice Aliança.

ABSTRACT

The study vouches the hypothesis that the corpus composed by the works – *O livro da Guerra Grande* (2002) written by the Paraguayan Augusto Roa Bastos, Uruguayan Omar Prego Gadea, Brazilian Eric Nepomuceno and Argentinean Alejandro Maciel; *Cunhatai:* um romance da Guerra do Paraguai (2003) written by Maria Filomena Bouissou Lepecki and *O rastro do Jaguar* (2009a) written by Murilo Carvalho – erases the ideology of nation as a homogeneous "imagined community" (ANDERSON, 2008) when analyzing the contemporary historical fiction that's revisiting the thematic of the War of the Triple Alliance (1864 – 1870) event, once primarily interpreted from the perspective of national loyalties. The narratives in question indicate weaknesses of the unifying character on which settle national identities and reflect tensions between internal cultural differences of the nation and, at the same time, external similarities to the national state. The work, based on theoretical principles focused on the relationship among Literature, History and Cultural Studies, points out the aesthetics strategies put in motion in the narratives, suggesting both the redefinition of principles and characterization that embody the conception of national identity as well as the context currently conceived that this very same symbolic construct is negotiating senses and positions with other belonging categories (ethnicity, gender, regionalism). The works are touched lightly by a critical positioning when they use as a core power an alternative order, being intranational, "inter-national" or even "supranational. Putting this perspective into practice, in one of the works, the national identity negotiates with the gender identity and in the other two with the ethnical identity, being under the Latino-American symbol or under the Amerindian identity.

Key-words: Contemporary narrative. Historical fiction. Identity. Nation. War of the Triple Alliance.

RESUMEN

El estudio, al analisar narrativas contemporáneas de ficción histórica que revistan la temática de la Guerra de la Tríplice Alianza (1864 – 1870), hecho, otrora, interpretado desde la perspectiva de las lealtades nacionales, comprueba la hipótesis de que las obras que componen el *corpus- O livro da Guerra Grande* (2002), de autoría del paraguayo Augusto Roa Bastos, del uruguayo Omar Prego Gadea, del brasileño Eric Nepomuceno y del argentino Alejandro Maciel, *Cunhataí: um romance da Guerra do Paraguai* (2003), de Maria Filomena Bouissou Lepeeki, y *O rastro do jaguar* (2009a), de Murilo Carvalho – borram el ideario de nación como una "comunidad imaginada" (ANDERSON, 2008) homogénea. Las narrativas señalan las fragilidades del rasgo uniformizador sobre el cual se apoyan las identidades nacionales y reflejan, a la vez, las tensiones entre las diferencias culturales internas a las naciones y las similitudes externas al estado nacional. El trabajo, basado en los principios teóricos de los Estudios Culturales y dirigidos hacia la relación entre Literatura e Historia, enseña las estrategias estéticas accionadas en las narrativas que tanto evocan la redefinición de los principios y caracterizaciones que revisten la concepción de identidad nacional, como del contexto en el cual se concibe, actualmente, que ese mismo constructo simbólico negocia sentidos y posicionamientos con otras categorías de pertenecimiento (etnia, género, regionalismo). Las obras están atravesadas por un posicionamiento crítico al activar como fuerza motriz un orden alternativo, sea intranacional, sea "inter-nacional" o aún supranacional. Puesta en práctica esta perspectiva, en una da las obras, la identidad nacional negocia sentido con la identidad de género, en las demás, con identidades étnicas, sea bajo el símbolo de la latinoamericanidad, sea bajo el signo de la identidad amerindia.

Palabras-clave: Narrativa contemporánea. Ficción historica. Identidad. Nación. Guerra de la Tríplice Alianza.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 11

2 NAÇÃO, IDENTIDADE E LITERATURA 22

2.1 A (RE)INVENÇÃO DA NAÇÃO..... 23
2.2 O CAMPO MINADO DA IDENTIDADE NACIONAL..... 37
2.3 NAÇÕES DO PRATA: NASCIMENTO E BELIGERÂNCIA..... 44
2.4 A BATALHA EM PAPEL..... 57

3 A OUTRA NAÇÃO..... 66

3.1 FIGURAÇÕES DO ÍNDIO..... 69
3.2 ESCRITA E PROFETISMO..... 84
3.3 IDENTIDADES EM CALEIDOSCÓPIO..... 90
3.4 GRANDES E PEQUENAS GUERRAS..... 100
3.5 OUTRA GEOGRAFIA, OUTRA HISTÓRIA..... 112

4 ENTRE CANHÕES, SAIAS E UM ESPIÃO..... 125
4.1 AUTORIA FEMININA E NAÇÃO..... 127
4.2 A BRAVA "IMPEDIMENTA"..... 131
4.3 UM ESPIÃO COM DUPLA NACIONALIDADE..... 148
4.4 E QUANTO AOS NACIONALISMOS?..... 156

5 *LOS CONJURADOS*: UNIDOS PELA LATINO-AMERICANIDADE 172

5.1 A ESCRITA A OITO MÃOS E OUTROS PROCEDIMENTOS..... 174
5.2 REPENSANDO A HISTÓRIA..... 186
5.3 *LA INTEGRACIÓN REGIONAL*..... 195
5.3.1 A construção da ideia de latino-americanidade..... 196
5.3.2 ***Proyecto de ingeniería identitária supranacional***..... 209

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS – RASURAS DA NAÇÃO..... 219

REFERÊNCIAS..... 235

1 INTRODUÇÃO

Muitos eventos bélicos da modernidade surgiram em decorrência de disputas entre Estados-nações e, dessa forma, não é surpresa que grande parte dos discursos histórico e literário produzidos desde então tenha se preocupado em interpretar os conflitos sob a ótica da nacionalidade. Não foi diferente com a Guerra da Tríplice Aliança[1], que eclodiu em 1864, prolongando-se a 1870.

Várias são as obras historiográficas e literárias que revisitam o episódio, a partir de uma perspectiva nacionalista. No caso brasileiro, há a famosa narrativa memorialista *A retirada da Laguna* (1997), de Alfredo d'Escragnolle Taunay (1843-1890), o Visconde de Taunay[2]. Conforme Olga Maria Castrillon-Mendes, no livro *Taunay viajante: construção imagética de Mato Grosso* (2013), o conjunto da obra do escritor brasileiro apresenta-se como um projeto de identidade nacional.

No entanto, nas últimas décadas, quando se observa o aparecimento de abordagens que problematizam o traçado das fronteiras[3] nacionais, sugerindo uma configuração de novos contornos, a partir da eleição de outros aspectos de identificação e representação dos povos que habitam esse território, manifestam-se releituras da referida campanha sob outros ângulos. No tocante às narrativas de ficção que implementam uma releitura da Guerra da Tríplice Aliança, surgem projetos literários que, debruçados na afirmação de uma suposta latino-americanidade – ou apenas uma identificação ameríndia – entre os países envolvidos na campanha, questionam não apenas as razões do conflito como também põem em xeque a concepção de nação, identidade nacional, fronteiras nacionais e termos correlatos. Neste painel, há lugar ainda para obras nas quais o procedimento de deslocamento que abala a força do projeto identitário da nacionalidade é implementado pelo enfoque de minorias

[1] Também chamada de Guerra Grande no Paraguai ou Grande Guerra.

[2] O engenheiro, militar, pintor e político carioca é também considerado o melhor realizador da prosa regionalista romântica. Em suas andanças por Mato Grosso, durante a Guerra de Tríplice Aliança, colhe experiências para compor suas obras. Ressalta-se nelas a capacidade do escritor de reproduzir com precisão aspectos visuais da paisagem sertaneja, especialmente da fauna e da flora da região. Em *Inocência* (1872), um de seus principais romances, constrói uma narrativa na qual contrapõe com equilíbrio vários aspectos: ficção e realidade, valores românticos e valores da realidade bruta do sertão, linguagem cultua e linguagem regional. Nesse sentido, quando o leitor oitocentista dos centros urbanos, principalmente do Rio de Janeiro, entra em contato com o romance, depara-se com um país completamente desconhecido, que ainda vivia segundo estruturas coloniais: um Brasil arcaico, rural, distante do cenário da corte.

[3] Seguindo a reflexão desenvolvida por Nubia Jacques Hanciau (2010b, p. 133-134), a concepção de fronteira é adotada na tese não apenas em seu sentido de encerramento de um marco físico – como o termo está sendo utilizado nessa passagem –, mas também como um conceito que "avança para os domínios da construção simbólica de pertencimento denominada identidade", reconfigurando-se como um "entre-lugar", uma dimensão permeável e flexível de movência.

marginalizadas pela historiografia acerca da guerra. Vale ressaltar que esse procedimento de escritura não postula a negação das formas de representação dos referenciais identitários de cada um desses países, mas, em certa medida, estremecimento e reformulação dessas.

Diante de tal perspectiva, a tese tem como propósito analisar como narrativas contemporâneas de ficção histórica, que tematizam a referida guerra, por intermédio da criação de um cenário heterogêneo e complexo de modos de representação, enunciação e negociação de identificações de fontes diversas (étnicas e de gênero), neutralizam o impacto do projeto identitário de nacionalidade dos países beligerantes, em especial, do projeto de identidade nacional brasileira. Ademais, o estudo dedica-se a assinalar possíveis relações entre uma escrita de neutralização do constructo referencial identitário nacional e os repertórios e estratégias de escrita dos projetos literários que comporem o *corpus* da pesquisa, que são: a obra coletiva *O livro da Guerra Grande* (2001; 2002)[4], de autoria do paraguaio Augusto Roa Bastos (1917-2005)[5], do uruguaio Omar Prego Gadea (1927-2014)[6], do brasileiro Eric Nepomuceno[7] e do argentino Alejandro Maciel[8]; *Cunhataí: um romance da Guerra do Paraguai* (2003), de Maria Filomena Bouissou Lepeeki[9]; e *O rastro do jaguar* (2009), de Murilo Carvalho[10]. Para efeito de estudo, recorre-se à análise de obras contemporâneas publicadas a partir do ano 2000.

O trabalho, fundamentado nos princípios teóricos voltados para a relação Literatura e História e dos Estudos Culturais[11], aponta as estratégias estéticas acionadas nas narrativas, que tanto sugerem a redefinição dos princípios e caracterizações que revestem a concepção de

---

[4] O livro foi lançado em 2001, em espanhol, como *Los conjurados del Quilombo del Gran Chaco.* A versão em português e aqui utilizada foi lançada em 2002.

[5] Com *Hijo de Hombre* (1970) iniciou trilogia sobre o monoteísmo do poder e que inclui também *Yo el Supremo* (1974), romance que conta a história de José Gaspar Rodríguez Francia, ditador no Paraguai durante 26 anos.

[6] Nascido em 1948, em São Paulo, publicou livros de contos e os romances *Último domicilio conocido* (1990), *Para sentencia* (1994), *Nunca segundas muertes* (1995) e *Delmira* (1996). Participou da obra coletiva *La muerte hace buena letra* (1990).

[7] Nascido em 1948, em São Paulo, é autor de *Quarenta dólares e outras histórias* (1987), *Hemingway na Espanha* (1991), *Coisas do mundo* (1994), *A palavra nunca* (1997), *Quarta-feira* (1998), *Contradanza y otras histórias* (1982), *Antes del invierno* (1984) e *O massacre* (2007). Traduziu obras de Gabriel García Márquez, Julio Cortázar e Jorge Luis Borges, entre outros.

[8] Nascido em 1947, fez outra coautoria com Roa Bastos em *La casa de La memoria*. Em *La salvación, después de Noé* (1990) aborda temas do judaísmo.

[9] Médica e escritora mato-grossense, decide escrever o romance depois de descobrir que seu tataravô era médico militar na época em que Cuiabá fora invadida pelos paraguaios e de participar da Expedição Militar, em 1999, que refez o trajeto das tropas brasileiras durante o conflito.

[10] Jornalista mineiro que há mais de vinte anos acompanha as experiências de grupos indígenas. Escreveu o romance, após quatro anos de pesquisas em Biblioteca do Exército dos países envolvidos na Guerra do Paraguai, em cartas do Solano López para o presidente da Argentina, documentos secretos da época da guerra em que se discutia tortura, etc.

[11] Moema Parente Augel (2007) destacca o objetivo dos Estudos Culturais em valorizar os discursos transgressores que buscam colocar em evidência histórias de discriminação, de reação e de afirmação identitária. Entre esses discursos se encontra a expressão literária.

identidade nacional quanto do contexto no qual se concebe atualmente que esse mesmo construto simbólico encontra-se negociando sentidos e posicionamentos com outras categorias de pertencimento (etnia, gênero, regionalismo). Nesse sentido, ao revisitar a temática da Guerra da Tríplice Aliança, evento, outrora, prioritariamente interpretado sob a ótica das lealdades nacionais, as obras contrariam o ideário de nação como uma "comunidade imaginada" (ANDERSON, 2008) homogênea e assinalam as fragilidades do caráter uniformizador sobre o qual se assentam as identidades nacionais. As narrativas sugerem, portanto, uma ordem político-cultural alternativa ou suplementar à nacional, seja na dimensão intranacional, seja "inter-nacional"[12] ou, ainda, supranacional.

Atentando para as características das obras, em termos de textualidades de ficção histórica, a análise apoia-se nos estudos críticos do uruguaio Fernando Aínsa (1991, 2003), Magdalena Perkowska (2008) e do norte-americano Seymour Menton (1993), acerca do que esse último chama de "novo romance histórico latino-americano". Cabe destacar o importante reforço com a atualização dessa abordagem implementada pelos estudiosos brasileiros Antônio Roberto Esteves (2010) e Marilene Weinhardt (2011). Ambos simpatizam mais com a denominação "ficção histórica" – que aqui, para efeitos de estudo, é utilizada –, uma vez que identificam a crescente produção de outras formas de narrativa voltadas ao cruzamento dos campos literário e histórico.

A respeito desse tipo de escritura literária, é importante mencionar o redimensionamento nos paradigmas do romance histórico clássico e que vem contribuindo para a revitalização do subgênero desde a segunda metade do século XX. Fredric Jameson (2007) e Perry Anderson (2007), em réplica a artigo daquele, reafirmam a vitalidade do romance histórico. A ficção histórica contemporânea vem privilegiando tanto a representação da temática identitária de minorias marginalizadas pela historiografia oficial quanto surpreendendo pelos novíssimos modos e estratégias de construção discursiva.

É certo que o romance histórico surge em meados do século XIX. Tem como propósito elevar determinados episódios e figuras da nação a fim de consolidar o discurso de formação das nações. O subgênero literário apresenta como característica fundamental a especificidade histórica do tempo da ação condicionado ao modo de ser e de agir das personagens.

[12] Expressão grafada tal como sugere Anderson da Mata (2012). É aqui utilizada para se referir às trocas e interseções entre as nações ou, ainda, para designar a situação na qual um indivíduo convive e se sente interpelado por expressões/marcas culturais de duas ou mais culturas nacionais, encontrando-se envolvido em uma flutuante relação de identificação com tais elementos.

De acordo com Antônio R. Esteves (2010), popularizado no Romantismo, com a investida do escocês Walter Scott, o romance histórico rapidamente se expande pelas literaturas ocidentais e, desde então, tem conquistado um número crescente de escritores e leitores. Neste tipo de narrativa, um dos princípios que lhe são atribuídos é a ocorrência da ação ocorra em um passado anterior ao presente do escritor. Outra característica é que geralmente os personagens históricos são relegados a pano de fundo, em um enredo quase sempre recheado por um episódio amoroso entre personagens inventados pelo autor (SOMMER, 2004).

Um século depois do surgimento do romance histórico, o húngaro George Lukács (2000; 2011) teoriza esse gênero literário, seguindo os princípios do marxismo. Chega a definir o romance moderno como uma espécie de epopeia da burguesia (ZILBERMAN, 2003). O pensador Mikhail Bakhtin, seu contemporâneo, contrapõe *epos* e romance e define este último como gênero híbrido, no qual duas vozes caminham juntas e lutam no território do discurso. Tem seus traços básicos na instabilidade, no não acabamento semântico e na luta com outros gêneros e consigo mesmo (ESTEVES, 2010).

Ángel Rama, também levantando algumas proposições acerca d“A formação do romance latino-americano” (2001, p. 41), em conferência proferida em 1974, destaca o caráter híbrido do gênero, ao qual define como “o peixe ensaboado da literatura”, diante da impossibilidade de detê-lo a adquirir novas formas. De suas baixas origens, segundo o crítico uruguaio, o romance sempre consegue extrair “sua capacidade de adaptação, de sobrevivência, de transformação” (RAMA, 2001, p. 41).

Na verdade, as mutações que o romance sofre significativamente, na primeira metade do século XX, em grande medida, estão relacionadas à sua natureza híbrida. Ao mesmo tempo, na contemporaneidade, contesta-se o fechamento em torno das chamadas obras modelares por estas excluírem a participação de vários segmentos da sociedade: as mulheres, os negros, os homossexuais, entre outros. De um modo geral, clama-se por uma abertura. O autor contemporâneo apresenta-se como uma espécie de criador de mundos, dentro dos quais ele estabelece as regras e as relações entre as partes que o compõem, sem se sujeitar ao palco da veracidade.

Magdalena Perkowska (2008) procura explicar que o novo romance histórico latino-americano participa da “negociação teórica” do pensamento latino-americano acerca da pós-modernidade:

> moldeado en una polémica entre propuestas teóricas locales y la teoría de la posmodedinad producida en los centros (Estados Unidos y Europa), es justamente uma *teoria híbrida*, de claro cuño pós-colonial, que aprovecha algunas de las categorías teórico-conceptuales del modelo, pero las replantea en confrontación con los códigos y situaciones determinados por la zona latinoamericana de experiência. (PERKOWSKA, 2008, p. 7651-7653)

Em *Historias híbridas* (2008), ao refletir acerca da noção de crise da história, uma das preocupações do novo romance histórico latino-americano, a pesquisadora revela que o subgênero "aprovecha su crisis [da história] para redefinir sus espacios y fronteras, sus sujetos y objetos, al igual que sus procedimientos discursivos" (PERKOWSKA, 2008, p. 7770). O subgênero literário constrói narrativas que tanto representam o conceito de ficção sobre a história quanto propostas para se pensar uma outra (nova) maneira de fazer história na América Latina.

Magdalena Perkowska acredita que, em uma postura oportunista, o pensamento regional latino-americano parece selecionar e utilizar das propostas eurocêntricas aquilo que serve a seus próprios projetos. Esta perspectiva, em consonância com o pensamento pós-colonial, serve para alimentar reflexões teóricas a respeito da história. A pesquisadora acrescenta a observação de que a história na América Latina ainda está em curso, algo por fazer-se, pois

> admitir la muerte de la historia como processo equivaldría a aceptar las carencias y convulsiones del presente como un estado permanente, o tener la inmovilidad desencantada de los espacios hegemónicos como la única opción para el futuro (PERKOWSKA, 2008, p. 7662).

Aceitar a morte da história seria o mesmo que condenar ao silêncio os grupos minoritários impedidos de falar até então. Por isso a autora explica que não se trata exatamente da morte da história, "sino de la muerte de *una* Historia o, más bien, de un modelo histórico" (PERKOWSKA, 2008, p. 7682). Concebe-se, então, esse modelo histórico como "proyecto omnicomprensivo y uniformador que universaliza y homogeneiza el passado en un sólo patrón interpretativo" (PERKOWSKA, 2008, p. 7679).

Ángel Rama também assinala mudanças no discurso ficcional sobre a história na literatura latino-americana. Essa produção literária estaria abandonando o modelo historicista romântico de reconstrução do passado para "edificar vastas estructuras interpretativas del largo tiempo latinoamericano e del largo espacio del continente" (RAMA, 1981 apud PERKOVSKA, 2008, p. 213). O crítico uruguaio reforça o argumento, afirmando que

> no radica en la recuperación del pasado sino el intento de otorgar sentido a la aventura del hombre americano mediante bruscos cortes del tiempo e del espacio que ligan analógicamente sucesos dispares, sociedades disímiles, estableciendo de hecho diagramas interpretativos de la historia (RAMA, 1981 *apud* PERKOVSKA, 2008, p. 213).

Embora o romance histórico tenha sido muito criticado e entrado em decadência no período de entreguerras na Europa, atualmente presencia-se sua retomada de fôlego e, em consequência, uma crescente circulação de obras dessa categoria. Com as transformações no cenário mundial e a descrença no discurso histórico, o gênero ressurge impregnado de novos traços. Conforme Rildo Cosson e Cíntia Schwantes (2005), a repaginação do romance histórico autoriza o reconhecimento de três modalidades distintas do subgênero literário, considerando a relação da literatura com a história como parâmetro de identificação.

A primeira categoria é o romance histórico tradicional ou clássico, sustentada na ideia de que a história é um cenário para o exercício da ficção. Nesse tipo de escrita, a relação entre literatura e história tem uma fronteira bem delimitada que não deve ser ultrapassada. O romancista não se considera um historiador e esse compreende o romance como uma fantasia criada a partir de fatos históricos.

No que diz respeito ao romance histórico do século XIX, produzido em solo latino-americano, Vera Lúcia Follain de Figueiredo (1997) argumenta que é comum à literatura de fundação da nacionalidade a adoção de procedimentos discursivos que, ao mesmo tempo em que buscam afastar os traumas da colonização, criam imagens de uma civilização apoiada nos moldes europeus. O propósito de construir uma narrativa que confira uma face homogênea à nação consubstancia-se mais a partir da memória do que do esquecimento, ou seja, confirmando certas lembranças e apagando os traços de outras.

Em vários países da América Latina, é possível identificar romances históricos tradicionais, que servem como texto de fundação das respectivas nações nas quais foram produzidos: *Amalia* (1851), do argentino José Mármol (1817-1871); *María* (1867), do colombiano Jorge Isaacs (1837-1895); *Enriquillo* (1882), do dominicano Manuel de Jesús Galván (1834-1910); entre outros (SOMMER, 2004)[13]. No contexto brasileiro, o escritor que mais se destaca por publicar romances históricos no século XIX é José de Alencar. Inspirando-se no escocês Sir Walter Scott (1771-1832)[14] e no norte-americano James

[13] A autora assinala a importância de *Facundo* (1845), do argentino Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), que embora não seja romance, mas a biografia do caudilho Facundo Quiroga (1788-1835), funciona como texto fundador da nação argentina.
[14] Advogado e pioneiro na escrita de romances históricos. Publicou *Ivanhóe* (1820) e muitos outros.

Fenimore Cooper (1789-1852)[15], o romancista cearense lança *O Guarani* (1857), *As minas de prata* (1862), *Iracema* (1865), *Guerra dos Mascates* (1871) e *Ubirajara* (1874).

Alguns romances publicados na segunda metade do século XX, influenciados por mudanças sociais e políticas que se espalham pelo mundo, surgem justamente para se contrapor à literatura produzida até então com o propósito de configurar nacionalidades emergentes. Trata-se do chamado romance histórico revisionista ou ficção historiográfica, comprometido em reescrever a história por meio da ficção, seja por buscar subverter as versões da história oficial, seja pela liberdade que apresenta para preencher as lacunas de documentação da pesquisa histórica. Nessa modalidade, segundo Cosson e Schwantes (2005, p.32), em virtude da confluência dos campos, "não há espaço para se discutir as diferenças ou as semelhanças entre a literatura e a história, uma vez que predomina o acordo tácito de equivalência na certeza do valor e da verdade de cada discurso".

O romance revisionista se propõe problematizar o campo da enunciação a partir de um discurso que relativiza as certezas universalizantes impostas pelo colonizador. A releitura faz parte de um processo de descolonização do pensamento. Trata-se de escrever "uma anti-história que denuncia as falácias da história eufórica dos vencedores" (FIGUEIREDO, 1997).

Em *Latin America's new historical novel* (1993), Seymour Menton (1927-2014) aponta o romance *El reino de este mundo* (1949), de Alejo Carpentier, como a primeira obra latino-americana pertencente ao subgênero. O romance narra a história da luta da independência do Haiti nos séculos XVIII e XIX. Menton atribui ao escritor e ensaísta cubano papel significativo no desenvolvimento desse tipo de escritura:

> Whether the actual year of birth of the New Historical Novel is designated as 1949 [ano de publicação de *El reino de este mundo*], 1974 [ano de publicação de *Yo el Supremo*, de Augusto Roa Bastos], 1975 [ano de publicação de *Terra nostra* de Carlos Fuentes], or 1979 [ano de publicação de *El arpa y la sombra* e auge do crescimento do subgênero], there is no question that is was primarily engendered by Carpentier with strong support from Jorge Luis Borges, Fuentes and Roa Bastos (MENTON, 1993, p. 54-55)[16].

De acordo com Menton (1993), o final da década de 1970 é o período de emergência do romance revisionista. Apesar de centralizar as análises em obras da literatura hispano-americana, o crítico literário não exclui o Brasil do fenômeno a que chama de "novo romance

[15] Entre suas obras mais famosas está o romance *O último dos moicanos* (1826).

[16] Se o ano real de nascimento do novo romance histórico é designado como 1949 [ano de publicação de *El reino de este mundo*], 1974 [ano de publicação de *Yo el Supremo*, de Augusto Roa Bastos], 1975 [ano de publicação de *Terra nostra*, de Carlos Fuentes] ou 1979 [ano de publicação de *El arpa y la sombra* e auge do crescimento do subgênero], não há dúvida de que foi engendrado principalmente por Carpentier com forte apoio de Jorge Luis Borges, Fuentes e Roa Bastos (MENTON, 1993, p. 54-55) (tradução nossa).

histórico". Cita como exemplos brasileiros da vertente revisionista os romances *Galvez imperador do Acre* (1976), *Mad Maria* (1978) e *O primeiro brasileiro* (1986), do amazonense Márcio Gonçalves Bentes de Souza (1947-). Há ainda: *Em liberdade* (1981), do mineiro Silviano Santigo (1936-); *Viva o povo brasileiro* (1984)[17], do baiano João Ubaldo Ribeiro (1941-2014); *A casca da serpente* (1989), do goiano José J. Veiga (1915-1999); e *Memorial do fim* (1991), do paraense Haroldo Maranhão (1927-2004) (MENTON, 1993). Há de se destacar o lamento de Antônio Esteves (2010), ao revelar que mais de uma centena de títulos brasileiros tenham ficado fora da lista de Menton.

Alguns estudiosos, ao se debruçaram no estudo das atualizações da narrativa histórica na América Latina, vêm apontando os procedimentos discursivos e estéticos do "novo romance histórico" produzido no espaço latino-americano. Fernando Aínsa foi um dos primeiros a assinalar as mudanças marcantes das novas modalidades do subgênero. No artigo "La nueva novela latino americana" (1991), preocupa-se em definir o novo romance histórico analisando o seu *boom* na década de 1980 e finaliza sua argumentação destacando como característica mais relevante do subgênero

> ...buscar entre las ruínas de una historia desmantelada al individuo perdido detrás de los acontecimientos, descobrir y ensalzar al ser humano en su dimensión más autentica, aunque parezca inventado, aunque en definitiva lo sea (AÍNSA, 1991, p. 85).

O crítico uruguaio aponta algumas das características presentes nesse tipo de narrativa, como: releitura crítica da história a ponto de impugnar a legitimação de versões oficializadas pela historiografia; predominância da superposição de tempos históricos diferentes; tendência da visão carnavalizada da história, refletindo-se em uma escritura paródica. Seymour Menton

[17] Eneida Leal Cunha, em *Estampas do imaginário* (2006, p. 114), apontando como *Viva o povo brasileiro* (1984) investe maciçamente na questão da nacionalidade, assegura que, entre as tendências recentes adotadas na obra, está a "vontade de construir um contraponto à história dos dominantes que possibilite a expressão dos dominados" (CUNHA, 2006, p. 114). Afinal, para o romancista baiano, segundo a pesquisadora, "a deliberação já não é o instituir o país a partir de valores e representações produzidas pelo imaginário colonizador, [...], e sim de deixar falar o imaginário colonizado instituído ao longo da história, em seus diversos momentos, em suas sucessivas versões e, mais importantes, dos mais diversos lugares sociais de fala" (CUNHA, 2006, p. 114). Um exemplo de como João Ubaldo Ribeiro busca representar a importância de segmentos esquecidos pela historiográfica oficial é a passagem na qual são valorizadas a participação militar do negro na Guerra da Tríplice Aliança e, sobretudo, a cultura africana. Os deuses Xangô e Oxóssi vão ao campo de batalha para ajudar seus protegidos, como fazem os deuses gregos que participam das lutas narradas no poema épico *Ilíada*, como se vê no seguinte fragmento: "Xangô] Falou assim e levantou-se, sua estatura se comparando à de uma torre e seu olhar quente como cem fogueiras. E logo estava, com seu irmão Oxóssi, campeando pelo terreno incendiado de Tuiuti. O que primeiro fizeram foi entrar pelos corações e cabeças de seus filhos, trazendo-lhes às gargantas os gritos de guerra dos ancestrais, [...] Xangô viu seu filho Capistrano do Tairu, cercado por três cavaleiros paraguaios nos alagadiços, atirar fora a carabina molhada e emperrada, apoderar-se de uma lança caída e fazer careta para um dos inimigos, o qual, esporeando seu cavalo numa manobra que levantou salpicos de água sangrenta por todos os lados, atacou (RIBEIRO, [1984] 2008, p. 419-420).

(1993), por sua vez, destaca como características do novo subgênero do romance histórico: mudança da noção de tempo, passando a história a ser interpretada como tempo cíclico; distorção consciente da história; ficcionalização de personagens históricos bem conhecidos; intertextualidade vinculada a fenômenos como paródia e carnavalização.

A metaficção historiográfica**,** terceira modalidade, é aquela que desvela o caráter narrativo da história, recusando os pactos de vizinhança que sustentam as divisões entre os dois discursos. Não se trata mais de dividir o território da narrativa entre ficção e história, nem da união de forças para subverter o estabelecido, mas sim, como analisa Linda Hutcheon, em *A poética do pós-modernismo* (1991, p. 142), ambas agora "partilham a mesma postura de questionamento com relação ao uso comum que dão às convenções narrativas, à referência, à inserção da subjetividade, a sua identidade como textualidade e até seu envolvimento na ideologia". Nessa vertente, chamada também de romance histórico pós-moderno, a verdade da história passa a ser plural e o romance se ocupa dos limites de toda e qualquer representação. Dessa forma, o valor da narrativa, seja ela histórica ou literária, está não apenas na verdade do que diz, mas também na consciência de que usa uma determinada forma para dizer essa verdade. A metaficção historiográfica possibilita a recuperação de "figuras marginalizadas, periféricas ou 'ex-cêntricas', esquecidas ou desprezadas pelas narrativas hegemônicas" (ESTEVES, 2010, p. 42).

Linda Hutcheon (1991, p. 20), ao identificar a metaficção historiográfica como um tipo de produção sintomática da pós-modernidade, considera essa como algo "fundamentalmente contraditório, deliberadamente histórico e inacreditavelmente político". Ressalva que não se trata de um retorno nostálgico, mas antes "uma reavaliação crítica, um diálogo irônico com o passado da arte e da sociedade, a ressurreição de um vocabulário de formas arquitetônicas criticamente compartilhado" (HUTCHEON, 1991, p. 20). Define a metaficção historiográfica como romances intensamente autorreflexivos e que, paradoxalmente aproximam acontecimentos e personagens históricos.

Conforme Hutcheon, sendo a narrativa – seja na literatura, na história ou na teoria – um dos principais focos de atenção na maior parte dos trabalhos de crítica do que se chama de pós-modernismo, a metaficção historiográfica incorpora esses três domínios. Nesse sentido, a autoconsciência teórica sobre a história e a ficção como criações humanas passa a ser a base para seu repensar e sua reelaboração das formas e dos conteúdos do passado. A natureza contraditória desse tipo de narrativa atua dentro das convenções a fim de subvertê-la.

No entender de Eloína Prati dos Santos, em "Estratégias de afirmação da identidade americana nas literaturas brasileira, canadense e estadunidense" (1988), a metaficção

historiográfica é um tipo de produção muito comum durante o século XX em países emergentes. Conforme a autora, voltada à desconstrução de discursos hegemônicos, a metaficção historiográfica oferece a abertura para a reflexão desautomatizada da hibridação cultural que estabelece identidades múltiplas, provisórias e locais. E como o deslocamento identitário é temática privilegiada nesse tipo de produção, a maioria dos textos costuma substituir uma linearidade temporal por uma pluralidade espacial (SANTOS, 1998).

É importante destacar que tais observações são relevantes no contexto de análise que se traça ao longo do presente estudo. Elas ajudam a iluminar a trajetória argumentativa na qual a tese se debruça. Todavia trona-se inócua e redutora qualquer tentativa de enquadramento delas em uma categoria, considerando que as textualidades que compõem o *corpus* são relativamente diversas entre si, marcadas por diferentes atitudes escriturais e procedimentos retóricos, bem como objetivos específicos no que se refere à concepção de nação.

Há de se assinalar também que a tese almeja ser uma modesta contribuição para as pesquisas acerca de ficção histórica. Em primeiro lugar, busca constituir-se em mais um espaço de debate a respeito da cultura e da literatura latino-americana e brasileira. Tal assertiva ancora-se, portanto, na concepção da criação literária enquanto material em potencial e significativo de reflexão do passado de uma nação, uma etnia ou grupo social.

Em segundo, vários escritores da literatura brasileira contemporânea – e de outras nacionalidades também – têm depositado empenho em produzir narrativas com o intuito de compensar lacunas deixadas pelo discurso historiográfico tradicional no que se referem aos mais diferentes episódios legitimados pelo ponto de vista deste campo de estudo. Nesse sentido, o trabalho pretende integrar o rol de pesquisas sobre novas textualidades que optam pela pluralidade discursiva e dão voz às minorias esquecidas pela história oficial.

A investida, portanto, está organizada em cinco capítulos. O primeiro é este, uma introdução, apresentando esclarecimentos acerca do objeto de estudo e sobre como a crítica literária vem definindo o que se entende por "narrativa de ficção histórica". O capítulo "Nação, identidade e literatura" discute as concepções de nação e identidade a partir da contribuição de alguns estudiosos. Além disso, agrega rápidas informações sobre como foram formados e vêm sendo pensados os países platinos ao longo dos dois últimos séculos e como a literatura dessa parte do continente vem contribuindo para o processo de (re)invenção dessas nações. Em "A outra nação", busca-se explicar como *O rastro do jaguar* (2009a) encena o impacto das "grandes e pequenas guerras" do continente sul-americano nos oitocentos – em especial, a Guerra da Tríplice Aliança – sobre o destino das populações indígenas. A

discussão atenta para representação da luta de grupos remanescentes da etnia guarani na intenção de alcançar o que chamam de "Terra sem Males", contrapondo-se ao ideário de comunhão nacional. "Entre canhões, saias e um espião" é voltado para a reflexão sobre como *Cunhataí* (2003), romance do século XXI e de autoria feminina, relaciona as categorias gênero e nação, posicionando-se acerca da condição e atuação da mulher no conflito bélico. Discute também sobre a questão da dupla nacionalidade – condição de experiência "inter-nacional" enfrentada pelo personagem – enquanto elemento desestabilizador das lealdades nacionais[18]. Por fim, "*Los conjurados*: unidos pela latino-americanidade" trata de analisar como *O livro da Guerra Grande* (2002), ao retomar o episódio da guerra platina, recorre ao trabalho de escrita coletiva e reinterpreta a referida campanha sob o viés da latino-americanidade.

[18] Como bem lembra, Stuart Hall (2000, p. 49), citando B. SCwarz, a nação é uma comunidade simbólica com poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade.

2 NAÇÃO, IDENTIDADE E LITERATURA

> Deve-se considerar [...] que as nações não surgem, mas são construídas. [...]
> Assim, qualquer tentativa de se refletir sobre a questão do nacional deve ter presente
> que se trata, aí, de uma realidade culturalmente construída.
> (Maria Helena Rouanet, 1997)

> Alguns dos principais temas da história e pensamento
> latino-americanos põem em causa as origens, transformações, crises e dilemas
> da sociedade nacional, do Estado-Nação.
> (Octávio Ianni, 1988)

A Guerra da Tríplice Aliança marcou profundamente o processo de formação histórica do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, servindo para delimitar parte do mapa da região sul do continente americano, tal como é atualmente. O conflito também contribuiu para solidificar os princípios de distribuição de poder na região platina durante a segunda metade do século XIX. Ajudou a consolidar o Estado argentino, definir as fronteiras da nação paraguaia com os países beligerantes, manter a condição de independência do Uruguai e resolver os problemas do Império Brasileiro em relação à navegação nos rios da Bacia do Prata (BETHELL, 2012; TORAL, 2001; DORATIOTO, 2002).

Independente das várias versões que a historiografia vem apresentando ao longo dos anos acerca das motivações, interesses e consequências da guerra (DORATIOTO, 2002; ASSUNÇÃO, 2012; CORREIA NETO, 2002), não há como negar que neste momento circulassem nos países envolvidos na contenda discursos nacionalistas com o intuito de garantir o envolvimento das tropas militares que os representavam e o apoio da população civil à ação bélica. Ademais, extensa literatura já assegura que o século XIX representou o período de independência e consolidação dos Estados nacionais latino-americanos, notadamente marcados pela difusão de projetos políticos nacionalistas.

Levando-se em conta que este estudo pretende analisar como a ideia de nação vem sendo relativizada por meio da releitura empreendida por obras literárias contemporâneas acerca da Guerra do Paraguai, necessário se faz esclarecer qual definição de nação baliza a discussão aqui empreendida, bem como foram formados e vêm sendo pensados os países platinos ao longo dos últimos dois séculos. Por essa razão, o capítulo busca refletir sobre as concepções de nação e identidade, destacando algumas das contribuições mais significativas

que abordam o assunto. Além disso, agrega informações sobre como a literatura vem contribuindo para o processo de (re)invenção dessas nações.

Embora o debate acerca da questão nacional esteja na ordem do dia, observa-se que existe certa discordância em torno do assunto, considerando a vasta e interdisciplinar produção intelectual preocupada em abordá-lo. Em *Um mapa da questão nacional* (2000), obra organizada por Gopal Balakrishnan, desdobra-se uma discussão bastante pormenorizada sobre os conceitos de nação e nacionalismo. No entanto, na introdução do livro, Benedict Anderson (1936-2015), um dos maiores pesquisadores do assunto na contemporaneidade, esclarece que, embora o nacionalismo exista há no mínimo dois séculos, é difícil encontrar algum outro fenômeno político que seja tão intrigante quanto esse, pois não há nenhuma definição amplamente aceita. Não existe consenso a respeito de suas origens, bem como certezas acerca de seu futuro.

Nesse sentido, é sensato ressaltar que, diante da inexistência de consenso analítico em torno da questão nacional, muito fica por dizer, o que significa que o presente estudo não nutre pretensões de cobrir todas as nuanças do debate, e sim, expandir a discussão em um campo ainda atravessado por muitas opiniões.

2.1 A (re)invenção da nação

No período moderno, a nação era considerada como um símbolo potente e base de classificação num sistema internacional de Estados nacionais. Entretanto, segundo Katherine Verdery (2000, p. 240), à medida que estas organizações políticas foram tornando-se incapazes de cumprir com todas as promessas de autonomia e bem-estar que o século XVIII havia lhes legado, o símbolo da nação vem mudando de sentido, transformando-se no que chama de "operador básico" ao lado de outras categorias dispersas em "um vasto sistema de classificação social".

No ensaio "Para onde vão a nação e o nacionalismo?" (2000, p. 241), Katherine Verdery define nação como um construto ideológico essencial tanto para o modo como o Estado se liga a seus membros como para distingui-los de membros de outros Estados. Enquanto símbolo, o sentido do termo é instável e seu uso requer um exame rigoroso das tensões e lutas sociais em meio às quais ele se torna uma expressão significativa. Apoiando-se em Eric Hobsbawm, que identifica dois sentidos para o termo "nação" – (a) a relação de

cidadania, na qual consiste na soberania coletiva, e (b) a relação conhecida como etnia, na qual a nação abrange todos os que são dotados de língua e história comuns, a antropóloga cultural norte-americana argumenta que os nacionalismos modernos geralmente têm imputado à última relação. Contudo pondera que se trata de um engano confundir os dois conceitos, uma vez que se "deve tratar a nação como um símbolo e qualquer nacionalismo como tendo múltiplos sentidos, oferecidos como alternativas e disputados por diferentes grupos que manobram para se apoderar da definição do símbolo e de seus efeitos legitimadores" (VERDERY, 2000, p. 241).

Tal argumento assume importância significativa para este estudo, quando se observa, nas obras analisadas, diferentes tipos de relação das personagens com o símbolo da nação. Mas, antes de passar à análise de como os projetos literários exploram a ideia de nação, talvez seja adequado entender a origem desse controverso termo e significados depreendidos ao longo da história sob a interpretação de alguns estudiosos. Além disso, há de se considerar o que Moema Patente Augel menciona em *O desafio do escombro* (2007), ao analisar o sentido de nação para os guineenses e que serve para as reflexões aqui tecidas:

> Um espaço material (um território geograficamente localizado no mapa, com países vizinhos separados por fronteiras que tornam primos-irmãos estrangeiros uns aos outros, muitas vezes sentidos como "outros", mesmo quando são da mesma etnia; um espaço mental (implantado no coração e nos sentimentos); um espaço sócio-político (sistema de regras que dizem respeito aos negócios públicos, especificado nas falas políticas, nos estudos sociopolíticos e econômicos); ou ainda um espaço discursivo (presente na produção literária e artística de um modo geral) (AUGEL, 2007, p. 278).

A partir das palavras da pesquisadora, depreende-se que se trata de um equívoco reduzir o significado de nação simplesmente a territórios, povos e governos. Afinal, em torno dela, articulam-se sentidos, narrativas, sistemas simbólicos que garantem, inclusive, lealdade e sacrifício por parte de seus membros. Quantas narrativas da nação, de cunho historiográfico e/ou literário, não discorrem sobre as origens da nação e os feitos dos antepassados, na intenção de agregar mentes e corações dos indivíduos que se reconhecem subordinados à sua bandeira? Com certeza, diante da complexidade do fenômeno, uma apreciação desse tipo de produção é quase sempre panorâmica, incompleta.

Etimologicamente, a palavra "nação" vem de um verbo latino, *nascor* (nascer), e de um substantivo derivado desse verbo, *natio* ou nascer, que significa o parto de uma ninhada. Por esse motivo, a palavra *natio*/nação passou a significar, por extensão, os indivíduos nascidos ao mesmo tempo de uma mesma mãe e, depois, os indivíduos nascidos num mesmo

lugar (CHAUI, 2000). O termo evoca sentimentos de fraternidade, por meio dos quais os membros da comunidade estariam unidos. Por contingência, da expressão evoca-se também o sentimento de continuidade, já que os viventes estariam unidos aos antepassados (AUGEL, 2007).

No início da Idade Média, a Igreja Romana passou a utilizar o plural *nationes* (nações) para se referir aos pagãos e distingui-los dos cristãos. Enquanto a palavra "povo" era utilizada para denominar o grupo de indivíduos organizados institucionalmente, que obedecia a regras e leis comuns, o termo "nação" significava apenas um grupo de descendência comum e usado para se referir aos pagãos e estrangeiros. Povo era um conceito político-jurídico enquanto nação era um conceito biológico (CHAUI, 2000).

Como observa Craig Calhoun, no ensaio "O nacionalismo importa" (2008, p. 39), talvez seja elucidativo observar que, conforme o antigo uso romano da palavra, "as nações eram organizadas em termos de modos de vida e antepassados comuns, e não como instituições realmente políticas". Nesse sentido, acrescenta que

> os romanos em si não eram uma nação num sentido importante, pelo menos não a partir da maturidade da república. Nem era a nacionalidade, assim entendida, a base para a comunidade política – embora fosse uma base para exclusão. Seria possível então localizar as origens do nacionalismo – ou pelo menos as das nações características da Europa – na dissolução do Império Romano e no desenvolvimento de uma variedade de diferentes agrupamentos político-culturais na Europa medieval.

Antes do uso da palavra "nação", além do termo "povo", utilizava-se "pátria", derivado do vocábulo latino *pater* e relacionada à ideia de patrimônio, mas que, a partir do século XVIII, com as revoluções burguesas, passa a designar o território onde o povo está organizado em um Estado independente (CHAUI, 2000).

Segundo Calhoun (2008), a partir da distinção empreendida pelos romanos entre eles – os conquistadores – e os povos conquistados, colocam-se em evidência duas facetas do discurso sobre as nações desde aquela época: do nacionalismo definido em termos étnicos, baseado em uma descendência biológica e/ou cultural; e do nacionalismo cívico, que implica a ideia de cidadãos plenamente integrados ao Estado e unidos por laços fundados exclusivamente na identidade política. A diferença na formação dos Estados-nacionais da França e da Alemanha funciona, respectivamente, como exemplo no contraste entre nacionalismo cívico e nacionalismo étnico.

Quanto às origens do que corresponde à ideia de nação moderna, vários analistas do assunto parecem concordar em defini-la como invenção histórica recente, cujo nascimento

estaria situado por volta do século XVIII. Um significativo número de estudiosos da questão nacional aponta a Revolução Francesa como marco inicial da expansão tanto da ideia de nação quanto da materialização das nações e dos nacionalismos. Com efeito, a partir desse momento, desenvolve-se uma série de controvérsias, tensões e guerras relacionadas à formação dos Estados-nacionais.

Ainda assim, no ensaio "A ideia de nação no século XIX e o marxismo" (2008), João Antônio de Paula adverte que a afirmação da centralidade da Revolução Francesa para o desenvolvimento das nações e dos nacionalismos modernos não deve ignorar a existência de "protonacionalismos" no final do século XVIII. Entre os autores que deram origem a um complexo político-cultural que alimentou projetos concretos de construção nacional no século XIX, estariam o filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e os filósofos alemães Johenn Gottfried von Herder (1744-1803) e Johann Gottlieb Fichte (1762-1814). Esses pensadores, em certa medida, exerceram impacto nos projetos de consolidação dos Estados-nações.

Na interpretação do pesquisador e professor da Universidade Federal de Minas Gerais, ao lado da denominação do Rousseau iluminista, inspirador da Revolução Francesa, cabe o reconhecimento do Rousseau romântico inspirador do sentimento nacional. Sob essa perspectiva, as ideias do genebrino de uma república social baseada na pequena propriedade agrícola, protegida da corrupção, teriam influenciado Thomas Jefferson (1743-1826) na elaboração do projeto da nação norte-americana.

Quanto a Herder, estudiosos insistem ser a cultura, e não a política, o fator dominante no seu pensamento. Segundo o filósofo e teólogo alemão, os grupos culturais deveriam ser reconhecidos enquanto "formadores do homem". Por outro lado, nas palavras de Débora Castanheira Pires (2009, p. 43), para Herder, isso não exigiria a existência de uma política comum, porque, conforme seu argumento, "duas ou mais culturas poderiam conviver sob a tutela da mesma autoridade, ou não viver sobre autoridade nenhuma, desde que suas particularidades fossem respeitadas".

Por esse motivo, Herder é reconhecido na história do pensamento por trazer à ideia de nação a valorização do espírito nacional identificado com o espírito popular (PAULA, 2008). De acordo com sua formulação, as nações – à semelhança dos indivíduos – são concebidas como agentes históricos. Possuem ciclos de vida, os quais incluem nascimento, florescimento, decadência e medo da morte (VERDERY, 2000). Nesse sentido, a ligação entre Estado e nação assentar-se-ia na ideia de naturalidade do Estado, o que justificaria o argumento de que as nações – enquanto divisões naturais do homem – deveriam definir fronteiras políticas

(PIRES, 2009).

Em contrapartida, Fichte alude forte conteúdo político à ideia de nação como unidade cultural. Conforme Paula (2008, p. 5), o filósofo alemão, em pronunciamento, no momento em que a Alemanha estava ocupada pelas tropas napoleônicas, conclama a construção da nação, na qual houvesse uma superação tanto "das seculares estruturas feudais, que ainda predominavam na Alemanha, impedindo sua unificação" quanto da "dominação estrangeira imediata sob Napoleão, sem que isso significasse uma denegação dos avanços políticos e culturais decorrentes da Revolução Francesa". Fichte prega uma educação de caráter nacional, administrada pelo Estado e dirigida apenas ao alemão. Na opinião do filósofo, a língua consiste no traço distintivo e básico das nações e dos seres humanos. Nesse sentido, o povo alemão possuiria um caráter especial, pelo fato de ter permanecido no primitivo *habitat* da época da conquista da Europa romanizada, ter conservado a língua original, o espírito religioso devido a Lutero e não ter separado a religião da filosofia, como ocorria em outros povos (HEIDRICH, 1994).

Ao longo do século XIX, surgem outros estudiosos preocupados em discutir a temática da nação. Entre eles está Joseph Ernest Renan (1823-1892), que em "O que é uma nação?" (1882; 1997), conferência proferida na Sobornne (Paris), em 11 de maio de 1882, destaca que se trata de algo novo na história, não assistido na Antiguidade. Renan rejeita a tentativa de definir a nação moderna pelo território, pela raça ou pela língua. Para comprovar seu argumento, lista exemplos de nações que acomodam várias "raças", diversas línguas e/ou território flutuante. Valorizando o princípio liberal de que o homem é um ser racional e moral, antes de ser confinado em qualquer língua, membro de qualquer raça e participante de qualquer cultura, Renan (1882; 1997) define a nação como sendo

> ...uma alma, um princípio espiritual. [...] Uma nação é, portanto, uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que se fizeram e que ainda se fariam. Ela supõe um passado; mas se resume, no presente a um fato tangível: o consenso, o desejo claramente expresso de continuar a vida comum. A existência de uma nação é (perdoem-me a metáfora) um plebiscito de todos os dias, como a existência do indivíduo é uma afirmação contínua da vida (1882; 1997, p. 173-174).

Por essas palavras, é perceptível o quanto Renan estima os aspectos voluntaristas da nação. Além disso, atenta para a importância do esquecimento na consolidação da identidade nacional, afirmando que "a essência de uma nação está em que todos os indivíduos tenham muito em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas" (RENAN, 1882; 1997, p. 162). Ainda assim, o filósofo e historiador francês assegura que "as nações nada têm de eterno", embora entendesse que, no momento no qual se pronunciava, a existência delas

era “boa e necessária” (RENAN, 1882; 1997, p. 174).

Outros estudiosos do fenômeno nacional que despontam na segunda metade do século XIX e merecem ser mencionados são Lord Acton (1834-1902) e Otto Bauer (1882-1932). Ambos pretendiam desvincular as categorias nacionalidade e Estado. Seus textos, presentes na coletânea *O mapa da questão nacional* (BALAKRISHNAN, 2000), são considerados por muitos como formulações matriciais sobre o fenômeno da nacionalidade.

Na década de 1860, no auge do período imperialista britânico, no ensaio “Nacionalidade” (1862; 2000, p. 42), John Emerich Edward Dalberg-Acton defende os direitos individuais contra o avanço dos poderes estatais. Por isso, pleiteia a imposição de um Estado legitimista ético acima das nações, às quais concebia como fenômenos naturais (em termos a-históricos e aculturais).

Em sua opinião, a nação deixou de ser o que fora para o mundo antigo e se transformou em um algo “moral e político”, que se desenvolveu, ao longo da história, pela ação do Estado. Nesse caso, a nação “decorre do Estado, não tendo supremacia sobre ele” (ACTON, 1862; 2000, p. 38). E, dentro dessa lógica, é que considera que os impérios multinacionais, como o austríaco, eram superiores às nações, como a França. Daí afirmar que

> são mais perfeitos os Estados que, como os impérios britânico e austríaco, englobam várias nacionalidades distintas, sem oprimi-las. São importantes aqueles em que não ocorreu nenhuma mistura de raças; e são decrépitos aqueles em que seus efeitos desaparecem. O Estado que é incompetente para satisfazer raças diferentes condena a si mesmo; o Estado que trabalha para neutralizá-las, absorvê-las ou expulsá-las, destrói sua própria vitalidade; o Estado que não as inclui é desprovido da principal base da autogestão (ACTON, 1862, 2000, p. 42).

Crítico severo do nacionalismo, a que definia como "uma teoria mais absurda e mais criminosa do que a do socialismo", o historiador, por outro lado, o reconhecia como o fenômeno com “a missão importante no mundo” (ACTON, 1862; 2000, p. 43).

Otto Bauer, por sua vez, no ensaio “A nação” (1924; 2000), vislumbra a existência de um Estado multinacional que desse espaço ao desenvolvimento de uma autonomia cultural. Na interpretação de Benedict Anderson (2000, p. 10-11), Bauer entendia as nações e os Estados “como historicamente formados, porém tendo o caráter e a cultura nacionais (e não o próprio Estado) como fontes de valor”.

Bauer procura mostrar teoricamente que, bem compreendidos, o socialismo e o nacionalismo eram compatíveis. Conforme Anderson (2000), em estilo que antecipou as ideias do antropólogo Ernest Gellner, no século XX, o ideólogo austríaco defendeu que a nação é um produto da industrialização que transformara todas as antigas comunidades

agrárias em modernas sociedades mecanizadas. Estas últimas seriam sociedades industriais nas quais existiria uma solidariedade baseada em uma cultura abstrata superior, fundamentada na alfabetização.

Eric Hobsbawm (1917-2012), em *Nações e nacionalismo desde 1780* (1990, p. 19), entende a necessidade de situar o aparecimento do fenômeno da nacionalidade na história, afirmando que a nação "pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente". Segundo o historiador britânico, a questão nacional está situada "na interseção da política, da tecnologia e da transformação social" (HOBSBAWM, 1990, p. 19), o que significa que o aparecimento da nação exigiu uma série de transformações tecnológicas que surgiram no período de transição do capitalismo, e mais precisamente à época da criação da imprensa e da alfabetização. Ao discutir a conveniência do levantamento de critérios que possibilitem distinguir uma nação de outras entidades, pondera que tanto definições objetivas – considerando-se categorias como língua e etnicidade, combinadas ou não – quanto subjetivas – voluntarismo - falharam na tarefa. Daí conclui que se trata de "uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o Estado-nação: e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora dessa relação" (HOBSBAWM, 1990, p. 19).

De maneira semelhante, Benedict Anderson, prefaciador do livro organizado por Gopal Balakrishnan (2000), é outro pensador de destaque no debate em torno da temática da questão nacional. Refletindo sobre a gênese da nação em *Comunidades imaginadas* (2008), o historiador britânico destaca como tema central do livro a ascensão do "sentimento nacional" em alguns exemplos de Estados nacionais. Sob muitos aspectos, a obra define a trajetória da discussão sobre o nacionalismo que se segue a sua publicação em 1983.

De acordo com o historiador e cientista político, nascido na China e filho de pais britânicos, a criação do nacionalismo e da nacionalidade, no final do século XVIII, é resultado do complexo cruzamento de diferentes forças históricas. Todavia, depois de criados, esses produtos tornam-se modelos capazes de ser transplantados com diversos graus de autoconsciência para uma grande variedade de terrenos sociais. Acrescenta que o termo "nacionalismo" populariza-se no final do século XIX, embora não seja mencionado em muitos dicionários oitocentistas.

Certo de que não é possível fornecer um conceito "essencial" de nação, como se essa contivesse elementos estáveis e naturais, Anderson (2008, p. 12) propõe uma "definição operacional". Concebe-a como uma "comunidade política imaginada", sob o argumento de que ao membro da nação não é possível conhecer a todos seus compatriotas, o que o limita a

reconhecê-los apenas no plano do imaginário. Nesse sentido, a nação não se legitima pela oposição falsidade/autenticidade; o que distingue uma da outra é "o 'estilo' como são imaginadas e os recursos de que lançam mão" (ANDERSON, 2008, p. 12).

Acrescenta que se trata de uma comunidade limitada, uma vez que apresenta fronteiras finitas e nenhuma se imagina como extensão única da humanidade. Contudo é também soberana, já que o nacionalismo nasce exatamente destruindo a legitimidade dos reinos dinásticos e de ordem divina. A partir do momento em que a nação é imaginada, ela é, então, modelada, adaptada e transformada.

Por outro lado, segundo o historiador, não se imagina a nação a partir do nada. Os símbolos criados para representa-la "se tornam eficientes quando se afirmam no interior de uma comunidade e quando fazem da língua e da história dados 'naturais e essenciais'", pouco passíveis de dúvida e de questionamento" (ANDERSON, 2008, p. 16). Daí seu argumento de que os povos apegam-se às suas imaginações e são capazes de morrer por essas invenções.

Anderson (2008) atribui o sucesso do nacionalismo à imprensa, ao fenômeno do "capitalismo editorial" e à "vernaculização". Assegura que é por meio do material impresso que a nação se converte numa comunidade sólida, recorrendo constantemente a uma história previamente selecionada. Em sua opinião, o surgimento do romance de fundação e do jornal proporcionam os meios técnicos ideais para "re-presentar" o tipo de comunidade imaginada a que corresponde uma nação, na medida em que o primeiro constitui-se elemento recorrente nas práticas nacionais modernas e a narrativa do segundo contribui para a construção coletiva de um passado e de um "nós" comum e identificado. Ao sugerir que a leitura das mesmas notícias não apenas contribui para fornecer à comunidade uma mesma informação e difundir a imagem comum de "nós" e "eles" como também ajuda a reproduzir uma narrativa coletiva na qual os eventos relatados se ajustam como linhas narrativas num romance, entrelaçando todos eles com a vida do leitor, Anderson procura comprovar sua tese de que "as nações são produzidas por meio de práticas culturais que estimulam seus membros a situar sua própria identidade e entendimento de si mesmas dentro de uma nação" (CALHOUN, 2008, p.52).

Doris Sommer, em *Ficções de Fundação* (2004, p. 20-21), ao desenvolver estudo voltado a mostrar como os romances românticos, embasados no amor heterossexual e nos casamentos, contribuem "para a consolidação aparentemente não violenta" da formação das nações latino-americanas, apoia-se na abordagem de Benedict Anderson (2008) de que essas produções somente obtiveram penetração nestas sociedades porque foram formadas as chamadas "comunidades de leitura". Vale ressaltar que, de maneira análoga, o estudo aqui empreendido, ao reconhecer a importância dos romances e dos jornais na formação do

nacionalismo, mantém-se em consonância com os argumentos de Anderson e Sommer.

Outro ponto da abordagem de Anderson (2008) pauta-se pela ideia de que, para a montagem do cenário da nação moderna, são necessárias as "amnésias do nacionalismo", ou seja, de naturalizar e tornar oficial uma suposta antiguidade da nação, por meio da seleção consciente de elementos presentes em um passado recente. Isso corresponde ao que Renan, no século XIX, advertia quanto à importância do esquecimento como fator essencial da criação da nação.

Anderson (2008) acredita que, embora se profetize o "fim do nacionalismo", são remotas as chances de que isso aconteça. Na verdade, a condição nacional (*nation-ness*) é o valor de maior legitimidade universal na vida política da contemporaneidade. No entanto, há de se considerar que muitas "nações antigas", plenamente consolidadas, encontram-se desafiadas e/ou ameaças por "sub-nacionalismos" em seu próprio território.

Quanto a esse aspecto, há de se acrescentar também o fenômeno da transnacionalização, que vem alterando desde o desenho geopolítico mundial às representações instituídas em torno dos Estados-nações. Ademais, observa-se em várias partes do mundo, inclusive na América Latina, a reivindicação dos chamados grupos minoritários, vozes dissidentes que de alguma forma exercem impacto na conformação de identidades nacionais e exigem a ressignificação do termo "nação" (OLIVEIRA, 2004).

Outro conceito que, na opinião de muitos pesquisadores, não chega a ser prioridade na perspectiva de Anderson, mas se apresenta como um dispositivo operacional para a reflexão aqui investida, é o de etnia. Anthony Smith, em *The Ethnic Origins of Nations* (1986, p. 32), define *ethnie* como "populações humanas dotadas de um nome, com mitos ancestrais, histórias e culturas comuns associadas a um território específico e a um sentimento de solidariedade". Ao contrário de muitos estudiosos que procuram desmascarar as reivindicações que os movimentos nacionalistas fazem quanto a identidades étnicas há muito estabelecidas, Smith afirma que estas não se tratam de invenções recentes. As *ethnies* existem há séculos.

O pesquisador reconhece ser impossível conceber as nações como se fossem primordiais ou naturais. Declara ter consciência também de que nem todas as *ethnies* se transformaram em nação. Ainda assim, insiste na ideia de que existem vínculos diretos ou deterministas entre as *ethnies* e as nações modernas, as quais possuem além das características daquelas, uma unidade jurídica, política e econômica.

A partir das conclusões alcançadas por Smith, é possível pensar nos casos das nações que não nascem de reivindicações étnicas, mas que, em determinados momentos, são alvos de

políticas nacionalistas que redimensionam ou criam mitos e símbolos na intenção de consolidar uma determinada identidade nacional. O Brasil, por exemplo, mostra-se como um desses casos. Alcançou sua independência de Portugal em 1822, mas só passou a ser alvo de um projeto de identidade nacional, no qual constavam elementos etnonacionalistas, décadas depois.

George de Cerqueira Leite Zarur também se ocupa da temática do etnonacionalismo. Na introdução da coletânea que organiza, *Etnia e nação na América Latina* (1996, p. 5), menciona que, na trajetória dos estudos sobre o nacionalismo, não se deve esquecer o primordial lugar das contribuições de Benedict Anderson quando acertadamente reconhece a nação moderna "como a comunidade imaginada, semelhante à antiga comunidade religiosa (também imaginada), para a qual se deslocariam o amor e lealdade de seus membros". Contudo Zarur (1996, p. 5) sinaliza que o trabalho apresenta problemas que "acabam por limitar o seu alcance como guia para o estudo antropológico de nação moderna". Considera discutível a perspectiva de Anderson devido à pouca atenção que atribui a conceitos como os de "raça" e de "etnia", os quais, em sua opinião, Anderson não associa diretamente com o conceito de "nação", que é compreendida por esse último como resultante de fatores históricos e geográficos, não étnicos. Para o antropólogo brasileiro, isso seria não reconhecer que muitos grupos humanos, entretanto, pensam sua "comunidade-nação" através de um critério étnico ou racial. O pesquisador assim avalia a situação:

> Há estados-nação modernos que se organizam por um critério imaginado de consanguinidade. Assim, mesmo hoje na Alemanha, e até certo ponto nos países anglo-saxões, a ideia de raça é a base da ideia de nação. Na Alemanha, a nação não é definida como a unidade política daqueles que nasceram no território alemão. O termo "Alemães" incluiria todos aqueles que descendem de alemães e têm um nome alemão. Falar a língua é um critério, mas por si só, não define um indivíduo como "alemão". O critério preponderante é o de "sangue". Logo, se nação é uma comunidade imaginada, os alemães a imaginam através de um critério racial (ZARUR, 1996, p. 5).

Com efeito, há de se levar em consideração que o amálgama de ordem étnica em certas nações é tão sólido que, quase sempre, exige de seus membros uma lealdade acima de todas as outras. Nesses casos, corre-se o risco de que o nacionalismo étnico associe-se a projetos de limpeza étnica ou genocídio. Ainda assim, conforme Calhoun (2008, p. 56), muitos estudiosos reconhecem "a solidariedade étnica básica para a identidade nacional em si e, portanto, para a noção do Estado-nação".

Zarur (1996, p. 6) adverte que conceitos podem ser utilizados de diversas formas. Daí defende que o de "etnia" seja "um instrumento para a garantia de terra e da dignidade para

populações oprimidas, etnicamente diferenciadas. [...] que seja usado para o fortalecimento da ideia de sociedade plural". Diante dessas observações, há de perguntar: como especialmente se deu o processo de formação das nações latino-americanas, sendo estas sociedades tão marcadas por diferenças culturais?

Analisando "A questão nacional na América Latina" (1988, p. 5), Octavio Ianni também é de opinião de que a nação "pode ser vista como uma configuração histórica, em que se organizam, sintetizam e desenvolvem forças sociais, atividades econômicas, arranjos políticos, produções culturais, diversidades regionais, multiplicidades raciais". Os símbolos nacionais – hino, bandeira, idioma, heróis, entre outros – adquirem sentido no contexto das relações e forças que a configuram. Ao mesmo tempo, deve-se considerar que a nação geralmente se apresenta como uma formação social em movimento, uma vez que pode desenvolver-se, transformar-se, romper-se.

Ademais, nas últimas décadas, como salienta Marinyze Prates de Oliveira, em *Olhares roubados* (2004, p. 20-21), o fenômeno de transnacionalização vem provocando mudanças em diversos campos da organização e da vivência humana, suscitando o reexame de importantes questões, entre as quais se colocam a nação, a nacionalidade e o Estado nacional. A instituição da nação, por muito tempo, concebida como "comunidade homogênea, detentora de origem e projeto comum a todos os seus membros, e capacidade de transcender [...] diferenças internas e abrigar a todos" vem sendo forçada a ser analisada de um ponto de vista crítico face às demandas de mundo cada vez mais atravessado por vozes dissidentes que reclamam audição e transformam velhas certezas.

A pesquisadora brasileira conclui seu raciocínio, apoiando-se no argumento de Homi Bhabha, presente em *O local da cultura* (1998, p. 209), de que a preocupação dos estudiosos da nação já não é "simplesmente a individualidade da nação em oposição à alteridade de outras nações. Estamos diante da nação dividida no interior dela própria, articulando a heterogeneidade de sua população".

Mas Calhoun (2008, p. 38) também chama a atenção para o fato de que o nacionalismo é "uma transformação lavrada sobre antigas identidades étnicas pelas novas circunstâncias da modernidade, incluindo-se não somente os Estados, mas também a alfabetização popular e, com ela, jornais e romances, sistemas de educação de massa, museus e histórias". Nesse aspecto, o pensamento de Calhoun aproxima-se dos argumentos de Anthony Smith (1986) e Benedict Anderson (2008). O primeiro por considerar a ligação com o passado e a importância das tradições étnicas e o segundo por destacar o papel das comunicações de massa e do Estado no processo de formação das nações.

De fato, o nacionalismo é amplamente utilizado em projetos quase sempre voltados a reivindicar ou contestar a legitimidade de governos, exigir a reorganização de currículos escolares, promover a eliminação de minorias étnicas na busca da pureza racial ou cultural, como bem observa Calhoun (2008). Acrescenta que os nacionalismos também prosperam na competição entre nações declaradas; organiza lutas tanto internas quanto internacionais.

Marinyze Oliveira (2004) sustenta semelhante argumentação, quando procura mostrar como, no século XX, as adaptações cinematográficas de clássicos da literatura romântica brasileira servem, neste novo momento, para difundir o discurso da nacionalidade, inclusive, nas cadeias de televisão e nas escolas.

Craig Calhoun (2008, p. 38) destaca a importância do nacionalismo, ao defini-lo como sendo "essencialmente cultural e tão antigo quanto o sentimento de fraternidade entre membros de comunidades étnicas e linguísticas". Embora ressalte que os debates sobre a idade e as origens do nacionalismo sejam infrutíferos, o sociólogo norte-americano e professor da Universidade de Nova York parte da premissa de que o nacionalismo é "uma formação discursiva" (CALHOUN, 2008, p. 38) que configura o mundo moderno, pois, conforme seu argumento, uma nação não existe objetivamente antes de existir em termos discursivos. Adverte que, ainda que o nacionalismo faça parte de um imaginário social, não convém considerar a nação apenas como produto da imaginação. No seu entendimento, o reconhecimento do nacionalismo como formação discursiva geralmente provoca discussões "por levantar tantos problemas, aporias e questões quanto os que soluciona" (CALHOUN, 2008, p. 38).

Embora o tema do nacionalismo seja de importância para todo o globo uma vez que o mundo vivencia e está dividido em unidades nacionais, na opinião de estudiosos, o debate sobre a questão nacional nas Américas ainda é tímido. Os historiadores Marco Pamplona e Don Doyle, organizadores da coletânea *Nacionalismo no novo mundo* (2008), afirmam que a preocupação com o nacionalismo nas Américas deve-se à ideia de que o continente americano foi deixado de lado no debate – o qual já vem ocorrendo desde a década de 1980 – e à de que há algum conhecimento válido sobre a experiência americana que beneficia a compreensão geral do nacionalismo.

Conforme os pesquisadores, nas três mais importantes coletâneas sobre o assunto – *Nationalism* (1994), de John Hutchion e Anthony Smith, *Becoming National* (1996), de Geoffrey Eley e Ronald Grigor Suny, e *Mapping the Nation* (1996), de Gopal Balakrishnan -, quase nada se encontra acerca das nações americanas. Inclusive *Nations and Nationalism* (1995), publicada pela ASEN (Association for the Study of Ethnicity and Nationalism),

concentra atenção principalmente na Europa. A *Canadian Review of Studies in Nationalism*, embora seja uma publicação do hemisfério ocidental e dedique atenção em alguns textos às Américas, em especial à questão do Quebec, a orientação não deixa de ser europeia.

Os Estados americanos surgiram entre 1776 e 1825, período extraordinariamente curto. Pamplona e Doyle (2008, p. 20) concordam com a ideia de Anderson de que essas comunidades que nasceram no curso das revoluções que agitaram o continente na segunda metade do século XVIII, em certa medida, estavam disponíveis como "modelos" para serem plagiados pelo Europa. Inclusive, os próprios americanos "também aprendiam uns com os outros, pois tinham problema comum na tarefa de criar nações novas a partir de antigas colônias europeias". Por outro lado, embora a dupla assinale as contribuições de Anderson (2008) por este utilizar os casos de emancipação das nações latino-americanas para exemplificar o novo nacionalismo do século XIX, ponderam que talvez este último tenha cometido um equívoco ao alegar "que os movimentos anticolonialistas eram nacionais", se isso implica entender, na opinião deles, "que cada país tinha noção de sua identidade específica antes da independência" (PAMPLONA; DOYLE, 2008, p. 20-21). Para os historiadores, o desejo de independência e a necessidade de implementar a unidade nacional não nascem juntos. Era mais importante para as novas comunidades nacionais, enquanto antigas colônias, assentar suas autoidentificações em queixas contra o domínio imperial do que em ideias etnonacionalistas sobre diferenças em relação às metrópoles europeias.

De acordo com os pesquisadores, em virtude de se caracterizarem como comunidades multiétnicas, nas quais ocorre o fluxo constante e diversificado de imigrantes e suas idealizações nacionalistas em sociedades escravocratas, as Américas desafiam o paradigma clássico de nação, quase sempre formulado em torno de uma ascendência comum, passado compartilhado e tradições culturais homogêneas. Pelo menos no início dos processos de independência das nações americanas, os laços de união fortaleceram-se mais em termos políticos do que alimentados pelo etnonacionalismo.

Essa observação não encontraria melhor aplicação do que ao caso da nação argentina. Ao contrário do México e das nações andinas, que exaltaram as qualidades das populações mestiças que ocupavam seus respectivos territórios, a Argentina foi o país que mais refutou a reivindicação de elementos étnicos no processo de construção da identidade nacional. No ensaio "Imaginando la raza argentina" (2008, p. 213-214), Jeane Delaney expõe que,

> de todos os latino-americanos, os argentinos seriam os que teriam menor probabilidade de aceitar a ideia romântica de que as nações surgem naturalmente a partir de comunidades étnicas primordiais e, em vez disso, acatariam a visão

> construcionista de que as nações são entidades modernas que precisam ser criadas e moldadas por esforços humanos conscientes.

É somente na segunda metade do século XIX, muito depois do período de consolidação da independência das nações americanas, que se começa a explorar a noção de vínculo entre as ex-colônias e os países colonizadores. Neste momento, surgem políticas nacionalistas buscando orientar uma associação étnica entre as novas comunidades nacionais e os países europeus. As elites intelectuais das Américas utilizam a literatura (como bem observa Anderson) e outras manifestações artísticas para expressar a noção de vínculo a uma nação, em vez de a um continente, como faziam antes. Afinal, segundo Pamplona e Doyle (2008, p. 22), "apesar das diferenças entre os vários países, até época relativamente recente não havia o que se pudesse chamar de cultura nacional na América Latina".

A dupla acrescenta que o modelo latino-americano de construção de nações também foi forjado pela homogeneidade linguística e cultural do continente após a conquista. Essa perspectiva deve atuar como um dos motivos para que arrisquem a afirmação de que o continente americano não experimentou o mesmo nível de violência e de repressão que se desenvolveu na Europa (PAMPLONA; DOYLE, 2008). É notório que o argumento dos historiadores é digno de controvérsias. Como bem coloca Néstor García Canclini (2003), a violência no continente americano foi dissimulada com eufemismos durante séculos.

Ao mesmo tempo, não há como negar que as observações de Pamplona e Doyle (2008, p. 18-19) enriquecem sobremaneira o debate sobre o nacionalismo, quando advertem que muitos estudiosos considerariam o uso do termo "nação" muito restritivo, levando-se em conta que várias abordagens acadêmicas insistem em desconstruir os mitos de que um núcleo étnico persistente estaria implícito em "nação" e a maioria das comunidades nacionais americanas não se qualificaria como nações por esse padrão, uma vez que elas reconhecem sua composição multiétnica.

Tal observação é pontual para o presente estudo, visto que, no romance *O rastro do jaguar* (2009), identifica-se o utópico desejo da criação da nação ameríndia no Brasil. Ainda que o sentido da palavra seja diferente do uso atribuído pela teoria do nacionalismo, trata-se da formação de uma nação dentro de outra. Em um segundo romance, a discussão de base étnica tangencia a discussão do nacional com a reivindicação de vínculos étnicos no plano supranacional, ou seja, em laços étnicos pré-coloniais.

Mas como, então, vem sendo modelada a identidade nacional nos países envolvidos na Guerra da Tríplice Aliança, em especial, no Brasil? Ou antes, o que se entende por identidade nacional?

2.2 O campo minado da identidade nacional

Estudos culturais, antropológicos e políticos recentes reconhecem a importância dos processos de identificação sociocultural para construir etnias e nações e outro tipo de comunidade (SMITH, 1986; ZARUR, 1996; ANDERSON, 2008). Esses modos de identificação servem para aumentar a coesão dos grupos sociais e muitos dos membros desses agrupamentos utilizam as narrativas identitárias como guias de conduta, sendo capazes de até morrer por eles.

Nestór García Canclini, em *A globalização imaginada* (2003, p. 78), alude que as identidades não possuem "consistência fora das construções históricas em que foram inventadas e dos processos em que se decompõem ou se esgotam" e que, por isso, não podem ser vistas como "reflexos" do real. As pesquisas sobre identidades geralmente apontam como elas são forjadas a partir de "uma série de operações de seleção de elementos de diferentes épocas articulados pelos grupos hegemônicos numa narração que lhes dá coerência, dramaticidade e eloquência" (2003, p. 78). Para o antropólogo argentino, evidentemente, faz-se necessário levar a sério os relatos sobre identidades, mas tendo a clareza das dificuldades de defini-los com rigor como objetos de estudo, já que existe sempre a possibilidade de que sejam contraditórios e se encontrem, por isso, em enfrentamento.

Se a identidade não é construída de forma definitiva, uma vez que implica num processo de identificação e de reconhecimento mútuo, mesmo possuindo condições determinadas de existência, como os recursos materiais e simbólicos que são capazes de sustentá-la, é sempre condicional; está sujeita a condições sócio-históricas específicas alojadas no universo da contingência. A identidade e os processos de identificação são sempre frutos de disputas políticas que implicam na seleção de determinados elementos para compô-los.

Muitos estudiosos da contemporaneidade insistem em destacar que a noção de identidade não deve ser concebida dentro de uma perspectiva essencialista, pois se trata de uma construção social. Pensar uma identidade significa construir todo um conjunto de formações discursivas que criarão condições para a atuação sociopolítica. Ao afirmar que as identidades são formadas culturalmente, Stuart Hall, no ensaio "A centralidade da cultura" (1997, p. 8), explica que "elas são o resultado de um processo de identificação que permite que nos posicionemos no interior das definições que os discursos culturais (exteriores) fornecem ou que nos subjetivemos (dentro deles)".

Ao também analisar a problemática da *Identidade* (2005), Zygmunt Bauman dialoga com o tecido discursivo de importantes sociólogos do século XIX e XX como Max Weber, Émile Durkheim e Georg Simmel e de pensadores como Karl Marx, Ernest Renan, Charles Baudelaire, Jorge Luís Borges, Walter Benjamin e Jacques Derrida. Estabelecendo um contraponto com elementos de sua própria biografia, traça o quadro do que chama de "época líquido-moderna", a qual define como o período em que o "mundo em nossa volta está repartido em fragmentos mal coordenados, enquanto as nossas existências individuais são fatiadas numa sessão de episódios fragilmente conectados" (BAUMAN, 2005, p. 18-19).

Segundo o sociólogo, entre os problemas que mais o afetam está a nacionalidade. De família judia polonesa, Bauman (2005, p. 19) escapou para a União Soviética no início da Segunda Guerra Mundial. A partir dessa dolorosa experiência de refugiado, o intelectual assim descreve a sensação de "deslocamento" que sempre o atravessou:

> Estar total ou parcialmente "deslocado" em toda a parte, não estar totalmente em lugar algum (ou seja, sem restrições e embargos, sem que alguns aspectos da pessoa "se sobressaiam" e sejam vistos por outras como estranhos), pode ser uma experiência desconfortável, por vezes perturbadora. Sempre há alguma coisa a explicar, desculpar, esconder ou, pelo contrário, corajosamente ostentar, negociar oferecer e barganhar.

Bauman (2005, p. 54) argumenta que não existe uma identidade-em-si. Todas as coisas são líquidas e se movem com fluidez por entre os dedos da mão. Em sua opinião, haveria apenas uma "direção a alguma coisa ainda indeterminada". Utiliza-se da metáfora do jogo de quebra-cabeça para explicar tal caminho em direção a uma identidade desconhecida, ainda que considere a alegoria parcialmente esclarecedora do fenômeno. De maneira análoga a um quebra-cabeça, a identidade seria formada por peças. Porém, ao contrário do jogo comprado em uma loja, o quebra-cabeça da identidade só pode ser compreendido, se entendido como incompleto, "ao qual faltem muitas peças (e jamais se saberá quantas)" (BAUMAN, 2005, p. 54), acrescenta.

Para Bauman (2005, p. 55), enquanto um quebra-cabeça comum já pressupõe uma imagem final, onde se é possível unir as peças que também foram elaboradas de acordo com essa imagem fim, na identidade o sujeito precisa unir peças de várias imagens diferentes, por vezes conflitantes, e nunca possuirá um resultado unificado e coeso. Outra grande diferença entre o jogo e a construção identitária é que, no primeiro, todas as peças do jogo estão presentes, tudo já está preestabelecido, nada está sobrando. Se falta algo, o sujeito volta à loja e devolve o jogo, usando o argumento de que ele está incompleto. Dessa forma, enquanto no

jogo a tarefa é "direcionada para o objetivo" (montar uma imagem pronta), no caso da identidade, o trabalho é "direcionado para os meios".

O pensamento de Bauman aproxima-se da abordagem de Stuart Hall. Em *A identidade cultural na pós-modernidade* (2003), dialogando com nomes como Karl Marx e Engels, Anthony Giddens, Ernest Laclau, David Harvey e Raymond Williams, o teórico cultural jamaicano ressalta que, na modernidade tardia, a sociedade define-se por seu caráter de mudança de sensibilidade. Este *novo sensorium* apresenta impactos sobre a identidade cultural, tendo em vista que alguns acontecimentos parecem estar provocando o seu descentramento ou fragmentação.

Para Hall (2003, p. 9), a globalização seria o processo sintetizador da mudança de postura do homem em relação a sua identidade, considera que, além da ação deste fenômeno, há necessidade de se vincular as discussões sobre a identidade a todos aqueles outros que têm perturbado as culturas, como os processos de migração, fenômeno comum no chamado mundo pós-colonial. A globalização, como um dos processos da modernidade tardia que mais tem exercido impacto sobre a identidade cultural, tem provocado, segundo o jamaicano, "o deslocamento-descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos", ou seja, o sujeito pós-moderno está se tornando cada vez mais fragmentado e enfrentando uma "crise de identidade".

Conforme o pesquisador, no artigo *Quem precisa da Identidade?* (HALL, 2000), existem duas formas de responder onde está a necessidade de mais uma discussão sobre a "identidade". A primeira consiste em considerar o conceito de identidade "sob rasura", o que indica que ele não serve mais em sua forma não-reconstruída. Supõe, portanto, que se tal conceito não está totalmente superado e não existe ainda outro conceito em condições de substituí-lo, não há outra alternativa a não ser pensar com e através dele.

O segundo tipo de resposta exige que se observe onde e em relação a qual conjunto de problemas emerge a "irredutibilidade" do conceito de identidade. Tal resposta, segundo Hall, está centralizada em dois pontos: primeiro, na importância do significante "identidade" e de sua relação com uma política da localização e as instabilidades que têm afetado as formas contemporâneas da "política de identidade"; segundo, na reconceptualização do sujeito, já que é na tentativa de rearticular a relação entre sujeitos e práticas discursivas que a questão da identidade – ou melhor, a questão da identificação – volta a aparecer. Em uma argumentação que se assemelha a de Bauman (2005), Hall (2003, p.14) assim avalia o que chama de "crise de identidade":

> A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.

Para explicar o processo de descentramento do sujeito e da criação de um quadro de fragmentação identitária, Stuart Hall (2003) elenca três definições básicas, a saber: a identidade característica do sujeito do Iluminismo, a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno. Partindo da compreensão de que a identidade do sujeito do Iluminismo trazia consigo características, nas quais se percebia um sujeito centrado ao longo de existência de um indivíduo, a partir da complexidade do mundo moderno, forja-se no sujeito um outro perfil de identidade. O novo perfil identitário caracteriza-se pela interação do eu com a sociedade, historicizando o homem, numa relação que modela os novos comportamentos e padrões sociais sem, no entanto, produzir uma ruptura do núcleo interior existente na forma caracterizadora da identidade do sujeito anteriormente descrito.

Segundo o autor, as novas relações espaço-tempo, gestadas a partir do final do século XIX e início do século XX, são comparáveis em importância à teoria da relatividade, ao Cubismo, ao Surrealismo e a outras expressões culturais. A remodelagem da dimensão espaço-temporal foi capaz de atribuir à identidade cultural novas formas de representação. Seu argumento sustenta que a possibilidade de existência de um modelo pós-moderno global, com ênfase no efêmero, no flutuante, no pluralismo, concebido para atender às demandas de um mercado mundial de nichos especiais de consumidores e ávidos clientes, está provocando um colapso das identidades culturais mais fortes, resultando em uma difusão do consumismo alienante, cujas identidades são desalojadas de tempos, lugares, história, num contexto de homogeneização cultural.

Stuart Hall (2003, p. 77), ao contestar a questão da homogeneização ligada à globalização, mostra-se descrente que tal fenômeno represente uma ameaça às identidades. Argumenta que, paralelo ao processo de homogeneirzação, verifica-se uma “fascinação com a diferença e com a alteridade”. Kathryn Woodward, no ensaio “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual” (2000, p. 21), também discute a influência do processo de globalização na produção de diferentes identidades e é de opinião que a globalização pode produzir diferentes resultados em relação à identidade. A pesquisadora britânica afirma que a globalização, ao mesmo tempo em que pode levar o distanciamento da identidade à comunidade e à cultura local, também é capaz de “fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidades”.

Homi K. Bhabha (1998), por sua vez, ao questionar a visão homogênea e horizontal associada com a imagem de nação, afirma que a representação nacional é cindida por uma dupla temporalidade: a pedagógica, que consiste na noção homogênea de povo, e a performativa. Na temporalidade pedagógica, o discurso unificador das vozes dominantes, torna-se uma escrita narcísica, na qual o todo da nação é representado pela parte que escreve a historiografia oficial. Nessa escrita, o processo de construção da nação é derivado apenas do trabalho do europeu, cujo processo "civilizatório" é responsável pelo desenvolvimento da nação. A noção pedagógica, que envolve o anonimato do coletivo em função do todo, é perturbada pelas contranarrativas nacionais que constantemente evocam e rasuram suas fronteiras totalizadoras.

Como Bhabha procura pensar a nação a partir de suas margens, ele recusa a narrativa monolítica da nação. Para tanto, sugere o conceito performático que, característico das contra-narrativas, resulta da tessitura dos fragmentos negligenciados pela narrativa pedagógica. Esses fragmentos tematizam o particular, ou seja, aquilo que não oferece continuidade discursiva ao projeto nacional como um todo. São elementos silenciados, mas que permanecem presentes, aptos a desorganizar as estratégias ideológicas que atribuem à nação uma identidade essencialista.

Assim como Bauman (2005), Hall (2003) defende que uma das principais alterações provocadas pelo processo de globalização seria a "compressão do espaço-tempo", o que possibilita a sensação de que o mundo é menor e de que as distâncias são mais curtas. O impacto do fenômeno global reflete também na compreensão que os sujeitos têm das fronteiras de sua própria nação. Bauman (2005, p. 28) se ocupa se analisar a identidade nacional, a que considera uma forma de exclusão. Para o intelectual polonês, a identidade nacional se sobressai às demais (de classe, de gênero, por exemplo), porque ela "se impõe como niveladora de todas as 'menores' formas de identificação que cada sujeito estabelece entre si e os outros". Nesse caso, a nação "serviria para traçar fronteiras entre o 'nós' e o 'eles' e seria fruto da aproximação entre o território domiciliar e a soberania individual do Estado".

Bauman (2005, p. 62) aponta duas reações das nações diante do processo de globalização, o qual teria provocado o que erroneamente tem se chamado de "ressurgência do nacionalismo". Uma seria a tentativa de encontrar um modo de proteger-se dos "ventos globalizantes", a outra seria uma "reavalização do pacto tradicional entre nação e Estado", porque, cada vez menos, este último tem benefícios a oferecer em troca da "lealdade exigida em nome da solidariedade nacional". Em ambas as situações, ocorrem, conforme o polonês, a

"erosão da soberania nacional".

Ao explicar que a escolha do "pertencer-por-nascimento" como elemento identificador da nacionalidade não é "natural", mas uma "convenção arduamente construída, [...] produto de antigas batalhas postergadas", Bauman (2005, p. 29) também dialoga com o texto de Ernest Renan a respeito do que o historiador francês chamou de esquecimento das batalhas da origem. "O esquecimento, e diria, mesmo o erro histórico são um fator essencial da criação de uma nação" (RENAN, 1882; 1997, p. 161).

Na mesma linha de raciocínio, Hall (2000) argumenta que é precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que é necessário compreender como são produzidas no interior de formações discursivas específicas, em locais históricos e institucionais específicos. Isso implica o conhecimento de que é por meio da relação com o Outro que o significado de identidade pode ser construído. As "unidades" que as identidades proclamam são, em verdade, construídas no interior do jogo de poder e da exclusão.

Tomaz Tadeu Silva (2000) é também de opinião de que as afirmações sobre identidade só fazem sentido se compreendidas em sua relação às expressões de diferença e vice-versa. Segundo ele, além de interdependentes, identidade e diferença são o resultado de atos de criação linguística e como tais não devem ser concebidas enquanto elementos da natureza, mas sim construções do mundo cultural. Portanto, identidade e diferença não podem ser compreendidas fora dos sistemas nos quais adquirem sentido.

Ricardo Barbarema (2012, p. 37) argumenta que a idendidade nacional, sendo um construto simbólico, funciona como "um elemento relacional que pode vir a estabelecer contatos de aproximação e diferença" com diferentes outros grupos de debates de pertencimentos – locais, globais, pessoais, sexuais, etc. Aliás, segundo o pesquisador brasileiro, cada vez mais, intensifica-se um cenário no qual a identidade nacional se mostra negociando com "um feixe de identidades que aponta para uma diversidade étnica e cultural incompatível com as tentativas de unificação de uma história comum para *todos* e escrita por *poucos*" (BARBERENA, 2012, p. 39-40). Ao assumir essas variadas posições-de-sujeito, os indivíduos da comunidade nacional "acabam sendo recrutados pelas diferentes identidades refletidas nos sistemas de representação" (BARBERENA, 2012, p. 41-42). A ativação frequente de grupos minoritários atesta como as identidades nacionais não podem ser formadas por nenhum tipo de essencialismo.

Ao se admitir a fragilidade das identidades essencialistas e das oposições estáveis, abre-se caminho para se pensar em uma realidade na qual se apresente "a co-presença de identidades sociais fragmentárias e ambivalentes como uma maneira de contestar as

hierarquias do Estado-nação moderno" (BARBERENA, 2012, p. 47). Pensar a identidade nacional nesses termos é postular uma identidade que transita como um construto posicional, sem nenhum tipo de polo estagnado que produza moradia tranquila para as "verdades" e os "mitos" fundadores de uma história nacional e oficial (BARBERENA, 2012, p. 44). É pensar na identidade nacional atravessada por modos de integração supranacional e por mobilidade interior. É pensar em uma literatura como construção de visão de uma história, "em cuja espessura acumulam-se e desordenam-se vários tempos e muitas memórias" (CORNEJO POLAR, 2000 *apud* BARBERENA, 2012, p. 48).

Não há como negar que a reflexão a questão da diversidade é relevante, principalmente considerando-se a realidade de um país vasto como o Brasil, "fragmentado internamente por múltiplos pertencimentos identitários que não se manifestam alinhados à política" (BARBERENA, 2012, p. 46) (monolinguística, monocultural etc.) do Estado nacional. Há uma "movimentação de fronteiras polifônicas e híbridas que constituem uma geografia cultural de resistência capaz de desestabilizar uma noção de centro monolítico de poder e conhecimento" (BARBERENA, 2012, p. 46). E essa é condição de muitas outras nações americanas. A literatura contemporânea procura justamente representar essa pluralidade de visões, vozes e versões que atravessam os territórios nacionais.

Para a teoria cultural contemporânea, a identidade e a diferença estão estreitamente associadas a sistemas de representação, porque é por meio dela que as primeiras adquirem sentido e se ligam a sistemas de poder. Questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação. Silva (2000) acrescenta que a perspectiva pós-estruturalista vê a representação não em sua dimensão mental ou inferior, mas como marca ou traço visível, exterior. Além disso, o conceito de representação incorpora todas as características de indeterminação atribuídas à linguagem, ou seja, trata-se de um sistema linguístico arbitrário e estreitamente ligado às relações de poder.

De acordo com Benedict Anderson (2008), que antecipara o argumento utilizado por Canclini (2003), a elaboração do sentimento de nacionalidade implica formas de afiliação social e textual, porque é estabelecida por uma série de relatos sociais e literários que representam um imaginário compartilhado e que serve de alicerce da ideia de nação. A identidade nacional, como entidade cultural, é produzida a partir da rede intertextual que compõe a narrativa nacional que, ao mesmo tempo, reivindica uma suposta ancestralidade comum a todos e é incessantemente atualizada à medida que novos elementos passam a integrá-la, produzindo novos sentidos.

Fundamentando-se na abordagem de Anderson, Ricardo Amaral, em *A reinvenção da pátria* (2006, p. 16), atesta que a identidade nacional realiza-se "pelo desenho simbólico de fronteiras de um espaço limitado em que a população imaginariamente coexiste, compartilhando uma suposta realidade e, construindo uma cultura que constitui um sistema de representação no qual se identifica como povo". No seu estudo, Amaral mostra como o projeto literário brasileiro iniciado em meados do século XVIII atualizou-se com outras obras, como *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, e *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade.

Mas antes de pormenorizar como a literatura vem contribuindo para a elaboração da formação discursiva da identidade nacional dos países beligerantes da Guerra do Paraguai, cabe expor como essas nações nasceram e chegaram à deflagração do conflito armado.

2.3 Nações do Prata: nascimento e beligerância

A questão nacional se coloca desde o início da história como dilema prático e teórico. No século XXI, os debates e estudos sobre a questão nacional continuam em aberto. As guerras e revoluções de independência sintetizam-se precisamente nesse dilema. De acordo com Octávio Ianni (1988, p. 5), na América Latina, as lutas encabeçadas por figuras como Simón Bolívar, José Artigas, Bartolomé Mitre, José Bonifácio, Frei Caneca, Ramón Betances, José Martí, entre outros, estiveram, em uma medida ou outra, voltadas à emancipação da colônia, da criação do Estado, da organização da nação.

Paulatinamente os conquistadores (espanhóis, portugueses, ingleses, franceses, holandeses) foram se tornando nativos, opondo-se à metrópole e passando a lutar pela pátria. Começaram a delinear "a sociedade, o Estado, a nação, em torno de uma cidade, região, movimento, líder; ou cidades, regiões, movimentos, líderes" (IANNI, 1988, p. 6). Esse momento contraditório, de metamorfose da raça em povo, ou da população de trabalhadores em povo de cidadãos, ainda, seria o começo da história, uma vez que não se trataria de um povo, em termos políticos. O Estado nacional que começava a se formar emergia como um núcleo de interesses de setores dominantes, geralmente brancos.

A sociedade nacional veio se formando aos poucos, de modo contraditório, em vais e vens. Nessa parte do continente, "a história estaria atravessada pelo precário, provisório, inacabado, mestiço, exótico, deslocado, fora do lugar, folclórico" (IANNI, 1988, p. 5-6). Território e o povo formam-se nessa história. Em sua interpretação, entre os séculos XVII e

XVIII, estava em curso a formação das nacionalidades latino-americanas, quando o nativo deixou de sentir-se espanhol (ou português) e passou a considerar-se americano.

A gênese de cada sociedade nacional seria contraditória também por compreender tanto a luta contra a metrópole como as divergências e conflitos internos. Ianni (1988, p. 9) chama atenção para o fato de que, em diversos casos, as massas não apresentavam devoção às nações em que viviam, o que prova que o nacionalismo das diversas categorias sociais não é o mesmo. Segundo o estudioso, "seria equívoco imaginar que o patriotismo do militar, o protecionismo do comerciante e industrial e o anti-imperialismo de setores populares expressam o mesmo nacionalismo" (IANNI, 1988, p. 9). Os índios, por exemplo, não se integravam facilmente às novas nações[19].

O século XIX caracterizou-se por muitas tentativas de restaurar a ordem e a unidade em muitas nações latino-americanas. O poder geralmente se consolidava nas mãos dos interesses oligárquicos, estreitamente associados a empresários. As atitudes nacionalistas e o sentimento de pertença a uma nação começaram sendo características das classes alta e média. Por isso, afirma que o nacionalismo não podia ser interpretado como um só, mas como algo a ser criado e recriado, "no âmbito das conjunturas históricas, segundo o jogo das forças sociais internas e externas" (IANNI, 1988, p.9).

Em síntese, conforme Ianni (1988), no continente latino-americano, a travessia no sentido da unidade nacional ainda não foi concluída, uma vez que se observa que as diversidades que se apresentam, em verdade, escondem desigualdades, gerando contradições e desafios. Ilustra a situação, citando o caso de países como a Argentina, Brasil, Colômbia, México, Peru e Venezuela, entre outros, nos quais continua existindo o contraponto região e nação, nas suas mais diferentes formas: província e nação, costa e serra, planície e montanha, litoral e sertão. Nesses países,

> os arranjos entre os interesses predominantes nas regiões e, em especial, entre as regiões e a capital, são básicos para a manutenção de estruturas de poder. [...] As desigualdades regionais são recriadas, quando não criadas, nos arranjos dos blocos de poder que organizam o governo, regime ou Estado (IANNI, 1988, p. 8).

Mas o que dizer a respeito da formação das nações envolvidas na Guerra do Paraguai? Há de se destacar que a Guerra da Tríplice Aliança marcou profundamente o processo de formação histórica dos países envolvidos. O conflito é tido como um dos mais sangrentos ocorridos no continente sul-americano durante o século XIX. O que em princípio se

[19] Esta é, inclusive, uma das discussões travadas no capítulo II, em relação a como eram tratadas e como se sentiam as comunidades indígenas durante a Guerra do Paraguai.

apresentava como uma séria desavença diplomática entre Brasil e Paraguai, rapidamente caminhou para uma batalha de grandes proporções, contribuindo, inclusive, para abalar as estruturas sociais, políticas e econômicas dos países envolvidos.

Francisco Doratioto, autor de *Maldita Guerra* (2002), identifica três vieses de historiografia brasileira sobre a guerra. O primeiro deles, surgido logo no final da guerra, corresponde àquele representado pela narrativa histórica de ex-combatentes. A produção desse momento é marcada por uma visão claramente patriótica, na qual o Paraguai é concebido como um oponente cruel. Francisco Solano López é apontado como o responsável por desencadear o conflito e como um ditador ambicioso. No final do século XIX e início do século XX, surgem novas interpretações acerca da guerra. Nesse momento, historiadores brasileiros acusam o Império Brasileiro pelo início da guerra, enquanto, no Paraguai, o revisionismo histórico reconstrói a imagem de Solano Lopez como grande estadista e chefe militar.

Já em fins dos anos de 1960, outra historiografia da guerra, também denominada de revisionista, constitui-se de pelo menos duas teses complementares. A primeira aponta o Paraguai pré-guerra como país progressista. A segunda tese defende a ideia de que a guerra foi causada por uma maquinação do imperialismo britânico contra um suposto desenvolvimento autônomo paraguaio. Doratioto (2002), no entanto, considera fantasiosa a tese que sustenta a imagem de que o Paraguai construiu seu desenvolvimento, com recursos próprios, a ponto de tornar-se ameaça aos ingleses no Prata. Também avalia como equivocada a apresentação do Paraguai como uma nação na qual haveria igualdade social e educação avançada.

No que se refere à independência do Paraguai, o país a alcança em 14 de maio 1811. A necessidade de desvincular-se das pretensões de Buenos Aires contribui para o início da formação do Estado Nacional, que se torna mais efetiva a partir de 1814, com a ascensão de José Gaspar Rodrigues de Francia (1766-1840). Isso representa o início de um governo ditatorial, no qual o poder concentra-se nas mãos de *El Supremo* (LYNCH, 1985).

Francia inicia uma transformação radical no país, uma vez que sua ditadura passa a apoiar-se nas camadas populares, com a eliminação da escravidão, o enfraquecimento do poder da Igreja Católica e a criação de fazendas estatais, nas quais o trabalho era comunitário, mas a metade da produção era confiscada pelo Estado ("Estâncias da Pátria"). Conforme Eduardo Galeano (2013), outra ação progressista do governo é a organização do ensino, que,

em poucos anos, eliminaria o analfabetismo[20].

Apesar da precariedade da economia do novo país, observa-se um processo de crescimento e modernização: a produção agrícola aumenta e cria-se uma base de sustentação interna fora do modelo britânico, já dominante na maioria da América. Ao mesmo tempo, forma-se uma grande oposição a seu governo fora do Paraguai, por parte da antiga elite expatriada e das camadas dirigentes das nações vizinhas, particularmente a Argentina e o Brasil. Desde o início, o Paraguai apresenta dificuldade de exportar sua produção – em grande parte de fumo e erva mate, uma vez que dependia do Rio da Prata, dominado pelos mercadores de Buenos Aires.

Em 1840 com a morte de Francia, Carlos Antonio López assume o poder. Apoiado em um discurso de "modernização" e "progresso", López mantém a centralização política e intensifica o isolamento do país frente ao capital internacional. Ferrovias e pequenas indústrias são criadas com a contratação de especialistas estrangeiros e a educação continua a ser estimulada pelo governo.

O Congresso paraguaio, que não se reunia há duas décadas, proclama solenemente a independência do país e, 1842. A fim de fortalecê-la mediante seu reconhecimento por parte das demais nações. Em 1842, Carlos López envia nota ao governo imperial, solicitando o reconhecimento da independência paraguaia. Em 14 de dezembro de 1844, o Brasil é o primeiro país a fazê-lo. O governo imperial compromete-se também a utilizar suas representações diplomáticas no sentido de conseguir que outras nações façam o mesmo.

Em outubro de 1862, Carlos Antonio López morre. Seu filho mais velho, o então Ministro da Guerra, Francisco Solano López assume o poder. O Paraguai continua sendo governado por mãos autoritárias. A redução do poder da Igreja em oposição ao fortalecimento do Estado, a organização de uma estrutura militar e a elevação do nível de vida garantem o apoio popular à ditadura. O processo de modernização imposto ao país é contraditório, na medida em que, no setor agrícola, o camponês paraguaio continuava utilizando técnicas de cultivo ultrapassadas.

O Estado paraguaio era dono, em meados do século XIX, de quase 90% do território nacional e controlava praticamente todas as atividades econômicas. Para continuar importando tecnologia, o país precisa ampliar o comércio externo. Daí direciona seus interesses para fora de suas fronteiras. A nova postura de aumentar sua presença no Prata, coloca o Paraguai em rota de colisão com o Império brasileiro e a Argentina. A relação entre

[20] A informação é motivo de discordância entre os estudiosos. Francisco Doratioto (2002), como foi apontado, considera improcedente a informação de que o Paraguai tenha chegado a erradicar o analfabetismo no país.

o governo paraguaio e as potências sul-americanas se deteriora a ponto de em 1864 entrarem em guerra (DORATIOTO, 2002).

Com o fim da guerra, o Paraguai consegue sobreviver como Estado independente, mas perde parte de seu território e praticamente todo seu Exército. As baixas - devido a mortes no campo de batalha e a doenças (sarampo, varíola, febre amarela e cólera) - provocam a diminuição expressiva da população. A economia do Paraguai fica arruinada. Por fim, os vencedores impõem ao país uma indenização.

O Uruguai é normalmente tratado como um país que se desenvolve a partir de interesses externos. Sua localização geográfica tornava-o peça fundamental para todos que possuíam interesses no comércio platino. Depois de anos sob domínio do Brasil, o Uruguai conquista a independência em 25 de agosto de 1825 e passa a ser visto como um "Estado tampão", separando Brasil e Argentina e garantindo a livre navegação.

Apesar da independência, o território uruguaio continua a ser cobiçado pelas "potências sul-americanas": era comum a invasão e ocupação de terras por pecuaristas gaúchos. Vale ressaltar que, desde sua emancipação, a Argentina já nutria pretensões de anexação tanto do Paraguai quanto do Uruguai, uma vez que ambas as nações faziam parte do mesmo território colonial - o Vice-Reino do Prata. Grande parte das atividades internas, rurais ou urbanas no Uruguai desenvolve-se a partir de empreendimentos do Barão de Mauá, ainda que muito mais representasse os interesses ingleses do que brasileiros.

Quanto à Argentina, oficialmente o país alcança a independência em 9 de maio de 1816. Destacam-se os acontecimentos da chamada “Revolução de Maio” que provocam a revolução que culmina em 1816 em sua independência da Coroa Espanhola. Em 25 de maio de 1810, forma-se a Primeira Junta de Governo que, presidida pelo militar e estadista Cornelio Saavedra, proclama princípios como a soberania política do povo argentino, a divisão dos poderes e a duração limitada dos mandatos dos governantes. Sua principal conquista é a destituição do vice-rei espanhol Baltasar Hidalgo de Cisneros (BUSHNELL, 1991).

No entanto, as lutas internas intensificam-se devido aos vários interesses regionais. Destacam-se entre os conflitos internos a disputa entre unitaristas e federalistas, que possibilitam o desenvolvimento do caudilhismo. Os interesses regionais chocavam-se entre si e principalmente com os interesses de Buenos Aires. Mesmo com a existência de uma Constituição e de governos centralizadores, como a ditadura de Rosas, a Argentina não consegue, na prática, forjar sua unidade nacional.

As divisões internas acabam por facilitar a dominação econômica inglesa. Muitos

britânicos se mudam para Buenos Aires e assumem o papel comercial antes ocupado pelos espanhóis. A incapacidade de competir com os recém-chegados faz com que os comerciantes locais busquem outra saída na agricultura e pecuária. Entretanto, os comerciantes da capital não conseguem os seus benefícios a partir da exportação de produtos nacionais, mas com as importações de bens de consumo para um mercado que se estendia desde o Atlântico até a Cordilheira dos Andes (LYNCH, 1991).

Jorge Myers, no ensaio "A história e política na identidade argentina: 1840-1880" (2008), sinaliza que, desde a independência, os argentinos vinham lutando com a questão da sua própria identidade. Uma das primeiras dificuldades enfrentadas pelos argentinos foi a construção do Estado destinado a substituir a organização política imperial na região do Rio do Prata. Logo após as lutas de emancipação, ocorrem a fragmentação da organização política e a rejeição à capacidade do governo das autoridades em Buenos Aires. A autoridade central do Estado entra em crise em 1820. Somente em 1862 o país consegue unir-se sob o comendo de um único governo institucional. Ainda assim, a federalização da cidade de Buenos Aires decretada somente em 1880.

Um indício dessa situação é a natureza contestada do nome da nova nação. O termo argentino, a princípio, possuía uma referência geográfica restrita, pois se aplicava mais aos moradores de Buenos Aires ou das margens do rio da Prata ou seu litoral. Myers (2008, p. 181), assinalando a importância que, em termos de identidade nacional, o nome adotado por um povo é "uma condensação da intenção histórica e projetiva de seus membros e [...] um instrumento poderoso para inspirar os sentimentos associados ao nacionalismo e ao fervor patriótico", explica que, por esse motivo, o fato de o nome da nova nação "ter sido em si a causa de um conflito indica a natureza indefinida e controversa da identidade nacional argentina ao longo de todo o século XIX". Apenas a partir da década de 1870 é que o nome passa a ser aceito pela população como a denominação da nação a qual todos pertenciam.

De acordo com o historiador argentino, no momento da independência, a Argentina dispunha da menor população de qualquer dos Estados da América Latina. Por conta disso, o governo decide incentivar a imigração em massa da Europa. O crescente fluxo de imigrantes a partir da década de 1840 acrescenta outro elemento de indeterminação cultural à identidade argentina. Nas tentativas de intelectuais e políticos para definir a identidade nacional argentina, elementos políticos e ideológicos costumavam sobrepor-se aos atributos culturais. Mesmo quando os atributos culturais eram ressaltados, quase sempre estavam incluídos no discurso republicano, tema recorrente na Argentina a partir da Independência (MYERS, 2008).

A ordem rosista – inspirada no governo de Juan Manuel de Rosas (1835-1850) – começa a ser representada não somente como a encarnação do entusiasmo republicano, mas, inclusive, como a expressão de um forte sentimento americano. É ressaltado o forte contraste entre a identidade americana e a dos europeus. O amor à independência e a virtude cívica são algumas das qualidades escolhidas pelos promotores do regime para serem atribuídos aos cidadãos americanos da Confederação Argentina.

Um novo discurso sobre o tema do conceito de nação argentina, compreendido em termos tanto culturais quanto políticos, somente ganha contornos com o surgimento do primeiro grupo de escritores românticos no Rio da Prata, a Geração de 1837. O movimento intelectual adota como tarefa primordial a elaboração de um projeto de "nacionalização" da cultura argentina. A Espanha é rejeitada como fonte e modelo para a nova identidade; o que era espanhol passa a ser considerado estrangeiro.

Se o legado espanhol é rejeitado, também outras fontes e modelos são recusados. A herança pré-colombiana e indígena, por exemplo, é excluída de imediato, da mesma forma que os atributos culturais dos habitantes da Argentina falantes de quíchua ou guarani. A implicação disso tudo é o surgimento de um seleto grupo de escritores que, na tentativa da construção de uma identidade nacional, vem a descrever a Argentina de então como uma nação sem raízes. A ideia perseguida era a de que sua origem estaria mais no futuro, do que no passado (MYERS, 2008; DELANEY, 2008).

Essa imagem da nação argentina passa a ser mais difundida na segunda metade do século XIX, após a queda de Rosas e o término da nova "organização nacional", no interior da qual parecia estar ocorrendo aquela projetada construção de uma nação. Em uma conjuntura de imigração em massa, rápida urbanização e crescimento ainda mais veloz de Buenos Aires, os termos do debate sobre a identidade nacional assumem uma forma mais concreta. Isso fica mais evidente com a discussão em torno do destino da língua espanhola, que continuava a ser o veículo de comunicação entre os argentinos. A preocupação em torno da língua nacional torna-se urgente, uma vez que o público leitor da época aumentava e se diversificava.

No período entre a década de 1860 e a de 1880, uma série de acontecimentos aciona o debate acerca do status da língua "argentina". O primeiro acontecimento é a consolidação da corrente literária que utiliza o dialeto dos gaúchos, cuja obra principal é *El gaucho Martín Fierro* (1872), de José Hernandez[21]. O outro acontecimento importante é o impacto que a

[21] Enrique Rivera, em *José Hernandez y la Guerra del Paraguay* (2007), afirma que o autor do que chama o maior poema da nação argentina foi uma voz que pronunciou-se contra a contenda nas páginas do periódico *El Rio de La Plata* em 1869. Em severa crítica ao presidente Bartolomé Mitre, Hernandez teria causado polêmica

imigração em massa exerce sobre os hábitos linguísticos urbanos da Argentina, em especial sobre os de Buenos Aires. Em 1873, a Real Academia de La Lengua Española, organização encarregada de elaborar dicionário e gramáticas da língua espanhola, oferece a Juan María Gutiérrez um lugar na instituição. De um modo tipicamente americanista, o crítico literário argentino de maior prestígio na época e a tradição discursiva à qual dá início[22] postulam o fato de que a Argentina tinha surgido de um nacionalismo cuja essência era a defesa de um destino cosmopolita, o que lhe outorgava características distintas da Espanha. Na interpretação de Gutiérrez isso significa que a nação argentina foi construída por meio de um amálgama dos traços culturais das nações do mundo.

Na opinião de Myers (2008, p. 206),

> Como em outras formações discursivas desenvolvidas na América Latina como parte dos debates sobre identidade nacional nos séculos XIX e XX [...] a imagem do "caldeirão" tinha importância crucial para o nacionalismo cosmopolita da Argentina. A nova identidade cultural que um dia definiu a Argentina como nação separada somente poderia resultar de uma mistura de povos e de idiomas.

André Toral, em *Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai* (2001), também atenta para o processo conhecido como "luta dos estados argentinos". O governo só consegue a unificação no início da década de 1860, com a derrota dos federalistas agrupados sob a Confederação Argentina. Quem assume liderança da nação argentina, em outubro de 1862, é o liberal Bartolomé Mitre.

Segundo o pesquisador, a maior preocupação do presidente argentino era mais quanto à possibilidade de revolta de algumas províncias que, aliadas com os *blancos* do Uruguai, poderiam dispor de um porto, Montevidéu, rompendo com o monopólio de Buenos Aires, e de poder militar por meio de uma aliança com López. A burguesia portenha tinha interesse em destruir a Confederação e apropriar-se da Argentina. Vale ressaltar que, desde a independência, a Argentina já nutria pretensões de anexação tanto do Paraguai quanto do Uruguai, uma vez que ambas as nações faziam parte do mesmo território colonial - o Vice-Reino do Prata.

No momento em que a nação passa a integrar a Tríplice Aliança, para o governo Mitre, a questão não é de ofensas à honra nacional, nem de concessões territoriais. O que mantém a Argentina na guerra é a necessidade de selar a unidade nacional sob hegemonia portenha, com a total derrota de López e a neutralização das províncias separatistas.

---

quanto às causas e fins da guerra, bem como reclamado justiça ao povo paraguaio.

[22] A tradição iniciada por Juán María Gutiérrez teria continuidade, numa forma ligeiramente modificada, com autores como Jorge Luis Borges ou Pedro Henrique Ureña no século XX.

Reforçando esta posição que López queria desempenhar como líder de uma nova distribuição de poderes na região, o presidente paraguaio declara guerra ao Brasil, acreditando que bastaria seu exército para desdobrar e modificar as relações com o Império.

Tal explicação demonstra que na década de 1860-70 não existia nenhuma ameaça ao equilíbrio de poder na região do Prata, unicamente porque não havia um equilíbrio propriamente dito. O Brasil era a primeira potência regional sob todos os pontos de vista, e seu poder excedia ao de todos os outros atores regionais somados (TORAL, 2001).

A Argentina sofre baixas estimadas durante a Guerra do Paraguai. Alcança o território anexado aquém de suas pretensões, embora tenha conseguido eliminar da ameaça expansionista da região platina. A guerra contribui para a consolidação nacional do país: Buenos Aires é aceita como capital inconteste de uma república argentina unida. A partir de então, a identidade nacional se fortalece consideravelmente (BETHALL, 2012).

Em relação ao Brasil, única monarquia na América e região que preserva a unidade territorial após a independência em Sete de Setembro de 1822, o país vivencia duas décadas de lutas regionais ao mesmo tempo em que preserva as estruturas coloniais. O Primeiro Reinado e o Período Regencial são marcados por grave crise, que começa a ser superada com o governo de D. Pedro II. Nesse período há o aumento das exportações e a consolidação do Estado Nacional.

Conforme Leslie Bethell e José Murilo de Carvalho (1991), no momento da independência, a grande maioria população brasileira é formada por negros ou mulatos. Não há nem unidade econômica nem sentimentos de identidade nacional. A unidade mantida durante a transição da colônia portuguesa a império independente politicamente é precária. Mesmo com D. Pedro I assumindo a direção do movimento de independência de Portugal, muitos líderes políticos brasileiros desconfiam do compromisso genuíno do Imperador para o constitucionalismo e de sua vontade de romper todos os laços com a família real.

A Assembleia Constituinte, enquanto palco dos primeiros confrontos entre a elite política e o Imperador, menos de um ano após a declaração de independência, é convocada pela primeira vez pelo príncipe regente em três de junho de 1822, mas não foi oficialmente aberta até três de maio de 1823. O reinado de Pedro I é marcado por momentos de constantes tensões e conflitos políticos, levando-o à abdicação em abril de 1831.

Apesar de adotar um modelo político monárquico centralizado, o Brasil passa a ser governado pelas elites agroexportadoras e influenciado por uma pequena elite urbana vinculada à importação e exportação e associada ao capital inglês. A maior estabilidade política verificada após 1850 deve-se ao maior equilíbrio entre as elites regionais que, por sua

vez, é possível graças ao aumento das exportações, principalmente de café.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que as exportações aumentam as importações acrescem, o que determina um crescente *déficit* nas finanças do Estado. A crise econômica aprofunda-se, em grande parte devido à submissão do país ao capitalismo inglês. A maior parte da produção agrícola é exportada para a Inglaterra. Os investimentos em infraestrutura são feitos por banqueiros ingleses, que ao mesmo tempo controlam bancos e casas de importação e exportação e emprestam dinheiro diretamente ao Estado. As relações comerciais são mantidas, mesmo durante a ruptura de relações diplomáticas entre os dois países.

Na avaliação de Doris Sommer (2004), somente por volta de 1850, já sob o comando de D. Pedro II, é que o Brasil parece, de fato, alcançar a independência política e estabilidade econômica. Este momento de "maioridade" política do país coincide com a de outros países latino-americanos, que também caminhavam para o fim das guerras civis e lutavam pela independência política, econômica e cultural. Segundo a pesquisadora, é nesse contexto que as nações americanas encontram condições de produzir seus romances nacionais.

Conforme Leslie Bethall, no ensaio "O Brasil e o mundo" (2012), a rebelião dos *colorados* (liberais), no Uruguai, em abril de 1863, desencadeia a sequência dos acontecimentos que levam à Guerra do Paraguai. O conflito é encabeçado pelo general Venâncio Flores, pela derrubada do governo dos *blancos* (conservadores) eleito em 1860. Pela primeira vez atuando do mesmo lado num conflito uruguaio, Argentina e Brasil apoiam a rebelião *colorada*.

O governo argentino assume essa posição por dois motivos: primeiro por ter recebido o apoio dos *colorados* na guerra civil argentina em 1861 e segundo porque os *blancos* constituíam um foco possível de oposição federalista nas províncias litorâneas à república argentina, recém-unificada. Para o Império do Brasil, o motivo principal era proteger os interesses dos brasileiros que viviam e tinham propriedades no Uruguai, ameaçados pela rigidez das autoridades daquele Estado sobre o comércio da fronteira e as taxas alfandegárias. É nesse contexto que o governo *blanco* se volta para o Paraguai como único aliado possível.

No entanto, o Paraguai desconfia de seus vizinhos. Ambos demoraram em aceitar a independência paraguaia e reconhecê-la: o Brasil em 1844; as Províncias Unidas em 1852. Além disso, os dois tinham reivindicações territoriais contra a nação paraguaia: o Brasil, no extremo nordeste do país, na divisa com Mato Grosso; a Argentina, no leste do Rio Paraná (Misiones), mas também a oeste do Rio Paraguai (o Chaco). E havia ainda atritos envolvendo os país quanto à livre navegação no sistema fluvial Paraguai-Paraná.

Francisco Solano López, a princípio, hesita em fazer uma aliança formal com os *blancos* contra os *colorados* no Uruguai. Mas, em meados de 1863, o presidente do Paraguai vê a oportunidade de mostrar sua presença na região e de desempenhar um papel compatível com o novo poder econômico e militar do país. No começo de 1864, ele dá início à mobilização para uma possível guerra.

Quando o Brasil lança um ultimato ao governo uruguaio em agosto do mesmo ano, ameaçando retaliar os supostos abusos sofridos por súditos brasileiros, Solano López reage com um ultimato alertando o Brasil contra a intervenção militar. Ignorando o alerta, soldados brasileiros invadem o Uruguai em 16 de outubro. Em 12 de novembro, após a captura de um vapor mercante brasileiro que saía de Assunção para Corumbá, levando o presidente de Mato Grosso a bordo, o Brasil rompe relações diplomáticas com o Paraguai. Em 13 de dezembro, Solano López declara guerra ao Brasil e invade Mato Grosso. Quando a Argentina nega autorização ao Exército paraguaio para atravessar Misiones – território disputado e quase despovoado – a fim de invadir o Rio Grande do Sul, Solano López também declara-lhe guerra, em 18 de março de 1865, e no mês seguinte invade a província argentina de Corrientes.

A decisão de Solano López de declarar guerra a seus vizinhos mostra-se um equívoco, que traz graves consequências ao povo paraguaio. Ele superestima o poderio econômico e militar do Paraguai e, ao mesmo tempo, subestima o poderio militar potencial do Brasil. Além disso, erra ao pensar que a Argentina ficaria neutra numa guerra entre o Paraguai e o Brasil em disputa pelo Uruguai. Sua imprudência resulta naquilo que mais ameaçava a segurança e até a existência do Paraguai: a aliança de seus de seus três vizinhos contra ele.

As cláusulas secretas do Tratado da Tríplice Aliança assinado em maio de 1865 pelo Brasil, Argentina e Uruguai contemplavam a remoção de Solano López do poder, a livre navegação dos rios Paraguai e Paraná e a anexação do território reivindicado pelo Brasil no nordeste do Paraguai e pela Argentina no leste e no oeste do Paraguai. Conforme Leslie Bethell (2012, p. 162-163), a Guerra do Paraguai poderia ter sido evitada se

> (1) o Brasil tivesse se mostrado menos categórico na defesa dos interesses de seus súditos no Uruguai, principalmente, se não tivesse feito uma intervenção militar em favor deles, (2) se a Argentina tivesse se mantido neutra no conflito subsequente entre o Paraguai e o Brasil; e, sobretudo, (3) se o Paraguai tivesse se conduzido com mais prudência, reconhecendo as realidades políticas da região e tentando defender seus interesses por meio da diplomacia, e não pelas armas.

Segundo os estudiosos, a guerra se arrastou mais do que o previsto porque o Brasil,

lutando praticamente sozinho na guerra após o primeiro ano, enfrentou enormes problemas logísticos, primeiro para organizar, depois para transportar as tropas por milhares de quilômetros, por via terrestre, marítima e fluvial, e, finalmente, para abastecê-las. Isso tudo sem contar a incompetência estratégica e tática dos comandantes brasileiros (DORATIOTO, 2002, BETHELL, 2012).

A Guerra do Paraguai exerce um profundo impacto na história do Império Brasileiro. Por um lado, o país sofre baixas de pelo menos 50.000 mortos em combate e muitos outros por doenças, além de ter suas finanças públicas prejudicadas. Por outro lado, o Brasil alcança seus objetivos, assegurando a livre navegação dos rios e, em janeiro de 1872, conseguindo a anexação do território reivindicado entre o Rio Apa e o Rio Branco.

Para Richard Graham (1991), López, a quem os paraguaios de língua guarani eram intensamente leais, herda a liderança de uma nação que seu pai havia mantido isolada do resto do mundo por longo tempo. Ele sente a ameaça de invasão das forças brasileiras e argentinas e teme ter que ceder o território sempre disputado e reivindicado por ambos os vizinhos. Não só com muito boa vontade responde a pedidos de ajuda dos uruguaios, como também não declarou as suas intenções com clareza suficiente, de modo que os brasileiros e argentinos o consideram uma ameaça para o Uruguai.

No entanto, em junho 1864, quando os ministros argentinos e brasileiros se reúnem em Montevidéu para resolver o que achavam que seria a solução para as lutas internas uruguaias, informalmente concordaram em agir de forma decisiva no caso, o Paraguai corre em auxílio do *blanco* derrotado. Os termos deste acordo o levam precisamente ao que pretendia evitar: à guerra. Quando o acordo não foi mantido pelo Uruguai, as tropas brasileiras entram neste país (setembro de 1864) para apoiar a alegação do Brasil a pagar danos e prejuízos para os cidadãos brasileiros e para instalar os *colorados* no poder. Paraguai responde sequestrando navios brasileiros no rio Paraguai e invadindo o território brasileiro. Calculando erroneamente seu apoio ao General José Justo de Urquiza, López ordena que suas tropas invadam o território argentino e, em seguida, também entre em guerra com esse país. As cláusulas secretas do tratado assinado em maio de 1865 pelo Brasil, Argentina e Uruguai possuía, nomeadamente, a transferência de territórios do Paraguai para a Argentina e para o Brasil, bem como a abertura dos rios para o comércio internacional e a remoção de Lopez do poder.

Da mesma forma, a guerra é um erro para os paraguaios. Alguns historiadores têm apresentado a guerra como o resultado do projeto de um tirano louco. Na avaliação de Grahan (1991), no entanto, trata-se de um jogo de interesses, complicado por uma série de equívocos. López temia o desaparecimento de sua nação. Ele não podia calcular com precisão

superestimada sua própria força e do apoio que ele poderia contar de Urquiza, e duvidava que o caudilho argentino tivesse feito as pazes em Buenos Aires, em 1862. Líderes de Buenos Aires temiam a ascensão de Urquiza no Nordeste em aliança com López e *blancos* do Uruguai. Lopez foi encorajado pelas declarações agressivas de alguns deputados beligerantes brasileiros e planos de contingência de diplomatas brasileiros.

O Brasil queria que os *colorados* estivessem no poder no Uruguai para promover os interesses de seus cidadãos e afirmar seu próprio poder na região. Os brasileiros não acreditavam que Lopez realmente declarasse guerra, mas eles tinham certeza de que, se o fizesse, o Brasil facilmente o venceria. Com isso, eliminaria a questão da fronteira enquanto garantia a livre navegação no rio Paraguai.

As tropas brasileiras, tendo instalado um governo complacente em Montevidéu, se movem rapidamente à frente do Paraguai. Em setembro de 1865, o Exército Brasileiro desaloja tropas estrangeiras do Rio Grande do Sul. Mas o Brasil, ansioso para estabelecer sua hegemonia na região, rejeita ajuda. Em setembro de 1866, as forças aliadas sofrem uma grande derrota de Curupaití. A partir de então, as tropas aliadas voltam sua atenção para a oposição interna da Argentina, onde a guerra era impopular, especialmente entre os líderes das províncias. O Brasil, por outro lado, segue sozinho, permanecendo no conflito por quatro anos. Quando a guerra com o Paraguai termina com a morte de Solano López em março 1870, o Império enfrenta crescentes críticas.

A guerra revela as diferentes tensões que se existiam na sociedade brasileira. Determinar que o Brasil continuasse na guerra com o Paraguai, uma vez que as tropas paraguaias tinham sido expulsas do território brasileiro, causa uma profunda preocupação nacional. Líderes brasileiros justificam a sua ação com base na ideia de que precisavam civilizar o país bárbaro e livrar os paraguaios da tirania, ridicularizando a herança racial paraguaia e aludindo ao conceito de supremacia da raça branca.

Leonam Lauro Nunes da Silva, no artigo "O Índio nas páginas da Revista 'A Semana Ilustrada': a Guerra com o Paraguai e o nacionalismo em discussão" (2012), ao desenvolver uma análise centrada na relação entre iconografia – no caso, das charges - e etnografia, assegura que, no período do conflito, os adversários mais atuantes eram o Império do Brasil e o Paraguai de Solano Lopez. A Argentina e o Uruguai desempenhavam papel secundário. Na interpretação das charges veiculadas na revista, Silva (2012, p. 331) identifica nas imagens selecionadas um forte teor ideológico de exaltação aos feitos alcançados pelo exército brasileiro. Limitando-se à análise de charges que instigavam a "reflexão de como o Estado brasileiro se valeu do componente étnico indígena como instrumento capaz de fomentar um

sentimento nacionalista", o pesquisador brasileiro observa a intenção dos textos de conferir à figura do índio um caráter heroico.

E se as charges servem à fomentação do sentimento nacionalista, como as elites letradas dos países da Região do Prata utilizam a literatura como instrumento de representação da imagem das nações emergentes? E mais. Como, no período da Guerra do Paraguai, a literatura atua como imperativo das elites nacionais para sua afirmação na contenda?

2.4 A batalha em papel

A literatura romântica produzida nas Américas, preocupada em representar a nação, com suas paisagens, costumes e fatos etc. – ainda que inspirada em moldes europeus – contribui para a construção de uma imagem de nação coesa que haveria de parecer falsamente homogênea. Essa noção da identidade nacional, na qual todos os cidadãos pareciam compartilhar da mesma língua, cultura e práticas sociais, perdura até meados do século XX, quando uma série de fatores originam o questionamento de tal concepção unificadora de identidade.

Para Doris Sommer (2004, p. 40), o romance nacional, na América Latina, "não faz distinção entre política ética e paixão erótica, entre nacionalismo épico e sensibilidade íntima". Elaborados no século XIX e voltando-se para a tarefa de formação da identidade nacional, os romances nacionalistas marcam época para a geração de leitores. E, por isso, no contexto latino-americano, o conceito de romance histórico quase não precisa ser explicado, uma vez que a leitura de obras dessa natureza é obrigatória no ensino médio. Nas palavras da pesquisadora norte-americana, "os escritores foram encorajados tanto pela necessidade de preencher uma história que ajudaria a dar legitimidade à nação emergente quanto pela oportunidade de direcionar aquela história de um futuro ideal" (SOMMER, 2004, p. 22).

A argumentação de Marinyze Prates de Oliveira (2004), ao tratar de obras que representam a nacionalidade brasileira, também se sustenta na ideia de obrigatoriedade da fruição de obras de fundação no ensino médio como estratégia política estatal para disseminação de valores e consolidação da identidade nacional. Seu estudo aponta que, a partir do século XX, as obras cinematográficas que adaptaram os emblemáticos romances de fundação vieram a reler e revitalizar a ideologia presente nas obras literárias.

Na Argentina, os intelectuais da Geração de 1837 adotam uma perspectiva de "nação

mundo", exaltando louvores ao que consideravam cosmopolitismo "inerente" à identidade argentina. Jorge Myers (2008) discorre sobre a importância dessa geração de literatos e seu projeto de nacionalização da cultura, centrado na consolidação de uma língua "argentina". Somente décadas mais tarde surgem os "novos românticos", defensores de um nacionalismo cultural inspirado nas correntes etnonacionalistas europeias. Eles se contrapunham à Geração de 1837, ao valorizaram a concepção dita "primordialista" de nação. Intelectuais como Estebán Echeverria, Domingo Faustino Sarmiento e José Mármol, entre outros, norteam a construção de uma representação literária de um projeto de nação elaborado por eles para a América e em particular para a Argentina.

A questão da identidade argentina continua sendo um problema nas décadas seguintes. Jeane Delaney (2008) aborda o assunto, revelando a ascensão de um discurso nacionalista que, sob o impacto do fluxo de imigrantes, predominantemente italianos, ao final do século XIX, dissemina a ideia de "raza argentina" unificada. Multidões de recém-chegados fixam-se e formam a base da incipiente classe operária urbana. E, por serem, oriundos dos setores mais pobres da Itália e da Espanha, provocam mais desdém do que admiração nos argentinos nativos.

Em *Amalia* (1851), José Mármol busca representar a cisão social produzida durante a década de quarenta, quando as elites nacionais se enfrentavam sob a denominação de unitários e federais. O romance esboça um projeto de nacionalidade, que, para ser concretizado, faz-se necessária a oposição ao Governo de Rosas[23]. Segundo Sommer (2004), a obra apresenta um caráter de panfleto contra o federalismo e de louvor ao ideal unitarista.

A narrativa tem início na noite em Eduardo Belgrano, após uma tentativa frustrada de fugir para o exílio em Montevidéu e livrar das perseguições de Rosas. Para proteger Eduardo do serviço de espionagem rosista, Daniel Bello, seu amigo, o leva à casa de Amalia, sua

[23] O argentino Juan Manuel Rosas (1793-1877) foi político e militar. Depois de lutar contra a segunda fase das invasões inglesas, na época em era militar, muda-se para o campo e torna-se um importante proprietário de gado na região do Pampa. Nesse período, monta um exército próprio para combater os indígenas. Em 1828, torna-se líder de um movimento popular e obtém sucesso na Província de Buenos Aires e nas regiões restantes do litoral. As províncias localizadas no interior resistem, pois ainda eram unitaristas. Então Rosas consegue capturar um general unitário e reconquista o interior, fazendo com que a Argentina volte à unidade sobre o seu poder. Em seu primeiro governo, que durou de 1829 e 1832, Rosas acaba renunciando, pois não lhe é concedido poder absoluto. Assim, seu posto é assumido por Juan Ramón González de Balcarce, homem de confiança que posteriormente vem a lhe trair. Apesar de deixar o cargo no governo, Rosas continua liderando as forças armadas argentinas como chefe de exército e comandante. Com a firmação do Pacto Federal no ano de 1831, o país é unificado e há a abolição do centralismo. O pacto é firmado entre os territórios de Buenos Aires, Santa Fé e Entre Ríos, sendo que as províncias que restam se juntam logo depois. Em seu segundo governo, Rosas obtém nomeação para assumir o 2º quinquênio governamental da província de Buenos Aires (1835-1840). Neste período, fica conhecido como *El Restaurador* e exige a realização de um plebiscito que resulta a seu favor. Portando grandes poderes na província, enfrenta a armada francesa em 1838 e a Confederação Peruano-boliviana. Acaba sendo derrotado, em 1852, pelo General Justo José de Urquiza, que é apoiado por Brasil e Uruguai na Batalha de Caseros (DORATIOTO, 2002).

prima. No entanto, através da denúncia de populares, o esconderijo do jovem é descoberto. A polícia de Rosas invade a casa e mata os jovens Eduardo e Daniel. Neste aspecto, o destino de Amalia simboliza o da nação, que segue indefinido.

No que tange ao Uruguai, a nação só consegue consolidar sua identidade nacional na década de 1880. Conforme Sommer (2004), isso acontece quando Argentina e Brasil, que durante anos disputavam e ameaçavam o país, ocupam-se demais com seus próprios problemas para se incomodar com o território intersticial. Desde 1811, a Argentina nada fazia para proteger a Banda Oriental.

O longo poema "Tabaré" (1888), Juan Zorrilla de San Martin, foi acolhido pelos leitores uruguaios como pré-história coletiva. O uruguaio foi homenageado pela Real Academia Española por entender sua identidade hispano-americana como uma "lealdade dupla". Juan Varella, crítico espanhol, elogiou o poema de Zorilla (a que o próprio, alternadamente, subtitulou posteriormente de epopeia e "romance em verso") e caracterizou o poeta nos mesmos termos a que havia considerado o equatoriano Juan León Mera, autor do romance histórico *Cumandá* (1879): "(...) muito americano, o que não o impede de ser muito espanhol também". Ao lado de Mera, do dominicano Manuel de Jesús Ganván, autor de *Enriquillo* (1882), e José Enrique Rodó, criador de *Ariel* (1900), foi considerado como um dos responsáveis pelo renascimento do humanismo católico e da revalorização da Espanha (SOMMER, 2004, p. 293-294).

Um ano antes de publicar "Tabaré", Zorrilla havia escrito o poema "La leyenda pátria", no qual os versos reabilitavam José Gervásio Artigas à categoria de herói nacional. Artigas havia sido considerado herói da América em 1811, quando impôs à Espanha sua primeira derrota. Mas, depois que escapou das Províncias Unidas do Rio da Prata até em 1814, até praticamente a inauguração do monumento de independência em Montevidéu, em 1789, foi chamado de rebalde pela maioria dos uruguaios. O poema épico de Zorrilla - e depois a "Epopeia de Artigas" (1910), comissionada pelo governo - o recuperou como uma espécie de herói protopopulista, que distribuía terras às suas tropas formadas por gaúchos, negros e índios.

Em "Tabaré" (palavra de origem guarani, que significa "estranho à comunidade"), no entanto, Zorrilla retrocedeu na história em busca de seu herói, na intenção de reduzir complicações para antes pretensões de português, brasileiros ou argentinos pudessem embaralhar a identidade uruguaia. Tabaré é um mestiço, filho de uma cativa espanhola e um chefe indígena charrua (etnia praticamente extinta, na época), e um forasteiro, tanto entre os brancos quanto entre os índios. Ele se apaixona por Blanca, uma andaluza, irmã do novo

comandante espanhol. Quando a moça é sequestrada por outro chefe indígena, Tabaré a salva e entrega ao irmão. Esse, cego de preocupação e já ciente do interesse do mestiço por Blanca, atira-lhe uma lança.

Sommer (2004, p. 298) avalia "Tabaré" como um projeto literário que, diferentemente do que ocorrera no Brasil, com a história de José de Alencar, pretendia se libertar da mestiçagem. A mistura entre o colonizador (humano) e o índio (selvagem) "poderia confundir o caráter da Espanha a ponto de criar uma situação de desproteção". Nesse sentido, a identidade uruguaia seria classicamente trágica; "os mestiços de Zorrilla, ao invés de serem uma melhoria racial, são híbridos estéreis e autodestrutivos".

A pesquisadora de ficção latino-americana, ao analisar um romance paraguaio, anuncia que não procede a ingênua ideia de que a política nacional se configura como uma reflexão de segundo plano nas tramas geralmente representada como uma forma de escapismo para sanar as decepções amorosas das personagens. Segundo a pesquisadora, "quando os problemas amorosos são solucionados, também os são os conflitos políticos", ou seja, é provável que "o amor e a política não sejam alternativas para os heróis, mas que um evoque o outro de modo bastante intencional". Isso fica claro em vários romances. *Aurora* (1920), Juan Stefanich, do Paraguai, por exemplo, é um romance histórico sobre as revoltas da época em Assunção. Depois que o herói da história se decepciona com a heroína que dá título à obra, passa a se dedicar à "nova Aurora", ou seja, o futuro do Paraguai (SOMMER, 2004, p. 264).

José Martiniano de Alencar (1829-1877) assume a função dupla de político e intelectual. Aliás, muitos intelectuais românticos brasileiros e de outras nações assumiram posição semelhante ao a de Alencar. A atuação dos homens das letras nessa dupla empreitada justifica-se face ao esforço que empreendiam de engajarem-se na construção da identidade nacional em seus países.

Os romances alencarianos *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1865) são reconhecidos como as obras mais representativas da ficção de fundação da nação brasileira. Conforme Sommer (2004, p. 178), com os romances, Alencar coloca em prática a ideia que nutria de que "o Brasil fora fundado quando brancos e índios caíram uns nos braços dos outros e tiveram filhos mestiços". A posição do literato seria, portanto, uma reação à postura de Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), autor do poema épico "A Confederação dos Tamoios" (1856)[24], e a do historiador Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878), que pareciam

[24] Dedicado ao Imperador D. Pedro II, o poema de dez cantos versa sobre a rebelião dos indígenas, de mesmo nome, contra os colonizadores portugueses, ocorrida entre 1554 e 1567. Ao abordar os temas da colonização e da escravidão, o poeta defende os índios, considerados bravos guerreiros na defesa de sua terra.

concordar com a "ideia de que índio bom é índio morto, se não estiver trabalhando duro para o europeu" (SOMMER, 2004, p. 178).

Em *O Guarani*, o protagonista Peri é o rei da nação gentil que, abandona os seus, para seguir uma nova divindade: Cecília, a jovem loura, filha do português Dom Antônio de Mariz. Ceci transforma o selvagem Peri em um homem civilizado. Segundo Sommer (2004, p. 191), "Peri representa todos os índios bons", enquanto "Ceci representa dos os brancos obstinados, porém fundamentalmente flexíveis".

Iracema, por sua vez, inverte as designações de cor do herói e da heroína de *O Guarani*. Trata-se da história de uma índia sacerdotisa, que se apaixona à primeira vista e entrega sua virgindade ao conquistador branco. Martim é o herói confuso, que durante todo o tempo em que está ao lado de Iracema, sente saudade de casa e da noiva legítima. Para Sommer (2004, p. 200-201), uma vez que Martin "não pode voltar para Iracema, ela se torna sua casa também". Ambas as mulheres são objeto de desejo do europeu "apenas depois que está ausente". Ao voltar para Portugal, sente saudades da índia. Já Iracema é menos complicada, pois representa o lugar em que o amor e o desejo coincidem.

Do caso de amor entre a índia e o português, nasce Moacir, que representa uma nova linhagem; a união em que "um passado inconfundivelmente brasileiro se mescla com um futuro imprevisível". Estabelecendo uma analogia entre a história do romance e a relação entre o Império Português e o Brasil, Sommer (2006, p. 200) sugere que talvez "Portugal tenha sentido saudade de flertar com a colônia sedutora".

Segundo Amaral (2006), o sistema literário, o cânone e a identidade nacionais são como elementos fundamentais que atuam combinados na organização do sistema. De maneira que a brasilidade e a identidade do sistema literário estão imbricados e podem ser compreendidas como dois planos de uma mesma questão. Conforme sua leitura, o período romântico sinaliza todo o sistema literário como fundador da brasilidade, consolidando a própria literatura brasileira como sistema e formulação do cânone inicial. O cânone nacional brasileiro consolida-se no século XIX, a partir da formulação de seus elementos iniciais no século XVIII por uma burguesia colonial ascendente.

Diante da impossibilidade de construir a nação sobre a mitificação de um passado histórico, como ocorreu na Europa, a fundação da identidade brasileira reivindica um caráter mítico europeu e se une com um passado histórico ficionalizado nacional. De acordo com Ricardo Amaral (2006, p. 32)

> A formulação mítica assumiu caráter consistente apenas no século XIX, quando,

> sem as condições necessárias para a constituição de uma autoafirmação nacional firmada na realidade social, coube a ela fazê-lo no plano imaginário. Para isso, a literatura desempenhou um papel essencial, exatamente pelo seu caráter ficcional.

As tentativas dos escritores românticos, com o indianismo de José de Alencar, por exemplo, para captar e definir uma identidade nacional pretendida como autêntica, acaba sendo mais reveladora dos valores das camadas sociais que escreviam e a fruíam do que os índios e sertanejos dos textos em que comparecem.

Amaral (2006, p. 17) argumenta que o Brasil, a partir do século XX, aciona uma revisão de interpretações do país e da identidade nacional. *Os Sertões* e *Macunaíma são justamente obras que* renovam o sentimento de nacional relacionando a problemática da identidade nacional e de seu ingresso na modernidade. Esse transcurso até a modernidade chega por uma "recombinação dialética de ruptura e continuidade, porque a modernidade também é feita pela projeção das contradições".

Situando a análise sobre a construção d*A identidade brasileira nacional na Guerra do Paraguai* (2013, p. 17-18), Tiago Gomes de Araújo (2013, p. 17-18) assegura que o conflito bélico é utilizado como catalisador de sentimentos patrióticos. Os campos de batalha atuam como um tipo de "prova prática da eficácia simbólica das representações do Brasil veiculadas à época do conflito". A campanha contra o Paraguai, assim como outros eventos da história, é intencionalmente "empregada enquanto espaço de evidenciação de valores inerentes ao jeito de ser brasileiro". Neste momento, a representação de um país "uno e coeso" alicerça-se na figura de D. Pedro II.

Por outro lado, considera que a contenda não se caracteriza apenas um espaço de luta física, mas também um campo de disputas ideológicas. Ao passo que os monarquistas brasileiros propagandeavam as qualidades do Império, dirigidas por D. Pedro II, os paraguaios não deixavam de criticar o regime escravocrata mantido pelo Império brasileiro. Acrescenta que o clima de disputa contribuiu para desestabilizar certezas e provocar mudanças. No Brasil, vale mencionar, serviram para acionar a profissionalização do exército e iluminar os movimentos abolicionista e republicano.

Araújo (2013) destaca que as rivalidades contra um inimigo externo conseguiram conquistar o apoio de uma grande parcela da população de maneira jamais vista na história da nação brasileira. Ao mesmo tempo, Araújo revela que seu estudo identifica certa fragilidade na propaganda política imperial em divulgar as virtudes da brasilidade.

Conforme Marcelo Rodrigues, autor da tese "Guerra do Paraguai: os caminhos da memória ante a comemoração e o esquecimento, no início do conflito" (2009), o governo

brasileiro precisou apelar para o patriotismo dos cidadãos. Em sete de janeiro de 1865, publica o Decreto Imperial 3.371, criando os Corpos de Voluntários da Pátria, com o intuito de atrair civis dispostos a lutarem em nome da nação. O Imperador D. Pedro II é o primeiro a se apresentar como Voluntário da Pátria.

São prometidas recompensas e favores aos voluntários. Entre as vantagens estavam uma gratificação de trezentos mil réis, lotes com 22 mil braças em colônias militares, direito a empregos públicos, patentes de oficiais honorários, títulos nobiliárquicos, liberdade a escravos e assistência a órfãos, viúvas e mutilados de guerra. Por outro lado, alguns estudiosos do assunto mencionam a ocorrência de recrutamento forçado, obrigando homens em condições de guerrear. Outros argumentam que a exaltação do voluntarismo não passava de uma tentativa de suavizar a situação (RODRIGUES, 2009; ARAÚJO, 2013).

Vale ressaltar que as elaborações em torno do princípio de nacionalidade brasileira já se revelavam desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) com a finalidade de instaurar a imagem do Brasil como país independente, detentor de um passado glorioso e um futuro promissor. O trabalho do IHGB pretendia legitimar a imagem do imperador e do regime monárquico (ARAÚJO, 2013; CHAUI, 2000).

Tiago Araújo (2013, p.10), ao explorar as cartas de soldados, memórias e obras literárias, identifica percepções contraditórias acerca da "causa nacional". Aponta no estudo sobre a identidade nacional brasileira na Guerra do Paraguai "aparece na literatura oitocentista e nas fontes memorialistas como um espaço de convivência construída pelo espírito patriótico, estimulado pela guerra, mas também questionado em sua validade e necessidade". Conforme sua argumentação isso se deve ao fato de que o cotidiano da guerra sufoca qualquer iniciativa de uso do conflito como momento propício de formulações identitárias abstratas. Os modelos de identificação das pessoas com símbolos e valores comuns devem ser relativizados, pois a preocupação primeira dos indivíduos é pela sobrevivência em maio a um ambiente hostil. Nesse sentido, nem todo discurso oficial consegue interpelar as pessoas com a eficiência desejada.

Destacando o papel da literatura como fonte e material de trabalho para o historiador, Tiago (2013) desenvolve uma reflexão sobre a construção da identidade nacional brasileira no século XIX, mais especificamente no período da Guerra do Paraguai. Nesse sentido, elucida as percepções que três literatos produziram ao dirigirem o olhar sobre o conflito platino. São eles Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908), Alfredo d'Escragnolle de Taunay e Luiz José Pereira da Silva.

Na interpretação de Araújo (2013), Machado de Assis apresenta opinião controversa

durante o período da guerra, ora defendendo a necessidade de apoio e adesão ao conflito, ora criticando a validade do embate. Enquanto ideólogo do Império, o "Bruxo do Cosme Velho"[25] formula discurso apelativo, convocando o espírito patriótico dos brasileiros em defesa do país. Em várias de suas crônicas, busca legitimar a intervenção bélica, utilizando entre os vários argumentos a ideia da "civilização brasileira" contra a "barbárie paraguaia".

Na crônica de 07 de fevereiro de 1865, Machado se dirige às mães brasileiras. Invoca para que apoiem a ida de seus filhos à guerra, como sinal de patriotismo. Acrescenta que as mulheres seriam recompensadas pelos atos de heroísmo dispensados por seus filhos. Em outra crônica, de 24 de outubro de 1864, o escritor brasileiro critica Francisco Solano López. Acusa o presidente paraguaio de ser um ditador, opressor de seu próprio povo. O cronista responsabiliza o estadista de levar os soldados paraguaios ao fanatismo.

Araújo (2013) observa que, no entanto, nos anos seguintes à guerra, Machado revela súbita mudança de opinião. A escrita é notadamente irônica, indagando a validade do conflito e as consequências dos esforços dispensados. Na crônica de 25 de março de 1894, chega a questionar como é possível que pessoas tivessem nascido depois do grande conflito.

Quanto ao romance *A r*etirada *da Laguna* (1997), de Alfredo d'Escragnolle Taunay, Araújo (2013, p. 94) assinala a importância da obra para a compreensão da Guerra do Paraguai. Em sua interpretação da famosa narrativa memorialista, afirma que Taunay deixa patente que a honra do país estava em jogo naquele momento. Acrescenta que o oficial se ressente as perdas humanas desnecessárias na contenda, ainda que não responsabilize o governo imperial pelo descaso para com as tropas brasileiras. No texto, é perceptível a tentativa de divulgar o Brasil, sinalizando as belezas naturais do Brasil, mesmo que, em determinados momentos, a natureza seja descrita como mais um adversário a ser enfrentado pelo Exército.

Conforme Araújo (2013, p. 96), no poema épico "Riachuelo", fica clara a função de Luiz José Pereira da Silva: "justificar os interesses do Império na luta contra o Paraguai, agindo como espécie de ideólogo, registrando a própria necessidade da guerra, feita contra 'fracos inimigos atrasados'". O poeta destaca, em várias passagens, a imagem da Nação ultrajada contra sua vontade, por conta da barbárie empreendida por Solano López. São recorrentes críticas aos paraguaios e menção ao patriotismo.

Defendendo a ideia de que "a construção nacional é formada literariamente como

[25] A expressão ganhou força no meio literário quando o poeta Carlos Drummond de Andrade publicou o poema "A um bruxo, com amor", no qual faz referência à casa de número 18 da rua (e bairro) Cosme Velho, no Rio de Janeiro, endereço de Machado de Assis.

constituição intertextual", Amaral (2006, p. 18) identifica *Os Sertões* e *Macunaíma* como obras-síntese, as quais o pesquisador define como aquelas que "examinam e remodelam o influxo interno, ..., atentas às influências externas fecundamente compatíveis com a construção da representação nacional". Conforme esta tese, o sentido de uma nacionalidade sempre se configura em um processo intertextual, no qual uma obra dialoga com outras. Configura-se, assim um movimento de duplo de alimentação, à medida que, com a releitura do passado, elementos são renovados e atualizados no tempo, projetando o passado no futuro. Nesse processo, o sistema literário reconstrói-se de forma dinâmica e permanente.

E é nessa direção que o presente estudo, de certa maneira, segue, considerando que algumas obras que retomam o episódio bélico da Guerra da Tríplice Aliança o fazem, não na intenção de rechaçarem a identidade nacional, mas no intuito de a retomarem em contextos nos quais tal construção simbólica é forçada a negociar com outras forças identitárias que entram emergencialmente em cena nas demandas do novo milênio. Ou seja, são seria apenas um jogo no qual age a identidade nacional cristalizada pelos intelectuais românticos em negociação com outras identidades culturais, mas também processos de construção de uma identidade nacional renovada.

Os próximos capítulos analisam como *O rastro do jaguar* (2009), *Cunhataí* (2203) e *O livro da Guerra Grande* (2002) criam um caldeirão em que identidade nacional é rasurada a partir de reivindicações de outras categorias de pertencimento como etnia, gênero e regionalismo.

3 A OUTRA NAÇÃO

> [...] a identidade aparece como um modo heterogênico de apreensão da experiência subjetiva se desdobrando no estabelecimento de modos e limites – ou fronteiras – da relação com o outro, seja o outro próximo do nosso cotidiano, seja o outro como alteridade e diferença radicais, o estrangeiro, o intruso.
> (Eduardo Leal Cunha, 2009)

> "Àqueles que não entendem nossa língua, vou traduzir. O povo Guarani era como um rio que corria lentamente em seu curso quando uma pedra gigante foi lançada dentro do córrego. A água espirrou para vários cantos. E os sobreviventes estão aqui hoje reunidos", diz o Guarani-Kaiowá Anastácio Peralta, sob olhares de concordância de seus "parentes" da Argentina, Bolívia e Paraguai.
> (Campanha Povo Guarani, 2007)

> A rigor, os contornos das Nações indígenas não acompanham exatamente as mesmas linhas estabelecidas pelas Nações burguesas; têm outros desenhos. Às vezes estendem-se muito além, no espaço e no tempo, na história e no imaginário.
> (Otávio Ianni, 1988)

Durante séculos, muitas das populações indígenas foram, mais de uma vez, objeto de campanhas repressivas de genocídio, ao passo que outras estiveram como alvo de práticas de controle social, tais como confinamento territorial e implantação de sistemas paternalistas de assistência social. Mesmo no século XIX, quando muitas nações na América estavam alcançando independência política da metrópole, fundamentadas pelos princípios iluministas da Revolução Francesa, os povos indígenas continuavam sendo explorados de alguma maneira e, por isso, sofrendo os sintomas do domínio desses governos.

A partir da fixação de precárias e opressivas políticas de introdução das populações ameríndias à comunhão nacional, as peculiaridades e desejos dessas comunidades foram sendo negligenciadas. E, se por determinação dos governos nacionais, os ameríndios iam sendo obrigados, de uma maneira ou de outra, a incorporarem-se à massa nacional, isso nunca os permitiu ultrapassar o *status* de cidadãos de segunda classe. Em vários ocasiões foram escravizados, enganados ou utilizados em exércitos como instrumentos na defesa da integridade nacional, sem que, nem por isso, se sentissem na obrigação de manterem lealdade à ideologia nacional.

No que compete à Guerra da Tríplice Aliança, a participação de indígenas na contenda é fato reconhecido em mais detalhes apenas nos dias atuais, mediante a ampliação das

perspectivas de análise sobre o assunto. Até pouco tempo, quase não existiam referências históricas acerca da presença de populações indígenas nos territórios que serviram de cenário para a ação belicosa nem da participação de índios no conflito. Nem todas as etnias envolvidas na contenda eram incorporadas às forças expedicionárias que se formaram. Alguns grupos indígenas abandonavam suas terras, em busca de proteção; outros eram feitos prisioneiros (COSTA, 2012; MARQUES, 2006).

É forçoso reconhecer que, embora o Império necessitasse da ajuda dos índios naquele momento, não os tinha como cidadãos comuns; considerava-os seres selvagens que precisavam ser conduzidos à civilização. Ademais, não registrar os índios nos documentos oficiais era uma forma de se prevenir de pagamentos de indenizações, pensões ou outro tipo qualquer de gratificação pelos feitos na guerra (MARQUES, 2006).

No âmbito da literatura, *O rastro do Jaguar* (2009a) retoma a situação das comunidades indígenas no século XIX entrelaçada a das nações sul-americanas envolvidas no conflito platino. Valorizando a memória histórica dos povos indígenas, a narrativa denuncia como os direitos dos povos eram negligenciados em detrimento da consolidação desses Estados-nações. O primeiro romance de Murilo Carvalho[26] apresenta-se como uma versão marginal à historiografia oficial do continente, que tanto privilegia uma visão etnocêntrica sobre os fatos[27].

O romance coloca a questão identitária como uma de suas preocupações. Conta a história de Pierre, índio guarani, que retorna ao Brasil em busca das suas origens. Levado aos

[26] Jornalista e documentarista mineiro, marcou passagem pelo jornal *Folha de São Paulo* e por revistas da Editora Abril. Durante a ditadura militar no Brasil, publicou algumas matérias de caráter jornalístico-literário da gente e dos sertões do país. Nesse período, teve a oportunidade de conviver com várias nações indígenas. Em 1974, ganhou o prêmio do Concurso de Contos do Paraná e, em 2008, o Prêmio Leya, com *O rastro do jaguar* (2009a). A respeito do grande conflito militar que atingia as comunidades indígenas e do qual procura tratar no romance, o escritor informa: "Infelizmente, a história da América do Sul, contada em ficção, quase não existe. E eu pretendi lembrar esse momento dramático que moldou os países do extremo sul do continente: o Uruguai; a Argentina, ainda em formação como país; o Brasil, à beira do fim do império; e o Paraguai, que viu a sua população masculina dizimada (e ainda não se recompôs, século e meio depois). Estas nações formam hoje o MERCOSUL. Constituímos uma comunidade internacional. Temos um passaporte comum. E nascemos todos daquela guerra. Uma guerra que eu tentei descrever, para a entender melhor" (CARVALHO, 2009c, p. 1).

[27] A respeito de como surgiu o tema do livro, os motivos para a escolha de tratar de temas como a questão indígena no Brasil, a escravidão e a guerra contra o Paraguai, o autor responde: "Na verdade o conjunto das ideias que resultaram no "Rastro do Jaguar" nasceu de duas vertentes: uma, a do jornalista que, ao longo de 30 anos, acompanhou a vida difícil dos indígenas brasileiros. Sempre oprimidos, sempre vendo a terra encolher sob seus pés, sempre lutando por uma cultura que desaparecia aos poucos. Outra, a ideia histórica, nascida de uma longa conversa com um sábio guarani, que falou-me de sua cosmogonia, dos seus mitos, do sonho de uma Terra Sem Males, dos profetas-guerreiros. E a Guerra do Paraguai, como pano de fundo, porque foi nesses anos que o Brasil se definiu como um império às vésperas de tornar-se república, em que a Argentina conseguiu unir-se, suas diversas províncias tornando-se finalmente um país. E, principalmente, porque a derrota do Paraguai decretou também a derrota de uma vasta população guarani" (CARVALHO, 2009b, p. 1).

dois anos de idade para a Europa por August de Saint'Hilaire (1779-1853)[28], Pierre torna-se oficial do Exército francês e músico da orquestra de Paris. Defrontando-se com acontecimentos que desestabilizam suas certezas sobre se tratar de um indivíduo plenamente inserido e respeitado na sociedade europeia, o jovem decide voltar à terra natal e seguir uma trajetória de autoconhecimento e imersão na cultura ameríndia. Na viagem, é acompanhado pelo amigo Pereira, jornalista português naturalizado francês e narrador do romance.

A história da busca identitária de Pierre mescla-se à luta de povos indígenas por reconhecimento e sobrevivência em territórios nos quais as nações sul-americanas impunham-se em uma marcha progressista. Os conflitos identitários ocorrem em um contexto de extrema brutalidade, em que a Guerra da Tríplice Aliança serve de pano de fundo. A reescrita fictícia se utiliza da retomada do conflito para narrar como esses povos vinham sobrevivendo no subcontinente americano imersos em um processo de enfrentamento com a cultura colonizadora desde os tempos de empreendimento colonial.

A narrativa aborda não apenas o impacto deste conflito sobre o destino das comunidades indígenas na América do Sul do século XIX, como também de outras batalhas travadas no subcontinente e que mais diretamente as afetavam. Em certo momento, é colocada em cena a participação dos índios em disputa por terras entre os Guarani e os colonos e gaúchos do vale do Iguariaçá. Outro enfrentamento é o travado entre os Botocudo, denominação dos Aimoré[29], e o Exército brasileiro, no vale do Jequitinhonha. Os Aimoré resistiam à ação de aldeamento imposta pelo governo.

Diante disso, o capítulo busca mostrar como a ideia de nação ameríndia reivindicada pelos Guarani na narrativa contrapõe-se à concepção política de nação nutrida pelos países beligerantes na época. O primeiro tópico aborda um breve histórico das relações entre indígenas e não-indígenas na região do Prata, especialmente no Brasil, e as políticas indigenistas implementadas desde o período colonial. O segundo discute como *O rastro do Jaguar* (2009a) aciona a discussão a respeito dos mecanismos de reconfiguração identitária de

[28] Um dos primeiros cientistas europeus a receberem autorização para percorrer livremente o Brasil, graças à disposição da Corte portuguesa, instalada no Rio de Janeiro desde 1808, de abertura dos portos às ações amigas. De 1816 a 1822, o naturalista francês visitou as províncias do centro e do centro-sul do país, recolhendo espécimes para seu acervo botânico e fazendo registros num diário de viagem, publicado mais tarde em diversos volumes.

[29] A grafia de nomes indígenas no Brasil ainda é uma questão polêmica, uma vez que não existe consenso entre as orientações traçadas por organizações indígenas e indianistas, antropólogos e órgãos da imprensa brasileira sobre o assunto. Sendo assim, o presente texto adota os seguintes critérios de grafia: quando a denominação de um povo estiver sendo aplicada com função de adjetivo, grafa-se o termo com letra minúscula e, quando estiver como substantivo, referindo-se a uma coletividade única, a um povo, estará sendo utilizada a letra maiúscula. Também não estará sendo utilizada a flexão de plural para os nomes indígenas, considerando que existe a possibilidade de que a foram plural não exista nas línguas indígenas.

personagens do romance. O terceiro concentra-se na reflexão que o narrador-personagem estabelece entre a ideia de profetismo e os fatos narrados. O quarto analisa como o enredo explica o impacto das "grandes e pequenas guerras" do continente sul-americano sobre as populações indígenas. O quinto tópico encerra a discussão, considerando o desejo de grupos remanescentes da etnia guarani de alcançar o que chamam de a "Terra sem Males", aciona a ideia de nação indígena em contraponto à concepção política de comunhão nacional.

3.1 Figurações do índio: política e literatura

A literatura romântica indianista explorou a imagem idealizada do indígena brasileiro, visto como uma espécie de cavaleiro medieval dos trópicos. O herói virtuoso e elevado vivia cercado de exotismo e integrado a sua tribo. A intenção era implementar o projeto ideológico de nacionalidade no país. Não é de surpreender que, entre os vários intelectuais do século XIX que se articularam no esforço de elaboração dos discursos de identificação nacional, o escritor romântico José de Alencar afirmasse, no prefácio de *Sonhos d'ouro* (1872, p. XII-XIII), que a literatura nacional é "senão a alma da pátria, que transmigrou para este solo virgem com uma raça ilustre, [...] e cada dia se enriquece ao contato de outros povos e ao influxo da civilização".

A data convencional do início do Romantismo no Brasil é o ano de 1836. Dois acontecimentos justificam a escolha: o lançamento da *Niterói – Revista Brasiliense*, em Paris, por um grupo de intelectuais, liderados por Gonçalves de Magalhães, e a publicação do livro de poesias *Suspiros Poéticos e saudades*, desse mesmo autor. A revista traça como proposta a pesquisa sobre as necessidades culturais, científicas, políticas e econômicas do Brasil.

No primeiro número, no "Ensaio sobre a história da literatura", o poeta carioca apresenta a teoria do Romantismo e sugere aos autores adaptem os temas – principalmente o indianismo – aos novos padrões estéticos, a fim de dar continuidade ao esforço de diferenciação da literatura local em relação à lusitana. O projeto literário orienta os primeiros românticos no país a criarem textos que divulguem os símbolos da nacionalidade brasileira, resgatados de um passado histórico que antecede a chegada dos portugueses à América. Eis um fragmento do ensaio de Gonçalves de Magalhães:

> No século XIX, com as mudanças, e reformas políticas, que tem o Brasil experimentado, nova face literária apresenta. Uma só ideia absorve todos os pensamentos, uma nova ideia até ali desconhecida, é a ideia da Pátria; ela domina tudo, tudo se faz por ela, ou em seu nome. Independência, liberdade, instituições sociais, reformas, política enfim, tais são os objetos, que atraem a atenção de todos, e os únicos, que ao povo interessam (MAGALHÃES, 1836, p. 152).

Além da Niterói, duas outras revistas surgem para divulgar os textos dos primeiros românticos: *Minerva Brasiliense* (1843-1845) e *Guanabara* (1849-1856).

Antes de se destacar como romancista, José de Alencar cria muitas polêmicas. A mais famosa delas ocorre quando critica, sob o pseudônimo Ig, o poema épico "A Confederação dos Tamoios", de Gonçalves de Magalhães. Nas cartas em que combate o poeta, o então jornalista o acusa de ser incapaz de captar a "cor local" – conjunto de traços característicos que evocam um lugar – em seus retratos dos índios. Na literatura romântica, a preocupação com a "cor local" leva à descrição minuciosa e idealizada da natureza brasileira, em relação a convenções clássicas, como o *locus amoenus*, que evocam a natureza clássica. No fragmento abaixo, o escritor cearense demonstra como o poeta falha na representação do indígena brasileiro:

> [...] as virgens índias do seu livro podem sair dele e figurar em um romance árabe, chinês, ou europeu; se deixassem as penas de tucano que mal as cobrem, podiam vestir-se à moda em casa de Mme. Barat e Gudin, e ir dançar a valsa no Cassino e no Club com algum deputado [...] (ALENCAR, 1856, p. 31)

Outro aspecto de desaprovação da opção formal de Gonçalves de Magalhães baseia-se no fato de que seu poema apresente elementos de uma epopeia. Para Alencar, outro gênero literário seria mais adequado para atender aos princípios dos novos tempos. Trata-se de uma modalidade do gênero romanesco que vinha constituindo a proposta inovadora dos românticos europeus da época: o romance histórico (MOREIRA, 1991).

Décadas após a publicação das cartas que motivam a polêmica em trono do poema "A Confederação dos Tamoios", Alencar abandona a postura radical que rejeitava o que fosse considerado europeu ou português. Adota uma visão conciliadora, na qual se coloca "em relevo a interação entre os elementos de duas ordens – a nativa e a estrangeira" (MOREIRA, 1991, p. 123).

No prefácio "Benção paterna" ao romance *Sonhos d'ouro* (1872), José de Alencar faz um balanço de sua obra, tentando mostrar que ela abrange todas as fases da vida brasileira. A primeira, a que denomina de primitiva ou aborígine, seria composta de lendas e mitos do território "selvagem" e conquistado. Nesta etapa destaca-se o romance *Iracema* (1865). Na

segunda fase, chamada de histórica, assegura que se dá o consórcio do povo invasor com a terra americana. Os romances *O guarani* (1857) e *As minas de prata* (1865/1866) correspondem a esse momento. Na terceira fase, o romancista contribui com as narrativas que se referem à infância da literatura brasileira, iniciada com a independência política. Nesse caso, estão as obras *O gaúcho* (1870), *O tronco do ipê* (1871), *Til* (1872), entre outras.

Conforme Zilá Bernd, em *Literatura e identidade nacional* (1992, p. 37), o projeto de escritura romântico, encabeçado por Alencar, alicerça-se na idealização dos tipos formadores da nação brasileira – brancos e índios –, concebidos como heróis no sentido tradicional do termo, isto é, "aqueles que possuem qualidades superiores às dos mortais comuns". Em *O guarani* (1857) e *Iracema* (1865), o romancista cearense inspira-se no mito do bom selvagem de Jean-Jacques Rousseau para criar um herói de um passado mitológico, do qual o povo brasileiro pudesse se orgulhar, diferenciando-o do colonizador. O "herói epônimo" possui a vantagem de não carregar as nódoas da escravidão, abolida, para os indígenas, desde o século XVII, embora as bases de inspiração dos personagens sejam adaptadas plenamente aos padrões éticos e sociais europeus.

Diferentemente da produção romântica indianista, a recuperação do mito guarani em *O rastro do jaguar* (2009a) não é colocado em cena para reforçar a ideia de uma nação constituída da composição harmônica e homogênea dos povos considerados como matrizes de sua formação. Antes, a retomada do mito sugere a importância que a cultura guarani deposita na religião e no profetismo. Para os Guarani, Pierre é o jaguar, guerreiro aguardado para conduzi-los à "Terra sem Males"[30].

Se o romance de Murilo Carvalho empreende um resgate da história do índio no subcontinente americano no interior da história de Estados-nações envolvidos na Guerra da Tríplice Aliança, convém, antes de analisar a narrativa, expor, de forma breve, como esses Estados – ou mais especificamente o Brasil – têm definido o que é ser índio e quais têm sido as políticas indigenistas que servem para distinguir índios de não-índios nos séculos que

[30] Alguns textos fictícios contemporâneos seguem a linha de *O rastro do jaguar* (2009a) e vêm recorrendo às narrativas míticas para retomar a figura do ameríndio como instância da alteridade. Sobre a existência dos indígenas que já habitavam o continente antes da chegada dos europeus, há romances que não se eximem de expressar a injustiça empreendida pelo colonizador ao negligenciar o fato. Em *Meu querido canibal* (2000, p. 2), Antônio Torres aponta: "Quando os brancos, os intrusos no paraíso, deram com seus costados nestas paragens ignotas, não sabiam que eles existiam há 15 ou 20 mil anos e que eram mais de 5 milhões, dos quais pouco ou nada iria restar para contar a história". Em *Meu destino é ser onça* (2009, p. 22), Alberto Mussa também expressa indignação: "não sei o que ainda é necessário fazer para que as pessoas compreendam isso – que não estamos aqui faz apenas cinco séculos, mas há uns 15 mil anos. Há 15 mil anos somos brasileiros; e não sabemos nada do Brasil". Não tratando do momento colonial, mas da busca dos Guarani pela *Terra sem males* (2013), há o romance homônimo de Jacy do Prado Barbosa Neto.

antecedem o conflito platino. Por conseguinte, destacar como a literatura esteve comprometida com o projeto imperial de edificação e unificação o Estado-nação brasileiro.

Sabe-se que, antes da chegada dos europeus à América, no final do século XV, o continente já estava ocupado por uma população de milhões de habitantes. Os europeus os denominaram indistintamente com o termo "índios" por pensarem estar alcançando as Índias[31]. Não obstante tais populações diferiam umas das outras tanto no aspecto físico como nas suas tradições. Seus membros se comunicavam por meio de inúmeras línguas e dialetos.

As relações de contato estabelecidas na América entre europeus e grupos indígenas é uma questão extremamente complexa. A abordagem que simplesmente as concebe como relações entre brancos e índios é reducionista, uma vez que era grande o número de grupos indígenas espalhados pelo continente e com culturas e organizações sociais diversas. Tais peculiaridades os levavam a comportar-se de diferentes formas em relação aos estrangeiros. Como destaca Maria Regina Celestino de Almeida, em *Os índios na História do Brasil* (2010), o contato com alguns grupos indígenas americanos parece se revestir de caráter mais pacífico, como serve de exemplo o da recepção dos povos tupi. No entanto o mesmo não se pode afirmar do encontro entre estrangeiros e grupos como o dos Aimoré, Mura, Guaicuru, coroado de certa hostilidade.

Na mesma medida, os europeus também não devem ser considerados como um grupo de características homogêneas. Os vários atores sociais que interagiam na colônia – missionários, colonos e autoridades – tinham os mais diferentes interesses e não se relacionavam com os índios da mesma forma. Além disso, não se pode esquecer a contínua transformação da experiência do contato no mundo colonial, em cuja dinâmica todos se influenciavam mutuamente.

Ainda conforme Maria Regina de Almeida (2010), os portugueses preocuparam-se em classificar os nativos estabelecendo distinções entre eles a partir de critérios relacionados a seus interesses. Segundo Julio Cezar Melatti, em *Índios do Brasil* (1970; 2014), a princípio foi uma tarefa fácil aos colonizadores identificar o indígena; bastava que tivesse sido encontrado na América. Todavia, com o passar dos anos, foram surgindo as dificuldades em distinguir o índio do não-índio. Um desses entraves era a formação de uma população

[31] No Brasil, os portugueses chegaram a utilizar o termo "negros" para denominar os gentios, pois esses não eram brancos e porque, na época, aqueles já conheciam os africanos. Também utilizaram "brasis" e "brasiliense", uma vez que os nativos se encontravam na terra do pau-brasil. Várias foram as propostas de dar nome americano ao homem das Américas. Charles Scott propôs "ameríndio" (índio americano), Saladino de Gusmão sugeriu "amerígena" (natural da América) e Henrique Georg Hurley recomendou "ameraba" (junção de "América" com "aba", que na língua tupi significa homem). Todavia o termo "índio" foi o que prevaleceu (DONATO, 2015).

mestiça, fruto da união tanto de brancos com índios (mamelucos) quanto de negros com índios (cafuzos) e também entre mamelucos e cafuzos. Ao mesmo tempo, durante este período, as tribos indígenas iam adotando hábitos e crenças dos civilizados.

Dessa forma, os colonizadores foram sentindo a necessidade de estabelecer critérios mais precisos para identificar os índios. Tanto portugueses quanto espanhóis dedicaram-se a elaborar uma extensa legislação com respeito aos nativos americanos. Atualmente, nos países americanos, além da legislação referente a índios, existem órgãos destinados à assistência aos indígenas, que agem a partir de critérios para marcar a distinção entre os ameríndios e as demais populações que habitam o continente.

O critério racial é o mais antigo e define o índio como "uma entidade racial" evidenciada por características físicas distintas daquelas dos europeus. Esse critério é discutível uma vez que os índios se constituem em grupos de indivíduos com notáveis diferenças morfológicas entre si e porque, já nos primeiros anos da colonização, não era tão fácil distinguir os filhos dos casais formados entre índios e brancos ou índios e negros.

Outra estratégia encontrada para definir o índio desde os tempos coloniais era de caráter legal, por meio do qual se classificava como indígena toda pessoa que apresentasse as características definidas por lei como peculiares aos índios. Melatti (2014) cita como exemplo o caso dos Estados Unidos, onde, durante um período, costumou-se considerar como definição oficial de índio todo aquele que apresentasse uma quarta parte de sangue indígena, desde que estivesse legalmente inscrito das listas do Governo como índio.

Alguns estudiosos desqualificam a validade do critério racial em decorrência desse parâmetro não levar em conta a distinção cultural entre índios e civilizados. Segundo eles, levando-se em consideração apenas os caracteres biológicos, impõe-se a necessidade de se incluir entre os índios um grande número de indivíduos que ainda reconhecidos como descendentes indígenas vivem como civilizados sem mais manterem contato com aqueles que vivem nas aldeias. Ao mesmo tempo, não se pode ser indiferente ao fato de que existem indivíduos brancos ou negros ou mestiços que nasceram em aldeias indígenas ou ainda crianças são levados para serem educados na aldeia e, por conta disso, comportam-se como índios (MELLATTI, 2014).

Ainda assim, o antropólogo brasileiro acredita que o critério cultural apresenta deficiências que se devem ao fato de se apoiar num conceito já ultrapassado de cultura, compreendida como a simples soma de costumes, crenças e técnicas de um determinado grupo. A obsolescência do conceito dá-se por não considerar que uma cultura constitui um sistema no qual os elementos que o compõem mantêm relações entre si de maneira que a

modificação de um deles acarreta mudança nos demais. Além disso, os elementos componentes não têm todos a mesma importância por não contribuírem no mesmo grau para que a sociedade a que pertença esta cultura continue existindo em distinção às demais sociedades.

Um quarto critério de distinção dos índios é do desenvolvimento econômico. De acordo com esse critério, a definição de índio deveria levar em consideração informações sobre sua qualidade de vida, em termos de renda, produção agrícola, taxa de mortalidade, etc. Conforme Melatti (1970; 2016), trata-se de um critério que apresenta fragilidades, porque confunde a situação de índio com a situação de subdesenvolvimento, ou seja, ainda que quase todas as comunidades indígenas estejam localizadas em regiões subdesenvolvidas, há de se considerar que estas regiões não são ocupadas apenas por índios.

Por fim há o critério da autoidentificação étnica, em conformidade com a seguinte definição de índio apresentada no II Congresso Indigenista Interamericano, em 1949, no Peru, de que se trata de descendente dos povos pré-colombianos conscientes de sua condição humana, assim mesmo considerada por eles próprios e por outros, em seu sistema de trabalho, em sua tradição e em sua língua, mesmo que estas tenham sofrido modificações por contatos estranhos.

Algumas anos depois, Darcy Ribeiro vem ratificar a perspectiva acima, definindo o índio como "todo indivíduo reconhecido como membro por uma comunidade pré-colombiana que se identifica como etnicamente diversa da nacional e é considerada indígena pela população brasileira com que está em contato" (RIBEIRO, 1957 *apud* MELATTI, 2014, p. 37). Percebe-se pelas palavras do antropólogo brasileiro que, seja qual for sua composição racial, estejam em que estado estiverem suas tradições pré-colombianas, o que determina se um grupo de indivíduos pode ser considerado indígena ou não é o fato de eles próprios se considerarem índios ou não e de serem considerados índios ou não pela população que os cerca.

Eduardo Viveiros de Castro, em entrevista disponível em *Povos Indígenas no Brasil* (2006, p. 42), apresenta uma definição para pergunta "quem é índio?" semelhante à elaborada por Darcy Ribeiro: "índio é qualquer membro de uma comunidade indígena reconhecida por ela como tal". Acrescenta ainda que comunidade indígena é "toda comunidade fundada na relação de parentesco ou vizinhança entre seus membros, que mantém laços histórico-culturais com as organizações sociais indígenas pré-colombianas" (CASTRO, 2006, p. 42). Esses laços compreendem dimensões culturais, históricas e sociopolíticas, tais como: a) "a continuidade da presente implantação da comunidade em relação à situação existente no

período pré-colombiano" (CASTRO, 2006, p. 42), considerando que essa continuidade pode estar relacionada com determinações impostas por poderes coloniais ou nacionais no passado e que poderiam resultar em migrações forçadas, descimentos, aldeamentos, entre outras medidas de oclusão étnica; b) a orientação positiva do grupo face a discursos e práticas comunitárias derivadas da memória cultural ameríndia e concebidos como patrimônio cultural relevante do grupo, levando-se em conta que, por força das medidas de oclusão étnicas a que povos indígenas foram submetidos, tais discursos e práticas não correspondem necessariamente àqueles específicos da área cultural na qual se encontra atualmente a comunidade; c) a decisão da comunidade de se constituir e se reconhecer como sociedade distinta no interior da comunidade nacional, com autonomia para estatuir e deliberar sobre sua própria composição, governança e modalidades de reprodução simbólica e material.

Viveiros (2006) explica que essa nova concepção sobre o índio é resultado de um grande debate que vem se desenvolvendo no Brasil desde a década de 1980 em reação à questão deslocada "quem é índio?", lançada no projeto de emancipação do governo brasileiro, no final dos anos de 1970, com a intenção de criar um instrumento jurídico capaz de discriminar quem era de quem não era índio. Implicitamente, com a desindianização jurídica, o governo pretendia emancipar os não-índios, ou seja, aqueles já não apresentassem os traços de indianidade.

Os antropólogos, por sua vez, rejeitam a proposta do governo, por não aceitarem que se identifique o índio como "um atributo determinável por inspeção e mencionável por ostensão, uma substância dotada de propriedades características" (VIVEIROS, 2006, p. 42). Ao contrário, os pesquisadores defendem que o índio não é uma questão de algo aparente, no sentido estereotipificante a que a sua imagem geralmente está associada, mas sim uma questão de "estado de espírito", um modo de ser. A indianidade é "um certo modo de devir, algo essencialmente invisível mas nem por isso menos eficaz: um movimento infinitesimal incessante de diferenciação, não um estado massivo de 'diferença' anteriorizada e estabilizada, isto é, uma identidade" (VIVEIROS, 2006, p. 42). De acordo com a filosofia do projeto do governo, os índios estavam deixando de ser índios, ou seja, eles "ainda" eram índios, mas logo deveriam deixar de sê-lo. Contudo, para os antropólogos, os índios "jamais acabarão de ser índios, 'ainda que'... Ou justamente porquê" (VIVEIROS, 2006, p.).

É preciso frisar que esta visão emerge apenas no século XX. No passado, a classificação genérica que os europeus impunham aos inúmeros e diferenciados grupos étnicos que habitavam a América funcionava, porém, como condição que lhes garantia alguns direitos jurídicos. Ao longo dos séculos, várias foram as medidas legais criadas para lidar com

os índios distribuídos pelo território nacional e que vieram a se constituir na política indigenista brasileira. Essas disposições pareciam ser contraditórias, algumas vezes, já que sua natureza dependia da influência que, ora os missionários, ora os colonos, exerciam sobre o governo. Ao mesmo tempo, é importante ao presente estudo levar em consideração a definição de índio elaborada no século passado, porque ela, de alguma forma, parece estar fundamentando princípios perseguidos na narrativa de *O rasto do jaguar* (2009), como será apontado adiante.

Vale mencionar que, durante o período colonial, o governo português oscilava entre atender os interesses dos colonos, escravizando os índios, e os desejos dos jesuítas que trabalhavam no esforço de converter os nativos ao cristianismo (ALMEIDA, 2010). O regimento trazido pelo primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Souza (1503-1579), propunha que os índios fossem bem tratados. Porém o mesmo documento permitia que a prisão ou a eliminação de índios que agissem como inimigos (MELATTI, 2014).

Postura semelhante encontra-se no regimento aprovado em 1758, que regulamentava as últimas leis promulgadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1699-1782), que governou Portugal por mais de duas décadas. As leis reconheciam os índios como livres, libertando-os da legislação escravista que vigorava desde a década de 1680 e do poder dos jesuítas. Em substituição à administração dos missionários, criava-se o cargo de Diretor de Índios, que seria nomeado pelos governadores para cada aldeia, com a intenção de orientar os indígenas na adoção dos costumes dos "civilizados" (MELATTI, 2014; TRECE, 2008).

A respeito dos jesuítas, é importante destacar que, em 1606, os padres italianos Simone Mazeta e Giusepe Cataldino foram enviados pelo Rei Felipe III à colônia espanhola para iniciar o trabalho de propagação da fé católica. Estabeleceram-se nos vales dos rios Paraguai e Uruguai e conseguiram erguer praticamente um Estado dentro do Estado. A experiência de missionação jesuítica obteve tanto sucesso que, no período de 1685 a 1760, já se identificavam no Paraguai mais de trinta missões e reduções dessa ordem religiosa, somando mais de cem mil índios colonizados. Joseph Pernidji e Mauricio Pernidji (2003, p. 30) argumentam que as comunidades foram mantidas afastadas dos colonos e do poder da Coroa a tal ponto que conseguiram criar "uma nação índia disciplinada, que formaria, futuramente, excelentes soldados a serviço tanto do ditador perpétuo Francia como dos dois Lopez".

Os jesuítas não ensinavam o espanhol aos índios guarani e não lhe permitiam o contato com os brancos, nem mesmo para comércio. Jorge Abelardo Ramos, em *História da nação*

latino-americana (2014), lembra que o sistema de isolamento implementado pelos missionários viria a ser imitado, mais tarde, no Paraguai, pelo ditador Dr. Francia. O padres codificavam a gramática da língua indígena e os cânticos e o catecismo eram proferidos em guarani. Obrigavam os índios a se vestirem de forma uniforme a fim de evitar competição e vaidade. Toleravam certos costumes pagãos, como danças, festas e brigas de galo. A enclausura cultural revela, com nitidez, o objetivo jesuítico de conservar para si o controle das missões.

Ainda que os jesuítas procurassem manter as comunidades no que parecia ser um mundo à parte do poder colonial que as circundava, brasileiros e portugueses, em suas entradas e bandeiras[32], invadiam as comunidades missionárias, sem respeitar a Coroa espanhola e a Igreja. Além de roubar o gado e a colheita, aprisionavam os indígenas para servirem de escravos em minas e lavouras da América portuguesa. Nesse sentido, o ódio ao português e ao espanhol viria a se tornar um dos principais motivos para o fanatismo e a dedicação que empolgaram os Guarani na Guerra da Tríplice Aliança (PERNIDJI; PERNIDJI, 2003).

Temendo o avanço do poder da Companhia de Jesus, os governos coloniais tomam providências radicais. Em abril de 1767, Carlos II ordena a expulsão dos jesuítas. O Marquês de Pombal já havia expulsado os religiosos dos domínios portugueses oito anos antes. Sem a presença dos membros da Ordem, as missões vão gradativamente entrando em decadência (WHIGHAM, 2010). Após a expulsão dos jesuítas, os capuchinhos passam a apresentar importante atuação no desenvolvimento de novas aldeias durante o período do Segundo Reinado (1840-1889).

A respeito das distinções entre os índios e não índios cabe acrescentar que permaneciam, por vezes, por interesse e iniciativa das próprias autoridades. Ao mesmo tempo, a permanência das distinções podia servir também aos índios que soubessem utilizá-la em proveito próprio. Os aldeados mantinham direitos assegurados pela legislação da Coroa Portuguesa ancorados na distinção étnica em relação aos não índios. Dessa forma, a afirmação da identidade indígena construída no interior das aldeias coloniais tornava-se significativo instrumento de reivindicação política e, por isso, continuaria sendo valorizada até meados do

[32] Expedições de desbravamento territorial, que ocorreram no Brasil colônia entre os séculos XVII e XVIII. As entradas eram expedições oficiais, organizadas pelo governo, que saiam do litoral em direção ao interior do País. Tinham como principal objetivo fazer o mapeamento do território brasileiro. Também atuavam no combate aos grupos indígenas que ofereciam resistência aos colonizadores. As bandeiras, por sua vez, eram organizadas por particulares, sobretudo paulistas. Geralmente partiam de São Paulo e São Vicente em direção ao centro-oeste ou sul do Brasil. A principal preocupação das bandeiras era descobrir minas de ouro, prata e pedras preciosas. Costumavam atacar missões jesuíticas, capturando índios, que seriam comercializados como escravos.

século XIX, décadas depois de Pombal ter lançado a proposta assimilacionista (ALMEIDA, 2010).

O objetivo da proposta pombalina era transformar aldeias em vilas e lugares portugueses e os índios aldeados em vassalos do Rei. Mas é preciso levar em consideração que tal proposta em relação aos índios deve ser compreendida no contexto mais amplo das reformas pombalinas, cuja a intenção principal era fortalecer o poder do Rei de Portugal, assegurando um controle mais rigoroso sobre a colônia.

O processo de transformação de antigas aldeias indígenas em freguesias foi marcado por avanços e recuos, desenrolando-se de meados do século XVIII à segunda metade do XIX; ora os aldeados se aliavam, ora se confrontavam com missionários, moradores e autoridades. As aldeias estabelecidas após a criação das medidas pombalinas não durariam muito tempo, pois, de acordo com as leis pós-Diretório, tais povoações deveriam se transformar o mais rapidamente possível em vilas e freguesias. Esse processo que antes girava em torno de três séculos, a partir das diretrizes pombalinas passa a ocorrer em cerca de três décadas (ALMEIDA, 2010).

O debate sobre a política indigenista que se consolida logo após a Independência, em 1822, encontra-se dividido em duas alternativas: o extermínio e a integração. Não havia uma posição intermediária entre as alternativas. Aqueles intelectuais e políticos que defendiam o extermínio refletiam a política colonial opressora de Portugal, ainda que o Brasil se considerasse independente enquanto Estado-nação. Os que defendiam a integração refletiam "a ideologia conciliatória da unidade nacional e social que viria a dominar o Segundo Reinado" (TREEE, p. 2008, p. 111).

No Primeiro Reinado (1822-1831), quem mais profundamente se dedica a refletir sobre a política de pacificação é o estadista e intelectual iluminista José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1831)[33]. A política oficial do Império parecia aprovar a proposta de Bonifácio, por meio da aprovação do projeto "Apontamentos para a civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil", na Constituinte de 1823. O documento reconhecia, então, a humanidade dos índios e propunha um novo programa de aldeamentos que empregasse métodos pacíficos. Vale mencionar que, embora reprovasse o uso da força, aceitava-o em certas circunstâncias (ALMEIDA, 2010).

[33] Liderou a delegação que, em janeiro de 1822, persuadiu D. Pedro a assumir o governo de São Paulo em desafio ao parlamento em Lisboa. Por conta de sua atuação, ficou reconhecido como "Patriarca da Independência" e foi indicado Ministro do Império e dos Negócios Estrangeiros. Em julho de 1823, renunciou ao cargo em decorrência de uma série de intrigas que o colocaram em desavenças com o Imperador, e assumiu sua cadeira de deputado na Assembleia Constituinte.

Ainda que aprovado, o projeto de Bonifácio não chega a ser colocado em prática, já que a Constituição de 1824 não contemplava a questão indígena. O assunto passava a ser de competência das Assembleias Legislativas Provinciais. Com as mudanças, a política indigenista do Império, passa a caracterizar-se pela descentralização. Os índios, por sua vez, ainda divididos nas categorias de mansos e bravos, viam-se obrigados a escolher entre a "civilização" ou "extermínio", o que significava optar por uma submissão branda ou violenta (CUNHA, 2012; ALMEIDA, 2010).

Com a independência política de Portugal, o Brasil encontra-se diante da necessidade de construir a nação, não apenas constituída de unidade territorial e política, como também de uma população unificada em torno de uma única identidade histórica e cultural. A ideologia do novo Estado brasileiro baseava-se em valores europeus de modernização, progresso e superioridade do homem branco. Cogita-se a possibilidade de tornar o índio símbolo nacional. Todavia, da perspectiva do núcleo político e intelectual do novo Estado, existia, diante da diversidade de populações indígenas espalhadas no território brasileiro, a dificuldade de se construir uma única imagem de índio condizente com os ideais da nação brasileira. Do ponto de vista das populações indígenas, o desafio era continuar existindo enquanto comunidades, no momento em que no Brasil acentuava-se a polícia assimilacionista que visava a extingui-las como etnias diferenciadas.

Aos políticos e intelectuais do Brasil, cabia o grande desafio de homogeneizar populações extremamente diversas do ponto de vista étnico e cultural. Era preciso criar uma identidade coletiva que demarcasse as diferenças entre brasileiros e europeus, fortalecesse a autoestima daqueles e incorporasse os mais diversos grupos étnicos e sociais presentes nos seus territórios. Todos comungavam a ideia de transformar os índios em cidadãos eficientes para servir ao novo Estado. Entretanto, frente a esse quadro, a imagem que o novo Estado elege do índio para servir de símbolo nacional resulta sendo muito distante dos reais habitantes dos sertões e das aldeias do Império (ALMEIDA, 2010).

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) é criado em 1838 justamente com o propósito de criar uma história do Brasil que unificasse a população da nova nação em torno de uma memória histórica comum e heroica. Contou com o patrocínio oficial de Dom Pedro II, que, a partir de 1850, presidia a maior parte de suas sessões. Reunindo um grupo de artistas, escritores e historiadores que constituíam à época o núcleo da *intelligentsia* imperial, o Instituto representou o principal fórum do qual a relação entre Indianismo e o Império foi sendo articulada (TREECE, 2008). Entre os intelectuais incluíam-se os nomes mais proeminentes da literatura indianista e do debate indigenista anterior à fase Alencar:

Gonçalves de Magalhães, Joaquim Norberto de Sousa e Silva (1820-1891), Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), Antônio Gonçalves Dias (1823-1864) e Francisco Adolfo de Varnhagen.

Nessa história do Brasil fomentada pelos textos do Instituto, os índios estariam situados no passado e, a depender da situação, seriam representados como inimigos a serem combatidos ou como heróis que auxiliavam os portugueses. Os índios vivos e presentes no território nacional, no século XIX, não eram mencionados no contexto de representação trilhado pelo IHGB. A eles estavam direcionadas as políticas de assimilação que, desde meados do século XVIII, tinham o objetivo de integrá-los acabando com as distinções entre índios e não índios. A princípio na condição de súditos do Rei, depois como cidadãos do Império (ALMEIDA, 2010).

Conforme Kaori Kodama, a criação da seção etnográfica do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil liga-se a uma discussão iniciada durante os primórdios da instituição: o lugar do índio na história do país. Ressalta como é curioso o fato de que

> tal lugar, que se foi impondo como 'princípio' dessa história, não deixava de sustentar o 'não-lugar' do índio na trajetória da nacionalidade, uma vez que sua imagem formava-se ali como alteridade da boa sociedade do Império e contrastava com a marcha da civilização que a história se propunha contar (KODAMA, 2009, p. 17).

Com o intuito de delinear o encaminhamento da política indigenista do Império, Kaori Kodama (2009) afirma que, no decorrer das décadas de 40 a 60 do século XIX, opera-se uma mudança gradativa na forma de enquadrar as populações indígenas dentro da política de colonização. Dados negativos da política assimilacionista de catequese e civilização dos índios, como o desaparecimento de grupos indígenas, os constantes conflitos entre os brancos, as doenças, a falta de missionários, passavam a ser cada vez mais enfatizados por administradores e presidentes de províncias. As dificuldades de levar adiante o programa de "civilizar" contribuíam para reforçar o discurso criado pela etnografia a respeito da decadência dos povos indígenas e seu extermínio inevitável.

Ao mesmo tempo, naquela época, também se destacavam certas tensões na reflexão sobre o lugar do índio na nação brasileira. Enquanto se debatiam as políticas de catequese e civilização dos indígenas, ocorriam polêmicas no seio da elite letrada, sobretudo as levantadas por Francisco Adolfo de Varnhagen e aqueles que criticariam sua posição. Entre os "indianistas", figuram os poetas Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, o romancista Manuel Antônio de Almeida (1831-1861) e o jornalista João Francisco Lisboa (1812-1863).

Ainda assim, a causa humanitária dos índios, advogada por uns e outros, volta-se para uma reflexão sobre o problema da "civilização" (KODAMA, 2009).

Conforme Maria Regina Celestino de Almeida, nos discursos históricos, literários e políticos dos oitocentos, é possível identificar pelo menos três imagens de índios: os "idealizados do passado", os "bárbaros dos sertões" e os "degredados" das antigas aldeias coloniais.

Os índios do primeiro grupo correspondem aos exaltados nas artes e na história nacional. De acordo com esse perfil, os ameríndios são representados como aliados dos portugueses, aos quais dedicavam devoção e lealdade. Essas caracterizações apoiavam-se em documentos, geralmente redigidos por missionários, nos quais predominava uma visão idealizada acerca do comportamento das lideranças indígenas, ou seja, conforme esses textos, os grandes líderes não se moviam por vontade própria, mas em função e em benefício de seus agentes civilizadores. Contudo, a historiadora menciona que novas leituras sobre esses documentos permitem interpretações bem diversas. Afirma que a lealdade dos líderes era bastante discutível, na medida em que realizavam com considerável desenvoltura trocas com os aliados e muitos deles foram os líderes indígenas que recorreram à Corte para pedir ao Rei a defesa de suas terras.

Mas a abordagem histórica apresentada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) correspondia aos ideais de civilização e progresso predominantes no século XIX. Tratava-se de uma história de elites para elites. Nesse discurso, o lugar dos índios, vistos como antepassados da humanidade, só poderia estar no passado. A obra de Karl Friedrich Phillip von Martius (1794-1868)[34] é reveladora da concepção predominante entre os membros do Instituto sobre a importância de eleger o índio como símbolo da nação brasileira, incluindo-o na memória coletiva de seus habitantes. Afinal, segundo a proposta do alemão, ao branco, como agente civilizador, caberia conduzir todos a um estado de civilização, enquanto o negro era visto como empecilho ao progresso.

Para o segundo grupo dirigia-se a política assimilacionista, que se orientava pelo princípio geral de incorporar os índios à sociedade nacional. Sob a perspectiva de que se rebelavam, ocupavam terra e resistiam às novas leis integracionistas, os índios eram chamados de "bárbaros do sertão". Na literatura de José de Alencar (1857, p. 139-140), os

[34] Médico, antropólogo e um dos mais importantes pesquisadores alemães que estudaram o Brasil. Em 1847, vence o prêmio lançado pelo IHGB para escolher o trabalho que melhor indicasse as linhas mestras para uma história de Brasil. Na dissertação "Como se deve escrever a história do Brasil" (1844; 1973), Martius define as diretrizes de um projeto historiográfico capaz de garantir a construção da identidade da nação brasileira. O texto já havia sido publicado naa revista do Instituto há três anos.

Aimoré são representados como selvagens que ameaçavam a raça branca. Eram descritos como seres com dentes agudos, "da cor amarelenta" que têm os "animais carniceiros", e mãos semelhantes a "garras temíveis". Na realidade brasileira do século XIX, o índio ameaçador surgiu representado pela imagem dos Botocudo, contra os quais foi declarada guerra em 1808, devido à forte resistência que opuseram à invasão de seu território[35]. O romance *O rastro do jaguar* (2009a) atenta para desdobramntos da rebelião dessa etnia.

Os índios chamados de "degradados" eram aqueles que viviam nas aldeias, vistos como misturados, miseráveis e preguiçosos. Todavia, mesmo sendo alvos de uma forte política assimilacionista, alcançaram o século XIX ainda se identificando como índios e lutando por garantir seus direitos enquanto etnia.

David Treece, em *Exilados, aliados e rebeldes* (2008), menciona que a literatura indianista herdou, em grande medida, os mitos e estereótipos difundidos pelos detalhados relatos dos jesuítas a respeito da cultura indígena em dois séculos de convivência com os ameríndios. Conforme o pesquisador, os textos do período colonial inicialmente mostravam um índio hospitaleiro, pronto para ser incorporado a fé cristã. À medida que o projeto jesuíta de catequização esbarra na resistência militar e cultural, o "inocente nu e edênico" é substituído pelo "monstro bestial e satânico".

A reavaliação da estratégia dos missionários de evangelização, com a introdução do sistema de aldeamento, serviu para fornecer ao movimento indianista romântico uma concepção da identidade indígena baseada num "duplo estereótipo". De um lado, a resistência dos nativos ficou associada com a figura do tapuia, ou seja, "o selvagem intratável" que se dificultava o projeto de formação de uma sociedade colonial e pós-colonial integrada. De outro lado, o êxito parcial do projeto jesuítico, simbolizado pelo tupi aculturado, manteve viva a esperança de incorporar o indígena na comunidade colonial.

Há de assinalar que, nessa época, embora existisse a preocupação em evangelizar os índios, a prioridade da política imperial era civilizar e não catequizar. Sendo assim, foram surgindo ao longo do território e outras formas de assentamento. Alguns aldeamentos religiosos eram apoiados por instituições militares, de maneira que as atribuições bélicas e civilizatórias se fundiam nessa ação conjunta de atrair e civilizar as populações indígenas. Os índios das aldeias geralmente desempenhavam serviços públicos e militares. Nesse sentido, além de redutos de mão de obra, as aldeias militares continuavam no século XIX, fornecendo

[35] Segundo David Treece (2008), a Carta de Dom João VII de 1798 foi o primeiro de uma série de decretos que aboliram a legislação pombalina de 1755 e ordenaram campanhas militares, as chamadas "guerras justas", contra determinados grupos de índios considerados "incapazes de civilização". Entre estes estavam as diversas tribos que habitavam a Bahia e São Paulo e os Botocudo de Minas Gerais.

contingentes militares para os mais variados conflitos armados. Eram compulsoriamente recrutados para combater revoltas internas, tropas estrangeiras e também grupos de indígenas considerados hostis.

Determinados presídios estabeleceram-se como colônias militares. Uma vez pacificados, os índios aí instalados contribuiriam tanto na defesa de regiões como na atração de novos grupos. As circunstâncias da guerra contra o Paraguai, conforme Maria Regina Almeida (2010, p. 139-144), iriam impulsionar "o processo de ocupação das províncias do sul, onde se espalhariam colônias militares e aldeamentos indígenas", nas quais a missionação ocorreria em uma mistura de brandura e violência.

Os aldeamentos se estabeleciam em áreas de disputas pastoris e agrícolas ou onde os índios pudessem ser úteis. Os aldeamentos mantinham-se em várias regiões do Império, como fonte de abastecimento e reserva de mão de obra. Alguns deles haviam se estabelecido em áreas que passaram a ser alvo de disputas pastoris e agrícolas ou nas quais o trabalho de indígena pudesse ser útil (CUNHA, 2012; ALMEIDA, 2010).

Em 1845, a criação do Regulamento das Missões estabelecia os cargos de diretores-gerais de índios para as províncias e de diretores para as aldeias. Os funcionários passavam a ser responsáveis por distribuir os índios e explorar sua mão-obra por períodos variavam conforme leis locais. Na condição de tutelados, os índios eram considerados incapazes de administrar seus próprios bens.

Nessas condições de subordinação, os índios procuravam, dentro do possível, defender seus interesses, desde estabelecer alianças a destravar uma guerra com os grupos em disputa. Na ocasião da Guerra conta o Paraguai, Maria Regina Almeida (2010) cita como exemplo a análise de Edson Silva sobre extensa documentação da diretoria dos índios de Pernambuco, na qual constam pedidos de dispensa dos índios que eram obrigados a se alistar como voluntários da Pátria. Para escapar do recrutamento, os índios se utilizavam de inúmeras estratégias para não participar do conflito como fugas, deserção das tropas, declaração de doenças, alegação de ser arrimo de família, entre outras.

Ao mesmo tempo que se identificavam casos de índios que encontravam formas de escapar às convocações, havia aqueles que aceitavam o recrutamento, mas motivados por interesses próprios. Vale mencionar que alguns dos grupos de indígenas que colaboraram na Guerra da Tríplice Aliança, forçados ou não, se aproveitaram da situação para reivindicar ganhos ao Estado, sobretudo territoriais. Vários povos indígenas vinculam direitos territoriais à recompensa do Imperador D. Pedro II por sua participação no conflito platino. A exemplo dos índios Terena do Mato Grosso do Sul, a Guerra trouxe muitos prejuízos, incluindo perda

de territórios. O reconhecimento do Governo Imperial veio, a princípio, por meio da concessão de patentes para os caciques. Não satisfeitos com o ato, os índios reivindicaram terras, alegando serem merecedores de tal recompensa por terem prestado serviços à pátria (ALMEIDA, 2010). Os Kadiwéu, por sua vez, construíram uma memória de que o Imperador D. Pedro II teria doado as terras da reserva onde se estabeleceram em decorrência de sua participação na Guerra contra o Paraguai (CUNHA, 2012).

Na argumentação de Maria Regina de Almeida (2010), ainda que os índios não tenham obtido os ganhos esperados por conta de sua participação na Guerra da Tríplice Aliança, as gerações seguintes souberam se utilizar da situação para reivindicar direitos e construir uma identidade de heroísmo, bem como alianças com o Estado que, em troca, deveria garantir a autonomia dessas populações sobre os territórios.

Naquele momento, a historiografia brasileira pretendia apagar os indícios da história e das identidades de inúmeros povos indígenas visivelmente presentes na sociedade imperial do oitocentos e que reivindicavam seus direitos. Ao invés de desaparecerem, como apontavam os pensadores do século XIX, os índios, atualmente, crescem e se fortalecem politicamente. Inclusive, vão conquistando espaços no cenário de produção de conhecimento em várias áreas. Os movimentos de etnogênese servem para confirmar a sobrevivência e capacidade dos povos indígenas de rearticularem-se culturalmente, mesmo submetidos às mais violentas situações. Certamente eles se encontram fortalecidos hoje por encontrarem conjunturas políticas mais favoráreis.

E há ainda histórias de índios para se escrever e se interpretar. *O rastro do jaguar* (2009a) é uma entre muitas a serem consideradas na história dos índios, na história das nações platinas, na história da Guerra da Tríplice Aliança.

3.2 Escrita e profetismo

A narrativa de *O rastro do jaguar* (2009a) está estruturada em uma mescla de escrita memorialística e epistolar, mergulhada em um intenso fluxo de sobreposições espaço-temporais. Nas primeiras páginas do livro, fica evidente para o leitor o quão custoso é a Pereira, narrador-personagem, às vésperas do século XX, na cidade de Congonhas do Campo, Minas Gerais, iniciar a escrita. Primeiro, porque seu corpo, já velho e doente, resiste aos rigores que a tarefa exige. Segundo, porque as lembranças lhe são ainda muito dolorosas.

No relato, o narrador interpreta a história em várias dimensões. O foco das lembranças incide ora na esfera pessoal, ora na coletiva. No plano pessoal, o narrador analisa sua vida e a trajetória de autoconhecimento travada pelo amigo Pierre. São constantes as menções a sua esposa brasileira já falecida. Francisca, segundo ele, o persegue como um fantasma que não o assusta. Na dimensão coletiva, avalia a história por ângulos marginais à lente da historiografia oficial. Nesse ínterim, há espaço para refletir sobre a condição das populações indígenas que habitam o subcontinente e há séculos resistem à ação colonizadora da cultura europeia.

Observam-se, na narrativa, aspectos da escrita metalinguística. Pereira, assim como o autor do romance, é um jornalista. Adverte que o que propõe a escrever não um romance; "será, talvez, uma longa reportagem sobre a história de várias guerras, grandes e pequenas" (CARVALHO, 2009a, p. 16). Mas, antes de tudo, seu texto se dedica a narrar a trajetória de Pierre de Saint'Hilaire "em busca de sua alma e de seu povo" (CARVALHO, 2009a, p. 16). É consciente de que, na tentativa de narrar o passado que se perde em sua memória, as falas recuperadas não serão exatamente aquelas proferidas antes: "Às vezes é difícil achar o emaranhado da memória" (CARVALHO, 2009a, p. 46). Ainda assim, sente que o mais importante é relatar os acontecimentos mais gerais e utilizar as recordações como apoio aos pensamentos. Para reconstruir a trajetória de autoconhecimento e transformação do amigo, Pereira toma como fontes não apenas suas experiências, lembranças junto a Pierre, como se apoia nos depoimentos de amigos que tiveram em comum – Firmiano, Mateus e Benedito, Jeanne Jezebel –, bem como antigas cartas do índio endereçadas a estes.

O narrador Pereira, ao acompanhar o amigo de Pierre, analisa sua trajetória de autoconhecimento e a validade da guerra. O jornalista português demonstra, em toda a narrativa, tentativas de definir "quem é Pierre". Em várias passagens, descreve as mudanças tanto exteriores quanto internas observadas no amigo, o qual, ao que lhe parece, procura assemelhar-se cada vez mais aos indígenas. Mas, ao mesmo tempo, Pereira ainda enxerga nele o soldado europeu.

Embora narrado em primeira pessoa, o romance apresenta claras evidências de uma onisciência por parte do narrador-personagem que se lança a relatar as transformações ocorridas na vida do amigo. A estratégia de Murilo Carvalho para permitir que Pereira possa externar no de forma tão minuciosa as expectativas, dúvidas e frustrações de Pierre é intercalação da narração com cartas escritas por este. Dessa forma, a narrativa tanto oferece ao leitor revelações dos muitos sentimentos que atravessam a alma de Pierre como fornece as interpretações que Pereira faz do processo de autoconhecimento do outro.

Os conflitos de Pereira, por vezes, apresentam-se semelhantes aos de Pierre, indignando-se com as injustiças cometidas aos índios. Ao narrar o passado, ainda que com os olhos do que parece ser a visão contemporânea – diga-se com isso, sem traços da visão preconceituosa predominante entre a elite intelectual oitocentista –, a respeito da condição subalterna das populações indígenas, o narrador assume a função de porta-voz dos índios.

Tal postura é perceptível não apenas na voz do narrador; também transparece na caracterização do personagem histórico August de Saint'Hilaire, que, mesmo sendo um europeu do século XIX, demonstrava uma sensibilidade incomum à época para entender o Outro. O próprio narrador verbaliza sua admiração pelo botânico francês: "Numa época de profundo desprezo pelos valores das culturas da América, fora capaz de compreender e aceitar o modo de vida e as tradições daquela gente..." (CARVALHO, 2009a, p. 49).

Pereira constantemente demonstra preocupação com o homem e seu destino, ressaltando a luta contra a miséria e a submissão. Narra, com ênfase, como Pierre, músico da Ópera de Paris, desperta, por meio do estudo das partituras de Wagner[36], para a "cegueira do preconceito" e manifestações do progresso alienante que imperava na França do século XIX, e exterioriza suas impressões:

> É isso meu amigo, que devemos aprender com essa música que tanta gente, nesta Paris burra, se recusa a aceitar, porque estão todos idiotizados pelas plumas dos chapéus. Pela segurança do pão, pelas avenidas novas que se rasgam por todo lado, expulsando as pessoas para os bairros mais distantes. Vocês não percebem que essa mesma indiferença com a música nova é mesma que faz com os banqueiros e os arquitetos do imperador destruam bairros inteiros para reconstruir Paris[37] e empurrem seu povo aos barracos longínquos, às pocilgas imundas além do Sena? Não será tudo a mesma coisa, faces diversas de uma só moeda? A mesma insensibilidade doentia dos jóqueis? (CARVALHO, 2009a, p.24)

Murilo Carvalho constrói uma narrativa na qual o profetismo encontra-se duplamente representado. A experiência de "indianização" de Pierre está assentada na cosmogonia indígena, enquanto assombrosamente atravessando o narrador encontra-se o profetismo bíblico judaico-cristão, por meio das figuras dos profetas de Aleijadinho[38]. Na narrativa, há

[36] Richard Wagner (1813 - 1883) é uma das expressões mais étnicas da música germânica. Reformou a ópera em sua totalidade, inventando criação de fusão teatral com poesia, música, dança e pintura. A ópera *Tanhaeuser*, em 1861, foi mal recebida pela elite francesa em virtude de, além de transgredir as formas da linguagem teatral, retomar uma lenda medieval, misturando paixão erótica e contrição religiosa. (http://www.tvebrasil.com.br)

[37] Referência às mudanças introduzidas na cidade de Paris pelo Barão de Haussmann; mudanças que valorizavam os terrenos que pertenciam justamente aos conservadores do Jockey Club e suas famílias (URRY, 2001).

[38] Em entrevista ao site português *Diário Digital* (2009b, p. 3), quando questionado acerca da aproximação entre o personagem Pereira e a obra de Aleijadinho, o escritor explica que nasceu em Minas Gerais e desde criança esteve "envolvido por essa aura de religiosidade que se reflete na obra de Aleijadinho". O jornalista Pereira

momentos que ora seguem paralelamente ora tangenciando-se. Deve-se observar que a aproximação de ambos os discursos religiosos – Terra sem Males e Terra Prometida –, remetem à ideia de uma experiência comum para os homens, como se percebe na seguinte passagem:

> Estamos sempre assim, exilados em alguma Babilônia tirânica, amarrados a sentimentos de amor e ódio, que somente cantando a Deus seremos capazes de compreender. Que salmo será esse que Habacuc está a cantar? Ele não contempla o céu, como deveriam fazer os profetas: seu olhar se perde na ladeira pedregosa, entre as palmeiras, e parece mirar as casas dos pobres que se enfileiram até a margem do rio. Ah, Habacuc, meu antepassado, antepassado de meu pai, como é difícil nos libertarmos das eternas Babilônias; nossa própria história nos envolve e nos prende, cadeias de aço (CARVALHO, 2009a, p. 119).

O profetismo religioso da cultura judaico-cristã não é colocado em oposição ao profetismo religioso dos índios Guarani. Antes, a cosmogonia cristã surge para Pereira como a chave de interpretação do significado da cosmogonia indígena. É possível depreender dessa estratégia estilística a intenção de Murilo Carvalho de mostrar, que entre as duas correntes religiosas, existe uma experiência comum de luta por territórios expropriados. Ambos os povos são vítimas da ação violenta de estruturas dominantes, condenando-os à errância, à busca do lugar ideal, seja a Terra Prometida, seja a Terra sem Males.

O esforço do autor em colocar a ideia do profetismo de ambas as correntes religiosas em comunicação surge, por exemplo, quando o narrador, em uma de suas divagações, revela que, depois de tantos anos que encontrara bandos de "índios miseráveis" e leprosos vagando em miséria e seca no sertão brasileiro, era capaz de compreender as palavras do profeta Joel, quando este anuncia à Judeia que as pragas não infestaram apenas os campos, mas também o coração dos homens, "impedindo-os de verem nos outros o espelho de si mesmos, impelindo-os a desprezarem os que caem em desgraça" (CARVALHO, 2009a, p. 145). A intenção de Pereira, nesse momento, é ilustrar a indiferença do Império brasileiro ao sofrimento daquelas pessoas. Sabe que "explicar, gritar aos ventos" é função dos profetas, mas que eles geralmente não são ouvidos. Assim também parecem seguir os profetas guarani clamando sobre a Terra sem Males, sem serem ouvidos.

Hélène Clastres (1989) explica que, para o povo Guarani, a sociedade é extremamente maléfica. Alcançar a Terra sem Males[39] (*Ivy marãey*) é a possibilidade de recusa da atividade social. A vida é ambivalente, pois se vive socialmente na terra imperfeita, ao lado da

---

também conduz a compreensão dos conflitos a partir da simbologia dos profetas de Aleijadinho. Como se percebe, trata-se de mais um vestígio da contaminação de um dado biográfico do autor em sua obra.

[39] Na obra, a antropóloga francesa utiliza a expressão no singular.

Natureza, no Tekoa, em busca do *Ivy marãey*. A vida em reserva deslocou o eixo da busca da Terra sem Mal. A figura do pajé, semelhante ao do antigo Caraí, mobilizador do messianismo, transforma-se em um pensador, a refletir acerca do devir. A Terra sem Males é um lugar para ser buscado em vida, ou seja, para alcançá-la não é necessário que se morra[40]. Por isso existe a necessidade de migrar, orientando-se pelo maracá do Caraí.

A antropóloga menciona que se trata de "una tierra prometida y que sin embargo no es um reino sino por el contrario la abolición de toda forma de poder" (CLASTRES, 1993, p. 135). Nesse sentido, o mito é uma nova maneira de pensar o homem, os deuses, a terra e o céu. E no sentido profético presente neste pensamento não se encerra somente a ideia de "um certo porvenir", mas também por "pressentir la salvación inaccesible y por saber que, creyendo no obstante em él, exige ir siempre allá de todo limite, es decir renunciar a toda forma de arraigamiento" (CLASTRES, 1993, p. 136).

A princípio, na compreensão de Pierre, para a realidade que as comunidades ameríndias enfrentam no território brasileiro, a "Terra sem males" poderia significar o refúgio desses povos no Vale do Iguariaçá; a busca por um espaço no qual o grupo fosse possível implantar a nação guarani no interior da nação brasileira. Isto é algo que a narrativa, depois, e o verdadeiro significado do mito, pelo menos para os Guarani, irá desconstruir.

Ao mesmo tempo, no esforço de revisitar aspectos omitidos da historiografia, o índio não é representado como uma figura mitológica idealizada. Ele é introduzido na narrativa como um sujeito histórico, participante da história tanto quanto o segmento dominante. A esse sujeito, vítima da exclusão social e condenado à extinção, é dada, agora, oportunidade de expressão.

No capítulo "O coro dos peregrinos", Pereira narra como a presença constante dos profetas, que observa da janela do quarto, atua como "uma obsessão" (CARVALHO, 2009a, p. 15) em sua vida. No alto do Santuário de Congonhas do Campo, eles narram o porvir, levando os homens à divindade. Prenunciam, ao longo dos séculos, "acontecimentos prováveis que, esculpidos em língua estrangeira, desafiam o entendimento e resistem ao desaparecimento de um passado de ouro, violência e conspiração" (PEREIRA, 1998, p. 36).

O narrador-personagem acredita que, no Brasil,

[40] O médico e romancista paulista Jacy do Prado Barbosa Neto retoma o mito no romance *Terra sem Mal* (2013). Na trama, que se passa principalmente no Brasil do século XIX, Júlia, uma ex-escrava, e Ararê, um índio, partem numa longa jornada em busca de um paraíso mítico do povo Guarani. Durante a viagem, os personagens têm a oportunidade desenvolver algumas potencialidades, tornando-se mais sábios e senhores de seu destino. Yolanda, neta do casal e uma das narradoras da história, ao procurar explicar do que se trata o tal lugar mítico, o define como "um paraíso para onde se vai sem precisar morrer" (BARBOSA NETO, 2013, p. 20).

> qualquer heroísmo parece tolo: uma ação que na Europa digna de um mito, aqui faz parte do cotidiano das pessoas. A brutalidade das terras interiores reduz mitos e heroísmos a apenas uma história pessoal, uma história como a revelada por esses doze profetas que se espalham pelo adro extremo da pequena igreja, neste recanto de mundo: Congonhas do Campo, Minas Gerais" (CARVALHO, 2009a, p. 15).

As esculturas do Aleijadinho são como enigmas para Pereira; a todo o momento que a elas se refere busca compreender a representação que o "misterioso escultor" faz. Reconhece que, sendo judeu, não está em condições de questionar nada. Ainda assim, considera o sentimento religioso que se tem no Brasil "muito mais amargo do que o europeu" (CARVALHO, 2009a, p. 36).

Na trajetória de autoconhecimento de Pierre e integração à cultura Guarani, Pierre é orientado por um velho xamã, Nezú. Pereira já havia lido algo a respeito de outro profeta chamado Ñezú, citado na da obra de Nicolás Del Techo[41] (1611-1680), sobre as missões jesuíticas. No texto, o padre salienta que Ñezú é "um nome antigo, que deve ter passado por muitas gerações de índios guarani, pois foi um Ñezú que liderou uma revolta contra os padres jesuítas, propondo que os índios batizados das Reduções passassem por um desbatismo, retomando seus nomes antigos" (CARVALHO, 2009a, p. 285).

Na introdução do romance consta uma epígrafe na qual Avá Ñezú fala que a guerra é necessária para se alcançar o Divino, a terra prometida de Ñamandu. No estudo de Benedito Prezia (2008), há menção a um feiticeiro chamado Ñezú, que em reação à ação catequista dos jesuítas, solicitava aos índios que matassem a todos os padres. Diferentemente do antigo profeta Ñezú, que lutou para afastar os Guarani da palavra cristã –, Murilo Carvalho articula um diálogo entre os discursos bíblico e indígena. As ações do profeta, é claro, são ditadas por força de sua reação era motivada por razões completamente distintas às do autor de *O rastro do jaguar* (2009a).

O profetismo destacado na obra aponta para a esperança de apelo à necessidade de respeito e valorização dessas culturas. Se a narrativa se encontra situada entre a metade dos oitocentos e o início do século XX, o que representa hoje o passado, a mensagem que oferece é a bandeira para o futuro do presente.

[41] Jesuíta francês que esteve no Paraguai em 1649 e ocupou cátedra do Colégio Jesuíta de Assunção. Em 1673 publicou **História da Província do Paraguai e da Companhia de Jesus**, cujo manuscrito foi realizado por índios guarani (PORTAL GUARANI, 2005).

3.3 Identidades em caleidoscópio

Nota-se, em *O rastro do jaguar* (2009a), um exercício de pensar a identidade no plural. A narrativa instaura uma consciência de personagens constituídos sempre por um "eu" multifacetado. O personagem Pierre, por exemplo, espelha muito bem o conflito de alguém que vive o embate de culturas tão diferentes, como a europeia e a indígena, ambas geralmente localizadas na tensão da relação dominante e dominado. Os momentos da narrativa em que o personagem sofre por transitar entre a condição de continuar sendo um "soldado índio do exército francês" e tornar-se um "índio jaguar", simbolizam a inconstância que impossibilitaria uma caracterização fixa. Da mesma forma que tanto a educação em música clássica e a dedicação ao exército francês não lhe garantem um lugar na civilização europeia, sua terra natal tampouco o recoloca na condição anterior de habitante do mato virgem.

Pierre destaca o quanto se sente estranho na França e acredita que também o seria em qualquer outro lugar. Reconhece, no entanto, que a música que produz dos tambores e que é ciente de que não pertence à cultura europeia, é que faz seu sangue ferver, agita seu coração. Então conclui: "Acabo de não saber mais quem eu sou. Que eu sou, na verdade, um estranho para mim mesmo, sem raízes, solto, transplantado para cá como um pé de café numa estufa. Quando matei homens pela grandeza da França, me sentia francês. Agora, não sei" (CARVALHO, 2009a, p. 33).

Como já apontado por Stuart Hall (2003), a ideia de uma identidade unificada é insustentável, uma vez que o sujeito é forçado a assumir identificações diferentes em situações distintas. Para o teórico, é necessário considerar que as identidades, ainda que busquem firmarem-se sob a ótica do estável, não o conseguem em virtude da dinamicidade social e cultural do mundo. As transformações de várias naturezas tendem a afetar e alterar as identidades, desconstruindo-as. Daí seu argumento de que as identidades não podem ser consideradas sob uma perspectiva essencialista, mas antes construcionista, e de que, por esse motivo, defende que o conceito de identidade esteja "sob rasura" a ponto de preferir a utilização do termo "identificação" em lugar de "identidade".

O rastro do jaguar (2009a), nesse sentido, valoriza a discussão em torno de uma identidade fluida e fragmentada, destoando de antigas representações narrativas que privilegiam identidades em torno do indivíduo centrado. No corpo de Pierre, se inscrevem as marcas de sua origem indígena – cor, cabelos, traços faciais -, enquanto, culturalmente, acumula a herança europeia. É ainda a guerra travada por Pierre para definir a si mesmo:

índio, como seus antepassados, ou europeu, tal como fora criado? A atenção minuciosa que o narrador dispensa à caracterização de Pierre traduz metaforicamente a condição multifacetada da constituição identitária do jovem:

> A imagem que guardo de Pierre é como a visão de um caleidoscópio, formada por dezenas de pedaços desconexos, que se juntam e se modificam todo o tempo. Num momento ele está entre as árvores do Bois de Boulogne, envolto na neblina do amanhecer de Paris, bêbado e alegre; depois, vejo-o em pé sob as copas dos densos pinheirais do planalto Sul, embrulhado num cobertor cinza, molhado das chuvas que caíam havia vários dias. Um outro giro na memória e ele surge em sua farda vermelha de gala, tocando os tambores no desfile da vitória, na larga avenida que leva ao Arco do Triunfo, brilhante sob o sol. Mas outro Pierre, desconsolado, ao ver os corpos dos meninos em chamas no vasto campo de Ñhu Guaçu; ainda outro e Pierre é o músico compenetrado, atento, no poço da orquestra do teatro da Ópera, o velho teatro que não existe mais, devorado por um incêndio; um novo girar do calidoscópio e a imagem que se forma é a de jovens soldados na batalha de Mulhouse. Mas, com certeza, a memória mais forte que registro de meu amigo é a última vez que o vi. Fazia muito frio e uma chuva fina caía como poeira, dourada pelos olhos de sol que rompiam as nuvens, envolvia as árvores e fazia brilhar a grama nova que cobria o vale do Iguariçá. Estivéramos juntos por muitos anos e aquele era um momento de despedida, porque Pierre fizera uma escolha definitiva e iria partir com seu povo para uma caminhada sem volta. O que me surpreende, tanto tempo depois, é que mesmo ali, sob os pinheiros, com a chuva escorrendo pelos cabelos, ele continuava se parecendo com o oficial do Exército e o músico da Ópera de Paris que percorria as alamedas do Bois de Boulogne, enfiado em outras brumas, tanto tempo atrás (CARVALHO, 2009a, p. 16-17).

Como se nota, na descrição minuciosa de Pereira ressoa sua dificuldade para definir "quem é Pierre". Em várias passagens, o jornalista descreve as mudanças tanto exteriores quanto internas observadas no amigo, o qual, ao que parece, procura assemelhar-se cada vez mais aos indígenas. Mas, ao mesmo tempo, Pereira ainda enxerga nele o soldado europeu. Reside aí a representação da multiplicidade de identificações que Pierre assume a partir da força dos discursos e contextos pelos quais é interpelado.

Silva (2000, p. 86) argumenta que as tentativas de fixação da identidade aparentemente baseadas em agrupamentos biológicos não passam de argumentos culturais: "As chamadas interpretações biológicas são, antes de serem biológicas, interpretações, isto é, elas não são mais do que imposição de uma matriz de significação sobre uma matéria que, sem elas, não tem qualquer significado". Nessa perspectiva, é possível considerar que o discurso identitário nacional que encobre a afirmação "ser francês" no século XIX não previa a possibilidade de inclusão da afirmação "ser índio". Pierre, então, para a maioria dos franceses nunca fora um compatriota, ainda que tivesse sido criado na França.

Mas antes que revele por qual construção discursiva identitária se sinta mais interpelado e talvez, mais seguro, no sentido de estar se considerando aceito e integrado a uma

dada comunidade/coletividade, a narrativa progride lentamente na intenção de destacar o descentramento pelo qual atravessa o personagem.

Um evento que parece ser um dos pivôs a desencadear tal descentramento do rapaz é a encarceramento injusto de índios americanos em Paris. O encontro com os homens ocorre na prisão, quando Pierre também se encontra detido com seus amigos. Os índios são funcionários de um circo e estão sendo acusados de matar o chefe. Como não falam francês, não têm como se defender.

Pereira registra como Pierre depara-se com essa "descoberta":

> Depois de alguns dias abriram a porta de nossa cela e enfiaram três homens absolutamente estranhos. [...] Tinham feições asiáticas, cabelos negros e longos e estavam vestidos com roupas de couro franjadas, como atiradores de facas de circo. [...] Então percebemos algo surpreendente: eles eram parecidos com Pierre. E vimos que Pierre já tinha, ele também se dado conta da parecença... Voltavam-se espantados para Pierre, parecendo temer reconhecê-lo como um igual, um igual vestido com a colorida farda do Exército, atônitos, provavelmente por não entender como um deles poderia estar vestido coma roupa do dominador (CARVALHO, 2009a, p.39-40).

O registro dá a entender o que Pereira pensa, em primeiro momento, a respeito dos índios além de revelar no texto sua impressão em relação ao impacto que o episódio com estes homens exerce sobre Pierre. Adiante, há um momento no qual Pierre é provocado por um dos guardas, em relação a sua semelhança com os índios. Como nunca soubera nada a respeito do lugar onde nascera, do povo guarani, até então não havia se importado com isso. Ao presenciar a forma como os índios são tratados - como selvagens, seres monstruosos -, se dá conta de que, para a sociedade francesa, tanto ele quanto os índios representam o Outro, o estrangeiro. Enquanto estivera no exército, envolvido no discurso nacionalista em defesa da pátria, não havia se sentido como tal. Mas agora, é diferente. É apontado como diferente: "não é um francês".

Assim, a identidade e a diferença se traduzem em declarações sobre quem está incluído e quem está excluído. Conforme Silva (2000, p. 82), a identidade está sempre ligada a uma forte separação entre "nós" e "eles", e estas não são, "simples distinções gramaticais; são indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder". E a normalização é um dos processos sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Numa sociedade em que impera a superioridade branca, por exemplo, "ser branco" não é considerado uma identidade étnica ou racial. Nesse caso, na sociedade francesa do século XIX, na qual a maioria da população tinha a cor da pele branca,

certamente as marcações “ser negro” ou “ser índio” eram consideradas identidades raciais ou étnicas, ao contrário da identificação “ser branco”.

A separação entre “nós” e “eles” é o que se costuma chamar de binarismo, um mecanismo comum na construção da narrativa identitária. E é o que ocorre quando, por exemplo, o guarda aponta que Pierre e os índios são semelhantes e, por isso, diferentes dos franceses. Mas as coisas não são tão simples assim e questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas costumam ser organizadas. É perceber, como Pereira, que Pierre é semelhante, em determinados aspectos aos índios, mas, em outros, não. Essa é a maneira mais próxima de uma concepção não essencialista de identidade.

Em verdade, a identidade hegemônica é permanentemente assombrada pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido. O processo de produção da identidade oscila entre o movimento provocado por processos que tentam estabilizá-la e o movimento impulsionado por processos que buscam desestabilizá-la (SILVA, 2000).

A indignação de Pierre é expressa em sua própria fala:

> Pode ter certeza, há uma história escabrosa por trás da prisão desses homens. Não haverá advogado para eles; a condenação estava pronta desde muito antes de colocarem os pés na França. Uma condenação que é fruto dessa ideia absurda de que a Europa é o centro civilizado do mundo e, portanto, quem não se encaixar no estereótipo é bárbaro. Como se não viéssemos aqui em guerra constante, como se as ideias aqui não fossem bem mais bárbaras do que no passado, onde a violência era pessoal, espada contra espada, e havia honra nas guerras. Canhões, rifles, bombardas: assassinamos de longe como se o sangue que não espirra nas roupas da gente fosse um sangue de outra qualidade, mais limpo e civilizado (CARVALHO, 2009a, p. 42).

Por conta disso, Pierre, naquela cela do quartel das Halles, decide afastar-se da aparência de europeu, “deixar sua casca francesa”, para assemelhar-se aos seus. E da indignação surge a obstinação em conhecer de perto suas origens ameríndias, o que significa partir para o Brasil.

Na perspectiva da teoria cultural contemporânea, o hibridismo coloca em xeque aqueles processos que tendem a conceber as identidades como fundamentalmente separadas. O que é híbrido aponta para o caráter provisório e inacabado das construções identitárias. E vários incidentes vão levar Pierre ao questionamento sobre quem, de fato, se trata. Pierre vive momentos de extrema instabilidade identitária e, como Silva (2000) afirma a respeito da precariedade de permanecer nas fronteiras, é nos interstícios que está o acontecimento crítico.

Hugo Achugar (2006) também busca entender a constituição do "eu" e, nesse exercício reflexivo, levanta questionamentos como:

> Quais são os nossos vínculos e nosso "desvínculos" com o Outro? [...] O que nos ata e o que libera do Outro? [...] O desejo do Outro me constitui, mas meu desejo constitui o Outro. O ódio do Outro me confirma, como meu ódio confirma o Outro (ACHUGAR, 2006, p. 314).

Mas Achugar atenta para o detalhe de que a identificação é algo que, por vezes, se manifesta por meio de vínculos que são mais complexos. Daí ser possível ser ao mesmo tempo "alfa e ômega, branco e preto, homem e mulher..." (ACHUGAR, 2006, p. 314).

Para Silva (2000, p. 87), a identidade "que se forma por meio do hibridismo não é mais integralmente nenhuma das identidades originais, embora guarde traços dela". Pierre certamente ao envolver-se com a cultura ameríndia iria modificar-se, mas ainda assim estaria guardando marcas da cultura europeia, francesa. A narrativa atenta para isso:

> Pierre talvez deixasse para sempre sua identidade, uma identidade que para ele já pouco significava, descobriria outra? [...] Pierre não era um índio guarani apenas porque em suas veias corria o sangue guarani; existia enorme distância entre o mundo que conhecera até então e o mundo dos homens silenciosos das serras e dos campos, haveria uma ponte a ligar esses universos? E ele seria capaz de cruzá-la? (CARVALHO, 2009a, p. 254)

A certeza de conhecer as terras brasileiras e a nação Guarani aumenta depois que ele e Pereira conhecem o personagem histórico Gonçalves Dias. Pierre simpatiza com o poeta, quando esse explica que seus poemas buscam expressar toda a filosofia de honra e coragem dos índios, como o tentou fazer no poema "I-Juca-Pirama"[42] – expressão em tupi que significa aquele que é suficientemente honrado para morrer. Ou ainda de poemas que "retratavam uma situação idealizada, do tempo em que as nações índias eram soberanas em seus territórios e as lutas e as guerras muito mais rituais do que necessidade de sobrevivência" (CARVALHO, 2009a, p. 126).

[42] Poema que integra a livro *Últimos cantos* (1851). Composto em dez cantos, narra a história do último descendente da tribo tupi, feito prisioneiro pelos índios timbiras. A composição poética começa apresentando o cenário de uma aldeia onde o prisioneiro participará de um ritual antropofágico. Certo de que será morto por seus captores e temendo pela vida de seu velho pai, cego e sozinho nas matas, o jovem tupi pede clemência. O gesto, que demonstra nobreza e amor por parte de um filho, é interpretado como sinal de covardia. O chefe dos timbiras decide, então, libertá-lo, porque não deseja que os fortes se enfraqueçam com sua carne. Quando o tupi reencontra seu pai, é considerado covarde e é amaldiçoado pelo velho. Para se redimir, o tupi volta à tribo timbira e se entrega para ser morto. É nesse ponto que fica claro o sentido do título do poema. A respeito do valor do poema como passo decisivo para as transformações das manifestações nativistas da literatura colonial em manifestações conscientemente nacionalistas, o crítico de literatura Antônio Cândido (1975, p.85) afirma: "O 'I-Juca-Pirama' é dessas coisas indiscutidas, que se incorporam ao orgulho nacional e à própria representação da pátria, como a magnitude do Amazonas, o grito do Ipiranga ou as cores verde e amarelo".

Todavia, quando o jovem expõe a Gonçalves Dias a esperança de que os índios possam "com sua cultura primitiva, representar uma possibilidade de renascimento do novo homem" (CARVALHO, 2009a, p. 59), o poeta brasileiro apresenta-se um tanto cético quanto à ideia de que o homem possa "buscar no próprio passado soluções para o futuro" (CARVALHO, 2009a, p. 59).

A percepção de Pereira acerca da opressão imposta às comunidades indígenas desde os tempos coloniais aguça-se após a leitura do poema "O canto do Piaga"[43], de Gonçalves Dias. No texto do poeta indianista, o piaga ("xamã") revela à tribo suas visões do mau espírito Anhangá e de seu alerta sobre a chegada de um "fantasma" pelo mar. O colonizador, "o negro monstro", causará uma devastação: "Vem matar nossos bravos guerreiros,/Vem roubar-vos a filha, a mulher!" (DIAS, 1846, p. 18). Ironicamente, os nativos não são capazes de acreditar em seus próprios mitos da tragédia da conquista.

Há de se assinalar que Gonçalves Dias acabaria por exercer um papel decisivo no desenvolvimento da literatura nacionalista e do próprio movimento indianista. Sua carreira é marcada por postura ambivalente em relação ao *establishment* imperial. Afinal, embora seus amigos de Coimbra fossem todos liberais e parte de sua obra expressasse um tom inequivocamente abolicionista, o poeta flertou duas vezes com o ativismo político conservador e teve sua carreira artística patrocinada pelo governo imperial. Ainda assim, foi capaz de desenvolver uma escrita que, frequentemente, denunciava o tratamento que o Brasil dedicava às populações não brancas (TREECE, 2008). No texto *Meditação* (1846; 1868), por exemplo, o escritor brasileiro atenta para a condição marginalizada das populações indígenas no interior da nação brasileira:

> E os homens da raça indígena e da cor mestiça – disseram em voz alta: — "E nós que faremos?"
> "Qual será o nosso lugar entre os homens que são senhores, e os homens que são escravos?"
> "Não queremos quinhoar o pão do escravo, e não podemos sentar à mesa dos ricos e dos poderosos."
> "E no entanto este solo abençoado produz frutos saborosos em todos os quadros do ano – suas florestas abundam de caça – e os seus rios são piscosos." (DIAS, 1868, p. 93)

Talvez seja por esse motivo que a figuração do índio no romance aproxime-se mais da representação dos heróis de Gonçalves Dias do que os personagens de José de Alencar, a exemplo de Peri, que decide abandonar sua tribo e mãe para servir a D. Álvaro e ser escravo de Ceci. A atitude do índio denota o abandono da cultura ameríndia em favor do colonizador.

[43] O poema integra a coletânea *Primeiros cantos*, publicada em 1846.

Em *O rastro do jaguar* (2009a), ocorre justamente o contrário. Pierre e os demais índios Guarani abandonam a sociedade nacional com o objetivo de resgatar os padrões culturais de seus antepassados.

Ademais, a narrativa assinala o impacto dos poemas de Gonçalves Dias na transformação de Pierre. Pereira destaca que os mesmos valores de honra e lealdade do índio ilustrado pelo poeta romântico passam a ser valorizados e perseguidos pelo amigo, a partir do momento que ele decide desvendar os seus próprios mitos. A identificação com o intelectual se acentua quando o próprio poeta revela aos dois ser um mestiço, ou seja, "sua mãe tinha sangue índio" (CARVALHO, 2009a, p. 59).

Essa mesma certeza de descontinuidade entre representação literária e realidade é posta em evidência no romance depois que Manhá-Oé ataca vilas, matando crianças e mulheres. Pierre duvida do "heroísmo despojado" do líder indígena. Ao mesmo tempo, pondera se estaria em condições de julgá-lo quando o índio seguia sendo perseguido e ameaçado de perder suas terras.

Outro descompasso entre experiência vivida e representação romântica é a comparação que narrador faz entre a visão que os próprios índios encontrados no sertão nutrem de si mesmos e a imagem do indígena presente nos poemas gonçalvianos, como se observa na seguinte passagem:

> Para o povo ser índio ainda significava a brutalidade, a humilhação, a permanente fuga do extermínio; [...] Por isso, tanta repulsa às suas origens, [...] Os poemas, românticos como os de Gonçalves Dias, retratavam uma visão idealizada, do tempo em que as nações índias eram soberanas em seus territórios e as lutas e as guerras muito mais rituais do que necessidade de sobrevivência; a gente do povo não compactuava com esse romantismo (CARVALHO, 2009a, p.125-126).

A viagem começa pelo interior de Minas Gerais, na intenção de encontrar os Botocudo, povo de Firmiano, para, depois, seguir ao Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina, local de onde provinha Pierre. Antes da aventura, Pierre já pensa na possibilidade de se integrar a seu povo. Todavia, Pereira não aceita a decisão do amigo como uma opção de vida, por considerar inconcebível a ideia de que "um europeu deste século de ciência" abandone tal mundo para "viver numa aldeia de palha" (CARVALHO, 2009a, p. 65). Certamente assim reagia por se encontrar envolvido pelas "belas palavras" dos versos românticos, mas desistiria do ideal do bom selvagem logo que se visse confrontado à realidade da vida indígena.

Ainda que assim Pereira se diga pensar, há vários momentos nos quais o desencanto do amigo com os ideais iluministas permeiam as digressões do narrador e ao qual atribui os motivos para sua "rebeldia":

> Na verdade, acho que a rebeldia de Pierre nada tinha a ver com sua origem desconhecida e nem com o preconceito dos franceses; era uma rebeldia nascida da compreensão de que aquela nova sociedade francesa, que havia brotado da revolução, não conseguira romper os velhos laços de egoísmo e prepotência; as lutas tão intensas não serviam, de fato, para sacudir dos braços, das pernas e dos cérebros a preguiça de construir um mundo diferente, onde a igualdade e a fraternidade fossem verdades tão definitivas que envolvessem até mesmo os pequenos atos do dia a dia. A velha utopia, a sagrada utopia dos homens de bem, parecia sufocar Pierre de tanto desejo e talvez tenha sido essa a razão principal de esperança de que sua origem estivesse mesmo numa região distante e selvagem, onde, talvez, essa utopia ainda fosse viável (CARVALHO, 2009a, p. 69-70)[44].

Para Pereira, Pierre estava em busca de resolver um problema pessoal, sua identidade, que nada tinha de coletiva. A necessidade da busca "surgira nele como reação ao preconceito que sofrera durante a vida e que impedira, quem sabe, de se tornar uma personalidade, um alto oficial do Exército, um músico de um oficial de nomeada" (CARVALHO, 2009a, p. 85).

A voz do ameríndio é também introduzida à narrativa por meio das cartas que Pierre havia deixado. Nesses documentos, o personagem tem oportunidade não só de revelar sua condição flutuante no processo de metamorfose identitária como de denunciar e reforçar sua indignação à realidade que observa. Em uma delas, declara:

> A humilhação pela qual os índios passam, nessas terras, é ainda maior do que tudo o que imaginei; o preconceito que me cercou durante toda a minha vida na Europa não continha, nem de perto, a violência e a desumanidade que vejo por aqui. Assisti ao assassinato de um índio pela polícia, na cidade de São Romão, [...] era como se atirassem num animal... Este país tem algumas nódoas morais muito difíceis de serem apagadas (CARVALHO, 2009a, p.138).

Levando-se em conta que o enredo é ambientado durante a Guerra da Tríplice Aliança Paraguai, conflito que eclodiu em período no qual os Estados-nações e as narrativas identiárias em torno desses territórios começavam a ser alvo de políticas estatais, o romance, por outro lado, focaliza a história de um personagem que transgride essa identificação. Pierre não é francês, mas também não se identifica como brasileiro ou paraguaio, mas sim um índio. Sua nação é a nação guarani.

[44] A passagem lembra o trecho de "Manifesto Antropófago" (1928), na qual Oswald de Andrade, no tom panfletário de instituir a uma revolução, recuperando as raízes indígenas, sugere que não existiria Revolução Francesa se não fosse a América: "Queremos a Revolução Caraíba. Maior que a Revolução Francesa. A unificação de todas as revoltas eficazes na direção do homem. Sem nós a Europa não teria sequer a sua pobre declaração dos direitos do homem" (ANDRADE, 1976, p. 293-230).

As identidades nacionais costumam apelar aos mitos fundadores e funcionam por meio do que Benedict Anderson denomina de “comunidades imaginadas”. É necessário criar laços imaginários que permitam “ligar” pessoas que, sem eles, seriam simplesmente indivíduos isolados, sem compartilhar nenhum sentimento em comum. E, na medida em que a identidade e a diferença são definidas por meio da linguagem, não podem deixar de ser marcadas pela indeterminação, pela instabilidade (BHABHA, 1998; SILVA, 2000).

Em geral, os mitos fundadores em torno dos quais se constroem a narrativa identitária de caráter nacional apresentam um exemplo importante de essencialismo cultural. E, de certa forma, o romance explora, por meio das declarações que o próprio Pierre faz ao índio Firmiano - que também fora criado por Saint’Hilaire, mas resolvera permanecer na França e não seguir com o primeiro a viagem de autoconhecimento empreendida pelo rapaz –, o mecanismo do mito fundacional é utilizado como justificativa para a criação da nação guarani.

A identidade nacional, por exemplo, só tem sentido em relação com uma cadeia de significação formada por outras identidades nacionais que, por sua vez, tampouco são naturais ou predeterminadas. A narrativa identitária francesa exclui Pierre. E com o sentimento de exclusão, Pierre inicia um processo de identificação com a narrativa identitária dos mitos guarani, como ele próprio deixa claro em carta enviada a Firmiano:

> Preciso falar de Ñezú. É mesmo um sábio, um velho xamã que prega por todo o território da província; tem a Boa Palavra; sabe como se comunicar com o Divino. Ele teve um sonho; um homem que iria conduzir seu povo. [...] Agora diz que sou quem ele esperava. Acho difícil aceitar essa responsabilidade, mas pouco posso fazer. É fruto de um sonho sagrado, base de muitas das interpretações que os guarani fazem dos eventos da vida. Também não tenho saída; achei o que procurava. Meus mitos estão aqui, nas falas deste povo, meu povo; se na França não me sentia francês, aqui, pelo menos, tenho uma identidade: sou criação de Ñamandu, pai verdadeiro e primeiro. Sou irmão de tantos homens cujo sangue brotou nos tempos distantes. Quando Ayvu, a Palavra, foi entregue pelo Criador ao humano (CARVALHO, 2009a, p. 309).

Por meio desse discurso identitário, Pierre sente-se incluído, pertencente a uma coletividade. É recebido entre as comunidades ameríndias como o profeta-guerreiro com a missão de tentar unir os vários povos indígenas a fim de formar a grande nação guarani, ainda que isso pareça algo difícil de realizar diante do contexto no qual se encontram.

O conceito de performatividade desloca a ênfase na identidade enquanto descrição, como “aquilo que é”, para a concepção da identidade relacionada à ideia de “tornar-se”. Por essa lógica, a eficácia produtiva dos enunciados ligados à identidade depende de sua incessante repetição. É de sua repetição e da possibilidade de repetição que vem a força que

um ato linguístico tem no processo de fixação de uma identidade. Por outro lado, a mesma repetibilidade que garante a eficácia dos atos performativos que reforçam as identidades existentes pode significar também a possibilidade de interrupção de identidades hegemônicas (SILVA, 2000, p. 92).

A experiência identitária de Pierre ilustra o processo performático de identificação que assume, na medida em que mostra que, em um determinado momento, sente-se interpelado pela narrativa identitária de nacionalidade francesa, quando se sente, ainda que precariamente, imerso nessa cultura, integrando o exército francês. A partir do momento em que passa a ser excluído e depara-se com outra construção narrativa que o acolhe/agrega por meio de constante repetição, Pierre assume essa outra identificação e chega, até mesmo, a negar, contestar a outra.

A partir de tais considerações, é possível afirmar que *O rastro do Jaguar* (2009a) não enfatiza o olhar que congela a experiência identitária. Antes ilustra as possibilidades da constituição identitária de sujeitos de forma fragmentária e cambiante. Nas devidas proporções, por meio da metáfora do caleidoscópio, conforme a qual basta um movimento sutil para que a imagem formada pelos pequenos pedaços de vidro se desfaça e permita uma nova configuração a construção identitária das personagens é apresentada enquanto um processo no qual são interpeladas ou lançadas em uma operação de exclusão por algum tipo de narrativa identitária.

Pierre, entusiasmado, depois de sua apresentação na ópera, em Paris, assegura aos amigos que é importante entenderem o que significa mito a fim de compreender a música de Wagner:

> O mito, o mito é de fato a matéria prima da poesia, da arte, qualquer arte. O mito é o motor poderoso capaz de buscar a emoção primitiva, aquela que está arraigada profundamente no coração do homem, e trazê-la limpa, fresca e sanguinolenta para a flor da realidade. [...] O homem veio das cavernas primitivas e no fundo de seu cérebro foi construindo mitos que o ajudavam a entender as forças da natureza violenta, que o batia com suas tempestades, seus raios; com os vulcões, as neves e o frio doloroso, com a fome, a sede, as feras bravias que o impediam de dormir em paz. Mas, principalmente, com a doença, um acontecimento incompreensível, que rompia todo o senso, toda a vida. Daí surgiram os deuses, a magia, a necessidade de se aplacar com fé as forças do desconhecido. [...] É isso que eu sinto na música que Wagner nos apresenta; [...] Sua música é pesada sim, é feita de metais duros como a espada, suas flautas são afiladas como flechas e os tambores, meus amigos, os tambores são como o trocar dos canhões nos campos de sangue (CARVALHO, 2009a, p. 22-23).

Nostalgicamente, Pereira se recorda de que Pierre vivera a ilusão dos mitos por tantos anos. Em momentos, mostrava-se inseguro sobre sua origem, em outros, ao contrário, exibia

um discurso que já se parecia como um eco do que viria lhe acontecer na América do Sul. Mesmo que não viesse a conhecê-los, não importava, "...porque os mitos primitivos são os mesmo [sic] aqui, na Europa, como na África, na Ásia e na América" (CARVALHO, 2009a, p. 23).

Opondo-se ao pensamento positivista que domina a época, Pereira discorda da ideia de que o bem moral é útil. É perceptível sua descrença com os caminhos que toma a humanidade. Os anos de convivência com uma cultura não lógica serviram para que percebesse que o bem moral é "na verdade, uma forma de realização harmônica do ser humano, porque coloca o homem no plano real da liberdade à medida que sua vida toma o rumo que ele deseja, ao fazer a escolha entre uma vida moral e uma vida baseada no útil" (CARVALHO, 2009a, p. 57).

Essas reflexões estavam na base do pensamento de Pierre, que era de opinião que a cultura utilitarista, que tanto se pregava nas universidades europeias, é inócua, já que o homem não estava no centro como ser interior e complexo, e sim como produtor e consumidor de bens (CARVALHO, 2009a, p. 57). Nas conclusões do jornalista, isso significa que, voltado cada vez mais para seu externo, o homem resultaria vivendo exclusivamente para o consumo. Estaria imerso em um mundo no qual "as guerras seriam justificadas não mais como conquista de territórios ou retaliação, mas como forma de impor uma economia de consumo capaz de escravizar cada homem, atando-o de vez a necessidades inventadas e sofisticadas" (CARVALHO, 2009a, p. 57).

3.4 Grandes e pequenas guerras

O rastro do jaguar (2009a), nas páginas iniciais, busca situar o leitor quanto ao contexto no qual eclode a Guerra da Tríplice Aliança. Além de mencionar a situação das quatro nações antes do conflito, a nota não prescinde de apontar as causas – a necessidade de o Paraguai controlar a navegação nos rios que formam a bacia do Prata (Paraguai, Paraná e Uruguai) e a oportunidade da nação paraguaia de reivindicar terras antes tomadas pelo Brasil e Argentina durante o período das lutas pela independência –, bem como as trágicas consequências para os países beligerantes. Afinal, uma guerra que nasce de desastrosas negociações diplomáticas, se delonga por anos em decorrência do capricho de seus comandantes, só poderia resultar em empobrecimento de milhares de mortes no continente.

No entanto, ainda que assinalada a importância dessa contenda para a narrativa a se desenvolver, é perceptível em todo o projeto literário de Murilo Carvalho a intenção de provar que o conflito platino era apenas mais um entre tantos a provocarem impactos devastadores para as comunidades indígenas sul-americanas. Seu trabalho busca, como ele mesmo afirma em entrevista, falar de "guerras passadas que ainda hoje continuam, de certa forma, existindo" (CARVALHO, 2009b, p. 1). Embora sem receber a mesma atenção que a historiografia oficial dispensa ao conflito de amplitude continental, as "pequenas guerras" foram determinantes no processo de deslocamento, assimilação (ou talvez transfiguração cultural) e extermínio de povos indígenas. Paralelamente à guerra entre os Estados-nação, ocorriam no Brasil, o enfrentamento dos Botocudo (Aimoré) contra o Exército imperial, no sertão de Minas Gerais, e a disputa por terras entre os índios Guarani e gaúchos e colonos que se assentavam no Sul do País.

No decorrer da narrativa, Pierre e Pereira envolvem-se nos referidos conflitos; enquanto em um conflito nações forjadas conforme o modelo herdado dos europeus disputam poder e territórios, em outros, populações indígenas resistem às ações de integração nacional impostas pelo governo imperial. Com a experiência adquirida através da participação em todos eles, os personagens transformam-se ao se depararem com sistemas de organização cultural que interpretam a vida em comunidade de maneira muito distinta à cultura da qual fazem parte. Sentem-se perplexos e envergonhados ao perceberem que a cultura da qual provêm escraviza e destrói povos constituídos por outros padrões culturais.

Logo que chegam ao Vale do Jequitinhonha, com o objetivo de encontrar a tribo de Firmiano, Pierre e Pereira tomam conhecimento de que um dos últimos bandos rebeldes de Botocudo, liderados por Manhá-Oé, vinha atacando constantemente vilas e ranchos, como forma de mostrar sua indignação quanto ao tratamento que recebiam por resistir à política integracionista do Governo. É claro que muitos dos Botocudo já viviam incorporados à civilização, mas, aqueles que não aceitavam pelo menos o aldeamento como alternativa, eram dizimados por soldados e mercenários contratados por fazendeiros e donos de garimpo da região. Tinham tirando-lhes quase tudo: "a noção de família, os pousos tradicionais, as áreas de caça e coleta, as parcas roças e seus poucos locais sagrados, onde dormiam os antepassados" (CARVALHO, 2009a, p. 147).

O próprio Manhá-Oé, antes de rebelar-se, havia sido criado em um seminário perto de Ilhéus, na província da Bahia, e estudado com capuchinhos. Havia atuado como soldado, assumindo posto de suboficial. Desiludido com a política indigenista do Império, o índio decide desertar, voltando para as matas e assumindo a liderança de um grupo de índios.

Nesse caso, Manhá-Oé surge – semelhante ao caso de membros do grupo guarani representado mais adiante na narrativa – como um índio que estivera integrado à sociedade nacional por um período e que, depois, rompe sua filiação com essa comunhão para reafirmar sua identidade indígena. Isso parece indicar que, embora tenha estado em contato com a sociedade nacional – no seu caso, em alto grau de inserção nesse tipo de organização social, já que fala fluentemente português, frequentou o seminário, ocupou posto no Exército, viveu na cidade –, não perde a lealdade à sua identidade étnica.

A perseguição aos Botocudo data da época da chegada de D. João VI ao Brasil, quando assinou em 13 de maio de 1808 a Carta Régia, decretando guerra aos índios dessa etnia e acusando-os de cometer a antropofagia. Sem aceitar o domínio lusitano, os Botocudo usavam táticas de guerrilha para atacar fazendas, matar colonos e aterrorizar todos que tentassem se aproximar de seus territórios. Atualmente, os historiadores alegam que o real motivo para a ação belicosa era garantir o domínio do território ocupado. Numa disputa desigual, com os portugueses armados com pólvora e aço ou disseminando propositalmente a varíola, os Botocudo foram praticamente dizimados e os sobreviventes, escravizados (PENA; DUARTE, 2008).

O encontro dos protagonistas com o grupo de Manhá-Oé ocorre em clima de grande tensão. O líder indígena e seus companheiros fugiam do cerco formado pelos destacamentos policiais da região. Ainda assim, Pierre nutre o desejo de convencê-lo a agir pela causa indígena através de uma ação mais coordenada:

> Queria falar sobre a importância de todos os índios, de todas as nações pararem as guerras inúteis entre si, bandos contra bandos, recolherem-se nos profundos das florestas e, aos poucos, reunirem-se em grandes grupos para forçar – politicamente, se fosse possível, e até mesmo pelas armas – que o Império demarcasse áreas onde pudessem viver como seus antepassados. Criar um estado indígena, com os direitos de uma nação livre, independente do governo central (CARVALHO, 2009a, p. 161).

A composição da narrativa a partir da representação do drama dos Botocudo, em especial na figura de Manhá-Oé, conduz a leitura do texto de Murilo Carvalho à reflexão sobre o conceito de transfiguração étnica elaborado por Darcy Ribeiro, que recusa as explicações baseadas nas noções de assimilação plena. Em *Os índios e a civilização* (1970; 1996), ampla pesquisa antropológica desenvolvida na década de 1960 em áreas culturais indígenas presentes no território brasileiro – e que aqui se encontra resenhada de forma assaz simplificada –, explica que a transfiguração étnica corresponde ao processo pelo qual o índio, ao percorrer todo o caminho da aculturação, essa não desemboca "numa assimilação, mas no

estabelecimento de um *modus vivendi* ou de uma forma de acomodação" (RIBEIRO, 1996, p. 503). Nenhum índio se transforma necessariamente em civilizado, ou seja, "o gradiente da transfiguração étnica vai do índio tribal ao índio genérico e não do indígena ao brasileiro" (RIBEIRO, 1996, p. 503).

Conforme o etnólogo, isso ocorre porque, na coexistência de uma aldeia indígena e um núcleo colonizador, segue-se o crescimento deste à custa daquela e com ela. Nesse sentido, não há assimilação plena, mas uma integração inevitável. Quanto mais o indígena é cerceado de um contexto civilizado ou comercializado, quanto mais ele se converte em mão de obra e quanto mais ele tem de produzir mercadoria, maiores são as chances de integrar-se à sociedade nacional. No entanto essa integração não representa a desintegração de sua identidade indígena. Ele pode ter transformado seus costumes (língua, modos de vestir, alimentação) e permanecer índio.

A transfiguração étnica se faz através de instâncias, nas quais um povo se transforma, porque é transformando-se que ele sobrevive. Ele se transforma para tornar viável sua vida em um contexto que lhe é hostil. Numa primeira etapa do processo, ocorre uma espécie de interação biótica, quando, nos primeiros contatos com o agente civilizador, portador de muitas moléstias, parte da população indígena se contamina e morre. Quanto mais numerosa for a unidade tribal e mais vigor físico tiver, maior será a probabilidade de sobreviver ao contato com o grupo civilizador.

A etapa seguinte da transfiguração étnica é por uma interação ecológica, com a introdução de novas espécies nos locais habitados pelos índios. Elas impõem uma nova condição ecológica no hábitat, tornando inoperante seu antigo sistema adaptativo e, com isso, provocando mortalidade. Muitos povos indígenas foram ecologicamente dizimados à medida que os europeus passaram a explorar sua mão de obra e modificaram totalmente seu ambiente.

Em sequência, há a interação econômica, em que o grupo indígena perde sua autonomia sociocultural, porque se encontra envolvido em um circuito econômico, produzindo mercadoria e dependendo do suprimento de determinados artigos na cultura civilizada. Ainda conversa costumes tradicionais compatíveis com sua nova condição, porém extremamente modificados pelos efeitos cumulativos das compulsões ecológicas, econômicas e culturais que experimentou.

Considerando que as conclusões a que chegou Darcy Ribeiro (1996) são referentes à interação entre os índios e a civilização no século XX, mas que, segundo o etnólogo, são provavelmente válidas para os períodos anteriores, ousa-se, aqui, afirmar que o conceito da transfiguração étnica parece estar fundamentando a representação que Murilo Carvalho

desenvolve sobre as transformações operadas no *modus vivendi* dos Botocudo. O cuidado se faz com a suposição, uma vez que o presente texto não intenta desenvolver uma análise etnológica dos Botocudo. No máximo, sugerir uma aproximação entre o conceito e a encenação construída pelo autor.

Na narrativa, faz-se menção a que muitos índios da etnia Aimoré já se encontravam vivendo em vilas. Levavam no corpo não só os traços físicos herdados de seus antepassados, mas também as marcas de costumes da etnia que haviam sido colocados de lado quando aceitaram o apelo do Império de aldeamento. O narrador deixa claro isso, informando que os índios já "haviam retirado seus batoques de madeira; por isso, seus lábios caíam frouxos, com os dentes à mostra num sorriso permanente e tenebroso; as orelhas, enormes, pendentes, com o lóbulo quase encostando no ombro" (CARVALHO, 2009a, p. 180). Além disso, construíam ranchos "de pau a pique e cobertos de palha, como nas vilas e povoados; as ruas eram retas e havia uma larga central de terra batida, com uma capela num dos lados" (CARVALHO, 2009a, p. 179). Ou seja, esses índios, de alguma maneira, já haviam sido atingidos pelo processo de integração à sociedade nacional, pois adotavam costumes do mundo civilizado.

O narrador não assume que os índios tenham assimilado novos hábitos. Ao contrário, na sua opinião, eles somente os executam porque não têm opção face à pressão das poderosas "estruturas políticas organizadas" dos brancos. Embora alguns índios afirmem estar satisfeitos com a nova condição de vida, Pereira considera que estejam vivendo uma farsa, já que percebe "neles um ar falso de quem encenava uma peça num palco mambembe de teatro" (CARVALHO, 2009a, p. 180). Nesse sentido, a indicação de que os costumes que os Aimoré apresentam da cultura civilizada foram incorporados mas não aceitos de boa vontade, de que se sentem, no fundo, infelizes com a vida que levam, são indícios, na narrativa, de que a identidade indígena ainda permanece.

A aparência de Manhá-Oé, aos olhos de Pereira, reencena, num claro trabalho de escrita de desconstrução, os textos dos séculos XIX que descrevem o índio, ressaltando sua compleição de forte guerreiro

> Nada distinguia Manhá-Oé de seus guerreiros, baixo, um pouco gordo, o imenso batoque no lábio inferior balançando enquanto caminhava e os lóbulos das orelhas esticados por outros batoques até tocar nos ombros. Um homem extremamente feio para nossos padrões; figura do antiguerreiro, que a barbicha rala do queixo tornava mais ridícula. Era difícil acreditar que aquele homem fosse o herói das florestas e dos rios; o valente, o corajoso guerreiro que tanto temor leva às vilas daquela parte da província (CARVALHO, 2009a, p. 207).

Mas as intenções de Pierre de encontrar um aliado em Manhá-Oé são frustradas. Em carta a Firmiano, mostra-se decepcionado com os atos do líder Aimoré, de assassinar mulheres e crianças dos vilarejos. Na percepção do protagonista, ainda que existam os precedentes da colonização brutal do continente, para o protagonista, não há justificativas para "ferocidade" apresentada pelo botocudo. Chega à conclusão de que a postura de Manhá-Oé não condiz em nada com a conduta moral de qualquer código de guerra ou com as características do humanismo de Rousseau com o qual o Romantismo pintou o guerreiro índio[45].

O raciocínio de Pierre, de certa forma, pode parecer irônico, uma vez que índio botocudo e ele próprio são homens que viveram na "civilização" e retornam às matas. O primeiro impelido pelo sentimento de revolta com relação às ações colonizadoras de destruição de sua cultura. O segundo motivado, inicialmente, pelo desejo de conhecer suas origens e, posteriormente, de lutar pela unificação das comunidades indígenas.

A amarga experiência ao lado dos Aimoré desestabiliza as certezas que Pierre carrega até aquele momento de unir várias etnias em uma grande nação indígena. Talvez o episódio seja um artifício de Murilo Carvalho de colocar em evidência que o sonho de Pierre é tanto utópico quanto equivocado, algo que, após a aproximação do protagonista à cultura guarani, fica mais evidente. A união de várias etnias pode representar, em certa medida, o que o Império oferecia às populações indígenas: a integração de etnias distintas, sem consideração às peculiaridades de costumes e crenças.

Ao mesmo tempo, o romance procura apontar que a ação de guerrilha Aimoré era temporária. Para um pequeno grupo contra o gigante nacional o fim estava próximo e seus guerreiros pareciam estar cientes disso. Mas eles não "queriam simplesmente se extinguir como nação; morrer seria melhor do que ceder" (CARVALHO, 2009a, p. 213).

Não é intenção de Pierre e Pereira, a princípio, envolverem-se diretamente com a Guerra da Tríplice Aliança. Mas a região onde se localizam os Guarani é também onde se se

[45] Zilá Bernd (1992, p. 38-39), procurando explicar como se constitui o processo de "invenção do índio" na Literatura Brasileira, declara: "...se de um lado é impossível fazer-se o elogio do *outro* sem conhecer este outro, o conhecimento profundo é inconciliável com o exotismo. Logo, a visão exótica é fundada no paradoxo, pois é 'um elogio baseado no *des*conhecimento' ou no conhecimento apenas daquilo que o *outro* tem de imediatamente reconhecível como diferente. No caso dos índios, essas diferenças que fascinam o europeu são decorrentes basicamente da vida em estado de natureza. De onde o aproveitamento do mito do bom selvagem que surge justamente como contrapartida à crítica que alguém faz de sua própria sociedade: se minha sociedade está corrompida (Rousseau), imagino nostalgicamente, uma sociedade vivendo em plenitude e harmonia. [...] O que se verifica, pois, analisando a produção alencariana, é que ela se constrói com um alto grau de adesão à convenção dominante, não apenas em termos de Literatura Brasileira como também em termos de literatura europeia, cujas marcas fundamentais – utilização do mito do 'bom sauvage', idealização do 'estado de natureza', visão nostálgica do passado – são reencenadas nos textos do romancista brasileiro.

concentra o conflito no sul do Brasil. E, em tempos de guerra, precisando de autorização para se locomover pelo país, os amigos se veem obrigados a assumir papeis que desempenhavam na França.

Antes de sua partida para o Brasil, já acompanhava as notícias pelos jornais do Rio de Janeiro. Os artigos referiam-se à luta do Império brasileiro em tentar garantir sua hegemonia na região da bacia do rio da Prata e explicavam as razões da interferência no Uruguai. Também faziam referência das tentativas de se derrubar Atanasio Aguirre, ditador uruguaio, "que criava problemas para os criadores gaúchos estabelecidos no país e impedia a livre navegação de navios brasileiros pelo rio da Prata" (CARVALHO, 2009a, p. 52). Aguirre tinha como aliado, Solano López, "o ditador López, chefe supremo do Paraguai" (CARVALHO, 2009a, p. 52).

Como correspondente estrangeiro do *Le Figaro*, Pereira procura posicionar-se de forma imparcial em relação à Guerra da Tríplice Aliança. Quando consegue marcar uma entrevista com o presidente paraguaio, o jornalista regozija-se diante da possibilidade de oferecer ao mundo as versões de ambos os lados conflitantes. O encontro com Solano López ocorre em Passo Pacu, em 12 de outubro de 1867. A esta altura Assunção já havia deixado de ser sede do governo paraguaio, continuamente deslocado, conforme a movimentação de *El Mariscal*. Nota-se aí um dos indícios da então debilidade do Exército paraguaio no palco da guerra.

Pereira busca preparar-se para o momento, munindo-se de material e perguntas. Mostra-se apreensivo a respeito da receptividade de Solano López, de quem os boatos diziam encontrar-se "excessivamente tenso" e acostumado a "tratar rispidamente as pessoas que não o agradavam" (CARVALHO, 2009, p. 399). Ao mesmo tempo, o jornalista tem a impressão de que o comandante tinha interesse em usar o *Le Figaro* para justificar-se e indiretamente pedir o apoio do governo francês:

> ...sabia que a França não iria enviar-lhes nem créditos, nem armas, nem soldados. Porém a França tinha algo de que ele precisava ainda mais: a força para convencer o Império a aceitar algum acordo menos agressivo do que aquele proposto no Tratado da Tríplice Aliança (CARVALHO, 2009a, p. 400).

A proósito, o romance não deixa de destacar os interesses franceses nos assuntos de além-mar. Na avaliação de Pereira, "havia vários anos que a armada francesa rondava a região, apoiando a política brasileira, pois os navios dos comerciantes franceses estavam

impedidos de penetrar no estuário do rio da Prata, data da aliança do Uruguai com a Inglaterra" (CARVALHO, 2009a, p. 71). Tratavam-se, portanto, de interesses comerciais.

As expectativas de Pereira quanto ao clima da entrevista, de certa forma, são quebradas quando é surpreendido pela chegada de Solano, acompanhado de Elysa Lynch. Sem material para fazer suas anotações, vê-se obrigado a caminhar no laranjal e ouvi-los. A conversa se constrói em clima de respeito, mas também de informalidade, considerando a tranquilidade do soberano paraguaio e a gentileza de Elysa. Percebe-se uma simpatia do narrador quanto à interação entre o casal. Suas observações são semelhantes às referências correntes nas narrativas de ficção contemporâneas sobre a Guerra da Tríplice Aliança: a paixão e a cumplicidade dos dois nos assuntos relacionados à contenda.

Conforme Solano López, o Paraguai invadiu o Brasil e Argentina porque não tinha alternativa:

> ...precisávamos citar um fato relevante que levasse à mesa de negociações os países envolvidos na agressão ao Uruguai. Ao invadir o Uruguai e derrotar o presidente Berro, com quem tínhamos um pacto de apoio mútuo, só nos restava o caminho da guerra (CARVALHO, 2009a, p. 402-403).

Como se nota, para o soberano, a invasão aos países vizinhos era uma forma de provocar comoção. Ainda assim, a ação belicosa era justificável, já que os países invadidos adentravam em territórios que pertenciam ao Paraguai desde os tempos coloniais: "Corrientes e a zona missioneira do Brasil são parte do território paraguaio, são parte das terras habitadas pelos guarani e que foram tomadas pelos portugueses e pelos espanhóis de Buenos Aires" (CARVALHO, 2009a, p. 403). Além disso, o presidente apoia-se no argumento de que a investida do Paraguai não deixava de ser um ato solidário para com o Uruguai e a toda a América do Sul: "um grito de alerta contra o imperialismo escravocrata do Brasil. Cedo ou tarde, as nações do continente nos darão razão" (CARVALHO, 2009a, p. 403).

Com as palavras de Solano, Pereira se dá conta de que ambas as partes beligerantes afirmavam que a outra nação representava a barbárie. Enquanto o Imperador alegava que o presidente era um ditador violento e sanguinário, o adversário firmava seus argumentos sobre o atraso do Estado-nação brasileiro no seu modelo monárquico e na manutenção da escravidão. E mais:

> López dizia que estava sendo atacado por ser uma nação moderna, que não aceitava a dominação pura e simples de outras nações como a Inglaterra ou o Brasil, que utilizavam seu poderio econômico para absorver grande parte das riquezas de países mais fracos, forçando um comércio desigual; importavam suas matérias-primas a preços aviltados e forçavam a vendas de produtos industrializados a preços

> exorbitantes. E assim drenavam os recursos dos países mais fracos, forçando-os a ser eternamente dependentes (CARVALHO, 2009a, p. 404).

Na alegação de Solano, o ódio das nações sul-americanas dirigido ao Paraguai tinha origem no incômodo nacionalismo forjado no país desde os tempos de sua Independência, sob o comando de *El Supremo*. O presidente se referia ao ditador perpétuo José Gaspar Rodriguez Francia. Sua política de isolamento incentivou a agricultura no Paraguai e estimou a consciência do autoabastecimento.

No entanto, na compreensão do narrador, os argumentos de Solano, que tão bem atingiam seu Exército formado de "pobres soldados guarani", não eram suficientes para convencer a Europa a apoiá-lo, pois "para o mundo era necessário [sic] uma discussão econômica; contrapor os interesses franceses e alemães aos interesses dos ingleses e do Império brasileiro" (CARVALHO, 2009a, p. 404-405). Aliás, ainda segundo Pereira, a oposição do presidente paraguaio não era à Argentina nem ao Uruguai, mas pessoalmente ao Imperador D. Pedro II.

Quando questionado por Pereira sobre as acusações de um jornal argentino quanto à prática de tortura nos campos paraguaios, o presidente reage afirmando que seu Exército é civilizado. Sustenta o argumento de que as torturas e fuzilamentos dos adversários presos em seus acampamentos ocorrem à revelia, não por ordem de seus oficiais. Para provar o seu empenho em dar à guerra "a dignidade que é necessária entre civilizados" (CARVALHO, 2009a, p. 406), Solano lê para o jornalista trechos de carta endereçada em 1865 ao general Bartolomé Mitre, na qual reprovava tais abusos por parte dos adversários.

A posição do narrador comporta um juízo sobre a atitude do comandante paraguaio, que serve para apontar o reconhecimento de sua também responsabilidade para o desencadeamento da guerra. Embora na seleção vocabular que utilize para caracterizá-lo denote que lhe reserva certo respeito e admiração – "bem vestido" (CARVALHO, 2009a, p. 401), "com olhar intimidante" (CARVALHO, 2009a, p. 406), "atitude estudada, preparado para impressionar" (CARVALHO, 2009a, p. 411), "um olhar duro, brilhante, capaz de desarmar seus interlocutores" (CARVALHO, 2009a, p. 406), "estava embevecido com a maneira pausada de López, que me encarava com aparente sinceridade" (CARVALHO, 2009a, p. 406) –, Pereira revela estar ciente de que o homem "era mais um general ditador, absolutamente convencido de que herdara um país e seu povo e que deveria governá-lo com suas próprias ideias" (CARVALHO, 2009a, p. 412). Suas convicções não apagavam a crueldade com a qual paraguaios – e mesmo aliados – agiam na disputa. Daí a certeza do narrador de que

> Não haveria inocentes naquela guerra; os próprios jovens guarani que via cruzando o acampamento, miseráveis, seminus, um exército de farrapos, não poderiam representar o cerne de uma nação vencedora; eram, eles também, espectros de outra nação morta havia muitos séculos (CARVALHO, 2009a, p. 412).

Percebe-se, pelas palavras do narrador, as intenções de Murilo Carvalho em apontar que, no Paraguai, o povo guarani, ainda que assim fosse lembrado pelo presidente como integrante dessa nação, longe estava de assumir-se em sua identidade guarani. Ali eles viviam e agiam conforme os ideais da nação paraguaia por obrigação. Cego em seu equivocado nacionalismo, Solano López não compreendia que os Guarani jamais poderiam constituir o núcleo da nação moderna a que idealizava, porque

> um país nação existe senão na medida de seu povo; e o Paraguai de López jamais seria o Paraguai guarani; não importava a língua, ridicularizada em contraposição ao espanhol; não importava que a cada domingo as mulheres colocassem a s mantilhas escuras, os homens as camisas de mangas longas e penetrassem na sombra das igrejas e dissessem as orações rituais; nada daquilo fazia sentido, não transmutavam suas antigas tradições nas frases evangélicas, que ouviam e liam sem emoção (CARVALHO, 2009a, p. 412).

A narrativa também não deixa de assinalar o descontentamento da população brasileira quanto à delonga da guerra. Se havia um clima de euforia e orgulho nas cidades do Rio de Janeiro e Montevidéu no início do conflito, com a realização de desfile de tropas e bailes, o mesmo não se pode afirmar depois de anos de batalhas. O narrador revela como a contragosto o Marquês de Caxias[46], quando já considerava a vitória dos aliados, é pressionado por D. Pedro II a prosseguir com a guerra.

Mesmo antes da Guerra Tríplice Aliança, os aldeamentos indígenas já estavam desaparecendo em decorrência da invasão das terras por fazendeiros e colonos e a ação bélico-nacionalista só contribuiu para dispersar o povo guarani. A exemplo do velho Ñezú, que havia se separado de seu grupo, expulso do vale próximo ao Passo Novo, caminho para Uruguaiana. Os jovens haviam sido levados por patrulhas do Exército para servirem como guias, enquanto mulheres e crianças seguiam seus maridos. No caso dessa etnia, os índios temiam a guerra, pois, por serem falantes de guarani – uma das línguas oficiais no Paraguai –, eram considerados inimigos pelos brasileiros e, ao mesmo tempo, inimigos dos paraguaios, que viam neles desertores.

[46] Luís Alves de Lima e Silva tornou-se marquês em 1852 e recebeu o título de duque em 1869.

Em carta a Firmiano, Pierre explica que os Guarani estavam fragilizados, espalhados pelo pampa. Não existiam mais aldeias guarani. Os colonos europeus dominavam a região, expandindo suas lavouras e gado. A guerra serviu para afetá-los ainda mais. Os jovens mais fortes estavam sendo recrutados como guias, carregadores ou empregados em outras funções.

Segundo a pesquisadora Maria de Fátima Costa (2012), no ensaio "Índios em La Guerra dela Triple Alianza (1864-1870)", muitas fontes impressas e manuscritas mencionam a relevante participação de grupos indígenas procedentes do Pantanal. Entre as etnias que mais se sobressaiam estavam a dos Txané-Guaná (Guaná, Terena, Kinikinawa e Layano) e dos Mbayá-Guaikurú (Guaikurú, Kadiwéu). Além destes, havia referências, ainda que menos efusivas, aos Guató.

De acordo com Vera Lúcia Ferreira Vargas (2012), no artigo "Os Índios Terena e a Guerra contra o Paraguai (1864-1870)", Alfredo d'Escragnolle Taunay, nas obras *Entre os nossos índios* (1931) e *Campanhas do Matto Grosso* (1923), afirma que, no distrito de Miranda, havia mais de dez aldeias. Os Terena formavam a maior população indígena da região e muitas de suas aldeias foram destruídas pelo conflito platino. Disso resultou a total desorganização desse grupo indígena.

Visconde de Taunay, em *A retirada de Laguna* (1867; 1997), menciona de forma breve a presença de índios no Exército brasileiro. Nestas e em outras obras, Taunay já vinha destacando a importância que os povos indígenas representaram para o Exército brasileiro na luta contra os paraguaios, como soldados e guias, bem como responsáveis pelo abastecimento dos gêneros alimentícios para as tropas brasileiras. Algumas de suas aldeias serviam de refúgio para os não índios.

Na narrativa, apesar de muitos dos membros do grupo de índios guarani que Pierre acompanha terem vivido, em alguma medida, integrados à comunhão nacional, – seja na condição de aldeados, seja na de empregados de fazendas, nesse momento, mostram-se decididos a reagir ao modo de vida civilizado. Preferem viver isolados no Vale do Iguariaçá ou vagar em busca da Terra sem Males, mas não sucumbir aos tentáculos da sociedade nacional. No entanto, Pierre guarda reservas quanto ao ingênuo desejo dos índios. É ciente de que, para garantir sua sobrevivência, os Guarani precisam reconhecer o poder do Império e seguir as regras da colonização europeia.

Assumindo a liderança da aldeia e não apenas um guerreiro-jaguar[47], Pierre oferece-se para ir a Porto Alegre como representante dos índios e solicitar audiência com o Presidente da

[47] A narrativa apresenta Jaguarê, um índio jovem, caçador, que luta para se tornar guerreiro. Ao enfrentar o oponente, passa a ser chamado de Ubirajara, o senhor da terra, e a chefiar a tribo dos Araguaia. As várias notas

Província a fim de convencê-lo sobre a necessidade de liberar as terras para as comunidades indígenas com a organização de lotes. Ainda que Pierre tente convencer os índios mais velhos de que a proposta é apenas uma estratégia para lhes assegurar o direito sobre as terras, protegendo-os das invasões de colonos e gaúchos, aqueles não a aceitam. Alegam que, assumindo a postura de sitiantes, estariam perdendo o sonho e a identidade guarani.

Mas Pierre não desiste de continuar entre os Guarani depois de frustrar-se em sua tentativa de atuar como mediador entre uma possível negociação entre índios e governo. Se os índios preferiam lutar, como guerreiro, não lhe restava outra alternativa.

A narrativa se preocupa também em explorar o drama da escravidão no Brasil. A partir da captura do amigo dos Pierre e Perreira, Mateus, o texto se detém a mostrar como os negros eram obrigados a engrossar as fileiras do Exército imperial ou arrebanhados por castelhanos ou empreiteiros de minas de carvão para trabalhar. Quando o jovem é capturado, mesmo informando aos oficias que o prendem se tratar de um escravo alforriado, não lhe dão credibilidade[48].

O romance não deixa de assinalar as atrocidades cometidas pelo presidente paraguaio, como a retaliação aos soldados que desertaram do 10º batalhão do Exército paraguaio. López manda fuzilá-los, em virtude da derrota contra os aliados em Curuzu, em setembro de 1866. Há ainda o episódio de Ñhu-Guaçu, quando o presidente paraguaio, tendo seu exército desfalcado de soldados, convoca meninos e mulheres para assumirem o combate contra os aliados. Centenas de jovens que se encontravam disfarçados com barbas falsas são assassinados pelo Exército imperial[49].

---

que integram o texto servem para orientar o leitor na compreensão do que o subtítulo da obra encerra: "lenda tupi". Por exemplo, logo, nas primeiras páginas, há uma nota esclarecendo que Jaguarê significa "onça, digna do nome por sua força, coragem e ferocidade" (ALENCAR, 1874, p. 164). A caracterização serve para acentuar o caráter de soberano do herói no ambiente que habita, digno de sua condição guerreira de chefe da nação. Ao acompanhar o rito de metamorfose de Jaguarê, "o mais feroz jaguar da floresta" em Ubirajara, "o guerreiro chefe", afirmam-se os ideais do herói romântico, os quais refletem os destinos da etnia. Na passagem em que o índio depara-se com Araci, a virgem tocantim, filha do chefe Itaquê e por quem vai se apaixonar, o narrador deixa claro que a chegada do guerreiro já havia sido anunciada: "A virgem reconheceu o cocar da nação que a última lua chegara aos campos do Taari e da qual os pajés tinham dado notícia" (ALENCAR, 1874, p. 10). De maneira semelhante a Pierre, o protagonista de *Ubirajara* é colocado à prova constantes vezes. Precisa cumprir uma jornada individual que exige sacrifícios de sua parte (o abandono do ambiente acolhedor da tribo, o afastamento da jovem Jandira, o enfrentamento com o guerreiro de outra tribo) e cuja superação fará com que alcance a recompensa pretendida. Do ambiente edênico, materializa-se o mito: "o herói, aquele homem excepcional que possuía o segredo da força e da sabedoria, deveria ser, então, adorado e seguido" (ABREU, 2002, p. 4-5). Como líder, seus atos não encontram motivação na esfera pessoal, mas, sim, coletiva.

[48] O romance *Menina – Mitacuña* (2012), de Paulo Stucchi, narra a história de amizade que nasce entre Negro João, desertor do Exército Imperial do Brasil, na guerra contra o Paraguai, e de uma menina guarani. Antes do conflito, o soldado era escravo e havia se alistado em troca da alforria. A dupla foge pelo interior do país rumo a Assunção, enquanto é perseguida por um grupo de soldados batedores.

[49] Os romances *Hijos de la patria* (2015), do escritor franco-paraguaio Alain Saint-Saëns e *El hombre víbora* (2013), da uruguaia Irina Rafols, revivem o drama dos meninos, velhos e mulheres arrastados pelo discurso

Ao contrário da tendência revisionista presente em boa parte das narrativas de ficção envolvendo o tema da Guerra da Tríplice Aliança, produzidas a partir da década de 1980, o texto de Murilo Carvalho denota uma simpatia com a versão histórica mais atualizada sobre o conflito. Isso é perceptível pela forma como o autor pondera as responsabilidades dos líderes nacionais perante o conflito. A representação da guerra é apontada como uma ação estúpida que foi irresponsavelmente levada adiante pelo capricho do Imperador do Brasil e pelo presidente paraguaio. Não há na narrativa menção a um Paraguai de características socialistas injustamente sendo destruído pelo Império brasileiro, tampouco nota-se uma abordagem de apoio ao Imperador.

O romance corrobora com a ideia de que os conflitos apontados pela narrativa simbolizam a situação de marginalidade ou extermínio a que os povos indígenas foram submetidos. A Guerra da Tríplice Aliança, quando não forçou a participação dos indígenas em um conflito que longe estava de garantir seus direitos, acentuou o desemparo dos governos nacionais em relação às comunidades indígenas. As "pequenas guerras" – pequenas para os poderes nacionais, mas muito significativas aos olhos dos índios – representavam mais diretamente sua luta por sobrevivência e estilo de vida. Na perspectiva adotada no romance, a história das nações ameríndias está muito distante das representações difundidas pela produção romântica indianista romântica. Essa história precisa ser contada de outra forma. É necessário atualizar a leitura do nacional; uma leitura atualizada das produções românticas indianistas em comparação com a ideologia romântica.

3.5 Outra geografia, outra história

Se a questão nacional é um tema controverso, como afirma Eric Hobsbawm (1990), a utilização do termo "nação" não é diferente, levando-se em conta as acepções que acomoda. Na obra de Murilo Carvalho, a palavra é empregada para denominar diferentes tipos de comunidades humanas, nem todas vinculadas à ideia de um Estado. Há, por exemplo, o uso das expressões "nação ameríndia", "nação indígena" e "nação guarani".

Kaori Kodama (2009), apoiando-se nos estudos de François-Xavier Guerra, assinala que a expressão "nações" era utilizada desde o período da colonização da América. No

---

nacionalista de Solano López e exterminados na ação militar implacável Conde d'Eu, chefe das Forças Armadas aliadas.

continente, a palavra era constantemente empregada pelos próprios índios desde o século XVI e nos mais variados contextos. Nestes casos, o vocábulo incluía uma identidade também em oposição aos europeus. Afinal, era com esse termo que os líderes indígenas se referiam a seu grupo étnico quando se dirigiam às autoridades políticas ou missionárias na colônia.

A pesquisadora chama atenção para uma das práticas correntes entre os membros da sociedade imperial para se referirem aos outros. Trata-se do emprego do termo "nação", utilizado para designar uma origem ou um estatuto diferente dos indivíduos presentes e circulantes na cidade. Por exemplo, com denominações como "Nação Tupi" ou "Nação Guarani" propunha-se se referir a grandes organizações que reuniam núcleos menores ou tribos.

Ao mesmo tempo, há casos de textos publicados no IHGB nos quais se identifica o intercâmbio indiscriminado entre os termos "nação" e "raça". O termo é encontrado nos textos etnológicos de naturalistas como recurso para se estabelecer a percepção sobre as diferenças entre os grupos indígenas. Alcide d'Orbigny (1802-1857), que viajou pela América do Sul, entre 1826 e 1834, acreditava que o estudo das características físicas", "os usos e costumes" das "nações" em comparação com os das "nações" vizinhas permitiria identificar as diferenças de características das raças. Para o naturalista francês e autor de *L'Homme Americain* (1839), as três raças da América do Sul – a ando-peruana, a pampeana e a brasilo-guarani – subordinavam em seu interior as diversas nações. Estas ainda podiam ser subdivididas em ramos existentes entre as raças (KODAMA, 2009).

Já Karl Friedrich Philipp von Martius utilizava a expressão "nacionalidades" indígenas de modo diverso do de d'Orbigny. O uso do vocábulo pelo botânico alemão era motivado por outra percepção das nacionalidades, baseada nas diferenças entre os troncos linguísticos. Seguindo esse critério, Martius defendia que eram entre seis ou oito os grupos linguísticos nos quais poderiam estar reunidos os índios território brasileiro.

Nos dias atuais, embora o termo "nação indígena" seja amplamente utilizado, devido ao crescimento de órgãos e movimentos voltados ao assunto, o termo não está presente na Constituição Brasileira de 1988. Segundo Alcida Ramos (1996, p. 79), ainda que os defensores da causa indígena insistam em aderir ao termo, os que defendem a soberania nacional rechaçam sua utilização já que, na interpretação desses, o uso poderia suscitar "o efeito dominó de separatismos indígenas". Ao mesmo tempo, a pesquisadora chama atenção em sua argumentação de que, no cenário nacional, a insistência na utilização do termo deve-se ao fato de que o conceito de etnia "não tem nem força política, nem legitimidade ideológica,

uma vez que a sociedade brasileira se quer homogênea e integrada dentro de um Estado único que a represente" (RAMOS, 1996, p. 79).

No que se refere à narrativa de *O rastro do jaguar* (2009a), constatam-se três sentidos para a palavra nação, cada sendo utilizado por um segmento ou personagens a partir de seus interesses e visão de mundo. São diferentes posições, interpretações e usos para o vocábulo. O termo "nação", em sua acepção de Estado-nação, está presente quando tanto o narrador quanto Pierre e os homens da guerra referem-se ao Brasil, ao Paraguai, à França ou à Inglaterra. No entanto, quando os índios se referem à possibilidade de criar a nação Guarani, representados pelo xamã Ñezú, nota-se uma aproximação com o sentido de um espaço como a "Terra sem Males". No entanto, no início da trajetória de autoconhecimento e luta pelas populações ameríndias, Pierre, embora seja o escolhido para levar os indígenas ao encontro de tal paraíso mítico, faz uso do termo para denominar um Estado índio, um tipo de comunidade que gozaria de organização política e se oporia à nação brasileira. O sentido utilizado por Pierre talvez esteja relacionado ao fato de que se trata de alguém formado nos princípios europeus e que, no presente, depara-se com o desafio de liderar os índios migrantes, um povo que deseja outro tipo de conformação coletiva de vida.

O fato de que descendentes dos Guarani – os quais temia que estivessem extintos – fortaleçam o exército paraguaio que ameaça o Império brasileiro anima Pierre. Incomodamente, isso o leva a pensar sobre os Guarani brasileiros, de quem provinha. Até, então, Pierre não havia pensando sobre a condição da etnia dividida pela organização das nações. Esse é mais um dos elementos desestabilizadores dos princípios nacionalistas que fortemente o atravessam. Afinal, aquele a que se sabe ser o povo do qual descende está separado pelas fronteiras nacionais e pela guerra.

Os sinais de estranhamento dos personagens com relação ao novo mundo, especialmente o Brasil, são continuamente arrolados no texto. Um desses indícios corresponde ao momento em que Pereira, já no Brasil, vê-se obrigado a falar e escrever em português; agora, a sua língua e, então, se pergunta: "Minha pátria?" (CARVALHO, 2009a, p. 108). Para o jornalista português, as marcas da identidade de um homem com sua língua materna são densas: "a pátria é fundamentalmente a língua" (CARVALHO, 2009a, p. 51). Contudo, Pereira acredita que, no Brasil,

> o espírito português pouco ou nada deixou para o homem brasileiro. São pessoas bem diferentes. Aqui, não sei se a influência do africano e do índio, e mesmo a distância das regras duras da civilização europeia, formaram não apenas uma língua portuguesa diversa, mas também um tipo humano mais tranquilo, menos formal e certamente mais alegre. É claro que essa atitude pouco científica, digamos assim, em

> relação à vida, acaba prejudicando o desenvolvimento das artes e da engenharia, mas, imagino, compensa por outro lado com relações humanas mais calorosas, menos egoístas e muito mais simples (CARVALHO, 2009a, p. 51).

Benedict Anderson (2008) assinala que um dos motivos que diferencia o nascimento dos nacionalismos na Europa do acompanhado na América dá-se pelo papel desempenhado pela imprensa em idiomas considerados nacionais e a própria ênfase na língua nacional. Todavia, o teórico faz ressalvas, no tocante ao contexto latino-americano, sobre o qual afirma que o idioma não representou aspecto tão fundamental para o processo de desenvolvimento da consciência nacional, uma vez que as colônias partilhavam a língua comum das metrópoles imperiais.

O posicionamento do narrador-personagem do romance, ainda que associe o valor da pátria à força da língua, sugere que o idioma português, na realidade brasileira, devido às contribuições africana e indígena, mostra-se diverso do falado em Portugal. Nesse sentido, a língua falada em solo brasileiro mais se parece uma outra língua. Contudo, ainda que assim seja, essa "língua portuguesa diversa" tem sua importância na conformação do que entende por nação brasileira[50].

Outro indício do choque cultural entre sua cultura e a do Brasil corresponde ao flagrante da escravidão em território brasileiro, a qual percebe é encarada com naturalidade tanto pelos escravos quanto pelos seus senhores. Ironicamente, o que parece ser considerado como algo repugnante e inconcebível aos homens vindos da terra da Revolução Francesa, é colocado em xeque quando são eles confrontados pela lógica da sobrevivência.

A prova se dá quando são forçados a comprar um escravo para conduzi-los no sertão de Minas Gerais. Pierre mostra-se desconfortável com o fato. Reluta com o desejo de libertar o rapaz, após a compra. Mas é orientado a desistir da ideia, sob o risco de fuga do recém-liberto. Pereira, mais pragmático que o amigo, embora triste com a situação, admite:

> Como se vê, é quase absurdo condenar o regime escravocrata, como filhos da revolução, e ao mesmo tempo adquirir um escravo para nos ajudar nas tarefas do dia

[50] A respeito de se o Brasil possuiria ou não uma literatura própria, já que adotava o idioma lusitano, foi assunto de debate entre intelectuais do século XIX. Maria Eunice Moreira (1991) registra a polêmica gerada pelo texto de Santiago Nunes Ribeiro, "Da nacionalidade da literatura brasileira", publicado na *Minerva Brasiliense*, em 1843. O chileno procurava desmontar os argumentos de dois críticos: o general Abreu e Lima e o publicista português José Gama e Castro. O primeiro afirmava que o Brasil não tinha literatura, utilizando como critério para argumento a língua portuguesa. O segundo, por sua vez, defendia que o produto e gênio brasileiros pertenciam a Portugal, pois, segundo ele, o Brasil só teria literatura, se fosse em outra língua que não esta. Para Santiago, a divisão das literaturas não se dava unicamente pela língua, mas pelos costumes, crenças, clima e condições sociais, pois os brasileiros detêm hábitos que os diferem dos portugueses. Dessa forma, o argumento de Gama e Castro não se sustentava por esse critério, pois se fosse assim, os Estados Unidos e a Inglaterra não deveriam possuir literaturas independentes.

> a dia. Naquele momento, naquelas circunstâncias, foi a atitude que nos pareceu mais razoável: [...] A compra tornou-se a única solução. [...] É muito estranho como nossos preceitos morais, até mesmo os mais arraigados, parecem ter raízes podres quando a realidade nos envolve e exige de nós decisões práticas (CARVALHO, 2009a, p. 85).

Deparar-se com um grupo de índios miseráveis e apáticos vagando pelo sertão é ainda mais difícil para Pierre. Pertenciam à etnia Pankararu[51]. Ele sente profundamente que toda sua raça, como afirma, está gradativamente desaparecendo, "consumida por uma civilização incapaz de conviver com qualquer diferença" (CARVALHO, 2009a, p. 113). Estavam morrendo apenas porque eram diferentes e resistiam a viver nas cidades, símbolo do modo de vida civilizado.

Diante da dolorosa experiência, Pierre chega a se questionar se valeria a pena continuar sua busca por outros índios, pela família de Firmiano – com o qual assumiu o compromisso – e se deparar com mais "outros espectros a vagar pelos sertões da província de Minas Gerais..." (CARVALHO, 2009a, p. 113). Ao mesmo tempo, é consciente de que não pode desistir da empreitada, porque, no fundo, alimenta esperanças de encontrar outros bandos, "escondidos em algum recanto mais distante e cujas trombetas de guerra ainda estejam soando e que talvez precisem de mais braços como o meu para enfrentar outras batalhas" (CARVALHO, 2009a, p. 113).

Os paulistas que acompanham o grupo de Pierre no sertão nutrem outra opinião sobre o estado no qual se encontram os índios. Segundo eles, encontravam-se nessas condições porque "tinham uma preguiça atávica". Só sobreviveriam aqueles que aceitassem morar em vilas, aprender a língua, trabalhar como empregados fixos em fazendas e ranchos; do contrário, iriam desaparecer. Pereira, menos otimista que Pierre, tem impressão semelhante à dos paulistas quanto ao destino dos índios, pois, para ele, não existe outra forma de se viver senão aquela: "cada qual em seu lugar, os ricos comandando, os pobres obedecendo. Afinal, era conforme aqueles moldes que se organizava a civilização europeia há séculos" (CARVALHO, 2009a, p. 114).

Os pequenos e frágeis homens com os quais se deparam são a "contraimagem [sic] dos guerreiros altivos" (CARVALHO, 2009a, p. 111) descritos nos versos de Gonçalves Dias.

[51] Os índios Pankararu concentram-se no Nordeste brasileiro. Sua história remete a ação missionária e políticas públicas implementadas desde o início do período colonial. As ações de deslocamento e aldeamento a que foram forçados inevitavelmente resultaram em uma convivência e posterior indistinção em relação a outras etnias na região. Segundo o antropólogo José Maurício Arruti (2005), no último quarto do século XIX, realizavam viagens de lideranças dessas comunidades a fim de se opor às políticas de expropriação territorial e reivindicar seus direitos. As petições ao Imperador, desde então, passam a ser feitas pelos próprios índios em lugar dos missionários.

Pierre sente-se como uma espécie de invasor, um branco de roupas europeias, no reduto que talvez fosse o último para aquela gente sobreviver. Pela apatia que demonstram, entende que são "homens já humilhados até seus limites, não reagiriam mais contra ninguém" (CARVALHO, 2009a, p. 112), especialmente contra homens eles, brancos (ou vestidos como tais) dominadores.

Quando o poeta maranhense ressalta, em seus poemas, os hábitos indígenas e os ritos antropofágicos[52], a intenção é destacar como os guerreiros são dotados de um código de honra e conduta e elevar os guerreiros categorias de homens altivos. A exemplo de "I-Juca-Pirama", Gonçalves Dias (1851, p. 12) descreve os Timbira como "guerreiros valentes" e orgulhosos, membros "da altiva nação". Eles são "temíveis nas guerras" e "assombram das matas a imensa extensão".

Tal representação dos índios não corresponde ao que Pierre encontra quando chega ao continente americano. Se no poema do maranhense, em um tempo imemorial, os nativos dominvaam o território, no século XIX, a situação é diferente. Os índios encontram-se perdidos, separados e humilhados.

É apropriado para a história construída por Murilo Carvalho que os protagonistas sejam europeus, soldados do exército francês, desencantados com o legado de sua sociedade no mundo das comunidades ameríndias. Aliás, a sensibilidade de se sentir invasor é explorada em outras ocasiões, inclusive, quando estão no inóspito e desconhecido sertão.

Referindo-se às culturas ameríndias sul-americanas, o narrador salienta sua preocupação quando estivera no Rio de Janeiro: "...o gigantismo deste país pré-moderno que despontava ao Sul da América; era uma força contra a qual se tornava impossível lutar" (CARVALHO, 2009a, p. 256). Ainda assim, era indigno aceitar a "extinção total dos velhos habitantes" do continente. Pereira percebe que Pierre torna-se a cada dia mais irrequieto, ao perceber-se "um europeu de sangue guarani". Daí sua ansiedade em conhecer seu povo, "senão para ajudar a salvá-lo, pelo menos para compreendê-lo, e assim compreender um pouco dele mesmo" (CARVALHO, 2009a, p. 256).

O desencanto com a nação símbolo da liberdade, igualdade e fraternidade, não se limita às experiências vividas em relação ao tratamento dispensado aos índios americanos. Há

[52] Darcy Ribeiro, em *O povo brasileiro* (1995, p. 34), ao tratar do significado da prática da antropofagia para os índios, explica: "O caráter cultural e coparticipado dessas cerimônias tornava quase imperativo capturar os guerreiros que seriam sacrificados dentro do próprio grupo tupi. Somente estes - por compartilhar do mesmo conjunto de valores - desempenhavam à perfeição o papel que lhes era prescrito: de guerreiro altivo, que dialogava soberbamente com seu matador e com aqueles que iriam devora-lo. Comprova essa dinâmica o texto de Hans Staden, que três vezes foi levado a cerimônias de antropofagia e três vezes os índios se recusaram a come-lo, porque chorava e se sujava, pedindo clemência. Não se comia um covarde.".

na narrativa outros indícios que, aos olhos de Pierre, a França não mais segue os princípios da Revolução Francesa, como, por exemplo, quando compara a rejeição da música de Wagner pelos membros do Jockey Club ao programa de modernização iniciado em Paris. Segundo a observação de Pierre, o programa procurava banir os mais pobres para a periferia da cidade. Conforme Pereira, a insistência do amigo em mergulhar na história dos povos – a partir da música irreverente de Wagner – devia-se ao fato de sua indignação quanto a um povo que, capaz de criar uma revolução no final do século XVIII e derrubar uma nobreza corrupta, submetia-se depois aos mesmos homens e ideais que combatera.

O romance insiste em destacar as diferenças sociais do Brasil imperial. O narrador observa que o país é "uma imensa colcha de variáveis" (CARVALHO, 2009a, p. 99), pois mais se parece a uma costura precária de vários países. Embora o Império seja unido pela língua e estrutura política, as diferenças são notáveis desde a geografia aos hábitos e costumes das várias populações distribuídas pelo território. Os contrastes assinalados são para mostrar o abandono do governo em relação às populações interioranas, como é o caso dos sertanejos, que "guardam gerações de frustrações" (CARVALHO, 2009a, p. 98), vivendo na seca e na pobreza.

Inicialmente as diferenças entre os índios são negligenciadas pelo próprio Pierre que, encontrando os primeiros indígenas, em terras brasileiras, os considera "como se fossem todos membros de um povo só, esmagados pela colonização europeia, que os empurrava para os cantos mais escondidos desta terra" (CARVALHO, 2009a, p. 107). À primeira vista, a reação do personagem pode ser encarada como semelhante a de todo europeu: "índio é tudo igual". No entanto aí reside a crítica de Murilo Carvalho à ação opressiva dos colonizadores de procurarem eliminar as diferenças, unindo as várias etnias – algumas delas, às vezes, conflituosas e inimigas – em um único caldeirão: a do índio genérico.

A decepção e perplexidade de Pierre com a ação colonizadora sobre as populações ameríndias são reveladas por meio das cartas endereçadas e nunca enviadas a Firmiano. É por meio de suas declarações que Pereira arrisca traçar as mudanças que atravessam a alma do amigo, após sua chegada ao Brasil. Esses sentimentos ficam evidentes em passagens como essa:

> Dor, dor, dor. A visão daquele grupo de índios que eu tanto esperava encontrar não poderia ter sido mais amarga. As dificuldades das últimas semanas, as leituras que havia feito na França, antes de partirmos, a miséria que vinha encontrando em todos aqueles recantos do sertão já deveriam ter preparado meu coração e meu espírito para o que iria encontrar naquele acampamento índio. Mas, resta sempre, no fundo

> da alma, um pouco de ilusão, principalmente quando o desejo sobrepõe-se à realidade (CARVALHO, 2009a, p. 108).

Não existe bravura entre os índios humilhados e apáticos. A desilusão apodera-se de Pierre:

> ...porque naquele momento percebi que não havia mais meu povo, que não adiantava encontrar as próprias raízes quando se percebe que elas já estão apodrecidas e os galhos sem folhas produzem os últimos frutos, disformes, sem rumo, sem substância. O que fizeram com esse povo? Se eu era estrangeiro em terras distantes, como a França, eles eram estrangeiros aqui, em sua própria terra, onde desapareciam, quietamente sob o sol" (CARVALHO, 2009a, p. 110).

A ideia de miscigenação é suscitada na narrativa, quando Pereira nota que Pierre também se mostra mais aliviado ao perceber como as populações indígenas estavam desaparecendo por meio de tal processo, ou seja, de que pelo menos não pareciam estar sendo dizimados. A ação miscigenadora seria uma prova da política dos colonizadores portugueses no Brasil, em garantir o cruzamento dos europeus com os índios. Pierre chega à conclusão de que "parte das grandes nações indígenas, que vagavam pelo vale, dissolvera-se ali, naqueles vaqueiros silenciosos..." (CARVALHO, 2009a, p. 121)

Ainda assim, mesmo que os vaqueiros fossem um indicador seguro da miscigenação na região e de como estavam desaparecendo os índios, eles próprios não aceitavam nenhum tipo de ascendência ameríndia. Surpreendem-se os personagens, quando os ribeirinhos evitam falar sobre a existência dos indígenas. O que era uma ironia, segundo eles, uma vez que, no momento em que o Império do Brasil buscava difundir a imagem de miscigenação para o País, os sertanejos rejeitavam qualquer tipo de associação de sua imagem à figura do índio. Para eles, ser índio significava ser selvagem, humilhado e permanentemente obrigado a fugir do extermínio[53].

Pereira assinala que o estado de marginalização daquela parte do país por parte do poder imperial. A humilhação e o preconceito os cercam em terras brasileiras, como fica evidente com o incidente da execução do índio em São Romão, por esse ter se vingando de homem que havia sequestrado sua filha. Policiais atiram no índio sem antes interrogá-lo, o que, na interpretação do jornalista,

[53] Darcy Ribeiro (1996, p. 148) explica o que chama de "abismo entre a mentalidade [dos habitantes] das cidades e dos sertões" no tocante ao problema indígena. Conforme o etnólogo, "enquanto, para os primeiros, o índio era o personagem idílico de romances no estilo de José de Alencar ou dos poemas ao gosto de Gonçalves Dias, ou ainda o ancestral generoso e longínquo, que afastava toda suspeita de negritude; para o sertão, o índio era a fera indomada que detinha a terra virgem, era o inimigo que o pioneiro precisava imaginar feroz e inumano, a fim de justificar, a seus próprios olhos, a própria ferocidade" (RIBEIRO, 1996, p. 148-149).

> era como se atirassem em um animal, que nem sequer tentaram prender, por um crime que cometera. [...] Caso esse índio fosse um homem branco ou mesmo um mestiço da cidade, talvez fosse preso, mas jamais condenado; [...] Mas não; era somente um índio, seus direitos não existiam [...] Este país tem algumas nódoas morais muito difíceis de serem apagadas; a escravidão dos negros, o desprezo e a humilhação dos índios; a miséria e a ignorância da maioria da população (CARVALHO, 2009a, p. 138).

O narrador menciona que tem a intuição de que todas as injustiças cometidas em terras brasileiras ocorrem porque o processo de colonização reproduziu as matrizes europeias de comportamento, desrespeitando a sabedoria e o conhecimento dos índios. Isso ocorreu porque os colonizadores consideravam que tudo o que existia no continente, antes de sua chegada, "era ignorância, selvageria, estupidez. Em nome da cultura e da religião, em nome das modernas teorias econômicas, era preciso reduzir o país a uma contrafação da Europa" (CARVALHO, 2009a, p. 139). Nesse sentido, sua opinião é de que, ao julgar a situação de nações como o Brasil comparando-o ao desenvolvimento europeu, é importante levar em consideração que "os europeus foram, e ainda são, os responsáveis por tudo o que se vê por aqui" (CARVALHO, 2009a, p. 139).

Pereira não deixa de destacar o grau de intolerância dos conquistadores europeus em relação à cultura ameríndia. Em caso de resistência dos índios a sua dominação, impunham como solução o extermínio ou o "verniz da civilização" a fim de mascarar a violência da colonização. Matadores foram contratados para efetuar a limpeza étnica. Depois dessa manobra, a ação higienizadora foi completada com a integração gradual dos sobreviventes à comunhão nacional. Curiosamente, essas pessoas não eram consideradas cidadãs de primeira classe, pois eram confinadas a viver em aldeias ou nas periferias das vilas, se "direito a nada a não ser cuidar das roças de mandioca e criar seus filhos nas cafuas de barro e palhas; a maioria não falava português" (CARVALHO, 2009a, p. 132-133). Oriundos de nações diferentes, esses índios mal conseguiam se entender entre eles.

O narrador argumenta que é por esse motivo que as pessoas resistem tanto em assumir o "sangue índio". Ao contrário, preferem considerar-se brancos, descendentes dos europeus. Elas não querem mais fazer parte dos "derrotados", e sim ser consideradas cidadãs do Império do Brasil. Nesta observação do narrador talvez resida um ponto de tensão entre o sentimento compartilhado pelos sertanejos, de desprezo pela possibilidade de qualquer tipo de parentesco com os índios, e a luta pela autoafirmação indígena de Pierre e do grupo Guarani que o acolhe.

Somente na velhice, Pereira compreende o sonho de Pierre de refazer a grande nação indígena em alguma parte do território brasileiro:

> Sonho que hoje, visto a distância, parece grande tolice, mas que naqueles dias em descobríamos o Brasil e o povo que Pierre considerava o seu era não apenas o caminho mais acertado para resgatar tanta gente da miséria, mas principalmente para revesti-la de novo da dignidade e do orgulho de sua raça. Não era atitude menos romântica do que a dos poetas, mas implicava ações mais concretas e, seguramente, muito mais perigosas" (CARVALHO, 2009a, p. 128).

Outra suposição levantada na narrativa acerca do abandono do governo imperial para com a população levantada na narrativa é o registro de leprosos que vagavam em peregrinação no sertão; um bando de homens e mulheres que "primeiro morriam socialmente", depois "talvez morressem não de suas chagas, mas de fome de desespero, de solidão" (CARVALHO, 2009a, p. 143-144). Pierre chega a cogitar se não seriam essas pessoas os restos das tribos que, abandonadas pela sociedade imperial, vagavam em busca de suas raízes ameríndias.

Para Pereira, as guerras são necessárias às nações, como instrumento de sua própria afirmação enquanto nação; para que uma se instale é necessário que "outras nações pereçam" (CARVALHO, 2009a, p. 128). Ao que parece, quando avalia a luta dos Botocudo, o narrador procura justificar a inevitabilidade do que acontecia, pois afirma que eram inconciliáveis as duas nações; de um lado, os brasileiros, "desejosos de construir seu país segundo o modelo herdado dos europeus" (CARVALHO, 2009a, p. 187); de outro, "os botocudos, senhores daquelas terras desde tempos imemoriáveis, que não aceitavam o tipo de civilização que os brancos europeus julgavam adequada" (CARVALHO, 2009a, p. 187).

Pereira considera que, nas cartas, Pierre parecia se convencer de que tinha um papel a cumprir junto aos irmãos Guarani:

> ele é obrigado a aceitar haver se tornado o herói aguardado pelos sobreviventes daquela dura catástrofe. Sabia, quando partimos da França, que já havia nele uma semente qualquer de heroísmo, mas não pelas razões que mais tarde veio a descobrir entre os guarani; era um heroísmo fluido, fruto do romantismo desenfreado que ainda vivíamos naqueles anos. O mesmo romantismo que encontramos nos poemas de Gonçalves Dias, uma aura meio teatral – como a dos cavaleiros da Idade Média (CARVALHO, 2009a, p. 307).

De fato, Pierre comporta-se como um abnegado cavaleiro medieval, diante de tantos infortúnios que enfrenta na viagem. Para o amigo Firmiano, no entanto, seu desejo de criar o estado índio, separado do Império brasileiro, não passa de um sonho absurdo. As populações ameríndias espalhadas pelo Brasil eram tão diferentes entre si que, reuni-las em uma espécie

de estado ordenado, conforme a concepção europeia, seria impossível. Afinal, a exemplo do que

> o mundo vinha assistindo, há milhares de anos, não provara já o suficiente que as nações organizadas artificialmente, com vários povos, eram estados em permanente mutação, como reação química incontrolada? No âmago de cada estado, assim criado, germina a feroz dominação, da violência, da exclusão. Cada nação precisa dominar outras para se sentir grande; o nacionalismo envenenava como cicuta as relações sociais. Por que, então, não aprender com os povos das matas outra maneira de viver e administrar a própria vida? (CARVALHO, 2009a, p. 270-271)

As nações aliadas se encontram em conflito com o Paraguai em decorrência da disputa de terras e poder na região platina. Cada uma das nações alega motivos contra a outra. Nesse conflito, os interesses da "outra nação", a nação guarani, não estão presentes. Isso ocorre porque, desde que instalados os princípios de domínio político dos colonizadores, o sentido de nação indígena vem sendo apagado como algo a ser exterminado da noção política europeia de nação. Não há espaço para essa outra conformação comunitária; sua valorização serviria apenas para o enfraquecimento dos objetivos colonialistas.

Alcida Ramos (1996) ratifica a tese de que o ideal do Estado-nação normalmente está relacionado a uma comunidade imaginária que engloba um povo, uma história, uma língua, uma visão única de mundo associada a um Estado em oposição a outro Estado. Todavia, lembra a pesquisadora, esse modelo de organização comunitária nem sempre está presente no interior dos Estados nacionais. É comum cada país eleger caracteres que reforcem sua distinção com outras nações, enquanto diferenças internas são, quando muito, toleradas, mas dificilmente exaltadas.

No que diz respeitos aos índios, portanto, o termo "nação" afasta-se da conotação cunhada na ideologia moderna, desobrigando-os de uma vocação nacionalista**;** trata-se de um conceito de nação que não se refere nem a Estado-nação nem à concepção de comunidade imaginada e articulada pela ligadura que Benedict Anderson (2008) chama de *print capitalism* (disseminação de informações pela imprensa ou pela literatura massiva). No século XIX, por exemplo, o vocábulo era utilizado tanto para se referir ao Estado-nação brasileiro que passava a ser alvo do discurso do IHGB quanto em referência aos grupos indígenas.

Conforme a abordagem de Anderson, fica evidente que o amálgama da comunidade imaginada ocorre por meio de ligações anônimas e impessoais. Nesse sentido, a nação moderna difere dos princípios da nação indígena. Para tal comunidade, a ligação entre seus membros desenvolve-se não por meios indiretos como o faz a imprensa ou a literatura massificada, mas por meio do contato face a face. Segundo Alcida Ramos (1996, p. 84), nas

comunidades indígenas, "em vez de *print capitalism* ou de 'cultura popular', existiria "uma espécie de *oralidade consensual*" (grifo da autora).

Como os dados históricos comprovam, os índios não desapareceram. Portanto, a figura do índio segue sendo um elemento de resistência ao ideal de criação de um Estado nacional homogêneo. É como se representasse um estrangeiro de dentro do que deveria ser o seu país. E se não reconhece o Estado nacional no qual sua comunidade está como seu país é porque sua compreensão de coletividade não responde à ideia de nação política.

O rastro do jaguar (2009a) constituiu-se uma narrativa na qual se consolida a ideia de conciliação de culturas, quando o que de fato ocorria era uma prática de desnivelamento da cultura autóctone. O romance denuncia o processo de espoliação que vitimou as populações indígenas, questionando as fronteiras culturais apontadas como definidoras da nação. Ao operar o questionamento da marginalização dos ameríndios pela sociedade nacional, o romance desloca o imaginário que os constitui ora como elementos exóticos das terras selvagens, ora como etnia partícipe da miscigenação do povo brasileiro para a posição de populações caracterizadas por universos simbólicos específicos, que não o da comunhão nacional.

Os índios do romance, pelo menos os Guarani e Aimoré, tentam deixar suas características de grupos sedentários em aldeamentos para retomarem as características de povos migrantes. No caso dos Guarani, em busca da "Terra sem Males", abandonam suas comunidades que atendem aos critérios de organização política e territorial da sociedade nacional; abandonam aldeias e povoados e, inclusive, postos de trabalho em fazendas ou ao lado de colonos e gaúchos.

Entendendo-se que as identidades são construções fluidas e dinâmicas, alguns grupos indígenas, em situações de contato, conseguiriam reelaborar suas culturas. Não resta dúvida que, quando se misturavam que os grupos étnicos e sociais influenciavam-se mutuamente. Dessas relações de contato, ocorreram também inúmeras possibilidades de reconstrução identitária por parte dos índios. Todavia, há casos de grupos que resistiram e muitos deles chegaram ao século XIX ainda afirmando identidade indígena e reivindicando direitos que a legislação lhes concedia.

Por muito tempo, os índios tiveram vergonha de reconhecerem índios. Os movimentos de indianização que surgiram no final da década de 1970 têm contribuído para modificar esse quadro, incentivando os povos indígenas à reconstrução de suas identidades. Por isso, o retorno voluntário de Pierre e de Manhá-Oé ao seio de suas respectivas comunidades indígenas imprime teor relevante na leitura do romance. *O rastro do jaguar* (2009a), de certa

maneira, encena os princípios dos atuais movimentos indígenas e indigenistas por meio de seus personagens que, depois de estarem integrados à sociedade nacional, decidem viver conforme os padrões da vida indígena.

Se, por um lado, a morte de Manhá-O nega à obra um caráter otimista, por outro, pode simbolizar a resposta de resistência da etnia à integração forçada à ordem nacional. Da mesma forma, se Pierre, ao final da narrativa, não consegue manter seu povo completamente unido para formar a nação guarani, sua partida em busca à Terra sem Males não aplaca a esperança dessa comunidade de encontrar um lugar no qual possa viver conforme os padrões de seus antepassados. Antes, representa uma bandeira em defesa da causa.

Nesse sentido, é possível afirmar que a representação do drama das comunidades indígenas empreendido pelo romance oferece clara evidência da relação entre o clima de luta política internacional que defende um modelo de nação mais tolerante às diferenças e o ânimo combativo de simpatizantes da causa indígena no continente americano (como é o caso do autor da obra em questão) e da autoafirmação desses povos.

4 ENTRE CANHÕES, SAIAS E UM ESPIÃO

> A história das mulheres é relacional, inclui tudo que envolve o ser humano, aspirações e realizações, seus parceiros e contemporâneos, suas construções e derrotas. Nessa perspectiva, a história das mulheres é fundamental para compreender a história geral (a do país, do continente ou mesmo aquela do Ocidente cristão).
> (Mary Del Priore)

Embora, muitas vezes, partícipes de eventos bélicos, seja no *front* de batalha ou na retaguarda das ações, a mulher geralmente é negligenciada dos textos históricos oficiais e ficcionais que exploram a temática da guerra. Quase sempre é colocada em segundo plano ou simplesmente excluída de escrituras dessa natureza. A história política e o estudo dos combates e das estratégias militares na maioria das vezes são apresentados como resultado da ação de líderes e soldados patriotas, o que comprova que o aspecto social e a dedicação cívica da mulher permanecem inaudíveis no discurso oficial a respeito das guerras em geral.

Como registra Maria Teresa Garritano Dourado, na tese "A história esquecida na Guerra do Paraguai" (2010), pouco se sabe a respeito do cotidiano das esposas de oficiais, vivandeiras e prostitutas que acompanhavam as tropas imperiais. De modo geral, existe um silêncio acerca da atuação feminina nos documentos e estatísticas, uma vez que a história quase sempre é escrita via a ótica dos homens. Mesmo nas últimas décadas, em que a presença das mulheres nas lutas armadas já é constante, "elas não conseguem transparência e destaque em suas atuações" (DOURADO, 2010, p. 10).

A situação vem lentamente se modificando devido às comissões formadas nas últimas guerras ocorridas na América Latina e na África. O levantamento tem contribuído para o conhecimento mais exato da participação das mulheres nos mais diferentes conflitos. Sem dúvida, o esforço de escavar dados nas entrelinhas de documentos militares e de outra natureza constitui-se um exercício de construção da memória feminina.

Em abordagem semelhante à de Maria Teresa Dourado, Hilda Agnes Hübner Flores assinala que somente com o surgimento das novas linhas dos estudos históricos – das mentalidades e de gênero – foi possível modificar esse panorama, abrindo um espaço para a reflexão sobre o papel da mulher na guerra. Em *Mulheres na Guerra do Paraguai* (2010), a autora busca entender de que maneira o cotidiano da mulher foi afetado no curso da referida contenda e quais as consequências para si e sua prole. Com tal propósito, em documentação pertinente ao conflito, garimpa sinais de "grupos femininos de atividades e atribuições

diferenciadas" (FLORES, 2010, p. 8), que, no decorrer do conflito, encontravam-se investidos de um tipo de "poder possível gerado pelas circunstâncias especiais da guerra" (FLORES, 2010, p. 8).

Como resultado, o estudo da historiadora gaúcha cita exemplos de mulheres que, de alguma forma, estiveram envolvidas ou afetadas na campanha contra o Paraguai. São relatadas as experiências de personalidades já mencionadas pela historiografia, como Ana Néri, Jovita Feitosa e Ana Mamuda. Há também referências a mulheres não tão famosas, mas, ao mesmo tempo, mencionadas na obra em virtude de seu apoio à ação bélica, atuando como vivandeiras, enfermeiras, costureiras, combatentes, destinadas, residentas, entre outras funções.

O romance *Cunhataí* (2003) ficcionaliza o universo feminino pouco representado na historiografia de guerra e, sobretudo, na literatura voltada para os eventos da Guerra da Tríplice Aliança. A escritora cuiabana Maria Filomena Bouissou Lepecki coloca, como centro da representação, a participação da mulher no conflito. A narrativa contribui para a história, revelando outro lado da experiência humana em tempos de guerra. Por vezes, focalizando episódios e vivências dolorosas, envolvendo partos clandestinos, estupros, cuidados com os doentes, improvisação para lidar com a fome e o frio; por outras, relatando a dimensão amorosa das relações, sob a forma de casamentos apressados, beijos clandestinos, solidão, alegria de partos realizados em condições precárias, mas bem sucedidos. Nesse sentido, ao associar as categorias mulher e nação ao epicentro da trama, a obra configura-se como um significativo exemplo de produção literária, na qual se identificam indícios de uma releitura da questão do nacional.

Não se pretende afirmar que, ao se eleger *Cunhataí* (2003) como objeto de estudo, minorias subjugadas não estiveram presentes nos romances oitocentistas. Tanto a mulher quanto o índio fazem parte da história da escrita romântica e não são excluídos dos projetos utópicos da nacionalidade[54]. No entanto o que se insinua é que as representações do índio e da mulher são repaginadas na contemporaneidade, no que diz respeito à ideia de elementos constituintes dos projetos de nação. Isso significa que os chamados grupos minoritários, por vezes, não são contrários aos projetos nacionalistas; eles apenas reivindicam, por meio de projetos próprios, revisão e inclusão nas "imaginações" dessas comunidades, para utilizar a expressão cunhada por Benedict Anderson (2008).

[54] Greiciellen Rodrigues Moreira, em *Identidade nacional: uma questão de gênero em Lucíola e Senhora* (2013), procura demonstrar como tais personagens de José de Alencar, ainda que aparentemente modelos de mulheres transgressoras da ordem social vigente, de fato contribuíam para a formulação da nacionalidade brasileira conforme os ideais burgueses oitocentistas.

Diante da atual releitura do conceito de nação firmado nos oitocentos, o capítulo busca refletir sobre como *Cunhataí* (2003), romance do século XXI e escrito por uma mulher, posiciona-se acerca de uma disputa bélica entre países, tema geralmente abordado sob a perspectiva masculina. A intenção é apontar vestígios de como a condição e atuação da mulher no conflito, bem como outros aspectos, atuam como rasuras na ideia de nação. Para tanto, o primeiro tópico situa o romance de Maria Filomena Lepecki no cenário literário latino-americano de autoria feminina que se ocupa de desenvolver narrativas aproximando as questões de gênero e nação. O segundo destaca como a protagonista do romance desconstrói a imagem de mulher ideal da sociedade brasileira oitocentista e aponta como o livro detalha os desafios e infortúnios da impedimenta na campanha expedicionária brasileira contra o Paraguai. O terceiro procura discutir a respeito da condição ambivalente do personagem Ângelo no cenário bélico, como um exemplo de deslizamento de identidades sobrepostas e negociadas que rivalizam com a perspectiva essencialista de identidade nacional. O último tópico discute o esforço da narrativa em assegurar a apresentação dos posicionamentos nacionalistas de ambos os lados da guerra.

4.1 Autoria feminina e nação

A sociedade latino-americana, marcada pelo centramento do poder na mão dos homens e por isolar a mulher no ambiente doméstico, relegou a escrita feminina a uma quase ausência durante séculos. No século XIX, houve casos de mulheres que conseguiram contornar o cerceamento patriarcal e atuar como escritoras, seja no campo ficcional, seja na imprensa. Algumas tiveram que utilizar pseudônimos para atingirem seus leitores.

No que se refere à literatura latino-americana de autoria feminina, o panorama vem se modificando de maneira significativa desde o século XX. O fato decorre, em parte, das inovações estéticas e temáticas que atravessam as produções dessa parte do continente e, em outra, das mudanças sociopolíticas registradas na América Latina. Algumas das obras publicadas nas últimas décadas desse século são caracterizadas pela crescente postura da mulher em reconhecer-se também como agente do próprio discurso.

No artigo “Por uma voz autônoma: o papel da mulher na história e na ficção latino-americana” (1995), Márcia Hoppe Navarro, ao citar os estudos de Georges Duby e Michelle

Perrot (*A história das mulheres*, 1994), menciona a produção limitada de textos escritos por mulheres no decorrer da história da humanidade. Para a estudiosa, o livro de ficção

> atinge uma importância enorme, pois, através dele, a oralidade transformada em escritura sólida, bem alicerçada em conceitos diversos e técnicas narrativas inovadoras, assume proporções gigantescas,..." (NAVARRO, 1995, p. 12).

Em "O discurso crítico feminista na América Hispânica" (1996), ao analisar a produção crítica de alguns autores preocupados com a narrativa feminista engendrada nessa parte do continente, Márcia Hoppe Navarro cita o estudo de Sara Castro-Klarén (1991). Esta sugere que "a escritura de mulheres latino-americanas está historicamente marcada pelos sinais da marginalidade social, das hierarquias sociais e, como tal, *feminismo* no âmbito de tais segmentações sociais, historicamente determinadas" (NAVARRO, 1996, p. 66). Castro-Klarén acrescenta ainda que o discurso crítico feminista latino-americano se diferencia das generalizações da crítica feminista dos centros culturais mundiais, porque tem de "fundar-se na premissa de que a luta das mulheres do continente está *codificada em uma dupla negatividade, porque é mulher e porque é mestiça*" (NAVARRO, 1996, p. 66, grifo da autora).

Magdalena Perkowska (2008, p. 5067) assevera que tradicionalmente o romance histórico é um gênero literário masculino, pois "los acontecimientos que constituyen la Historia [...] – las guerras, el devenir de las naciones, las dinastias, los câmbios políticos – pertencen a la esfera pública, de la cual las mujeres estavan excluídas". À mulher, limitada ao ambiente doméstico e íntimo, caberia a escrita dos gêneros considerados "femininos", como o diário ou o romance autobiográfico ou epistolar. Um romance histórico escrito por uma mulher funciona, portanto, como "un desafío contra de la reclusión de lo feminino en el espacio privado, sancionada por la larga tracición cultural, y la afirmación de su desejo de redefinir la noción tanto del espacio como del discurso histórico" (PERKOWSKA, 2008, p. 5072).

Márcia Hoppe Navarro (1995) atenta para a diferença de gênero no processo de escritura, buscando investigar se os romances escritos por mulheres nos anos 80 são distintos daqueles produzidos por homens durante o chamado "boom" da literatura latino-americana. Reconhecendo que nenhuma escritora se beneficiou com o crescente interesse pela literatura latino-americana produzida naquela época, explica que

> Uma das razões desse silêncio é que a literatura produzida por mulheres foi sempre considerada "feminina", isto é, inferior, preocupada somente com problemas

> domésticos ou íntimos e, por isso, não merecendo ser colocada na mesma posição da literatura produzida por homens, cujo envolvimento com questões "importantes", isto é, com a política, história e economia foi sempre assumida sem discussão. O resultado disso é que editores ansiosos por publicar obras de escritoras por homens não se dispunham a fazer o mesmo com as mulheres romancistas (NAVARRO, 1995, p.13).

Conforme a pesquisadora brasileira, a literatura das últimas décadas produzida por mulheres dispensa atenção à história na mesma proporção que os homens escritores do período do "boom" o fizeram. Ainda segundo Maria Navarro (1995), estas mulheres são conscientes de que, pelo fato de, durante muito tempo, os livros de história terem estado sob censura na América Latina ou devido ao desinteresse de seus autores em deslindar a "história real", essa geralmente só podia ser canalizada e difundida por meio da ficção.

A profusão da literatura produzida por mulheres durante a década de 80 e que vem aumentando de forma considerável de lá pra cá certamente está associada ao panorama geral de mudanças provocadas pelos movimentos feministas iniciados nos anos 60. Para a pesquisadora, os romances latino-americanos de autoria feminina lançados nos 80, além de acionarem a transposição da posição da mulher de objeto a sujeito do foco narrativo, também apresentam uma reavaliação da história através da ótica feminina. Isso é perceptível já que o texto literário reflete acerca das condições históricas e sociais na América Latina associadas à consciência emergente das mulheres que buscam subverter a cultura patriarcal dominante.

Na opinião da pesquisadora, é importante observar o modo como isso se processa nas obras ficcionais através dos perfis femininos traçados. Há vertentes em que a mulher, geralmente a personagem principal e narradora da história, adquire uma função de escritora. Por meio da história oral ou escrita, ela reescreve a história. Outra vertente é a da mulher que, embora não esteja literalmente escrevendo a história, está refazendo-a.

A autora aponta que outro elemento que é comum a todos os romances é o fato de que as mulheres geralmente enxergam os temas da história ou a política por meio de um ponto de vista diferente do adotado pelos escritores. E de que, considerando que as mulheres sempre se confrontaram com uma situação distinta dos homens em sua busca de poder econômico, político e sexual, comumente as obras que produzem refletem sua visão de mundo particular. Afinal, às mulheres "sempre foram designados papéis específicos na sociedade e suas experiências individuais aparecem em modos de expressão únicos, enriquecendo os relatos históricos" (NAVARRO, 1995, p. 15).

Paralela ou imbricada à produção de autoria feminina, encontram-se obras preocupadas em discutir as questões nacionais, inclusive, questionando e/ou negociando com

os referenciais identitários de nacionalidade. Geralmente estas escrituras são obras nas quais as mulheres procuram reescrever seu papel na História, antes, ora negligenciado, ora interpretado apenas sob a ótica masculina. Ao criarem histórias ou contarem suas experiências de vida, entrelaçam a especificidade de sua identidade à posição de cidadãs e partícipes da história nacional. A despeito dos romances que exploram a temática da guerra, poucos têm como centro da representação a mulher e, muitos menos ainda, escritos por mulheres, como é o caso de *Cunhataí* (2003).

Convém assinalar que, no século XIX, a mulher encontrava-se refém de um sistema patriarcal que limitava sua liberdade de expressão. Ademais o sistema alimentava um discurso que enredava sua personalidade nas tramas da introjeção da inferioridade. Poucas foram as mulheres que conseguiram driblar uma realidade na qual o homem agia como porta-voz de seus pensamentos e sentimentos.

Cláudia de Lima Costa, no artigo "O tráfico do gênero" (1998, p. 127), assinala que

> a "interdependência de diferentes forças" dentro do feminismo assinala sua principal virtude em relação a outros movimentos sociais e discursos, principalmente, quando consideramos as articulações que o feminismo constrói entre as variadas posições de sujeito visando objetivos políticos, materiais e culturais específicos.

Na sua interpretação, é relevante a retomada da noção de mulher como categoria forjada ao longo da história por discursos e práticas variados e utilizada com frequência para articular as mulheres politicamente. Tal exercício de interpretação é uma forma de relembrar o fato de que a "mulher" é uma categoria que possui diferentes temporalidades e densidades, coexistindo com outras categorias igualmente instáveis. Diante disso, o sentido dessa categoria "deve ser entendido à luz das histórias e significados das categorias da identidade (classe, raça, etnia, sexualidade, nacionalidade, etc.)" (COSTA, 1998, p. 133) com as quais se relaciona.

No artigo "O sujeito do feminismo" (2002), Cláudia de Lima Costa reafirma que, em primeiro lugar, a "mulher" é uma categoria discursivamente construída em relação a outras que também se modificam. Por isso mesmo, é errante – tanto em termos sincrônicos quanto diacrônicos. O reconhecimento da instabilidade semântica da categoria "mulheres" permite o posicionamento "nas regiões de formações histórico-discursivas, onde a história de uma categoria deve ser compreendia à luz da história de várias outras categorias (classe, raça, etnia, sexualidade, nação, entre outras)" (COSTA, 2002, p.72).

As observações da pesquisadora resultam bastante pontuais para pensar acerca de uma escrita feminina que se desenvolve associando uma representação de gênero à questão do nacional. *Cunhataí* (2003) é uma obra literária latino-americana do século XXI, que versa sobre a dura experiência das mulheres que atravessaram, junto à coluna expedicionária brasileira, rumo à guerra contra o Paraguai. O ponto alto do romance está no fato de um dos episódios que mais afetaram a história do continente e, principalmente, dos países beligerantes é reescrito através dos olhos de uma mulher.

Mary Del Priore (1994, p. 13) afirma que, "tendo no homem o sujeito das falas, e a mulher seu objeto, corre-se o risco de fazer um retrato fora do segmento feminino". Nesse sentido, a reescrita feminina é fundamental por representar um contraponto, ou mesmo um complemento, à história oficial. Afinal, esta, por seu caráter patrialinear, tende a excluir os outros detalhes a respeito dos fatos; no caso em questão, os desafios e sentimentos das mulheres envolvidas na Guerra da Tríplice Aliança.

4.2 A brava "impedimenta"[55]

No epicentro da trama de *Cunhataí* (2003), está Micaela, que se infiltra na coluna expedicionária brasileira, rumo à fronteira entre o Brasil e o Paraguai, sem o conhecimento da família. A protagonista resolve seguir o Exército brasileiro não para lutar pela pátria, mas para acompanhar o marido, a quem havia conhecido e desposado às vésperas da partida dos batalhões acampados na cidade de Campinas. No texto, a jovem revela estar sendo motivada por um impulso romântico, do qual não se arrependia[56].

[55] No dicionário, o termo significa "bagagens que retardam a marcha de um exército" (MICHAELIS, 1998). Na Guerra da Tríplice Aliança, o Exército imperial, o único na época a permitir a ida de mulheres para o *front* de batalha, utiliza a expressão para denominar a multidão feminina que seguia as tropas. A "impedimenta" era formada por vivandeiras, rachas, escravas, amásias de soldados e até algumas mulheres de oficiais. Eram assim chamadas de vivandeiras aquelas que seguiam as tropas, trabalhando no comércio ambulante, enquanto as rachas eram as mulheres dos soldados, com quem esses compartilhavam o rancho e a barraca (PERNIDJI; PERNIDJI; 2003).

[56] Outro romance que retoma a temática da guerra contra o Paraguai, enfocando o relacionamento amoroso entre pessoas de lados contrários da ofensiva, é *Y porã* (2011), da escritora argentina Gloria V. Casañas. Os protagonistas Muriel, jovem paraguaia, rica e casada com um militar, e Bautista Garmendia, da província de Corrientes, Argentina, apaixonam-se. Na história são resgatados personagens históricos como Bartolomé Mitre, o pintor Cándido López, o casal Francisco Solano López e Elisa Lynch. De maneira semelhante a Cunhataí (2003), o romance argentino atenta para a condição feminina na época, ao retratar o tratamento hostil dispensado a Madame Lynch pela sociedade assuncenha e para a irmã de Bautista, uma mãe solteira. Há ainda menção à atuação de mulheres no *front*, desempenhando as mais diferentes funções: enfermeiras, esposas, amantes, etc. Há

A obra é dividida em três partes. Os títulos elucidam com nitidez a evolução dos acontecimentos na narrativa. Em "O caminho", com 17 capítulos, são apresentados os personagens e o conflito gerado pelo súbito casamento de Micaela com um espião paraguaio. Empurrado para o casamento a fim proteger seu disfarce, Ângelo sofre à espera do momento em que terá que abandonar os amigos brasileiros e a esposa, por quem se apaixona. Em meio à história de amor do casal, são relatadas as dificuldades das tropas ao longo dos sucessivos deslocamentos em direção ao Mato Grosso.

Em "O território", narra-se o tormento das tropas ao adentrar o sertão[57]. Soldados e civis são submetidos a meses de longas marchas, comida racionada e doenças. Acompanha-se também a luta de Micaela para impor-se como curandeira. De um lado, enfrentando a hostilidade feminina por conta de algumas mulheres, que a enxergam como uma sinhazinha mimada; do outro, encarando o preconceito dos homens que não acreditam em seu conhecimento para curar doenças. Além disso, a jovem depara-se com um incidente que a afasta do marido e a obriga a seguir viagem na condição de viúva.

Na última parte, "A guerra", narram-se os constantes enfrentamentos entre brasileiros e paraguaios. O ápice da narrativa é o episódio da retirada das tropas brasileiras da Fazenda Laguna, de propriedade da família López. O Exército brasileiro resiste ao enfrentamento com os paraguaios, embora contando com um contingente reduzido, devido às baixas e inúmeras deserções. Procurando superar a perda do marido, Micaela dedica-se a exercer os cuidados de curandeira e, aos poucos, vai conquistando a confiança dos membros da coluna. Surge também a aproximação entre Micaela e o capitão Ildefonso Santa Cruz.

A riqueza dos detalhes na narrativa, quanto aos aspectos físicos da região percorrida e das estratégias militares adotadas pelo Exército imperial, deve-se muito à influência da obra de Alfredo d'Escragnolle-Taunay. Nas notas finais do livro, Maria Filomena Lepecki revela que alguns fragmentos de diálogos entre militares são verídicos e foram extraídos dos livros *A retirada da Laguna* (1871; 1997) e *Memórias* (obra póstuma, 1946; 2005), ambos de Taunay, e *Solano López: soldado de la gloria y del infortunio* (1945), de Arturo Bray.

Naira Nascimento (2006) interpreta que o fenômeno da intertextualidade no romance chega a ser um problema, uma vez que o segundo plano narrativo segue em demasia o desenvolvimento de *A retirada da Laguna* (1871; 1997). Afirma que, embora a autora ateste para o leitor sua influência pelo texto de Taunay e justifique a releitura por motivo de

---

a representação de como são tratadas as pessoas consideradas traidoras no Paraguai, a exemplo da cunhada e sogra de Muriel, punidas por Solano López.

[57] À época do combate, a região do Mato Grosso era conhecida como sertão.

vínculos pessoais com o episódio da guerra, o romance mais se parece com uma colagem desnecessária. Há uma "artificialidade do enredo" porque "o recurso narrativo soa falso ou ingênuo demais" (NASCIMENTO, 2006, p. 291).

A posição da pesquisadora é discutível, uma vez que *Cunhataí* (2003) se utiliza da obra de Taunay como um suporte de informações detalhadas da trajetória percorrida pela coluna militar brasileira a caminho do Paraguai. Maria Filomena Lepecki retoma os fragmentos da obra do escritor franco-brasileiro com destreza. Sem perder o foco da narrativa, que são as experiências de Micaela no ambiente militarizado e machista da guerra, a autora utiliza os fragmentos em favor de uma melhor contextualização de sua protagonista na trama.

No romance, há dois planos de narração. Ambos se processam sob a ótica feminina. No primeiro, que é retomado poucas vezes ao longo do livro, a história é narrada em 1ª pessoa por Rosália, moradora da Fazenda Boqueirão, situada no interior mato-grossense. Após a leitura de um artigo sobre a batalha de "Nhandepá", publicado na *Gazeta Pantaneira*, a viúva, Rosália decide superar o luto, conversando a respeito do episódio com Coralina, autora do texto. Na Fazenda São Miguel, em um espaço de dias, sua amiga dos tempos da faculdade passa a lhe contar a experiência de Micaela ao acompanhar as tropas imperiais durante a guerra contra o Paraguai.

A alimentação de uma memória da guerra, por meio da narrativa oral, tão reverenciada pelos estudos de Walter Benjamin (1994), é algo que certamente permeia o processo de escritura de Coralina e também o de Maria Filomena Lepecki. Ambas escrevem a partir do que ouvem seus parentes contar a respeito da guerra. Na orelha do romance, consta a informação de que a autora, que também é oftalmologista, cresce ouvindo a avó contar histórias da guerra a partir do que os familiares também lhe contavam. Decide escrever o romance depois de descobrir que o tataravô havia sido médico militar na época em que Cuiabá fora invadida pelos paraguaios e de participar da Expedição Militar, em 1999, que refaz o trajeto das tropas brasileiras durante o conflito.

O segundo plano de narração, em 3ª pessoa, é voltado para a história de Micaela. Entretanto, não fica claro, nessa parte, quem exerce a voz narrativa. Tanto pode ser Coralina quanto pode continuar sendo Rosália, uma vez que esta menciona, em alguns trechos de sua narração no presente, que fazia notas do que a amiga falava. Ao mesmo tempo, identifica-se um tipo de narrador onisciente, o que seria estranho para ser atribuído a qualquer uma das mulheres, já que a trama traz passagens que se caracterizam como pensamentos e lembranças de várias personagens.

A atitude impulsiva e corajosa da protagonista corresponde à caracterização que lhe é atribuída no início do romance. Nas primeiras páginas, narra-se que, desde criança, preferia brincadeiras de menino: "Adorava subir nas árvores mais altas, montar em pelo e enfrentar uma boa briga" (LEPECKI, 2003, p. 26). Mais se assemelhava ao filho que o pai desejava e só viera ter, mais tarde, com o nascimento dos caçulas. Micaela estava longe de se encaixar nos padrões esperados para as mulheres da época – serenas e delicadas.

Quando adulta, a destemida jovem comporta-se de maneira um tanto diferente das outras damas de sua família. Enquanto a mãe e as irmãs são exímias bordadeiras, Micaela prefere "refugiar-se ali [no quintal] com um livro, em meio aos sabiás e bem-te-vis" (LEPECKI, 2003, p. 15). Embora a atitude de Micaela em isolar-se na natureza não seja algo muito apreciado pelas pessoas que a cercam, a moça o entende como uma forma de recarregar-se de energia "para enfrentar a monotonia da vida e o enfado da rotina" (LEPECKI, 2003, p. 15) em sociedade. Esses são os primeiros sinais de que a personagem é alguém que não aprecia e, de certa forma, esquiva-se dos ditames da tão sufocante e monótona sociedade da qual faz parte.

Micaela adora a ventania, diferentemente de muitas pessoas que cerram as janelas, fugindo de uma corrente de ar. Para a moça, o vento é "sinal de mudança" (LEPECKI, 2003, p. 16)[58]. E, de fato, essas mudanças se iniciam em 15 de abril de 1865, com a chegada das tropas imperiais à cidade de Campinas.

A coluna expedicionária havia partido de São Paulo e estava rumo ao Mato Grosso. A narrativa assinala a inexperiência dos soldados quanto à instrução de guerra. A maioria dos jovens oficiais provinha de turmas recém-saídas da Escola Militar da Praia Vermelha e os comandantes, da Guarda Nacional e do Corpo de Polícia da Corte.

Micaela é uma jovem de família de recursos. Seu pai situa-se "numa faixa mal definida de proprietários de terra, algo mais que um sitiante e menos que um barão do café" (LEPECKI, 2003, p. 41). A narrativa é clara em colocar que "numa época em que a fortuna de um homem se media em arrobas de café, os Ferreira Lima, apesar de não pertencerem aos mais ricos, eram abastados e frequentavam a melhor sociedade" (LEPECKI, 2003, p. 41).

[58] Sentimento semelhante apresenta outra personagem da literatura brasileira: Ana Terra, do romance homônimo de Érico Veríssimo (1971). É pela observação da natureza que Ana – filha de pioneiros gaúchos na saga histórica da região que hoje corresponde ao Rio Grande do Sul – relaciona os eventos do cotidiano aos efeitos naturais. Os ventos, por exemplo, surgem para anunciar novidades: "'Sempre que me acontece alguma coisa importante, está ventando' – costumava dizer Ana Terra. Mas entre todos os dias ventosos de sua vida, um havia que lhe ficara para sempre na memória, pois o que sucedera nele tivera a força de mudar-lhe a sorte por completo" (VERÍSSIMO, 1979, p. 1).

Embora rica, Micaela tem verdadeiro apreço por uma mulher simples: sua madrinha. Ninguém se refere ou dirige à temida e respeitada "boticária do sertão" pelo nome de batismo; motivo pelo qual, "para sua família, era a madrinha; para o povo, era a parteira; para muitos, era a bruxa, a curandeira, a feiticeira" (LEPECKI, 2003, p. 46). Quando jovem, ao lado do marido, fora proprietária de uma tropa de burros. Foi a partir das longas viagens que iniciou sua pesquisa sobre as ervas que ia encontrando pelo caminho[59].

A parteira é amiga da mãe de Micaela desde os tempos de colégio. E, embora a cidade nutra "uma dose permanente de preconceito pela mulher" (LEPECKI, 2003, p. 47), dona Glorinha e as filhas não hesitam em visitá-la. Desde cedo, a madrinha nota em Micaela – sua preferida –, uma sensibilidade para os temas espirituais. Quando se percebe cansada para exercer o ofício de curandeira, decide tornar a moça sua aprendiza. Presenteia-a com a obra que vinha produzindo durante toda a vida: o "Compêndio geral de ervas e suas aplicações" ou *Herbarium vitae*.

A confiança que Micaela dedica à curandeira é tão forte que é a ela, e não à mãe, a quem procura quando, na noite de núpcias, foge do quarto da pousada em busca de conselho. Neste momento, a jovem está se sentindo ultrajada e decepcionada pelo comportamento indiferente do marido. Sente não ter forças de continuar na cidade logo que o marido parta, sem lhe dar explicações.

Horas antes, enquanto esperava o marido que não aparecia no quarto, Micaela refletia sobre sua condição de mulher. Pensava sobre a liberdade que o homem desfruta de decidir os rumos de sua própria vida, enquanto o destino da mulher lhe foge das mãos. Depois de muito pensar, percebe que as coisas poderiam ser diferentes, se tivesse condições de conhecer melhor seu marido.

Quando procura a madrinha, desabafa suas inquietações: "Não deu certo... O meu casamento... Foi tudo muito... rápido...! Não quero ficar assim... casada... e abandonada! Quero..." (LEPECKI, 2003, p. 71) A outra, como se já soubesse tudo o que a afilhada sente e precisa, completa sua fala: "Queres ir com teu marido para o sertão!" (LEPECKI, 2003, p. 71)

Durante a cerimônia de casamento, havia chegado a identificar qualidades em Ângelo. Ainda assim, perguntava-se se seria o bastante. Então, começa a pensar se "suas vontades, sua determinação em viver aventuras, viajar, conhecer a Corte como os sertões terminariam naquele altar?" (LEPECKI, 2003, p. 62) Inclusive ele não a conhecia o suficiente: "Como o

[59] Conforme Michele Perrot (2013, p. 89), ao longo da Idade Média, o saber feminino passa a ser associado à bruxaria. Um dos motivos é porque as mulheres ofendem a razão e a medicina moderna, ao procurarem "curar os corpos não somente com ervas, mas com elixires elaborados por elas com fórmulas esotéricas".

marido reagiria quando soubesse de sua fama de inquieta e se inteirasse de suas pequenas rebeldias? Já teria sido avisado de seu temperamento?" (LEPECKI, 2003, p. 63)

De fato, o início da narrativa já adianta que Micaela é inquieta, corajosa e alheia ao comportamento comedido das damas da sociedade. Nesta passagem, evidencia-se mais uma de suas características: a impulsividade. Para justificar sua decisão de seguir o marido na guerra, alega a presença de várias mulheres marchando atrás dos batalhões. O apoio da madrinha é mais um elemento para encorajá-la a empreender a perigosa e incomum aventura para uma senhora de sua classe social.

Vários são os indícios na narrativa que indicam uma sociedade opressora no que diz respeito à mulher. Um desses vestígios é a referência à instituição do dote. Quando Micaela já está viajando pelos sertões, recebe carta de Dona Glorinha, na qual assinala a importância desse tipo de acordo: "Aproveitei para encomendar tecidos para teu enxoval. Na pressa, casaste com uma mão na frente outra atrás, e filha minha e neta do barão não casa sem dote e enxoval" (LEPECKI, 2003, p. 156). Percebe-se, nas palavras da mãe de Micaela, que dote e enxoval representam coisas diferentes, embora, nos séculos anteriores, o enxoval fizesse parte do dote da noiva. No século XVII, os itens que, em regra, compunham um enxoval – vestuário, roupas de cama e mesa, prataria e móveis, eram citados no acordo matrimonial como parte do dote. Ao longo dos séculos, isso foi mudando.

Conforme Muriel Nazzari, em *O desaparecimento do dote* (2001), esse tipo de ocorrência está intimamente relacionado com o gradual processo de decadência que tal acordo econômico geralmente firmado como indispensável para o pacto matrimonial entre membros de famílias brasileiras foi sofrendo entre os séculos XVII e XIX. Inclusive, é possível afirmar que, com as mudanças em relação ao tamanho do dote que se concedia ao novo casal, foi se estabelecendo transformações em relação à influência da autoridade paterna sobre as filhas e o *status* da mulher dentro do casamento.

Durante o período colonial, o contrato conjugal no Brasil baseava-se somente no intercâmbio de riquezas. Pela natureza eminentemente econômica da transação matrimonial, era indispensável que a família da noiva concedesse o dote ao marido a fim de garantir o sustento do novo casal. No entanto a historiadora norte-americana assinala algumas mudanças na sociedade brasileira que contribuem para o declínio dessa instituição em meados do século XIX.

À medida que a classe burguesa ascende e a população urbana aumenta, altera-se a forma de se fazer os arranjos matrimoniais. Em lugar de arrumar o casamento por meio de uma transação entre homens, em um acordo no qual o casal só se conhece no dia das bodas, as

famílias passam a planejar reuniões nas quais os jovens que pretendem que se casem tenham a oportunidade de se conhecer e decidam pelo casamento por força do amor e da atração sexual.

É importante observar que, ainda que, nesse período, a opinião da noiva seja levada em consideração e que o dote esteja em gradual processo de desaparecimento, a mulher continua não sendo dona de seu próprio corpo. O espaço das grandes decisões, das negociações financeiras permanecia como exclusividade dos homens[60].

No caso de Micaela, não ocorre nenhum tipo de reunião organizada pela sua família ou a de Ângelo. Eles se conhecem em um baile organizado pela sociedade de Campinas para recepcionar os oficiais do Exército brasileiro. Desde então, são vistos constantemente juntos, o que compromete a honra da jovem, conforme os padrões de decoro da época.

O casal se forma em virtude de uma afeição entre os jovens. Pelo menos, isso é o que, com exceção do paraguaio, todos pensam. Embora Ângelo encante-se por Micaela desde o princípio, o que o leva a forçar um casamento com a jovem é afastar a atenção do desconfiado capitão Ildefonso Santa Cruz.

Em relação à passagem de responsabilidade de poder ao marido, o romance deixa isso claro em um trecho da carta de D. Glorinha, na qual a narrativa tenta discorrer sobre a quem cabe a culpa pela atitude tão intempestiva de Micaela em seguir as tropas imperiais. De início, manifesta seu descontentamento com a postura da amiga, a madrinha da jovem, em fornecer os meios para que a filha "pudesse concretizar a maluquice" de seguir "nessa aventura sem propósito algum" (LEPECKI, 2003, p. 154). Em seguida, salienta a má influência dos romances que a filha lia[61]. E, por último, se autorresponsabiliza por não ter fixado limites para a geniosa moça quando ainda era criança.

---

[60] O casamento era uma negociação entre homens, acerca de uma mulher, como bem traduz os versos "Enredo para uma terra" da poetisa contemporânea Adélia Prado: "Ela me amava, mas não tinha dote, / só os cabelos pretíssimos e uma beleza / de príncipes de histórias encantadas. / Não tem importância, falou meu pai, / se é só por isto, espere. / Foi-se com uma bandeira / e ajuntou ouro pra me comprar três vezes. / Na volta, me achou casa com D. Cristóvão. / Estimo que sejam felizes, disse. / O melhor do amor é sua memória, disse meu pai. / Demoraste tanto, que... disse D. Cristóvão. / Só eu não disse nada, nem antes, nem depois. (PRADO, 1991, p. 89).

[61] Em *Inocência* (1972), Alfredo d'Escragnolle já abordava vários comportamentos característicos dos habitantes do interior do Brasil oitocentista. Por meio de Pereira, pai da protagonista do romance, Taunay constrói a representação do típico sertanejo, que vivia conforme valores feudais. Segundo o homem, a imagem do livro e da leitura corrompe o caráter feminino, como se observa nesta passagem: "Eu repito, disse ele com calor, isto de mulheres, não há que fiar. Bem faziam os nossos do tempo antigo. As raparigas andavam direitinhas que nem um fuso... Uma piscadela de olho mais duvidosa, era logo pau... Contaram-me que hoje lá nas cidades... arrenego!... não há menina, por pobrezinha que seja, que não saiba ler livros de letra de forma e garatujar no papel... que deixe de ir a *fonçonatas* com vestidos abertos na frente como *raparigas fadistas* e que saracoteiam em danças e falam alto e *mostram os dentes* por dá cá aquela palha com qualquer *tafulão* malcriado..." (TAUNAY, 1972, p. 50).

Mesmo que expressasse preocupação com a segurança da filha, a mãe deixa claro estar ciente de que já não é mais a responsável pelo seu bem-estar[62]:

> Como já disse, não escrevo esta carta para recriminar-te ou advertir-te. Aliás, teu pai vive dizendo para não me preocupar tanto, por que "filha casada é filha ida, filha resolvida". E que cabe agora a teu marido a regência de tua vida. E que é para ele, e apenas para ele, que deves explicação (LEPECKI, 2003, p. 155).

Nota-se que D. Glorinha reproduz o discurso patriarcal, impregnado na sociedade oitocentista. No seu comentário está implícita a falta de liberdade a que a mulher do século XIX estava condenada. Ainda que com o casamento Micaela deixe de estar sob a tutela do pai, o que ocorre é apenas uma passagem de poder, uma vez que a responsabilidade pela mulher passa a recair sobre outro homem: o marido.

Mesmo reconhecendo que o comportamento de Micaela se deva, em parte, ao seu fracasso enquanto mãe, no que diz respeito ao seu dever de tê-la orientado melhor quanto à conduta adequada de uma esposa ideal, D. Glorinha insinua que a filha transgride o papel imposto pela sociedade. Afinal, conforme os padrões vigentes na sociedade burguesa da época, a jovem deveria aguardar o retorno do marido e não, acompanhá-lo na guerra. Há de se destacar que a não conformidade de Micaela em permanecer em casa aguardando Ângelo configura-se como uma quebra de um arquétipo tão explorado na Literatura Ocidental: a espera como lugar do feminino[63].

No entanto, em determinado trecho do romance, a narrativa, ao se referir ao momento em que a jovem decide seguir as tropas para conhecer melhor seu marido, entender o

---

[62] Para o personagem Pereira, de *Inocência* (1972), as moças representam um mal à família e o casamento é um alívio, pois, após o sacramento, a filha passa a ser um problema do marido, como fica claro no seguinte fragmento: "Esta obrigação de casar as mulheres é o diabo!... Se não tomam estado, ficam *jururus* e *fanadinhas...;* se casam podem cair nas mãos de algum marido malvado... E depois, as histórias!... Ih meu Deus, mulheres numa casa, é coisa de meter medo... São redomas de vidro que tudo pode quebrar... Enfim, minha filha, enquanto solteira, honrou o nome de meus pais... O Manecão que se aguente, quando a tiver por sua. Com gente de saia não há que fiar... Cruz! botam famílias inteiras a perder, enquanto o demo esfrega um olho" (TAUNAY, 1972, p. 50). Por sua vez, o narrador revela ter opinião diferente da expressa pelo pai de Inocência: "Esta opinião injuriosa sobre as mulheres é em geral corrente nos nossos sertões e traz como consequência imediata e prática, além da rigorosa clausura em que são mantidas, não só o casamento convencionado entre parentes muito chegados para filhos de menor idade, mas sobretudo os numerosos crimes cometidos, mal se suspeita possibilidade de qualquer intriga amorosa entre pessoa da família e algum estranho" (TAUNAY, 1972, p. 50).

[63] O tema da espera das mulheres pelos amados é recorrente no contexto da literatura ocidental desde a Antiguidade Clássica. Nancy Rita Ferreira Vieira (2011) assegura que a *Odisseia* é a obra que inaugura esse *topos*. No poema épico escrito por Homero, Penélope é o exemplo da mulher paciente que aguarda o retorno do marido. De acordo com a pesquisadora, é impressionante como a releitura do arquétipo em tantas obras literárias "permaneceu sob esse modelo de representação dos atos humanos a ressaltar a oposição binária entre masculino *versus* feminino" (VIEIRA, 2011, p. 53). Ao analisar a personagem Lídia, do romance *Mar Morto* (1936), Nancy Vieira observa que Jorge Amado invalida a predição assinalada no início de sua obra de que as mulheres do cais são destinadas a esperar por seus companheiros. A personagem amadiana, à semelhança de Micaela, "produz para si uma destinação alheia à espera no cais (VIEIRA, 2011, p. 63).

casamento, promulga: “Assim, Micaela, que não estava mais sob a tutela dos pais, pois já era uma mulher casada, e nem sob a do marido – indiferente que era –, tomou as rédeas daquela mula determinando seu próprio destino” (LEPECKI, 2003, p. 69). Percebe-se, com isso, uma diferença de visão entre a mãe e a voz do narrador sobre qual deveria ser a postura de Micaela perante a sociedade.

Em outra passagem, a irmã de Micaela diz em carta: “Mamãe pensa em te dar a Ritinha como dote. Acho bem apropriado, pois é a única que consegue lhe extrair algum cacho de teus cabelos...” (LEPECKI, 2003, p. 157). Vê-se que no conteúdo do dote da jovem consta a concessão de uma escrava. Em meados do século XVIII, os índios já não são considerados parte dos bens. Ao contrário dos escravos africanos, que são incluídos na conta até 1888, quando a Lei Áurea vem abolir o direito de propriedade de pessoas.

Uma das censuras ao modelo de patriarcado da época é apontada pelo próprio Ângelo, que parece estranhar as normas antiquadas em vigência na comunidade de Campinas. É como se o oficial fosse alguém que demonstrasse, por parte do segmento masculino, um estranhamento às regras machistas da sociedade interiorana. Ao lembrar-se da reação do pai de Micaela ao interceptá-los depois de um passeio no jardim, o jovem compara o comportamento da sociedade campinense ao da francesa: “Em Paris, jamais se depararia com um problema desses. Nem na Corte do imperador, tinha certeza! O que um pai ultrajado faria ali? Apelaria para um duelo? Ora, isto já estava fora de moda!” (LEPECKI, 2003, p. 59). Atribui a reação do pai da moça a de alguém do sertão, de “modos caipiras”.

Em muitos momentos da marcha, Micaela sente-se sozinha. Embora mantenha diálogo com Ângelo e com alguns oficiais e tropeiros, dá-se conta de que não conhece as mulheres da coluna. Com exceção de Cassimira e de sua filha, não conversa com mais nenhuma. A sensação de isolamento a preocupa: “A mania de procurar ervas e de seguir na coluna por último a tinham isolado até então. Estava ficando como a madrinha! Teriam medo dela também?” (LEPECKI, 2003, p. 140)

A diferença de classe social entre a protagonista e as demais mulheres que integram a “impedimenta” é um dos motivos que dificultam sua aceitação pelo grupo. A aparência e a educação da jovem são características que a distinguem do restante das mulheres: “A fala refinada de Micaela, a postura, as botas longas de couro, os diálogos em francês com o tenente Taunay, evidenciavam o abismo social que havia ali” (LEPECKI, 2003, p. 139).

Micaela é rechaçada pelas prostitutas. Provocam-lhe quanto à inabilidade para as tarefas improvisadas da vida em acampamento. Torna-se motivo de escárnio para as mulheres:

> — Esqueceu de trazer a mucama, sinhazinha?
> — Cadê os escravo? [...]
> — Quem é que vai engomar os saiotes da sinhá?
> — Moça fina anda de charrete, não em mula velha sarnenta...
> — Vai p'ra casa, moça, que aqui não é lugar p'ra si!
> — Se o homem da moça morrer ou sumir, vai virar mulher da vida que nem nós... (LEPECKI, 2003, p. 141).

Depois de muito pensar, Micaela chega à conclusão sobre o motivo da antipatia das prostitutas para com ela: "Era a única esposa de tenente. Além dela, havia a Conchita, casada com o alferes Alcebíades e uma outra de quem não sabia o nome. De resto, muitas esposas de soldados e amásias. Tão miseráveis quanto as putas" (LEPECKI, 2003, p. 143). Ou seja, as mulheres identificavam entre Micaela e a si mesmas um abismo social.

No entanto a jovem sente que, "apesar de todas as desigualdades, de todos os empecilhos morais, religiosos, econômicos e culturais, a união era necessária" (LEPECKI, 2003, p. 143). Afinal, todas eram mulheres e, como tais, ali são reconhecidas oficialmente pelo exército como a "impedimenta", ou seja, "o grupamento que não pega em armas, [...] distrai os homens e atrasa a marcha" (LEPECKI, 2003, p. 143). Em sua opinião, isto mais se parece com uma ironia, pois sua intenção é ajudar e não atrapalhar as tropas. Ao mesmo tempo, está ciente da postura resignada que caracteriza o grupo: "A vida das mulheres era seguir adiante, sempre na retaguarda, preparadas para a próxima travessia. Atrás delas apenas a boiada" (LEPECKI, 2003, p. 145).

Maria das Dores Cassimira de Almeida é uma professora paulista de trinta e nove anos. Havia perdido o marido durante o surto de varíola em Campinas e resolvido continuar o percurso por causa da filha, também esposa de militar. A viúva tem o hábito de referir-se a si mesma sempre na terceira pessoa, algo que incomoda Micaela. Na opinião desta, a tristeza da mulher parece ser infinita e contaminar a todos que dela se aproximam.

No meio da marcha, Cassimira perde a filha e o neto. O incidente a desestabiliza de vez. Depois de dias desaparecida, reaparece entregue à sujeira, compartilhando restos de comida com os cães. Quando interpelada por alguém, responde proferindo uma torrente de palavras iniciadas com uma única letra. A cada dia, adota em determinada letra. Rapidamente passa a ser alvo de escárnio e de apostas entre os soldados. Fica "conhecida como a louca, a maluca das letras, a mina de ouro" (LEPECKI, 2003, p.220).

Outra mulher por quem Micaela não se sente desprezada é Ana Mamuda. A ex-escrava, analfabeta, "de modos generosos e fala truncada", depois de ter perdido o companheiro, que seguia o Exército, passa a fornecer privilégios sexuais aos soldados sem

nada cobrar. Por esse motivo, ela não aceita ser comparada às prostitutas; envolve-se com os homens apenas "pr'a modi ter alguma serventia..." (LEPECKI, 2003, p. 143).

Ana Mamuda é uma personagem histórica. Taunay (1871; 1997) a cita como exemplo de mulher abnegada que, no meio do ataque ao 17° Batalhão, rasga as próprias roupas para servir de ataduras na limpeza dos feridos. Maria Teresa Dourado (2002, p. 12) lamenta que a menção à "preta Ana", como a chama o escritor, tenha apenas lembrado por conta de seu ato de heroísmo. Além disso, "só teve direito ao primeiro nome, sendo a etnia lembrada com preconceito, o que a remetia a grupos sociais de origem humilde".

Há ainda Buscapé, prostituta que engravida e, sem poder exercer suas funções, aproxima-se de Micaela. No adiantado da gravidez, suplica para que a moça não parta, alegando que a curandeira é a única pessoa em quem confia para que faça seu parto. A jovem explica que os médicos do Exército estão muito ocupados atendendo aos inúmeros soldados e que, com Micaela, com certeza, estará em boas mãos. A viúva, então, decide seguir acompanhando as tropas.

De fato, o serviço médico-hospitalar durante a Guerra da Tríplice Aliança não funcionava tão bem como deveria. Os atendimentos ocorriam nos precários "hospitais de sangue", casebres ou barracas armadas ao ar livre, junto aos campos de batalhas. Com falta de recursos, médicos e enfermeiras eram obrigados a amputar membros nos casos de fraturas. Além disso, devido às péssimas condições sanitárias, eram desafiados a lidar com enfermidades e epidemias que se alastravam entre os membros da campanha, como diarreia, hepatite, cólera, sífilis, sarampo, tuberculose, escorbuto, malária e tifo (DOURADO, 2012; FLORES, 2010).

Conforme Hilda Flores (2010), na maioria vezes, as enfermeiras agiam mais por boa vontade do que com preparo profissional. A profissão ainda não existia oficialmente. Dentre as enfermeiras mais citadas pela historiografia está Ana Justina Ferreira. Quando eclodiu a guerra, Ana Néri – como era conhecida a baiana de Cachoeira de Paraguaçu – escreveu ao Presidente da Província da Bahia, Manoel Pinto de Souza Dantas, pedindo para seguir os filhos e oferecendo os serviços de enfermagem.

Na narrativa, Micaela não atua como enfermeira, mas como curandeira. De certa forma, a diferença de papel lhe confere uma independência de atuação que não é permitida às enfermeiras. Estas trabalham seguindo as orientações do médico. No caso da curandeira, seu conhecimento lhe autoriza a indicar e preparar remédios para a cura de enfermidades.

No Brasil colonial, o trabalho da curandeira era mal visto[64]. Havia a crença de que a mulher que estivesse interferindo na vida e na morte dos doentes estaria praticando bruxaria. No entanto, a partir do século XIX, a marginalidade à curandeira dá-se em razão da ameaça da atuação de sua prática à comunidade médica da época. O curandeirismo era considerado como uma prática menor, leiga e perigosa à saúde das pessoas[65].

Leva um tempo para Micaela ser requisitada por seus serviços pelas mulheres. Quanto a sua aceitação por parte dos homens, a tarefa é mais difícil. Seu próprio marido, não a leva a sério. Ela se ressente dizendo: "Mal sabem que eu existo. Ando sempre na retaguarda com os tropeiros. Além disso, eles têm os médicos" (LEPECKI, 2003, p. 122).

A narrativa também ilustra como os médicos se sentem ameaçados com os avanços da pesquisa de Micaela: "Que mulher era aquela, que sem saber nada estava tratando de doentes?" (LEPECKI, 2003, p. 235). A jovem passa, então, a se incomodar com as denominações que lhe são endereçadas, como "charlatã, curandeira dos diabos e carimbamba" (LEPECKI, 2003, p. 235).

O repúdio a Micaela advém do fato de que seu saber popular se contrapõe à cultura médica representativa do viés racionalista em voga no Brasil do segundo oitocentos. Ela representa um mundo que se objetivava abominar o das práticas do curandeirismo, do universo popular em oposição à cultura letrada e elitista. É importante destacar que há certa estereotipia entre a mulher sozinha, que vive de seu trabalho e tem um saber especial – o curandeirismo – como meretriz (SOUZA, 1986).

Ao assumir a função de curandeira, Micaela mostra-se como uma mulher que rompe com os grilhões da vida privada. Mary Del Priore (1994, p. 12) coloca que, ao fugir da "benfazeja" esfera doméstica, a mulher torna-se um mal. Ela usurpa o poder político a que, na esfera pública, era exercido pelas adúlteras ou feiticeiras. Ao mesmo tempo, seu papel de curandeira é relevante aos objetivos da trama, uma vez que simboliza aquela que acolhe (cuida, cura) os poucos assistidos, os subalternos (soldados rasos, prostitutas etc.).

A tradição da passagem de conhecimento de pai para filho é representada pela forma como a madrinha prepara Micaela para assumir seu cargo. E a narrativa esforça-se em

[64] Laura de Mello e Souza (1986, p. 166), ao abordar sobre o curandeirismo no período colonial, afirma: "Africanos, índios e mestiços foram os grandes curandeiros do Brasil Colonial. O conhecimento que tinham das ervas e de procedimentos rituais específicos a seu universo cultural atrelou-se ao acervo europeu da medicina popular".

[65] Ainda segundo as ideias de Laura de Mello e Souza (1986), as manifestações da cultura popular (religiosidade, curandeirismo) foram também vigiadas e combatidas no Novo Mundo, palco de propagação do Cristianismo e da colonização. No Mato Grosso, assim como em Minas Gerais e Ilhéus, ocorrem a devassa episcopal com o intuito de extirpar, em uma população marcada pelo sincretismo religioso, "a religiosidade popular dos traços folclóricos (SOUZA, 1986, p. 286-290).

valorizar o saber popular e a contribuição da mulher na arte da cura. Em vários momentos, nos diálogos entre Micaela e Taunay, o oficial não dispensa elogios ao trabalho que a jovem desenvolve e o valor de sua pesquisa com as plantas.

O desafio enfrentado pelas mulheres de impor-se no ambiente machista da guerra não se limita aos assuntos relacionados a seu conhecimento técnico e intelectual. Há também a violência sexual. Quando seu amigo Mestre Ramiro pergunta a Micaela se voltará com os tropeiros, ela responde que prefere continuar seguindo o esposo. O homem tenta dissuadi-la, enfatizando as histórias correntes sobre a brutalidade dos paraguaios para com os prisioneiros, principalmente, com as mulheres capturadas: "Óia que paraguaio não perdoa, não... Eles faz picadinho das muié que vão achano nos caminho! Arrancam os dois [seios]... das dama, na base da faca e deixam sangrá até morrê!" (LEPECKI, 2003, p. 133).

Ao receber a notícia de como os paraguaios tratam os soldados enviados pelo Exército imperial, Micaela perde-se em pensamentos. Pergunta-se se precisavam chegar "àqueles requintes de crueldade" (LEPECKI, 2003, p. 318). Não tem dúvida de que os inimigos são uns "monstros". Ao mesmo tempo, questiona-se quanto ao tratamento que os brasileiros dispensam aos paraguaios. Recorda-se de que não ter visto nenhum seguindo as tropas. No entanto chegara a ouvir as conversas dos soldados se repetindo em uma espécie de "ladainha de vingança" (LEPECKI, 2003, p. 318). Portanto, os brasileiros "teriam seus dias de monstros também..." (LEPECKI, 2003, p. 318). Compreende, enfim, do absurdo que é estar ali, em meio a tanta violência.

E em verdade é por um soldado da coluna expedicionária brasileira que Micaela é estuprada. O capitão Santa Cruz é quem a socorre e guarda segredo sobre a agressão infligida à mulher. Depois de ter sido vítima de violência física e verbal, Micaela mergulha em estado quase depressivo. Passa a considerar-se como "uma delas agora. Tão desgraçada quanto as outras. Tinha chegado lá" (LEPECKI, 2003, p.239). Como é muito comum nesses casos, a agredida sente vergonha de sua situação.

A essa altura, esse é mais um dos infortúnios que enfrenta na expedição. Micaela já não contava com a companhia de Ângelo, que havia sido capturado por uma sucuri no rio. Pelo menos, assim ela pensa. É mais uma das viúvas da "impedimenta".

Quando Micaela consegue superar seus traumas e comunica a Taunay e ao capitão Santa Cruz sua decisão de continuar seguindo a Força, ambos reagem indignados a princípio, considerando que se trata de uma loucura por parte da mulher. Ela se justifica dizendo que já é senhora da própria vida, que é seu destino e que pretende ajudar os médicos com seu

conhecimento. Aos oficiais resta apenas reconhecer "tão genuína demonstração de patriotismo" e agradecer a ajuda em nome do Exército brasileiro.

Micaela luta para esquecer as lembranças dos momentos compartilhados com Ângelo. Afinal, nada pode explicar as ações do marido e libertá-la "da vergonha-se de ter sido, desde a saída de Campinas, apenas e tão-somente um instrumento de guerra" (LEPECKI, 2003, p. 338). A solução é ajudar o Exército no que for necessário.

Uma das formas da narrativa enfatizar a engenhosidade das mulheres é evidenciar que, apesar de não serem especialistas em manobras militares, são conscientes de que muitas das atitudes tomadas pelos oficiais estão longe de se constituírem nas mais sensatas. Caso Micaela incorporasse desde o princípio o ideal de mulher submissa e abnegada, não seria capaz de cumprir sua missão, que, conforme o desenrolar do enredo, torna-se claro ser se autodescobrir como impor-se em um cenário tão hostil. Em um ambiente masculinizado e machista como o da guerra, no qual a mulher não tem vez, é necessário que a personagem entenda as engrenagens da sociedade e assuma algumas das características usualmente atribuídas a eles.

Nesse caso, a certa altura da trama, uma indignada Micaela dirige-se ao coronel Camizão para questioná-lo a respeito do assunto. Sob o olhar atento e descrente dos homens, a jovem e o comandante travam o seguinte diálogo:

> — Coronel, sei que sou mulher e que não possuo conhecimento militar e...
> — Seja breve, senhora. Isto é uma guerra!
> — Pois muito bem. O senhor não pode permitir que a vanguarda ou qualquer um dos batalhões se distancie dessa maneira! Quase fomos massacrados! É justamente o que os paraguaios mais querem! Precisamos seguir coesos! (LEPECKI, 2003, p. 309-310)

O personagem histórico guia Lopes e vários oficiais esclarecem ao coronel de quem se trata Micaela, assinalando sua devoção à pátria e à ciência, seja fornecendo chás e emplastros cicatrizantes aos soldados, seja participando da luta armada. No entanto, segundo o comandante, a façanha não lhe confere o direito de interrompê-los. A mulher não se intimida com a reprimenda e continua a enfrentá-lo:

> — Sei que pareço insolente, coronel, mas preciso dizer. A estratégia está errada! Acabamos de perder dez soldados, duas mulheres, e temos inúmeros feridos por causa dela!
> — Ora, ponha-se no seu lugar, senhora!
> — Por que perder minutos preciosos com a formação do quadrado quando podemos avançar com ele já formado? Por que não mantemos os canhões em movimento e posicionados nos ângulos desde já? Atiradores por toda volta, dando proteção contínua? Não seria mais prudente marcharmos como um grande retângulo coeso? (LEPECKI, 2003, p. 310)

Em certa medida, Micaela assinala para o coronel Camizão as fragilidades das estratégias militares da expedição que muitos soldados já haviam percebido também, mas não tinham coragem de sugerir ao comandante. Contudo, se nenhum dos homens o faz, como é que uma mulher tem a audácia de fazê-lo? Isso pensa o oficial. Na sua interpretação, trata-se de um ultraje.

O coronel decide dispensá-la. Antes disso, o capitão Santa Cruz intercede e diz que a sugestão de Micaela é pertinente e ele mesmo já havia pensado em propor tais alterações na formação tática. Horas depois, Camizão não encontra outra alternativa a não ser admitir as debilidades do posicionamento tático da coluna e empreender as modificações, conforme a sugestão de Micaela.

Quando os primeiros casos de cólera surgem, todos ficam apreensivos. Os próprios médicos detêm pouca informação a respeito da erradicação da doença. Como suspeitam que o contágio se dê pela água, proíbem a administração de líquidos aos doentes. Um equívoco: "A moléstia alastrava-se rapidamente, ao encontrar ótimos hospedeiros naqueles pacientes subnutridos e exaustos". Chegam a desconfiar de que foram contaminados "pelo inimigo, já que os paraguaios tinham recebido reforços do exército do sul, um foco comprovado da doença" (LEPECKI, 2003, p. 353).

E a doença consegue fazer várias vítimas, sobretudo, entre os índios. Aumentam também os casos de deserção em decorrência do medo da contaminação. Para salvar o restante da expedição, o coronel Camizão decide abandonar os doentes. Os setenta e seis infelizes, entre eles "soldados, sargentos, furriéis, cadetes, cornetas ferradores, anspeçadas[66] e cabos", são levados para uma clareira aberta na mata, "protegidos apenas por uma placa onde se lia: 'Compaixão para os coléricos'" (LEPECKI, 2003, p. 365). Os que continuam a marcha a fazem sob o peso de muito remorso e culpa.

Até o capitão Santa Cruz adquire cólera. Em uma situação de desespero e, por acaso, Micaela, descobre que a cura para a doença está em hidratar o corpo do enfermo, ou seja, em beber água. Chega a essa conclusão depois de ouvir o depoimento do cabo Calixto, um dos doentes infectados e abandonados para morrer no sertão, que sobrevivera durante dias apenas bebendo água. A curandeira toma a decisão de contrariar a orientação dos médicos e aqueles que a escutam passam a melhorar.

O reencontro entre Ângelo e Micaela deixa os dois em choque. Surpreso ao rever a esposa ainda acompanhando as tropas, o oficial se distrai e não percebe a aproximação de um

[66] Graduação de praça, imediatamente superior a soldado e inferior a cabo.

brasileiro que lhe crava a espada no peito. Ângelo morre nos braços de Micaela, tentando pedir o perdão da jovem. Suas últimas palavras em guarani são “cunhataí che reimbiayhú”. Fica sabendo que a expressão “cunhataí” significa moça nova, bonita, que está preparada para o amor e “che reimbiayhú”, “perdoa, meu amor”.

Nesse momento doloroso, mais uma vez o capitão Santa Cruz é quem está a seu lado. Discretamente, antes da pilhagem dos mortos, o oficial retira as divisas e galões do uniforme de Ângelo e cobre o rosto do homem de terra, a fim de evitar que o reconheçam: “Evitaria problemas para ela. A mulher de um espião inimigo não teria vida longa naquela expedição. Fosse quem fosse” (LEPECKI, 2003, p. 326).

Micaela é tomada por um sentimento de culpa. Chega à conclusão de que a situação desastrosa em que se encontra toda a gente da expedição é consequência de seu casamento. Acredita que todas as mazelas são resultado da traição de Ângelo, por passar informações secretas para seu amigo íntimo, Solano López. Afinal, havia sido ela, certa vez, a comentar com o marido o que ouvira de uma conversa entre oficiais brasileiros: um prisioneiro paraguaio havia revelado que existia um espião infiltrado no Exército imperial. No entanto ela não havia se dado conta. E agora todos penavam por sua causa.

A tristeza é tão profunda, que Micaela desiste de viver. E, quando atravessam um rio caudaloso, decide que é chegada a oportunidade de entregar-se: “Faria o silêncio dos anônimos, dos pouco importantes. Seria a heroína desconhecida de um livro nunca escrito. Morreria. Um bom romance nunca tem um final feliz” (LEPECKI, 2003, p. 359). Mergulha-se dentro de si para se descobrir, “mas não encontrou ninguém lá”. Sente que a morte fará dela “um símbolo de seu fracasso, de seu sacrifício. Mesmo que ninguém soubesse. Que ninguém repassasse. Ou chorasse”. A morte lhe tirará “a culpa todos os problemas” (LEPECKI, 2003, p. 359).

Até que pensa “na mãe, nas irmãs, nos sonhos desfeitos”, pensa “em Deus”. Dá conta de que “aquela era uma guerra perdida para ela, mas não estava pronta para morrer” (LEPECKI, 2003, p. 360). Grita por socorro e é salva, novamente, pelo capitão Santa Cruz. Mais uma vez fica em dívida com o homem.

Depois que a expedição consegue alcançar o território brasileiro e se restabelecer dos efeitos devastadores da epidemia, o tenente Taunay recebe as ordens de seguir para o Rio de Janeiro com a missão de informar o imperador a respeito dos últimos acontecimentos. Nesse momento, Manuela, com certa relutância, é convencida pelo capitão Santa Cruz a aproveitar a companhia do tenente e voltar para casa.

A viagem de volta é marcada por momentos de reflexão sobre o significado de toda a sofrível experiência. Micaela conscientiza-se de que já não é mais a mesma moça que partiu de Campinas. Toma a decisão de que, cessada a guerra, deve tentar retornar ao sertão para recomeçar a vida. Acredita que receberá um montante de terras devolutas do governo em nome dos serviços de seu falecido marido à pátria. A ela, parece uma ironia.

Entre os momentos de se questionar o porquê da guerra, pensa no papel dos soldados na sociedade: "guerreiros são treinados para matar. Seriam também treinados para morrer? Não é em tempo de paz que se conhece um soldado e sim na guerra, no calor da batalha, a cada instante." (LEPECKI, 2003, p. 322). Ao mesmo tempo, ao observar a vastidão de terras "nunca percorridas" que os cercam, "terra para soberanos e ditadores", censura por que "ainda assim os homens matavam por ela" (LEPECKI, 2003, p. 337).

Mas Micaela não tem intenções de recomeçar sua nova vida sozinha. Tenta convencer Ana Mamuda a lhe acompanhar para formarem um rancho com as terras devolutas com as quais certamente o imperador doaria aos heróis da guerra:

> Volta comigo! [...] Renasci aqui. [...] Por que achas que sofremos tanto? Qual o motivo dessa guerra sangrenta? Dessas duas mil mortes só nesta marcha? [...] Terra Ana! A posse da terra! Em nome dos que morreram aqui. Por eles! Se existe algum sentido nessa desgraça só pode ser este! [...] E nós temos cá uma parte neste merecimento, não é? Se não por nós, já que as mulheres nunca são citadas ou registradas, por Ângelo! Meu marido! Um herói morto em ação! (LEPECKI, 2003, p. 398-399)

A princípio, Micaela como se estivesse mentindo ao afirmar para a amiga o provável reconhecimento do seu marido por bravura na guerra. Depois chega à conclusão de se engana: "Ângelo fora um herói! Dos mais corajosos, bravos, inteligentes. Esteve com sua pátria até o fim. Também lutava pela terra. Apenas, combatia pelo inimigo..." (LEPECKI, 2003, p. 399) Com isso, tem a compreensão de que um dia estará em condições de perdoá-lo.

Com o fim do conflito, o capitão Santa Cruz recebe do Imperador uma grande quantidade de terras devolutas no sertão e volta com Manuela para iniciar uma fazenda e uma família. Nessa área, encontra-se a fazenda São Miguel, de propriedade da personagem Coralina, bisneta desse casal.

A narrativa, de fato, consolida Micaela como uma personagem forte. Com todos os infortúnios, como o fato de se descobrir casada com um espião, a precoce viuvez, a violência sexual, a fome, o preconceito, entre outros, ela consegue sobreviver e se refazer. É certo que, em muitos momentos, a história apresenta a figura masculina do capitão como o seu salvador.

Mas a Micaela é dada também a oportunidade de mostrar fortaleza e inteligência quando lhe salva a vida.

4.3 Um espião com dupla nacionalidade

Além de atentar para a representação da mulher na Guerra da Tríplice Aliança e a interpretação do conflito sob a ótica feminina, *Cunhataí* (2003) utiliza outro estratagema para rasurar a noção de nação e seus desdobramentos. Trata-se da dupla nacionalidade de Ângelo.

O personagem é "filho de pai brasileiro de pura linhagem lusitana e de mãe paraguaia, descendente de espanhóis" (LEPECKI, 2003, p. 29). Além de ser fluente em português e espanhol e familiarizado com as culturas de ambos os países, domina o guarani, segunda língua falada no Paraguai. O idioma ameríndio, que não se perde no contato do nativo com o colonizador espanhol, está muito presente nas lembranças do personagem: desde as cantigas moduladas pelas amas que o embalavam quando bebê às canções entoadas por seus companheiros nas rodas de viola.

Por ter perdido os pais ainda criança, Ângelo é criado pelos avós paraguaios. Aos quatorze anos, recebe o convite de Solano López para acompanhá-lo em uma viagem diplomática a vários países da Europa. O comandante pede autorização a avó do menino, comadre de sua mãe. A narrativa menciona que o pedido se parece mais com uma ordem, uma vez que a *abuela*[67] autoriza-o, "sem coragem de negar a permissão, tanto pelo charme do homem à sua frente como pelo brilho no olhar do neto,..." (LEPECKI, 2003, p. 126).

Durante a viagem, a generosidade do comandante paraguaio impressiona o jovem. Afinal, fora ele quem lhe havia arranjado, logo na primeira noite em Paris, uma noitada com a bela Mimi. A partir desse momento, passa a reverenciar Solano como "um líder, um amigo, um pai". Entre eles, surgia "um forte vínculo: uma espécie de código de honra, uma cumplicidade de machos" (LEPECKI, 2003, p. 128).

Quando a avó de Ângelo o confia a Solano, o adolescente segue com a comitiva paraguaia em 1854 para a Europa. Também fazem parte do grupo os capitães Yegros, Aguiar e Brizuela e Benigno, irmão do comandante. A narrativa faz menção ao objetivo da viagem: "estabelecer novos contatos comerciais, estreitar alianças diplomáticas, comprar armas e

[67] Avó em espanhol.

encomendar navios" (LEPECKI, 2003, p. 126). Para isso, o filho de Antonio López leva muito dinheiro e, conforme o texto, causa boa impressão na Inglaterra.

Nigel Cawthorne, em *Uma nova história da Guerra do Paraguai* (2015), discorda da versão de que Solano impressiona a todos os britânicos. Segundo o pesquisador, a rainha Vitória recusa-se a recebê-lo. No entanto, na França, é recebido por Luís Napoleão e pela imperatriz Eugènie.

Mas Solano não se limita às ações diplomáticas. Em Paris, alterna "compromissos oficiais com festas e banquetes" (LEPECKI, 2003, p. 126). A narrativa faz menção também de como Ângelo testemunha o início do relacionamento entre Solano López e Elisa Lynch.

Com nostalgia, Ângelo recorda-se de que o general enfrenta a família quando decide levar Elysa para o Paraguai. Lembra-se da discussão entre Solano e Benigno, quando esse tenta dissuadir o irmão mais velho de sua decisão, argumentando que sua insensatez "poderia custar caro ao bom nome da família López e ao prestígio político do pai!" (LEPECKI, 2003, p. 129). Afinal, a religiosa e moralista sociedade de Assunção jamais aceitaria sua união com uma mulher já casada. Solano não aceita a intervenção do irmão e diz: "Benigno, esa mujer me la llevo al Paraguay. No me importa lo que piense ni lo que diga el mundo entero!" (LEPECKI, 2003, p. 130).

Madame Lynch também tem afeição por Ângelo, "rapazote que estava sempre por perto de seu general, que pudera acompanhar todos os capítulos do romance. Ele tornava-se cada vez mais íntimo de Solano" (LEPECKI, 2003, p. 129). O oficial costuma juntar-se a Solano em reuniões familiares. A seu ver, é "considerado um membro da família" (LEPECKI, 2003, p. 33).

Após um dos jantares, com a presença de madame Lynch e das crianças à mesa, o soberano declara a Ângelo que "estava perto de declarar guerra ao Brasil e que havia uma missão especial para ele no Império". Convence-o a infiltrar-se no Exército imperial como espião do governo paraguaio, alegando que o rapaz possuía o álibi perfeito: documentos brasileiros legítimos, domicílio na Corte e experiência de alguns anos na Escola Militar do Rio de Janeiro.

Ainda que considerando a missão arriscada e desconcertante, a lealdade a Solano impede Ângelo de negar o pedido: "Yo tengo toda la certeza de que soy y seré siempre leal al país de mi madre y abuelos que me criaron!" (LEPECKI, 2003, p. 34). Sente-se preso a Solano e ao Paraguai: "Mesmo que o amigo cometesse um sem número de erros, [...] o que os unia era algo tênue como um fio de linha, mas que às vezes prendia um homem com a força de mil amarras: a honra da palavra dada" (LEPECKI, 2003, p. 130).

É consciente de que, no Brasil, se referem a Solano como ditador: "Sanguinário era pouco. Todos o consideravam um monstro". Ainda assim, "o monstro era seu amigo". Para Ângelo, as pessoas certamente o chamam dessa forma porque desconhecem outras características de *El Mariscal*: "o grande mediador que Solano era em conflitos entre províncias? Ignoram que tivera participação decisiva na unificação argentina, pelo que o general Urquiza ficara enormemente grato?" (LEPECKI, 2003, p. 130).

Reconhece que o presidente, à época do início do conflito, gozava de prestígio entre os paraguaios: "Por acaso desconheciam que o Paraguai e Solano López eram um só? Que o povo o venerava, referindo-se a ele como *El Supremo*, a antiga alcunha de Francia?" (LEPECKI, 2003, p. 130). Ângelo enxerga que o envolvimento do povo com a figura de *El Mariscal* seja de tal maneira que, mesmo os paraguaios sendo minoria em relação ao Exército brasileiro, eles têm convicção em estar lutando pelo seu país. Na sua visão, no Paraguai, "todos eram soldados! Porque defender a república era defender a própria terra". Embutida aí está sua rejeição ao sistema monarquista, porque, ao contrário do Brasil, em território paraguaio, "todo homem era responsável por seu naco de chão e comia o que plantava" (LEPECKI, 2003, p. 92).

Para marcar o dilema enfrentado por Ângelo, a narrativa menciona, em vários momentos, digressões que apontam o estado pensativo do personagem. Por meio dessas passagens, o romance expõe dados historiográficos sobre a guerra e os personagens históricos.

Recorda-se das extravagantes demonstrações de amor Solano por Elisa. Uma delas é a fazenda com a qual o soberano presenteia a companheira: "'A maior fazenda do mundo', [...] Mais de trezentos quilômetros Brasil adentro. De norte a sul, não saberia nem precisar a distância" (LEPECKI, 2003, p. 186).

Há de se chamar a atenção para o acúmulo de riquezas concentrado nas mãos da família López. Michael Lillis e Ronan Fanning, em *Calúnia* (2002), assinalam que Elisa Lynch não apenas ganhou muitos presentes caros de Solano como. logo que chegou ao Paraguai, tonou-se uma mulher de negócios bem sucedida. Seguindo o exemplo dos familiares do presidente, adquiriu muitas terras e se envolveu em comércio de gado e tabaco, bem como emprestava dinheiro a altos juros.

Ângelo lembra-se de como Solano López havia planejado a invasão, quando sequestra, em dezembro de 1864, o navio brasileiro *Marquês de Olinda*. Na ocasião, o vapor transportava o futuro governador da província de Mato Grosso e várias autoridades que o acompanhavam para a posse. Quando ao desenrolar da guerra, não tem dúvidas de que *El*

Mariscal é muito astuto e está seguro de que Solano tem "sempre uma carta na manga. Se lhe fechavam uma porta, abria uma janela" (LEPECKI, 2003, p. 188).

Ao mesmo tempo, reconhece a resistência heroica dos brasileiros, no momento da invasão no forte Coimbra. Há a menção ao tenente Antônio João, que, após dar ordem de fuga aos cidadãos da Colônia Militar de Dourados, decidira defender seu posto dos paraguaios:

> Ele e mais treze soldados! Como se não soubessem que seria impossível, com toda a cavalaria paraguaia às portas da cidade! Milhares de soldados! Um herói é verdadeiramente um herói quando é reconhecido como tal até pelo inimigo. Um destemido aquele tenente! (LEPECKI, 2003, p. 187)

Mas Ângelo não é ingênuo quanto ao poder intimidante de *El Mariscal*. Da mesma forma que é levado a acreditar que Solano o considera como um membro da própria família, pela forma como o trata, sabe do que o homem é capaz de fazer aos familiares que ousam discordar de suas ideias.

O jovem enfrenta dificuldades em manter contato com a cadeia de espionagem. Embora já tivesse alcançado a patente de *Coronel Mayor* entre as forças paraguaias, no Exército imperial, Ângelo Zavírria de Alencar passa a ocupar o posto de tenente de engenharia. Vive sob constante pressão, temendo ser descoberto. Na tentativa de desviar a atenção do capitão Ildefonso Santa Cruz, Ângelo passa a cortejar Micaela. Ao lado da moça, descobre-se "leve de espírito por um momento, o que já era muito, em face das preocupações crescentes que o assolavam" (LEPECKI, 2003, p. 45).

Estava sob a desconfiança do capitão Santa Cruz, que o questionava quanto ao uso de um lenço vermelho que, por vezes, usava. De fato, o lenço era um sinal aos paraguaios de que tinha a intenção de encontrá-los. A senha era uma referência à Madame Lybch: "Sabes onde se encontra a mulher mais formosa de Paris?" (LEPECKI, 2003, p. 31). A contrassenha era "na saleta decorada de um terceiro piso da Rive Gauche" (LEPECKI, 2003, p. 32). Para o capitão, há alguma coisa errada com o tenente, que não consegue sustentar o seu olhar, "atitude típica de um falso" (LEPECKI, 2003, p. 44).

Nos bailes oferecidos aos oficiais, o tenente distrai-se na companhia de Micaela, tirando-a diversas vezes para dançar. Mas suas ações têm consequências: uma jovem não pode dançar seguidamente com o mesmo homem e, sobretudo, em mais de um baile, sem comprometer-se. A companhia constante do tenente compromete a honra da jovem. Ângelo percebe que tem a oportunidade de afastar as suspeitas que recaíam em si e toma a decisão de casar-se com a moça na véspera da partida de Campinas.

Sopesando os motivos que o levaram a casar-se com Micaela, julga-se como "um marido falso", que usa a moça como arma de guerra. De imediato, imagina o que a avô paraguaia acharia de seu comportamento: "Certamente ficaria indignada se ele desprezasse a tal ponto o sagrado sacramento!" E então conclui o quanto era "infeliz a ideia de Solano Lopez de transformá-lo em espião, fazendo dele "um traidor do Brasil. Com tantos escrúpulos, ninguém pode ser um bom espião!" (LEPECKI, 2003, p. 65).

Está claro que não são apenas os princípios morais que atormentam Ângelo: "Lá no fundo do seu espírito uma luz se acendeu. [...] Fruto de anos de uma educação religiosa severa e que surgia logo naquele momento para estorvar mais uma vez suas intenções" (LEPECKI, 2003, p. 65). Em várias passagens, a narrativa assinala sua preocupação no quão indignada sua avó deveria estar. Até mesmo a possível opinião dos frades com quem dividia o quarto, na época em que era solteiro, o incomoda: "Que diria o padre se soubesse que rezava pelo Paraguai? Pelo menos, era o mesmo Deus, o que colocava o Criador numa situação incômoda: a quem ele atenderia afinal? O que faria o Todo-Poderoso neste impasse?" Então, sempre é assombrado pela voz firme da avó: "*Diós hace siempre lo mejor, m'hijo, aunque nosotros no logremos nunca entender*" (LEPECKI, 2003, p. 35).

No entanto Ângelo se conscientiza de que, nesse momento, já não há como voltar atrás. Decide, portanto, partir sem consumar o casamento. Afinal, "não sendo necessário para a glória do Paraguai, e já tendo cumprido o papel de desviar as atenções, não havia necessidade de desonrar a moça. Embora espião, era também um cavalheiro! De um jeito torto, mas fidalgo!". Além disso, acredita não encontrá-la nunca mais. E mesmo que o casamento não fosse anulado, "no mínimo, ela seria uma jovem viúva quando ele fosse dado como morto ou desparecido em ação. Poderia até herdar a casa de seu pai em São Cristóvão, próxima ao palácio imperial! Teria então uma reparação..." (LEPECKI, 2003, p. 66).

Mas as coisas não ocorrem como havia planejado. Quando Micaela, disfarçada, segue as tropas imperiais, é inevitável aproximação do casal durante a viagem. Instaura-se mais um fator de desestabilização das certezas de Ângelo quanto às suas ações na guerra.

Se a missão de espionagem por si já é estressante para o tenente, mais perturbador é encarar a situação defrontando-se com um bólido de heranças étnicas e culturais. A forte ligação de Ângelo com a cultura guarani representa uma ameaça a seu disfarce, pois, nos pesadelos que o afligem, fala e grita no idioma indígena. Por isso, tomava sempre a precaução de dormir próximo aos frades, pois esses, em sua opinião, tinham o sono mais pesado e não "questionavam suas idas e vindas nas madrugadas" (LEPECKI, 2003, p. 28).

Além disso, havia os amigos brasileiros. Simpatiza com o grupo:

> Cada vez mais ficava difícil vê-los como inimigo. Conseguiria matá-los numa batalha? Com que olhos seus amigos de agora o encarariam em um confronto? Aí estava algo que desejava ardentemente que não acontecesse. Matar um homem desconhecido não seria difícil. Numa luta, seria mais um brasileiro imperialista, escravagista, inimigo da República e do Paraguai. Mas poderia, em são consciência, dar um tiro à queima-roupa no Chinchorro? Enfiar uma ponta de baioneta no Taunay? Se fosse preciso, sim. Se sua vida estivesse ameaçada, ou a de qualquer paraguaio, sim, e isto era o pior de tudo (LEPECKI, 2003, p. 131-132).

A certa altura do casamento, o oficial descobre-se apaixonado por sua "esposinha do interior". Isso só aumenta seu desespero. Maldiz a guerra, os escravocratas brasileiros, os pesadelos. O conflito entre o amor à mulher e o amor à sua pátria torna-se "a mais cruel das emboscadas". Sente-se como um condenado, um "ser dividido", um "meio homem". Sabe que para vencer a batalha, "um homem tem de ser inteiro. Estar em harmonia consigo mesmo" (LEPECKI, 2003, p. 183).

Mas sabe também que levá-la consigo está fora de questão: "Levá-la? Para que mais cedo ou mais tarde incorresse na ira de um paraguaio qualquer, ensandecido com a causa santa e justa de sua guerra? Jamais [...] Maldisse a guerra!" (LEPECKI, 2003, p. 132). Os paraguaios não a aceitariam. Sem saída, decide abandonar Micaela e a missão, forjando sua morte.

De fato, na constituição identitária do tenente os referenciais de nacionalidade paraguaia são mais fortes do que traços brasileiros; ele próprio se autoafirma um cidadão e soldado paraguaio. Sua admiração por Solano reforça essa identificação. É um homem que transporta, se si, um espaço de conflito.

Em algumas passagens, o oficial busca se convencer de que é necessário lutar por *su pátria*. Daí tentar estabelecer contrastes entre o Brasil e o Paraguai, a partir do reconhecimento de que, no primeiro, a escravatura é um mal que assola o país, enquanto que o segundo configura-se como uma nação de homens livres: "E [Solano] contava com a lealdade total do povo, coisa que certamente não ocorria com o imperador. Era só olhar apara aquele exército de negros. Um exército com inúmeros desertores!" (LEPECKI, 2003, p. 188).

O pensamento de Ângelo não soa preconceituoso, mas como uma conclusão acerca da frágil lealdade dos soldados brasileiros aos ideais difundidos pelo governo imperial. Vale ressaltar que entre a população do Paraguai havia poucos paraguaios de origem africana. Sem contar que Carlos Antonio López iniciou o processo de abolição da escravidão no país em 1842, muito antes dos Estados Unidos e do Brasil (LILLIS; FANNING, 2009).

Há de se destacar que outra crítica da narrativa quanto à monarquia e à escravidão é posta com referências ao personagem Deodato Pires de Almeida, Nhô Dato. O primo de

Micaela costumava reunir-se a outros homens, às altas horas da madrugada nos fundos de seu estabelecimento. Eles conspiravam contra o imperador e a escravatura e consideravam que as tropas poderiam formar um poder forte o suficiente para combater a monarquia:

> A guerra, então em pleno andamento, mobilizando tropas do Brasil inteiro, iria formar naturalmente um poder paralelo. Um exército forte, com generais respeitados e apoio de armas e de súditos, poderia opor-se ao imperador. Em meio a elucubrações e devaneios, imaginavam uma chance de república (LEPECKI, 2003, p. 23).

No entanto os conspiradores tinham certeza de que, naquele momento, o mais importante era derrotar o Paraguai. "Afinal, eram acima de tudo brasileiros e patriotas!" (LEPECKI, 2003, p. 23) Mais adiante, a narrativa aponta mais da perspectiva dos conspiradores: "Era preciso sonhar acordado e perceber que, apesar de remoto, ..., através do lento desenrolar da História, o futuro poderia ser diferente. [...] Sonhava com a república e as eleições,... Mas enfrentar um guerra Como a História é traiçoeira! (LEPECKI, 2003, p. 24)

Na carta da mãe de Micaela, há referências de que Deodato havia sido preso:

> Falando de teu primo, sabes como ele foi jovial, falante e inofensivo, não é mesmo? Pois a Guarda Nacional suspeitou que ele fosse o líder de um movimento republicano secreto com ramificações em Itu! Teu primo, um republicano? Um agitador? Um líder? Estão loucos! Decididamente não o conhecem. Como se alguém de nossa família pudesse não ser fiel ao imperador! Em todo caso, atrapalhados como são, detiveram-no três dias para averiguações e depois o soltaram por falta de provas. Um transtorno! E que pode arruinar o bom nome da família! (LEPECKI, 2003, p. 155)

Conforme a percepção de Ângelo, "os pobres do Paraguai eram guerreiros naturais, que admiravam e temiam Solano e que lutavam com garra e coragem pela honra da pátria. Não havia homem que não fosse um soldado. No Brasil, havia escravos e grilhões" (LEPECKI, 2003, p. 91). Eram, portanto, nações "diferentes no trato com o povo" (LEPECKI, 2003, p. 91).

Consciente de que o Exército é composto em grande parte por voluntários, Ângelo questiona sobre até onde iria a lealdade dos soldados brasileiros. Suspeita que permaneçam enchendo as fileiras dos batalhões enquanto durem "os bons tempos, o pagamento do soldo e a comida" (LEPECKI, 2003, p. 92). Embora reconheça a existência de voluntários genuínos, sabe do grande número de ex-escravos compondo as colunas. Tem conhecimentos dos inúmeros casos de fazendeiros abastados que, quando tinham filhos reclamados pelo Exército, enviam alguns escravos para substituí-los. Ou ainda faziam como um "dono de um engenho na Paraíba que tinha mudado o nome da propriedade para Paraguai. Escondia os jovens da

família lá e, quando notavam a ausência dos rapazes na cidade, ele dizia orgulhoso: — Foram para o Paraguai! – Não estava mentindo...” (LEPECKI, 2003, p. 91-92)

Por isso se indaga: “Quantos tinham se alistado à força, sob ameaça do chicote? E outros, por simples promessa de liberdade e o primeiro par de botas?” (LEPECKI, 2003, p. 91) “Poderiam ser patriotas? Que preparo teriam?” (LEPECKI, 2003, p. 92) Na compreensão de Ângelo, “este certamente era um dos pontos a favor da glória do Paraguai” (LEPECKI, 2003, p. 92).

Em contrapartida, a ideia de dupla nacionalidade, próxima à de dupla origem, o afeta. Em outros trechos, a narrativa exibe as impressões de Ângelo quanto às semelhanças entre os dois países. Ao mesmo tempo em que são exuberantes – na “pujança de águas da bacia do Prata e a secura dos cerrados do interior; o calor dos baixios e o frio da cordilheira; ventos calmos e ferozes tempestade” –, compartilham a vergonha de sustentar disparidades sociais entre “sofisticados ricos” e “lavradores pobres” (LEPECKI, 2003, p. 92). No caso do Paraguai, por exemplo, sabe que só existem duas situações: “pertencer ao grupo restrito de amigos da família López – a elite – ou ser um camponês. Mas todos conheciam as letras e os números. Ninguém passava fome na terra guarani!” (LEPECKI, 2003, p. 92).

O texto opera a desconstrução da ilusão de uma identidade paraguaia essencialmente fechada ao mostrar o quanto a Ângelo incomoda atuar como espião entre os brasileiros. A certeza de que deve lutar por *su patria* é constantemente atravessada por questionamentos. Ressente-se de usar Micaela como instrumento de guerra. Assombra-se com a ideia de que, em algum momento, ao retornar ao lado paraguaio, tenha que lutar com algum dos companheiros do corpo de engenharia, com os quais havia estabelecido amizade. O tenente está, no que se pode afirmar, em um entre-lugar, para utilizar, aos propósitos deste texto, o termo cunhado por Silviano Santiago (2000).

Nas palavras de Homi Bhabha (1998, p. 86), o Outro

> deve ser visto como a negação necessária de uma identidade primordial – cultural ou psíquica –que introduz o sistema de diferenciação que permite ao cultural ser significado como realidade linguística, simbólica, histórica. Se [...] o sujeito do desejo nunca é simplesmente um Eu Mesmo, então o Outro nunca é simplesmente um *Aquilo Mesmo*.

Essa perspectiva de interpretação do processo de identificação do sujeito proferida por Bhabha (1998) é potente para pensar a condição de Ângelo. A formação identitária do jovem, até certo momento de sua vida, não é construída a partir de uma espécie de recusa dos traços brasileiros. No tempo em que vive no Brasil, sua ascendência brasileira não é rejeitada. Isso

ocorre somente com a deflagração da guerra. O oficial assume para si mesmo que o Paraguai é *su pátria* e decide que os brasileiros, a partir de então, passam a ser o seu Outro. Nesses termos, a negação de ser brasileiro é necessária para constituí-los como seus inimigos.

Contudo, para Ângelo, tal operação não é tão simples, pois sua constituição identitária já está minada pela presença de tributos culturais de referência daquele que procura definir como seu Outro, ou seja, em determinados momentos, o seu Outro, o brasileiro, também é o seu Eu. A experiência que estabelece com a cultura brasileira deixa marcas. A amizade e o amor por aqueles que deveriam ser o Outro afetam o Eu de Ângelo.

No cenário da guerra, ele não encara o seu Outro da mesma forma que seus compatriotas paraguaios. Nesse sentido, há de se considerar a afirmação de Stuart Hall de que a cultura não é uma viagem de retorno, mas de produção, de produzir a si mesmo.

Por meio dos dilemas enfrentados por Ângelo, o romance de Maria Filomena Lepecki valoriza a discussão em torno da ideia de uma identidade fluida e fragmentada, da qual fala Hall, destoando de antigas representações narrativas que privilegiam identidades em torno do indivíduo centrado. Acompanha-se, portanto, a conflitante representação do personagem que se defronta com o dilema da porosidade das fronteiras territoriais e culturais de ser, ao mesmo tempo, paraguaio e brasileiro.

Maria Lepecki, enquanto brasileira, rasura a noção de uma escrita produzida sobre os preceitos de uma abordagem puramente nacionalista. Por meio do personagem Ângelo, levanta questionamentos quanto à certeza de qual lado dos inimigos era certo. O oficial uruguaio defende Solano e expõe suas qualidades e motivos para enfrentar a guerra. Com isso, a autora coloca em xeque os próprios motivos da nação brasileira em participar do conflito. Trata-se da exposição de motivos para o conflito construída sob outro prisma.

4.4 E quanto aos nacionalismos?

Ainda que *Cunhataí* (2003) coloque em destaque a participação da mulher na contenda e apresente o dilema da dupla nacionalidade enfrentado pelo espião da história – aspectos aqui apontados como indicadores de uma possível relativização da ideia de nação moldada nos oitocentos –, a narrativa não se descuida em pincelar características dos projetos de nacionalidade investidos pelos países beligerantes na época da guerra. Tais características servem para estabelecer as diferenças de posicionamento político dessas nações e que

supostamente justificariam o conflito. A exposição desses motivos vem marcada na trama via as posições defendidas por personagens, principalmente, pelas figuras históricas.

É comum no novo romance histórico a utilização de figuras históricas como personagens. Alfredo d'Escragnolle-Taunay e Francisco Solano López são algumas das personalidades históricas da Guerra da Tríplice Aliança presentes no enredo. Nota-se com o uso de tal estratégia a intenção de abordar outras facetas desses personagens não tão exploradas em obras literárias anteriores.

Vale ressaltar que Alfredo d'Escragnolle-Taunay (1843-1899) é autor não apenas da famosa narrativa memorialista *A retirada da Laguna* (1871; 1997)[68] e de outras obras relacionadas ao conflito na região do Prata. Tendo nascido em 22 de fevereiro de 1843, na cidade do Rio de Janeiro, o Visconde de Taunay descendia de uma família de eminentes artistas franceses. Seu avô paterno, o pintor Nicolau Antônio Taunay, foi trazido com outros artistas, pelo governo de D. João VI, para fundar a Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro. Seu pai, Félix Émile Taunay, também pintor, foi preceptor de D. Pedro II. O avô materno, o conde d'Escragnolle, pertencia a uma das mais antigas famílias da Provença e chegou ao Brasil junto com a Coroa portuguesa, em 1808.

Neste ambiente familiar, Taunay obtém educação esmerada. Faz parte de seu cotidiano, desde cedo, o contato com a música, a poesia e a pintura. Além disso, é influenciado pelos relatos e registros pictóricos de viajantes que percorreram o Brasil, como *Essai sur La géographie dês plants* (1805), de Alexander von Humboldt. Devido à formação que o escritor recebe, seus textos sobre a guerra não deixam de exibir uma mescla de sensibilidade artística e conhecimento científico.

Estuda Humanidades no Colégio Pedro II, onde conclui, em 1858, o bacharelado em Letras. No ano seguinte, ingressa no curso de Ciências Físicas e Matemáticas da Escola Militar, tornando-se bacharel em Matemática em 1863. Abandona o curso de Engenharia Militar no segundo ano, por receber ordem de mobilização, em 1865, no início da guerra contra o Paraguai.

A carreira militar é tradição na família. Charles Taunay, seu tio paterno, era oficial do exército francês. Nas suas *Memórias* (1948; 2004), Taunay esclarece que seu pai, embora conhecesse sua vocação para as ciências e a medicina, alegava que não era apropriado a um aristocrata abraçar uma ocupação servil e o induziu à vida militar. A narrativa de *Cunhataí* (2003) recupera as lembranças do oficial quanto a esse episódio envolvendo seu genitor:

[68] A obra foi publicada pela primeira vez em 1867, em francês, língua que Taunay dominava por tradição de família. A versão em português só veio a ser lançada em 1871.

> — “Medicina! Espera ganhar independência com a medicina? Pois não há ocupação mais dependente! Um médico não tem sequer direito ao sono. Pertence a todos! Na Áustria faz parte da criadagem! No meu tempo servia apenas para cortar cabelos e arrancar os dentes dos soldados...!” – e continuava, inflamado: – “A servir alguém, melhor servir à pátria! Armas, meu filho, este é o caminho!” – e, claro, as artes, ocupação oficial do pai e do avô desde a época de D. João VI (LEPECKI, 2003, p. 175).

Em prol do ideário de unidade nacional, foi reconhecido pela crítica literária por realizar com qualidade a vertente regionalista proposta por José de Alencar, em *Inocência* (1872). Para Olga Maria Castrillon-Mendes (2013), em *Taunay viajante: construção imagética de Mato Grosso* (2013), o conjunto da obra do escritor apresenta-se como um projeto de identidade nacional. Nos textos do escritor-viajante, se sobressai a vontade de definir a ideia de um Brasil unificado, ainda que a realidade da época demonstrasse o contrário. A fim de colocar em prática o programa nacional de caráter unificador, Taunay se vê compelido a utilizar um conjunto de elementos da terra:

> Com o olhar pasmado no interior do Mato Grosso, em meio a mestiços, índios, caboclos e brancos, que poderiam representar um perigo à ordem nacional, Taunay cria mecanismos articulados entre a ciência e a arte, para redescobrir o Brasil e engajá-lo num projeto de civilização, que tinha a Monarquia como base institucional, em contraponto à barbárie simbolizada pelo Paraguai e pelo “outro López, no caso o ditador paraguaio” (CASTRILLON-MENDES, 2013, p. 25).

Na mesma corrente da pesquisadora mato-grossense, Maria Lídia Maretti, em *O Visconde de Taunay e os fios da memória* (2006), afirma ser necessária a constatação da singularidade da obra deste escritor e político do Segundo Reinado, tendo em vista “sua participação atuante no momento decisivo da história brasileira”, que foi a Guerra da Tríplice Aliança. Sua experiência registrada em tantos livros “teria determinado a configuração de uma imagem de nação que supõe, por exemplo, a necessidade de interiorização geográfica do olhar nacionalista para além (ou aquém?) dos estreitos limites litorâneos tradicionais” (MARETTI, 2006, p. 70).

A pesquisadora chama a atenção para a linha de pensamento de Taunay pós-guerra, na qual é perceptível a formação de uma pergunta que há de se propagar por toda sua obra: “que unidade nacional é esta que, apesar de ser apregoada aos quatro ventos, (ainda) se baseia em um pretenso e enganoso conhecimento do território extra corte?” (MARETTI, 2006, p. 69). Conforme a autora, trata-se de um que questionamento que envolve relações de ordem espaço-temporal, referentes ao descompasso histórico e cultural que se observa entre as regiões que compõem a nação.

No romance, há referências aos problemas de desconhecimento das diferenças ambientais do extenso território brasileiro. Em uma das muitas divagações de Ângelo, o engenheiro deixa claro o problema que as tropas brasileiras enfrentam:

> Já viajavam há meses e nem estavam na metade do caminho... os mapas são enganadores. Só quem percorre passo a passo o caminho é que sente a distância longa, muito longa. *El Mariscal* não poderia imaginar os recursos que tanta terra fértil oferecia (LEPECKI, 2003, p. 92).

Quando Ângelo é encarregado de traçar o mapa da cidade de Uberaba, começa a pensar nas causas da guerra. Suas divagações funcionam como uma crítica à atuação do Império brasileiro em sua ação expansiva. O imperador ignora as características das terras invadidas por Solano e certamente das pessoas que aí viviam: "Ignorava se eram verdes, se eram áridas, o que lá crescia e quanto chovia". No entanto o jovem tem conhecimento de se trata de uma área em litígio há anos e *El Mariscal*, "mesmo assim, esticava seus tentáculos aos confins para expulsá-los" (LEPECKI, 2003, p. 130).

Como a guerra se prolonga mais do que se havia imaginado, o governo imperial cobra explicações do comando das tropas acerca do que consideram inércia da coluna. Os oficiais pressionados, por sua vez, criticam a pressão exercida pelos generais do Rio, alegando seu desconhecimento quanto às falhas dos mapas que deveriam melhor orientá-los quanto às condições da região. Há referências ao temor enfrentado por Taunay, quando é enviado, na companhia de mais outro engenheiro, a fazer o reconhecimento das inóspitas terras de Coxim, região invadida pelos paraguaios:

> Mais tarde o tenente Taunay seria cometido de medo e aflições. Que diria seu pai agora diante dos perigos desconhecidos que o espreitavam? Devido à intimidade com o imperador, seu pai tinha feito de um tudo para poupar o filho querido, engajando-o nas tropas rumo ao Mato Grosso, as quais, como se dizia, só chegariam ao destino quando a guerra tivesse terminado. Não teria sido melhor se tivesse lutando com Deodoro no sul, como havia sido previamente decidido? Mais seguro? Grande incoerência esta, que talvez só o amor de um pai consiga justificar... (LEPECKI, 2003, p. 175).

Sem opção, Taunay segue a empreitada de mapear a região de Coxim. E, ainda que temesse não retornar vivo da missão, surpreende-se com o encontro da população de Miranda refugiada nas montanhas. Misturada harmonicamente a essas pessoas, encontravam-se índios de sete tribos (etnias) que habitavam a região[69]. Durante os meses que passa em companhia dos moradores de Miranda, conhece a índia guaná Antônia.

[69] Após viver, por meses, em companhia de índios, na região de Miranda, Taunay se convence de ser detentor de um saber etnográfico, o que, segundo ele, lhe permitiria dar um novo rumo à literatura indianista brasileira. Em

Taunay menciona Antônia, anos depois da guerra, em suas *Memórias* (1948; 2004). Ele confessa ter se apaixonado e vivido um breve romance com a jovem. Segundo os críticos Antonio Cândido e Sergio Medeiros, a convivência com a índia inspirou-o a escrever *Ierecê, a guaná* (1874; 2000). O conto é sobre o envolvimento amoroso entre o turista dândi Alberto Monteiro e a índia Ierecê. No final da narrativa, com o abandono da jovem pelo janota são evidenciadas as barreiras culturais que separam seus mundos.

Em uma das longas conversas entre Micaela e Taunay, o oficial comenta, com orgulho, como imagina que seu trabalho no Corpo de Engenharia poderá ser útil à sua pátria:

> Creio que nossas anotações daqui em diante é que orientarão no futuro o mapeamento dessa região. [...] Houve a expedição do Barão de Langsdorf e também a de Saint-Hilaire, é claro, mas não puderam mapear tudo e os instrumentos não eram tão modernos quanto os nossos. Nem tenho certeza se passaram por aqui" (LEPECKI, 2003, p. 149).

De certa forma, a discreta aproximação entre Micaela e Taunay ocorre quando o oficial, ao repassar-lhe uma mensagem enviada por seu marido, lhe revela a admiração que o Corpo de Engenheiros nutre pela jovem devido à coragem e resistência de seguir a coluna. A partir desse momento, começam a estabelecer uma amizade. Com o diálogo, Micaela descobre que compartilha com o oficial não apenas o gosto por festas e artes, mas também a curiosidade pelas ervas medicinais; ambos são estudiosos de botânica.

Quando a jovem lhe apresenta o compêndio da madrinha, o oficial desabafa: "Este país, madame, este país... Não consigo entender este país! A saúde! Ignora o poder das folhas do próprio quintal. E olhe que as matas virgens daqui devem oferecer material para inúmeros livros como este..." (LEPECKI, 2003, p. 151). Aclama a iniciativa "tão simples e tão original" da mulher mais velha; alguém de experiência rústica, mas que poderia ter seu trabalho aplaudido nos centros científicos de Londres ou Paris. Contudo, além de não pertencer a uma classe abastada, a madrinha de Micaela era uma mulher do século XIX.

Memórias (2004, p. 224), registra sua atuação como "antropólogo": "Conheci-os bem de perto, com eles convivi seis meses a fio e pude observá-los detidamente". A experiência com a cultura indígena o leva a tecer comentários acerca de José de Alencar, a quem considera um "escritor de gabinete": "Possuía Alencar, não há contestar, enorme talento e grande força de trabalho; tinha pena dúctil e elegante; mas não conhecia absolutamente a natureza brasileira que tanto pretendia reproduzir nem dela estava imbuído. Não lhe sentia a possança e verdade. Descrevia-a do fundo do seu gabinete, lembrando-se muito mais do que lera do que daquilo que vira com os próprios olhos. Parecendo muito nacional obedecia mais do que ninguém à influenciados romances franceses. Nos seus índios deixou Alencar a trilha aberta por Fenimore Cooper para de perto seguir Chateaubriand e reeditar as pieguices de que se constituiu porta-voz este escritor, tornando-as toleráveis a poder da pompa e do brilhantismo da frase. Tudo porém artificial e cansativo" (TAUNAY, 2004, p. 224).

Com a ajuda do tenente Taunay, a pesquisa de Micaela com as plantas progride. Adota procedimentos científicos para registrar o poder curativo das ervas:

> Anotava os chás na última página do compêndio, em letra miúda, assim como as diferentes diluições. Arranjou um grupo de voluntários, separou-os em quatro subgrupos e passou a distribuir os chás diariamente. Sempre os mesmos chás para os mesmos homens. Depois anotava se havia melhora num dos grupos ou não (LEPECKI, 2003, p. 235).

Entre os vários elogios que dirige a Micaela, Taunay a compara a Florence Nightingale (1820-1910)[70] e a Joana D'Arc (1412-1430)[71]. Diante da preocupação da jovem em ser útil às tropas, o tenente lhe sugere que aprenda a atirar. E assim o faz. As lições acabam por lhe ser úteis quando a coluna sofre ataque de paraguaios na Laguna e Micaela se vê obrigada a recarregar fuzis e a atirar no inimigo para sobreviver.

Cunhataí (2003) vai justamente explorar essa oura faceta do oficial brasileiro, a do homem das ciências. Tal encaminhamento demonstra tanto a estratégia de explorar atos negligenciados no contexto da guerra quanto à neutralização da figura de um soldado a serviço da pátria movido apenas pela responsabilidade de derrotar o inimigo.

O tradutor e organizador da obra de Taunay, Sérgio Medeiros, na apresentação *A retirada da Laguna* (1871; 1997), menciona que a ideia do jovem de 25 anos, na época, era de viajar durante meses durante os sertões brasileiros mal explorados e desenvolver projetos científicos, como o de descobrir algum gênero novo de planta e classificá-la. Na concepção de Taunay, estaria prestando um serviço à ciência e à pátria, mesmo que nunca alcançasse o palco da guerra.

Na interpretação de Maria Lídia Maretti (2006, p. 69), o apreço que Taunay nutre pela monarquia, que não está atrelado somente a "uma decisão de ordem política sobre o sistema de governo mais apropriado para o país", mas também à admiração e fidelidade que dispensa a D. Pedro II, contribui para compor a "faceta conservadora" do amplo projeto que o escritor idealiza para o Brasil.

No romance, sua simpatia pela monarquia é destacada. Nos diálogos que trava com Micaela não limita elogios ao imperador:

---

[70] Nascida em Florença, Itália, era filha de ingleses. Alcançou destaque quando, ao participar da Guerra da Crimeia (1853-1856), instaurou técnicas de higiene que ajudaram a diminuir o índice de mortalidade entre os soldados hospitalizados.

[71] Nascida no lugarejo de Domrémy, França, desde criança alegava ter visões. Ajudou a França a vencer a Guerra dos Cem Anos (1337-1453) contra a Inglaterra, lutando no campo de batalha. Após a expulsão dos britânicos, os nobres franceses, representados pelo rei Carlos VII, temendo uma aliança entre Joana e os camponeses, entregaram-na aos ingleses. A jovem foi queimada na fogueira, após ser acusada de bruxaria.

> Posso garantir-lhe que o imperador é um grande homem! Um homem à frente do seu tempo! Um cientista! Um monarca com cultura excepcional! Um estadista! Ninguém ama este país como o imperador! Possui ideias avançadas, justas! E digo mais: quem ouve o imperador falar entre os seus, dirá até que tem ideias republicanas! (LEPECKI, 2003, p. 264).

Em *A retirada da Laguna* (1871; 1997), Taunay declara que a guerra é iniciada por Solano por motivos de ambição pessoal, sob o vão pretexto da manutenção do equilíbrio internacional. O militar-escritor lamenta o fato de o projeto de invasão não ter sido realizado nas proporções devidas, de modo a faltar contingentes acessórios para avolumar o corpo do exército imperial. Isso sem contar como são surpreendidos por deserções, epidemias e dificuldade de abastecimento de víveres durante a longa marcha a Mato Grosso.

A narrativa caracteriza Taunay como um jovem bem educado e de aparência frágil. No entanto, em certa passagem, não deixa de destacar a manifestação de indignação do oficial em decorrência do rebaixamento do tenente à posição de secretário do corpo de artilharia. Em dezembro de 1866, a Comissão de Engenharia é dissolvida pelo comandante, na época, coronel José Joaquim de Carvalho. O oficial levanta a hipótese de que seu rebaixamento tenha sido uma reprimenda por ter tecido um comentário com o capitão Santa Cruz, no qual desaprovava a decisão do comandante das tropas de marchar para a Vila de Miranda, região já destruída pela ação dos paraguaios, ao invés de seguir para Nioac. Contudo, Taunay não se cala. No discurso que profere no enterro do padre Molina, não perde a oportunidade de fazer "alusões bem diretas ao abuso de poder e ao desprezo do comandante pela vida dos soldados" (LEPECKI, 2003, p. 214).

Outro personagem histórico destacado na trama é Francisco Solano López. Sua representação na historiografia da Guerra da Tríplice Aliança oscila entre mártir nacionalista e ditador sanguinário (LILLIS; FANNING, 2009; NARLOCH, 2009; PERNIJDI, PERNIJDI, 2003). Em virtude do impacto de sua participação na guerra, é revisitado como personagem tanto em obras nacionais quanto paraguaias.

Em *Cunhataí*, mostra-se outro lado do presidente, ao apresentá-lo como alguém que se torna uma espécie de padrinho para Ângelo. Essa relação entre os dois exerce impacto sobre as escolhas do jovem soldado paraguaio, que não são totalmente patrióticas. Ou seja, trata-se de mais um exemplo de relativização da construção discursiva identitária nacional.

Há de se chamar a atenção para a estratégia adotada por Maria Filomena Lepecki (2002) de procurar enquadrar na narrativa o ponto de vista dos paraguaios na época da guerra. Isso fica perceptível no trecho no qual Ângelo procura se convencer de lutar pelo Paraguai.

Ele justifica que os paraguaios vão à luta por motivos diferentes dos brasileiros. Conforme o raciocínio do jovem, fica claro que, no que se refere ao envolvimento destes últimos no conflito, o patriotismo não é algo tão genuíno e forte como o que move seus adversários.

Os argumentos da autora certamente recuperam versões históricas que elevam Francisco Solano López à categoria de herói nacional. Não apenas *El Mariscal*, como também seus antecessores políticos, o Doutor Francia e Carlos López, no início do século XX, são líderes políticos do Paraguai reconhecidos na historiografia sul-americana ora como ditadores, ora como salvadores da pátria. A todos eles julgava-se que tinham feito da nação paraguaia, em pleno século XIX, um país independente, democrático e desenvolvido.

A narrativa explora essa abordagem:

> Desde os tempos de Francia, quando libertos do jugo espanhol, fecharam as fronteiras, reorganizando o país. Carlos López, pai de Solano, continuou a política do antecessor, embora abrindo gradualmente o Paraguai para o mundo, através do comércio de erva-mate e couros. É claro que havia um abismo social entre as classes. Ângelo sabia muito bem que no Paraguai só havia duas situações: pertencer ao grupo restrito de amigos da família López – a elite – ou ser um camponês. Mas todos conheciam as letras e os números. Ninguém passava fome na terra guarani! (LEPECKI, 2003, p. 92)

Certamente essa argumentação utilizada pelo romance para caracterizar a linha de raciocínio de Ângelo está em conformidade com a argumentação assumida por Arturo Bray (1898-1974), autor de *Solano Lopez: soldado de la gloria y del infortúnio* (1945) e um dos militares intelectualizados responsáveis pela difusão do lopizmo no Paraguai. No prefácio do livro, o coronel assim justifica os atos do presidente paraguaio:

> Aceptar a Solano López es justificar la causa nacional; renegar de él es hacerle el juego a los sofismas inspirados y creados por La Triple Alianza, actitud que ningún paraguayo de fibra pura puede aceptar. Los pecados y flaquezas del hombre son cuenta aparte. [...] Su historial tiene más de víctima que de victimario y su estrella es la estrella del Paraguay eterno (BRAY, 1945, p. 19).

A linha argumentativa adotada na narrativa também recupera a vertente revisionista, que promove Solano López ao patamar de líder anti-imperialista e defensor de princípios "socialistas". No auge na década de 1970, tal versão da historiografia reforça ainda mais o lopismo, movimento político engendrado na década de 1920, que buscava construir um ideal nacionalista para o Paraguai em torno da figura de López.

Muito engenhoso com as palavras, Solano discursava para o povo a fim de convencê-lo a apoiá-lo em suas decisões. No romance há menção ao pronunciamento proferido pelo

marechal antes de se retirar de Assunção em 8 de junho de 1865, com a família e o alto-comando, para instalar-se em Paso de La Pátria, Humaitá, e depois em Paso Pacú, a poucas léguas da fortaleza (LEPECKI, 2003, p. 294):

> *Ciudadanos:*
> *El desenvolvimiento que va a tomar la guerra en que se halla empeñada la patria con la triple alianza brasileña-argentina-oriental, no me permite ya continuar haciendo el sacrificio de permanecer lejos del teatro de la guerra de mis compañeros de armas en campaña, cuando el órden público sólidamente afianzado en el país, y el unánime entusiasmo de la nación, me habilitan a concurrir allí donde el deber del soldado me llama.*
> *Siento de la necesidad de participar personalmente de las fatigas de los bravos y leales defensores de la patria, y dejo provista la administración pública para que pueda ser debidamente atendida.*
> *Al separarme momentáneamente del seno de la patria, llevo la dulce satisfacción de que la administración general del Estado continuará siendo servida con toda la lealtad, dedicación y patriotismo con que los funcionarios públicos acostumbran desempeñar sus deberes.*
> *Me asiste también la confianza de que todos los ciudadanos contribuirán incansablemente en sus respectivas esferas al éxito de la lucha en que la patria se halla empeñada, y para esto no es necesario que todos empuñemos las armas, ni todos corramos a las filas, sino que todos cooperemos al bien de la causa común.*
> *Así debo constar del pronunciamiento uniforme con que la nación se levanta a pedir el desagravio de su honor ultrajado, la garantía de su existencia amenazada, y el afianzamiento de sus derechos vulnerados.*
> *La santidad de la causa que nos ha obligado a dejar nuestra vida pacífica y laboriosa, está en el corazón de cada ciudadano, y el Dios de los ejércitos velará sobre nuestras armas.*
> *Asunción, 2 de junio de 1865*
> *Francisco Solano López*

Nigel Cathorne (2015) também disponibiliza fragmento do pronunciamento.

Solano era habilidoso em tentar convencer Ângelo de sua amizade e lealdade para com o amigo e o Paraguai. Depois de sua suposta morte, Micaela descobre uma correspondência do ditador para o tenente, escondida no forro de sua bolsa (LEPECKI, 2003, p. 282):

> *A.*
> *Courage! Toutes les guerres font des heros. L'heroisme est grand et eternal. Et attend por toi.*
> *L'amour est doux, ravissant… (je le connais trés bien…). Mais c'est n'est pas tout. Attention, mon ami!*
> *Je te fais confiance.*
> *P.*

No momento que encontra a carta, Micaela não identifica o remetente como Solano. Não sabe que P. é abreviatura de Pancho, apelido geralmente atribuído aos homens de nome Francisco no Paraguai. Aliás, nem tem o conhecimento de que o esposo era um espião infiltrado no Exército brasileiro. A viúva só descobre o fato quanto, na batalha em Laguna, é salva da mira de um soldado paraguaio pelo próprio Ângelo.

Diante da situação enfrentada por Ângelo, há de se especular: seriam somente lealdade e amizade ou haveria algo mais? Talvez, nesse ponto, seja adequado fazer algumas considerações a respeito do que se comenta sobre a amizade e popularidade de Solano López entre os paraguaios. Considerando que a Guerra da Tríplice Alinça trouxe tanta destruição e morte aos países envolvidos, principalmente, ao Paraguai, Ricardo Aquino, em palestra proferida no I Encontro de História Brasil Paraguai, lança a pergunta: "¿Qué lós [os paraguaios] havia movido a batirse com tanta fiereza ante los invasores?" (AQUINO, 2000, p. 291). Ele mesmo é quem responde:

> Indudablemente que el tipo de liderazgo tribal de López, con sus instantáneos y caprichosos castigos y premios sumarios, en algo incentivaba esa devoción ciega por temor a represalias que podían extenderse hasta a los familiares cercanos. La propaganda de que caer en manos del enemigo significava degüello también pudo ser persuasiva en algo, pero no explica cómo se temia tanto la posible muerte a manos del adversario y no la segura a manos de López (AQUINO, 2002, p. 292).

Da mesma forma, atualmente, muitas críticas são dirigidas a D. Pedro II em razão de sua insistência em permanecer no teatro da guerra por tanto tempo. Diga-se de passagem, desde os últimos anos do conflito, a imagem do imperador – e do próprio Império – já se apresentava desgastada. Moacir Assunção assim explica o momento:

> Por volta de 1868, com a guerra já se estendendo por quase quatro anos, o imperador passaria a ser diretamente responsabilizado, na imprensa e no Parlamento, pela continuidade do conflito, principalmente por causa de sua obsessão em só o considerar encerrado com a deposição de López, embora o Paraguai já estivesse, por essa época, totalmente batido. Em uma correspondência enviada ao conde D'Eu em 6 de abril de 1869, quando se preparava para enviar o genro ao campo de batlha, diria o seguinte: "[...] É preciso o quanto antes livrar o Paraguai da presença de López (...) julgo que se deve conceder demissão a Caxias e nomear você." [...] o conde D'Eu já havia pedido várias vezes para ir à guerra, principalmente quando ela parecia uma aventura com data marcada (e próxima) para acabar. Agora, ele já não estava tão seguro. De qualquer forma, era o príncipe e seguiria ao teatro de batalha, comandando um exército de 26 mil homens cansados de guerra e loucos para voltar à pátria e estando ele próprio com pouca disposição para ainda enfrentar frangalhos do que havia sido um dia o mais poderoso exército da América do Sul (ASSUNÇÃO, 2012, p. 365-366).

Por sua vez, o conde D'Eu também é uma figura controversa na historiografia sobre a Guerra da Tríplice Aliança. A linha revisionista o responsabiliza pelo massacre de seis mil paraguaios, ao comandar as operações na Batalha de Campo Grande, ou Acosta Ñu como é conhecida no Paraguai. Segundo alguns autores, o oficial teria ordenado que o incêndio do campo repleto de soldados inimigos, em sua maioria, mulheres e crianças disfarçadas (VAS,

2008). Mas desmistificar a figura dos heróis, como já foi colocado antes, é uma das preocupações da Nova História – e também da narrativa de ficção contemporânea.

Em *Cunhataí* (2003), a tirania de Solano é sugerida por meio da menção aos "pyragüés", pessoas que o ditador infiltrava nos serviços das casas dos próprios paraguaios a fim de vigiá-las. Ao mesmo tempo em que rotineiramente costuma visitar os feridos e se dirigir aos soldados em tom patriarcal, não hesita em mandar fuzilar qualquer família que seja denunciada por um desses valiosos instrumentos de guerra. O próprio Ângelo teme uma retaliação dessa natureza, quando, no encontro com um informante, este, ao lhe informar da existência dos "pyragüés", titubeia em dar notícias sobre os avós do oficial.

No presente, quando questionada por Rosália sobre o que Solano costumava fazer junto ao seu séquito em Paso Pacú, Cora responde (LEPECKI, 2003, p. 297):

> Diziam que a coluna imperial vinha com as mulheres e crianças para colonizar Concepción, estendendo a fronteira do império pelo rio Ypané ou Jejuy. Que as belas cores da República tremulavam ante o trapo dos brasileiros que marchavam para a morte. Que o triunfo seria pouco para lavar a honra do Paraguai e que o leão da República rugiria como nunca, expulsando os negros covardes, os "macacos". E brindavam a glória da nação de homens livres e corajosos que jamais temeria os vizinhos escravocratas.

Maria Teresa Dourado (2010) assinala que a historiografia paraguaia há registrado a participação da mulher na guerra de forma diversa à abordagem brasileira. Há, por exemplo, relatos de alguns historiadores a respeito de dois grupos de mulheres destinadas ao êxodo, quando, em fevereiro de 1968, Solano López promulgou um decreto presidencial determinando a evacuação imediata de Assunção: as destinadas e as residentes.

As destinadas geralmente provinham da elite paraguaia. Por pertencerem a famílias conspiradoras – réus políticos, desertores e traidores –, eram presas e torturadas até confessarem a existência de conspiração. Condenadas, as mulheres eram obrigadas a marchar para regiões distantes do país, onde trabalhariam no cultivo do campo e difíceis de serem alcançadas pelos aliados.

As residentas eram mulheres cujos maridos estavam em bons termos com López e seguiam o exército paraguaio "pela convicção de que nele se corporificava a nação". Quando o Paraguai saiu arrasado da guerra e com quase toda sua população masculina morta ou desaparecida, coube às residentas o papel de reconstruir o país.

A narrativa também destaca que Solano não costuma participar das batalhas. Na fala da personagem Cora, talvez esse tenha sido um dos seus grandes erros em levantar o descontentamento da população já no adiantado da contenda (LEPECKI, 2003, p. 296):

> Ficava sempre algumas léguas de distância. Traçava os planos, deliberava, ordenava e mandava seus generais. Esses comandantes tinham tanto medo de desobedecer ao *Generalisimo* e serem *pasados por las armas* que não conseguiam improvisar diante de uma situação inesperada, uma surpresa, um atraso, um terreno difícil não reconhecido anteriormente. Agiam exatamente de acordo com as ordens recebidas. E o medo muitas vezes os levou a derrota.

Quanto à Elisa Lynch, a companheira de Solano é caracterizada como uma mulher de extrema beleza e elegância: "o porte era de uma princesa. [...] Frívola à primeira vista, na verdade possuía um gênio forte e bastante determinação" (LEPECKI, 2003, p. 128). Há referências a sua boa-educação e inteligência. Uma parceira com quem Solano logo iniciaria uma aliança poderosa: "possuíam a mesma vontade férrea, o mesmo prazer na vida de ostentação. Compartilhavam os mesmos apetites, a mesma sensualidade, a mesma ambição" (LEPECKI, 2003, p. 129).

A narrativa deixa claro que Elysa reage às manifestações hostis das senhoras assuncenhas dirigem a si e a seus filhos, chamados de bastardos. A irlandesa, ciente do poder que Solano concentra nas mãos, vinga-se das famílias dessas senhoras.

Michael Lillis e Roman Fanning (2009) explicam que, quando Elisa aporta no Paraguai, é vista de forma positiva por parte de algumas mulheres e, por outro lado, negativamente, por parte de outras. As paraguaias que a admiram por sua beleza e elegância são pobres e mestiças. Muitas delas são chefes de suas famílias e negociam alimentos, roupas e quinquilharias nas ruas de Assunção. São conhecidas como "pentes de ouro", pois exibirem com orgulho seus acessórios enquanto negociam nos mercados da cidade.

A outra parcela das mulheres e que hostiliza Elisa se reconhece de origem europeia e pertence à elite paraguaia. Fazem parte de um grupo comandado por Juana Carrillo, mãe de Solano, e Pura Bermejo. Rechaçam a irlandesa porque lutam para reimplantar no Paraguai os valores tradicionais da respeitabilidade castelhana e católica. Nesse caso, o relacionamento dessa mulher casada com Solano é uma afronta à ditadura moralista que buscam impor ao país.

A representatividade dos símbolos nacionais é destacada em algumas passagens do romance. Os rituais de exaltação à nação são citados ao longo da narrativa. Quando as tropas chegam ou se reúnem para deixar um local ou quando alguém morre, hasteia-se a bandeira e toca-se o hino. O simbólico tem muita representatividade. No caso da morte do tenente Ângelo, na qual não há um corpo, sepultam um objeto que o representa como soldado do

Exército imperial: "Para todos que assistiram, nunca houve sepultamente tão melancólico como o daquele chapéu" (LEPECKI, 2003, p. 193).

Nas divagações de Ângelo, por exemplo, quanto ao desconhecimento do Império brasileiro sobre a lealdade dos soldados paraguaios a Solano López, a narrativa faz referência a um símbolo nacional do Paraguai: "Os monarquistas brasileiros não faziam ideia da determinação daqueles homens e de sua obediência do líder supremo. Só tinham até então uma pequena mostra dos rugidos do *leão do Paraguai*! [grifo nosso]" (LEPECKI, 2003, p. 186). A expressão em destaque é uma referência ao Selo de Tesouro do Paraguai brasão de armas que paira em um dos lados da bandeira do país. Criado em 1820, na ditadura de Francia, o selo apresenta a figura de um leão com um barrete vermelho e simboliza a defesa da liberdade nacional.

O mesmo pode ser observado em relação ao Império brasileiro, quando há referências ao impacto do desfile das tropas militares como representação da soberania da nação. Há referências às homenagens ao Sete de Setembro. Para elevar o ânimo das tropas depois de tantas deserções, ouve-se o Hino Nacional. Os soldados são obrigados a apresentarem-se trajados com uniformes limpos e cumprimentarem solenemente aos chefes. Conforme a narrativa, "a independência do Brasil não poderia ser esquecida pelos homens que marchavam para lutar pelo país" (LEPECKI, 2003, p. 145).

Ainda assim, em todos os cantos nos quais marchava, a coluna não deixava de encenar o orgulho patriótico da nação brasileira. Soldados desfilavam pomposos em fardas novas e empunhando intimidantes armas. O espetáculo da guerra se agigantava quando contava com a presença do imperador:

> O trajeto Rio-Santos fora impregnado pela pompa da despedida no cais. A presença do imperador D. Pedro II acompanhado de seus dois genros, o Conde D'Eu e o Duque de Saxe, sob os acordes perfeitos da *Traviata* executada pela banda do Corpo Policial, às duas horas da tarde, transformava a partida num acontecimento memorável (LEPECKI, 2003, p. 18).

Era comum os moradores gritarem vivas ao imperador. "Ali a guerra era um espetáculo" (LEPECKI, 2003, p. 18), traz a narração. E, assim, também ocorre em Campinas.

As condecorações estão entre as manobras do Estado de garantir a lealdade e elevar o moral dos soldados. O tenente Taunay, por exemplo, é premiado com o Hábito da Rosa. Contudo, em certas ocasiões, a honraria aos soldados chega quando os bravos já não mais vivem.

Em relação ao poder bélico do Império brasileiro e manobras políticas internacionais do momento, Ângelo levanta a hipótese de que provavelmente os ingleses estariam financiando a guerra a favor do Brasil:

> ...aos poucos recebia novos armamentos e as batalhas no Sul poderiam ser muito duras. Navios brasileiros contornavam o Atlântico e posicionavam-se na foz da bacia do Prata. De onde estariam tirando tantos recursos? Só podia ser dinheiro inglês! Era isso! [...] Não era à toa que Solano tinha sido mais bem recebido em Paris que em Londres (LEPECKI, 2003, p. 188).

Sua conclusão é de que isso ocorreria porque a independência da nação paraguaia incomodava os ingleses: "Todas as alianças, visíveis e invisíveis, aconteciam por temor ao Paraguai! Pelo o que o país representava naquela parte atrasada do mundo. Pelo precedente que ele abria na região" (LEPECKI, 2003, p. 188).

Ao mesmo tempo, Ângelo alimenta a esperança de que Solano também estabeleça alianças com outros países (LEPECKI, 2003, p. 189):

> Com certeza já estaria em negociações com a Bolívia e o Peru, tentando abrir uma saída para o mar. E mais. Solano devia ter algum aliado secreto, um acordo bilateral de socorro em caso de guerra. Só podia ser a com a França! Não fora à toa que o representante do Paraguai e Napoleão III haviam tido tantas reuniões a portas fechadas! Que raios o partissem ao meio se não eram tratados de apoio de guerra! Não via a hora de ser informado sobre a chegada dos reforços de Napoleão... Então que os brasileiros aproveitassem logo os recursos ingleses, pois sentiriam em breve o gosto da derrota final!

Ângelo reflete sobre o que poderiam ter dito a Solano de modo a levá-lo a ideia de invadir o Brasil e sopesa o erro de terem atribuído a Brizuela, sem habilidades diplomáticas, a incumbência de negociar com os uruguaios:

> Culpava os diplomatas e conselheiros do Paraguai! Ineptos! Amadores! Que teriam dito para Solano iniciar uma guerra? Que interpretação e de que fatos? Teriam algum interesse, teriam sido tendenciosos ou somente estúpidos? Que avaliação poderia fazer Brizuela sobre as tensões entre o Brasil e a Província Cisplatina de flores, quando lá estivera como observador do Paraguai? [...] O capitão servia muito bem como alcoviteiro, como companheiro de farras. De que adianta um homem de confiança, mas incapaz? Teria ele informado ao presidente que após o conflito cisplatino o próximo alvo seria o Paraguai? Teria Solano reagido valendo-se da premissa de que a melhor defesa era sempre o ataque? (LEPECKI, 2003, p. 189)

De todo modo, o oficial chega à conclusão de que na fase em que estavam todas essas perguntas ficariam sem respostas. Afinal, "o fato era que todos ambicionavam uma saída para o mar. Depois de declarada uma guerra, as causas perdiam a importância. Entravam em cena

as estratégias, as intrigas, alianças, batalhas, derrotas e vitórias" (LEPECKI, 2003, p. 190). As causas e os porquês se perderiam em meio ao atropelo dos fatos e dos dramas individuais.

Outro personagem que vem contrabalançar as posições nacionalistas dos países beligerantes é José Francisco Lopes. O guia Lopes se junta à coluna quando esta já se aproxima da região de Nioac. Como grande conhecedor da região, auxilia o Exército a se movimentar no sertão. Embora sendo uma figura muito calada, de vez em quando,

> Gabava-se de seus conhecimentos, e com toda razão, dizia: — Desafio os engenheiros com suas agulhas (bússolas) e seus mapas. [...] Outras vezes, mais modesto, falava coisas de um jeito manso, em voz baixa: — Sou um sertanejo, não sei nada; os senhores que estudaram nos livros é que devem saber (LEPECKI, 2003, p. 232).

Seus filhos e esposa, D. Senhorinha, haviam sido capturados e obrigados a trabalhar nas plantações do inimigo, da mesma forma que outros brasileiros. Estava tentando elaborar um plano para salvá-los. Daí que

> O sertanejo encontrou um par no coronel Camizão. Partilhavam ideias comuns. Cada qual com seus motivos, ambos, porém, precisavam resgatar sua honra. Invadir o território inimigo e libertar os prisioneiros brasileiros resolveria o problema do guia. Ser o primeiro comandante a pisar em território paraguaio limparia a má fama do coronel desde a fatídica fuga de Corumbá, sob ordens de seu superior (LEPECKI, 2003, p. 233-234).

O filho mais velho e o genro do sertanejo conseguem fugir do campo de trabalho no Paraguai. O jovem descreve ao comandante brasileiro como os paraguaios temem *El Supremo* e de como o ditador obriga velhos crianças e estrangeiros a lutarem no seu exército.

O depoimento do filho do guia no romance coincide com a abordagem de muitos pesquisadores que se dedicam a estudar a Guerra da Tríplice Aliança. Nigel Cawthorne (2015), procurando relatar a ascensão de Solano López ao poder, é categórico em delinear a imagem do paraguaio como um ditador ambicioso, violento e inconsequente. Sugere como, sob a influência de Elisa Lynch, sua companheira, precipitou o conflito bélico na América do Sul.

Ricardo Caballero Aquino (2002) nutre opinião semelhante a Cawthorne a respeito de Solano. Na conferência "La guerra como conclusión lógica y previsible dela república de los dictadores del Paraguay (1811-1870), "El Marsical López, al igual que el Dr. Francia antes que él, no admitia iguales ni solicitava o tolerava consejos" (AQUINO, 2002, p. 287). Considerava os paraguaios como "ejecutores de sus planes, operadores de sus estrategias y obedientes subordinados" (AQUINO, 2002, p. 287). La menor crítica a la voluntad del

Mariscal era considerada como traición a la pátria. Vários de seus ofciais e familiares foram fuzilados a mando do presidente.

Por outro lado, o historiador paraguaio discorda quanto ao destaque geralmente atribuído a Elisa quanto às decisões no teatro da guerra. Assevera que a companheira de *El Mariscal* era uma entre as muitas de suas amantes e nunca exerceu seu papel de esposa a plenitude. Como exemplo de sua subordinação no relacionamento com Solano, declara: "Em su mesa, hasta el vino que le servían a ella era de menor calidad que el que le servían a él" (AQUINO, 2002, p. 287).

O guia enxerga em Micaela a mesma fortaleza de sua esposa (LEPECKI, 2003, p. 257): "A menina é como minha Senhorinha. Soube logo que vi. Os mesmos olhos claros que soltam faísca! A cabeça pensante, uma força... [...] Morrer? Qual nada! Um sertanejo sabe, entende essas coisas".

A obra consegue desmontar o que poderia ser uma narrativa nacionalista apenas sob a perspectiva dos aliados e de apoio irrestrito aos motivos alegados pelo Império brasileiro para envolver-se na guerra. Há constantes tentativas de expor também as motivações dos paraguaios para deflagrarem o conflito.

Além disso, no romance de Maria Filomena Lepecki, as personagens femininas contribuem para instaurar a possibilidade de uma fala alternativa ao discurso hegemônico acerca da Guerra da Tríplice Aliança. Ou seja, valoriza-se o dialogismo, enquanto resistência à narrativa monológica e machista sobre o evento. As mulheres reivindicam tanto sua presença nas narrativas do nacional quanto o direito de narrá-las. Nesse sentido, pode-se afirmar que *Cunhataí* (2003) permite que se pense na possibilidade de que a ficção contemporânea voltada a reinterpretar a contenda problematiza a hipótese levantada por alguns estudiosos da literatura, de que, nas últimas décadas, a produção literária brasileira esteja entrando em um processo de rarefação do paradigma do nacionalismo.

5 *LOS CONJURADOS*: UNIDOS PELA LATINO-AMERICANIDADE

> Nós latino-americanos somos como uma espécie de dedos de uma mão.
> Cada dedo tem uma impressão digital, um é profundamente diferente do outro,
> cada um tem sua função, mas juntos eles fazem uma mão.
> (Eric Nepomuceno, 2011)

> Assim, ao chamar a unidade latino-americana, assinalando os seus denominadores comuns, o habitante do continente chama atenção para os fatores que lhe poderiam conferir poder e expressão no cenário mundial, e, ao reivindicar a sua diversidade, deixa clara a necessidade de reconhecimento de todas as diferenças, desde as etnolinguísticas e culturais, até as socioeconômicas que convivem no subcontinente. É nesse sentido englobante que o termo vem sendo utlizado hoje em dia por um número cada vez maior de intelectuais latino-americanos e que ele se vem consolidando nas diversas áreas do saber.
> (Eduardo F. Coutinho, 2005)

Em *O livro da Guerra Grande* (2002), autores dos quatro países envolvidos no conflito – o paraguaio Augusto Roa Bastos, o argentino Alejandro Maciel, o uruguaio Omar Prego Gadea e o brasileiro Eric Nepomuceno – juntam-se para recontar episódios envolvendo conjurados do suposto Quilombo Gran Chaco, no qual civis, soldados e oficiais – tanto do exército paraguaio quanto das forças da Tríplice Aliança – viviam em harmonia. A ideia é de uma colônia, na qual pacifistas estariam reunidos fugindo da guerra.

A obra é composta de cinco crônicas[72], que, embora sejam demarcadas por atitudes escriturais singulares, dialogam entre si na construção do todo: o romance. Os textos são exercícios com intenções mais literárias do que históricas, o que não afasta seu caráter questionador em relação à legitimidade do discurso histórico. No projeto literário, enquanto Augusto Roa Bastos e Alejandro Maciel buscam abordar ficcionalmente aspectos da guerra a partir dos campos de batalha do século XIX, Omar Prego Gadea e Eric Nepomuceno constroem narrativas, nas quais as personagens contemporâneas procuram retomar vestígios da contenda.

Roa Bastos é autor das duas primeiras crônicas: “Em frente à frente argentina” e “Em frente à frente paraguaia”. As narrativas são repletas de metáforas, as quais servem para compor não apenas o cenário de horror da guerra, mas também para mostrar os lados contrários do conflito e, principalmente, a perspectiva do episódio sob o ponto de vista dos vencidos, como os paraguaios. São os textos que trazem à tona o maior número de

[72] Termo utilizado por Alejandro Maciel, no prefácio, para identificar o texto de cada autor da obra.

personagens históricos citados no livro: Bartolomé Mitre (1821-1906)[73], Cándido López (1840-1902)[74], Francisco Solano López (1824-1870)[75], Elisa Lynch(1835-1886)[76] e Fidel Maíz (1828-1920)[77]. Há também a presença marcante do diplomata inglês *sir* Richard Francis Burton, autor das *Cartas dos campos de batalha do Paraguai* (1997).

É importante mencionar que a obra de Burton é bastante citada por Roa Bastos, que não deixa de reconhecer a destreza do inglês ao observar e registrar com imparcialidade os fatos da guerra no livro: "...*Cartas dos campos de batalha do Paraguai*, muito inferior aos outros em qualidade literária e magia criativa, mas superior a todos eles como crônica do holocausto de um povo." (ROA BASTOS, 2002, p. 56).

A crônica de Alejandro Maciel, "Fundação, apogeu e ocaso do Quilombo do Gran Chaco", relata a deserção do capitão argentino Francisco Paunero da sangrenta guerra. Escrito em forma de diário, o texto descreve o cotidiano da comunidade, cujo lema é a coexistência de vários sistemas ideológicos, religiões e nacionalidades. Para manter a teia intertextual, alguns personagens citados nos textos anteriores reaparecem na narrativa de Maciel, como o pintor paraguaio homônimo de Cándido López, mencionado em uma das crônicas de Roa Bastos. O título do texto é o que denomina a obra na versão em espanhol: *Los conjurados del Quilombo del Gran Chaco*, publicado em 2001.[78]

"Em os papéis do General Rocha Dellpiane", Omar Prego Gadea narra a busca de um escritor ou jornalista pelos arquivos secretos do militar uruguaio. O investigador busca encontrar nas cartas evidências do envolvimento do oficial com o assassinato do presidente uruguaio Venâncio Flores, em 1868. Ao entrar em contato como o diretor do Arquivo Geral da Nação, o professor Abelardo García Vieira, toma conhecimento de que a neta do general havia legado ao Arquivo um baú, ainda não recolhido e inventariado.

Em visita à Sra. Rocha Saavedra, o narrador é autorizado a examinar os papéis alguns dias. A própria anciã dá a entender que o assassinato do presidente, do qual seu avô era

---

[73] Político, escritor e militar argentino. Foi presidente da Argentina de 1822 a 1868.
[74] Pintor argentino que mais se destacou no que diz respeito à representação pictórica da Argentina sobre a Guerra do Paraguai.
[75] Presidente paraguaio. Com a morte de Carlos Antonio López, em 1862, dá prosseguimento ao governo autoritário empreendido pelo pai.
[76] Companheira de Solano López. Sobre a figura da irlandesa, pairam controvérsias de que teria sido implacável com os inimigos ou mulher caridosa com as vítimas da contenda.
[77] Sacerdote paraguaio. Agindo sob o comande de Solano López, foi responsável pelo fuzilamento de muitos homens.
[78] Naira Nascimento (2006) argumenta que a tradução brasileira aciona mudanças no título por dois motivos. Primeiro porque a expressão "Guerra Grande", tanto destaca o conflito em si quanto induz a uma leitura revisionista da obra, ao reivindicar a perspectiva guarani. Segundo porque, enquanto, em português, a expressão quilombo é utilizada para denominar aldeias formadas por escravos fugitivos, em espanhol a palavra admite outros significados como "desordem", "escândalo", "prostíbulo". A pesquisadora acrescenta que o Dicionário de Lunfardo registra que "tener quilombo" significa "experiência".

suspeito, participaria do plano de exterminar a guerra. Em um dos textos, há menção ao incômodo desse novo narrador em matar um jovem. A experiência leva-o a relativizar os lados da guerra.

Ao invés de retomar as mesmas passagens presentes no diário do capitão Paunero, a crônica acrescenta uma nova informação: a reunião dos conselheiros do quilombo para decidir a aprovação da proposta do oficial uruguaio Amílcar Oribe para eliminar os considerados responsáveis pela guerra: Bartolomeu Mitre, Venâncio Flores, o almirante Tamandaré e Solano López. Com a realização de um sorteio, cabe ao general Dellpiane a execução de Venâncio Flores. Nesse momento, ficção e realidade se cruzam, quando se relata o atentado do oficial uruguaio. Contudo, o episódio não é suficiente para pôr fim à guerra.

Eric Nepomuceno, por sua vez, encerra o livro com o texto "Um barão não mente, envelhece". A crônica narra o resgate da descendência de um dos conjurados do Quilombo do Gran Chaco, o militar brasileiro Florêncio Silveira. O texto associa os conflitos de identidade do jornalista obcecado com a reivindicação da genealogia de sua família.

O capítulo busca justamente analisar como *O livro da Guerra Grande* (2002), ao retomar o episódio da Guerra da Tríplice Aliança, reinterpreta a referida campanha sob o viés da latino-americanidade. Tal releitura literária do evento bélico, em pleno século XXI, parece sugerir uma neutralização das ideias de nação e nacionalidade tão vigentes e valorizadas outrora. Mas antes, cabe destacar algumas das peculiaridades da obra, que a afirmam como um projeto de escrita literária contemporânea, coadunando-a, inclusive, nos moldes da ficção histórica muito peculiar na América Latina das últimas décadas.

5.1 A escrita a oito mãos e outros procedimentos

A questão da autoria vem sendo alvo de calorosas discussões teóricas nas últimas décadas. A polêmica traz ao debate contribuições de importantes estudiosos. Na conferência "O que é um autor?" (2009), Michel Foucault discute o assunto, sugerindo que tal categoria não se apresenta como um elemento a mais no discurso, mas constitui-se em um dispositivo em condições de controlá-lo.

Conforme o filósofo francês, durante muito tempo, o anonimato dos textos não se constituía um problema. Os textos passam a apresentar autores a partir do momento em que os

discursos se tornam transgressores com origens passíveis de punições, pois, na Antiguidade, textos que hoje são reconhecidos como literários eram colocados em circulação e valorizados sem que se questionasse a autoria. A autenticidade dessas produções era garantida pela sua própria antiguidade. Os textos científicos, em contrapartida, deveriam ser avalizados pelo nome de um autor, como os tratados de medicina, por exemplo.

Nos séculos XVII e XVIII, os mesmos textos científicos passam a ter validade em função de sua ligação a um conjunto sistemático de "verdades" demonstráveis. No final do século XVIII e no correr do século XIX, com a instituição do sistema de propriedade, possuidor de regras estritas sobre direitos do autor e relações autor/editor, é que o gesto carregado de riscos da autoria, enquanto transgressão, segundo Foucault, passa a se constituir um bem, preso àquele sistema.

Foucault (2009) não compartilha integralmente das ideias de Roland Barthes quanto à morte do autor. Em sua interpretação, tal ideia se configura como uma aceitação muito passiva da supremacia da obra sobre a instância autoral, ou seja, um assentimento de que "[...] a escritura é a destruição de toda voz, de toda origem" (BARTHES, 2004, p. 65). Ao contrário, Foucault atesta que o reconhecimento da estreita relação de autoridade que se estabelece entre o autor e a obra e do lugar daquele como marca da autenticidade do que é escrito são princípios indispensáveis para aferir àquele a condição de dispositivo de controle discursivo.

De acordo com Luciene Azevedo, em *Autoria e performance* (2007, p. 136), ao mesmo em que se acompanha a persistência de algumas correntes críticas, ao longo do século XX, na ideia de apagamento da importância da instância autoral, percebe-se também que "a figura do autor permanece como presença (seja como princípio autorizado a esclarecer dúvidas que nascem no texto, seja pela identidade que se traça entre vida e obra) e como problema". Tal realidade instaura a possibilidade de se conceber o autor como fonte criadora do discurso, mas enquanto "uma posição vazia capaz de promover um jogo entre a identidade autoral, seu *ego scriptor* e a *performance* figurada de subjetividades, tornando híbrida sua condição de possibilidade". A esse lugar corresponde o que Foucault (2009, p. 274) denomina de função-autor: um espaço móvel e variável historicamente segundo a tipologia discursiva; trata-se de "uma característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior da sociedade".

Para o filósofo, enquanto o lugar do autor foi relativizado nos discursos científicos pela sua pertença a um sistema que lhe confere garantia, essa função permanece significativa

nos discursos literários, pois "[...] os discursos 'literários' não podem mais ser recebidos dessa forma se não estiverem dotados da função-autor" (FOUCAULT, 2009, p. 276).

A argumentação de Michel Foucault é potente para pensar a condição do projeto literário empreendido por *O livro da Guerra Grande*. Partindo do princípio de que, no processo de produção do livro, ocorre uma intensa troca de informações entre os autores, entende-se que o processo de escritura da obra pode, afinal, constituir-se no que se costuma chamar de autoria coletiva ou múltipla.

Augusto Roa Bastos (1907-2005) é considerado um dos maiores escritores latino-americanos. Sua obra, composta por mais de 20 títulos, está traduzida em mais de 25 idiomas e reconhecida com alguns prêmios, como o "Concurso Internacional da Editora Losada" (1960), o "Prêmio Cervantes" (1989) e o "Prêmio Nacional de Literatura" (1995).

Após a participação na Guerra do Chaco, entre o Paraguai e a Bolívia (1932-1935), ingressa no jornal *El País* de Assunção, do qual chega a ser chefe de redação e correspondente em Londres depois da Segunda Guerra Mundial. Em 1947, devido à sequência de golpes e ditaduras que vive seu país, é obrigado a exilar-se em Buenos Aires e, em 1976, em Toulouse (França), onde começa a ensinar literatura e guarani na Universidade Le Mirail. Só consegue retornar ao Paraguai em 1989, com a queda do ditador Alfredo Stroessner, no poder desde 1954. Torna-se membro do Partido Encontro Nacional (PEN, socialdemocrata).

Sua obra é uma crítica à opressão que assola a história do Paraguai. Com *Hijo de Hombre* (1970), inspirado na sua experiência na Guerra do Chaco, inicia uma trilogia sobre o monoteísmo do poder e que inclui também *Yo el Supremo* (1974), romance que conta a história de José Gaspar Rodríguez Francia, ditador no Paraguai por mais de 20 anos, e *El Fiscal* (1993). Há ainda os romances *El Sónambulo* (1984), *Vigilia del Almirante* (1992), *Contravida* (1994) e *Madama Sui* (1995) e uma prolífica produção de livros de contos: *El Trueno entre las Hojas* (1953), *El Baldío* (1966), *Los Pies Sobre el Agua* (1967), *Madera Quemada* (1967), *Moriencia* (1969), *Cuerpo Presente* (1971), *Lucha Hasta el Alba* (1979), *Antología Personal* (1980) e *Contar un Cuento y Otros Relatos* (1984).

Na opinião de Carlos Fuentes, em *Geografia do romance* (2007, p. 83-84), *Yo el Supremo* é

> uma *summa* que absorve toda a obra anterior de seu autor. Trata-se do diálogo de Roa Bastos com Roa Bastos através da história e graças à mediação de uma figura histórica monstruosa que o romancista deve imaginar e compreender para poder, um dia, imaginar-se e compreender a si mesmo e a seu país.

Com a publicação desse romance, o público passa a associar Rodríguez de França à imagem do ditador Alfredo Stroessner, que se encontra no poder desde 1954 e assim

permanece até 1989. Embora sua obra demonstre grande preocupação com a história do Paraguai e da América do Sul, em entrevista concedida a Luís Antônio Giron, da *Revista Época* (2003), Roa Bastos é categórico em afirmar que existem diferenças entre a história como disciplina e a literatura, uma vez que a primeira requer um método próprio de trabalho, envolvendo "documentação, testemunhos e reconstrução sequencial e ordenada de fatos relevantes do passado", enquanto o escritor se utiliza da imaginação, que "cria e recria esse passado aparentemente definido" (ROA BASTOS, 2003, p. 1).

O escritor e jornalista Milton Eric Nepomuceno nasceu em 1948, na cidade de São Paulo-SP. Atuou durante anos como correspondente internacional em cidades como Buenos Aires, Madri e Cidade do México. Por duas vezes, recebeu o "Prêmio Jabuti" como melhor tradutor. Entre as traduções, encontram-se obras de Gabriel García Márquez, Julio Cortázar e Jorge Luis Borges, entre outros.

Paralelamente à carreira de correspondente estrangeiro, estabeleceu laços de amizade com vários intelectuais da América Latina, o que o levou a volta-se à divulgação da arte continental. Atualmente, comanda o programa *Sangue Latino*, no Canal Brasil, no qual entrevista escritores, músicos, poetas, artistas plásticos e outros intelectuais latino-americanos sobre a situação política, literatura, música, cultura e política dos países da região, entre outros temas.

É autor de obras de ficção e não-ficção. Entre elas, estão *Quarenta dólares e outras histórias* (1987), *Hemingway na Espanha* (1991), *Coisas do mundo* (1994), *A palavra nunca* (1997), *Quarta-feira* (1998), *Contradanza y otras histórias* (1982), *Antes del invierno* (1984) e *O massacre* (2007).

O médico-psiquiatra e escritor Alejandro Bovino Maciel nasceu em Corrientes, Argentina, em 1956. Autor de livros infantis como *La bruja del oro* (2004), *La galinna e el dragon* (2005) e também de temas mais polêmicos como o romance *Culpa de los muertos* (2008), que trata da ditadura na Argentina na década de 70. Fez outras coautorias com Roa Bastos em *El trueno entre las páginas*, sobre temas políticos, literários e biográficos, o conto *Polisapo* (2002). Também dirige a revista-livro *Palavras Escritas*, na qual desenvolve ampla discussão acerca do diálogo Brasil e a Hispano-América.

Quanto a Omar Prego Gadea (1927-2014), embora possa ser enquadrado na Geração de 45, sua carreira se prolonga por décadas, alcançando maior produtividade nos anos 90. A atividade intelectual do uruguaio divide-se entre o jornalismo e a literatura. Além de redator, atua como editor do jornal *El Diario* e diretor da revista *Zeta*.

Em seu legado literário, está a publicação dos livros de contos *Los dientes del viento* (1969) e *Sólo para exilados* (1987) e dos romances *Último domicilio conocido* (1990), *Para sentencia* (1994), *Nunca segundas muertes* (1995), *Delmira* (1996) e *El sueño del justo* (1998). A aventura de participar de uma obra coletiva surge antes da experiência com *O livro da Guerra Grande*, quando integra o projeto *La muerte hace buena letra* (1990), romance assinado por mais dez escritores uruguaios: Mario Benedetti, Hugo Burel, Miguel Àngel Campodônico, Enrique Estrázulas, Milton Fornaro, Suleika Ibáñez, Sylvia Lago, Juan Carlos Mondragón, Teresa Porzecanski e Elbio Rodríguez Barilari.

A ideia de Prego Gadea de criar uma obra literária nesse formato surge ainda no início dos anos 1970. No entanto, em virtude do golpe militar de 1973, no Uruguai, o projeto é adiado por duas décadas. Durante o exílio na França, de 1974 a 1987, trabalha para o serviço latino-americano de notícias da *Agence France Presse*. A dinâmica de escrita do romance estabelece-se com a produção de dois capítulos da história por cada um dos escritores, em rodadas alternadas com os demais, seguindo a ordem alfabética de seus sobrenomes. Não há restrições de regras quanto ao gênero da história, desenvolvimento do enredo e estilos literários utilizados. Após a conclusão dos vinte e dois capítulos, todos se reúnem e imaginam um final para o livro. *La muerte hace buena letra* é um romance policial, atípico, com múltiplas vozes, uma vez que condensa muitas citações literárias no enredo, o uso de cartas, sonhos e deslocamentos temporais. Uma possível leitura do livro é a de que a morte do autor é uma metáfora do fim do processo autoral, das possibilidades de construir algo novo, artística e literariamente falando.

A dinâmica de escritura de *O livro da Guerra Grande* (2002) não contempla o processo de tantas idas e vindas como ocorre em *La muerte hace buena letra*. Em entrevista ao *Grupo Editorial Record* (2008), Eric Nepomuceno explica como ocorreu o processo de criação da obra coletiva. Segundo o brasileiro, a ideia surgiu durante um voo entre Madri e Assunção, quando Alejandro Maciel comenta com Augusto Roa Bastos ter lido trechos de uma correspondência do historiador britânico Richard Burton e notado uma breve menção a um suposto quilombo formado por oficiais dos quatro países envolvidos na Guerra da Tríplice Aliança. “E foi assim, conversando sobre isso, que Roa Bastos teve a ideia de reunir um escritor de cada país envolvido naquele genocídio – que, por coincidência, são exatamente os mesmos que hoje formam o MERCOSUL e inventar um livro” (NEPOMUCENO, 2008, p.1). A dupla convidou o autor uruguaio Omar Prego Gadea, que, por sua vez, sugeriu o nome do escritor brasileiro.

Quanto ao método de trabalho adotado pelo quarteto, a ideia era partir de um suposto fato histórico – afinal, como assinala Nepomuceno (2008, p.1), "não há nenhum documento, nenhuma prova de que esse quilombo tenha realmente existido" – e criar uma narrativa a quatro vozes por meio de enredos que se complementassem. Ao trocar ideias com Roa Bastos a respeito de como seriam as regras, a economia, e outros detalhes relacionados ao Quilombo do Gran Chaco, Maciel dá o pontapé inicial, criando seu texto – nas palavras de Nepomuceno, "ali estão as chaves da história" –, em forma de diário de campo, e distribui para os parceiros.

O escritor paulista, o último a criar seu texto, revela que, depois do acréscimo dos textos de Roa Bastos e Prego Gadea, sentiu dificuldades:

> Primeiro, porque a história já estava estruturada e redonda. Segundo, porque as partes do Omar e do Roa tinham vida própria e, ao mesmo tempo, complementavam o mosaico. Faltava apenas o ladrilho brasileiro, e era meio difícil colocar o Brasil naquele clima. Quando eu ainda estava nos esboços, buscando um caminho, o Roa avisou que além dos textos que tinha me mandado havia começado outro, um diálogo enlouquecido entre o general argentino Bartolomé Mitre e o pintor Candido López. Aí a responsabilidade aumentou, mas em compensação ganhei um pouco mais de tempo... (NEPOMUCENO, 2008, p. 2)

Na leitura de Jorge Carlos Guerrero, no ensaio "Literatura e integração" (2005), a obra coletiva é "el texto fundacional por excelência de una nueva producción literaria en el Cono Sur que participa de lós debates culturales en torno a los proyectos de regionalización". Ela funciona como um tipo de criação do "futuro sistema literario regional". Na interpretação do pesquisador uruguaio, a escrita é concebida como um projeto coletivo e não como uma simples coletânea de escritos regionais.

Nesse sentido, é difícil para esta proposta separar o texto e o mundo representado nele. Os textos se comunicam e intentam juntos proclamar a ideia da integração dos escritores em torno de um projeto. No livro, o desempenho performático do projeto coletivo realiza-se na composição de um quilombo formado por fugitivos e conspiradores dos dois lados da guerra. A comunidade é habitada por conjugares das quatro nacionalidades, tal como os escritores.

Nas palavras de Guerrero (2005), o Quilombo funciona como "un espacio-otro que invierte y denuncia el espacio nacional y lós discursos de la razón de estado que racionalizan la guerra". Trata-se de um "el lugar outro que se construye como alternativa al lugar del ensimismamiento nacionalista". Os conjurados atuam, portanto, como "un concierto de voces" que impugnam os limites nacionalistas.

A obra insinua as bases de um imaginário alternativo que abarque o projeto de integração regional em curso. E o Quilombo do Gran Chaco funciona como o espaço dessa

"performatividade" empreendida pela obra. E, não há dúvida, de que tal performatividade alcança maior êxito na relativização das fronteiras com a atuação dos quatro escritores. A construção textual integradora é a mimetização do projeto de integração latino-americana.

Nepomuceno explica que para construir seu personagem – homem de meia-idade, colecionador de antiguidades e cheio de jovens namoradas – baseou-se em alguns de seus amigos e aspectos de sua própria vida, como o fato de contar na família com alguém que ostentava um título nobiliário. A homenagem ao Barão de Ramalho é atribuição de seu nome a uma rua em São Paulo.

Outro dado real é a inclusão de Deonísio da Silva à trama. O etimologista e escritor catarinense (1948-) é mencionado em determinada passagem do texto ao solicitar ao professor de história argentino José Carlos Chiaramento informações sobre o suposto quilombo, a fim de inseri-las na tese que estava construindo. Deonísio ventila ter conhecimento das causas do fracasso da comunidade, em parte, responsabilizando o incidente à atuação do brasileiro Florêncio Silveira, meio-irmão de seu bisavô, Joaquim Gomes Ramalho. Informando não poder ajudá-lo, o historiador retorna a mensagem ao pesquisador, indicando outros historiadores especializados na Guerra da Tríplice Aliança. A narrativa revela que cinco anos mais tarde, em 1992, o narrador-personagem recebe um exemplar de *Avante soldados, para trás* (2005), o que faz com o historiador deduza que certamente Deonísio trocara o tema da tese pela produzir o citado romance histórico sobre o episódio da retirada da Laguna.

O que se constata é com os exemplos é o jogo entre o real e o fictício na narrativa. Luciene Azevedo, em seu ensaio, levanta a hipótese de que, na contemporaneidade, ocorre um deslocamento da função-autor nos textos literários, considerando o estatuto do autor em outras épocas. Nessa nova conformação, segundo ela, a função-autor pode estar se deslocando para ocupar outra posição, "entendida como efeito de um gesto performático que imbrica a noção de autor, de narrador e as inúmeras vozes-personagens-tipos das narrativas". Conforme a pesquisadora, a *performance* narrativa é tanto uma instância que baralha a correspondência entre o vivido e o inventado, confundindo o enredo ficcional com informações biográficas como uma estratégia capaz de assegurar ao narrador assumir uma pluralidade de vozes. Isso não significa confundir o escritor com o narrador, mas de pensar as inúmeras personas que falam nos textos, pois, sustentando-se no argumento de Foucault (2009, p. 279), "[...] seria tão falso identificar o autor ao escritor real, quanto identificá-lo ao locutor fictício. A função-autor se efetua na cisão mesma - nessa divisão e nessa distância".

Embora, aos poucos, vão sendo reveladas as ligações entre o barão com o tema do misterioso quilombo, é perceptível que a predominância de certa superficialidade nas relações

que o narrador-personagem estabelece com tudo o que o envolve, desde a falta inicial de interesse com o descarte de Deonísio da Silva, que opta por escrever um romance sobre outro assunto, a seu envolvimento fugaz com as namoradas.

Conforme, Naira Nascimento (2006, p. 244), "ao próprio enredo parece faltar uma direção. [...] Ou seja, não há um real empenho em nada, sua vida compõe-se de interesses circunstanciais". A própria guerra se transforma em pura retórica quando ele remete ao assunto como artifício para conquista uma nova namorada:

> Esta moça não sabe nada da Guerra do Paraguai. Nenhum brasileiro nascido em 1972 sabe coisa alguma dessa guerra, e quase nada da história deste país. Aliás, pensando bem, os nascidos em 1948 [ano no qual Nepomuceno nasceu], como eu, também não sabem grande coisa. Por isso mesmo, falar das fotografias foi um achado. Pude perceber isso na maneira dela me olhar (ROA BASTOS, 2002, p. 216).

Daí a conclusão da pesquisadora brasileira de que se narra o desencanto, tanto pela narrativa, quanto pela história. Enquanto as conexões intertextuais, nos livros *As mil e uma noites*, traduzido do árabe por Sir Richard Burton, e *A Divina Comédia*, de Dante Alighieri (1265-1321), ambos citados nos textos de Roa Bastos, celebram o poder narrativo, no texto irônico de Nepomuceno, tornam-se pesadelo, pois quase tudo na narrativa apresenta a marca da falsidade, desde o título de baronato até as histórias contadas por ele.

Uma pausa a esta perspectiva vem ocorrer com a descoberta de um material de pesquisa desprezado pela historiadora que trabalha a serviço do falso barão na busca de comprovação da veracidade de seu título. A passagem, relacionada à Guerra da Tríplice Aliança, faz antever uma reviravolta na vida do protagonista:

> Acho uma estranha coincidência: eu, que nunca pensei mais do que quatro ou cinco minutos em toda a minha vida nessa guerra, volto a tropeçar no assunto em poucos dias. As guarânias, a autobiografia do ególatra, a exposição de fotografias, a história do fotojornalismo que tirei sei lá de qual desvão da memória, minha explosão inexplicável na noite em que a moça magra e de voz rouca e seios pequeninos feito limões franceses da Costa Mediterrânea veio me ver e se deixar ver (ROA BASTOS, 2002, p. 221).

Em meio à papelada, ele descobre informações sobre Florêncio Silva, que o responsabilizam pela decadência do quilombo. Na função de ajudante-de-ordens do comandante Ilino Galvão, um dos conselheiros do Quilombo, a atuação de seu antepassado é de um falsificador de correspondências, raptor de mulheres paraguaias para servirem aos oficiais brasileiros e delator. E, desse modo, uma versão não muito nobre da guerra vai sendo denunciada.

Mas o entusiasmo, de acordo com Naira Nascimento, é momentâneo e o VII barão de Ramalho conclui pela sua indiferença no curso da sua vida: "O Paraguai está lá, o Brasil está onde sempre esteve, não temos nada com a história. Aliás, nem com essa, nem com nenhuma outra" (ROA BASTOS, 2002, p. 230).

Retomando a hipótese levantada por Luciene Azevedo (2007, p. 144), da tendência de performatividade narrativa na literatura contemporânea, muitas histórias optam por mostrar a mostrar "'a negatividade do positivo' [conceito adorniano] pelo investimento em uma 'positividade farsesca', simulada por um narrador performático". Nesse caso, é possível associar tal princípio à ambiguidade da postura que faz o narrador performar vozes superficiais e irônicas em passagens nas quais retoma as questões históricas negligenciadas pela sociedade. A aparente indiferença do narrador-personagem é justamente a crítica à postura desinteressada dos brasileiros ao incidente da guerra e suas implicações.

Acerca da tessitura intertextual esboçada no texto, é importante destacar o traço paródico que obra assume, diferentemente das anteriores. Como explica Linda Hutcheon (1985), a paródia funciona como um método de escrita intertextual, por meio do qual se é possível investir em uma reflexão sobre o passado. Não compreende necessariamente a imitação ridicularizadora em relação ao objeto parodiado. Maria Valéria Gobbi (2011, p. 48), apoiando-se na argumentação da ensaísta canadense, explica que a paródia "faz exigências ao conhecimento e à memória do leitor". Todavia a intenção desse tipo de texto é derrubar "o peso tirânico das memórias culturais, incorporando-as e invertendo-as pela imaginação de um paralelismo (de situação de personagens, por exemplo) com diferença irônica" (GOBBI, 2011, p. 48).

Há de se mencionar que a ironia é um procedimento essencial para a configuração discursiva da paródia. A estratégia irônica é definida como o principal mecanismo retórico utilizado pela paródia, "já que há um mútuo reforço hermenêutico entre elas, dadas as suas semelhanças estruturais" (GOBBI, 2011, p. 49). Roa Bastos se utiliza muito de tal estratégia em sua escrita. Em outra passagem, quando Mitre e Cándido comentam a respeito da fuga do "*brigadier*" Aranda e o pintor expressa sua compreensão diante do ato cometido pelo oficial, o comandante argentino faz a seguinte comparação:

> Quem pode se salvar no inferno do Gran Chaco? "*Laciate ogne speranza, voi ch'entrate*" ["Deixai toda esperança, ó vos, que entrais"]. O Chaco Gualamba, tenente! "*Per me si va tra la perduta gente*" ["Por mim se vai a condenada gente"]. A única justiça é justiça-lo para que sua desonra chegue antes dele. Ela o estará esperando junto a Caronte (ROA BASTOS, 2002, p. 19).

Curioso como Augusto Roa Bastos tanto consegue colocar em prática a estratégia paródica entre seu texto e *A Divina Comédia*, quanto, inclusive, discute a teoria da tradução. Tudo isso em clara intenção de evidenciar as manobras discursivas do discurso historiográfico nacionalista. No prefácio de *La Divina Comedia* (1889; 1922), a que intitula "Teoría del traductor", Bartolomé Mitre afirma que "las obras maestras deben traducirse al pie de la letra para que sean al menos un reflejo (directo) del original, y no una bella infidel" (ALIGHIERI, 1922, p. VII). Toda tradução deve preocupar-se em "penetrarse del espíritu de la obra, como el artista que, al modelar en arcilla una estatua, procura darle no sólo su forma externa, sino también la expresión reveladora de la vida interna" (ALIGHIERI, 1922, p. IX).

Segundo o argentino, traduzir o texto do poeta florentino é uma tarefa árdua, considerando que "la [obra] más sublime de la era cristaniana, fué pensada y escrita en un dialeto tosco" (ALIGHIERI, 1922, p. IX), o que representa uma dificuldade para o tradutor. Portanto, Mitre está convencido de que *La Divina Comedia*, analisada do ponto de vista linguístico e literário, é "una traducción fiel y una interpretación racional, matemática a la vez que poética, que sin alterar su carácter típico, la acerque en lo posible del original al vertirla con un ropaje análogo, si non idéntico" (ALIGHIERI, 1922, p. X).

No irônico texto "Em frente à frente argentina", o personagem de Mitre assume uma postura muito diferente da que é assumida pelo comandante no prefácio de *La Divina Comedia* (1922). Ao consultar Cándido a respeito dos versos "un vecchio, bianco per antico pelo, gridando: 'Guai a voi, anime prave!'" (ROA BASTOS, 2002, p; 20) a que traduz para "un viejo, blanco com antiguo pelo, que así gritaba: '¡Guay, maldita gente!'" (ROA BASTOS, 2002, p; 21), pede a opinião do pintor:

> Ou fica melhor *condenada gente*? Depende, senhor, do que o senhor pense que são. Um condenado é alguém que sofre o mal como sentença, um maldito é alguém que goza sentenciando-se para o mal. Então são *maldita gente*, mestre. De que outro modo se pode denominar um povo que se compraz em ser tiranizado? Mal saíram da ditadura de um fanático para entrar na de um lunático. De que inferno estamos falando agora, senhor? De todos os que existem, desse mesmo que você está vendo e vivendo, Cándido. Há um inferno escrito nos versos e outro que lemos nesta terra de bárbaros (ROA BASTOS, 2002, p. 21).

Muitas observações podem ser depreendidas a partir dessa passagem. Primeiro, em relação à tradução. O personagem Mitre enfrenta o desafio de todo tradutor: transpor sentidos de uma língua para outra. Enquanto a figura histórica adverte, no prefácio de *La Divina Comédia* (1922), sobre a responsabilidade do tradutor para que seu texto seja fiel ao original, a personagem de Roa Bastos não se sente constrangido em optar por um significado que lhe

pareça mais conveniente às suas aspirações e não com o compromisso de ser "reflejo (directo) del original".

É possível aproximar o episódio da tradução de Mitre à discussão que Jacques Derrida trava sobre o assunto em *Torres de Babel* (2002), onde retoma o texto "A tarefa do tradutor", de Walter Benjamin. Conforme o filósofo francês, o texto traduzido (de chegada) funciona como uma espécie de suplemento, um acréscimo que nunca completará o texto original (de partida). Nesse sentido, a tradução representa um novo texto, no qual os sentidos serão outros.

Contudo Derrida defende que a singularidade e assinatura (estilo e tom) do texto devem ser respeitadas; é necessário considerar a lei do texto de partida. Argumenta que qualquer texto é caracterizado por certa intraduzibilidade. Por outro lado, mostra que um texto pode ser um convite à tradução para se constituir em outro texto; o texto entrega-se à modificação. Durante o processo de tradução, podem ocorrer substituições, as quais se realizam dentro de um jogo de enxertos e suplementos constitutivos. As substituições podem desencadear novas interpretações e provocar novos efeitos.

Mitre não compreende a tradução como um novo texto, à maneira de Derrida, mas mostra-se ciente da precariedade de toda língua. E, de fato, por meio de como se ilustra a tradução conduzida pelo argentino, os efeitos podem resultar bem distanciados do sentido do texto original. Diante disso, seria possível se desenvolver uma discussão sobre a responsabilidade do tradutor. Mas isso não caberia aos propósitos do presente estudo.

O segundo se observa, a partir do diálogo, é a estratégia de Roa Bastos em mais uma vez comparar o contexto da ofensiva contra o Paraguai com o inferno dantesco: "De todos os que existem, desse mesmo que você está vendo e vivendo, Cándido. Há um inferno escrito nos versos e outro que lemos nesta terra de bárbaros" (ROA BASTOS, 2002, p. 21). Ou ainda como na passagem:

> Vamos conhecer o inferno lendo Dante, mestre. Onde pensa que estamos, general? Você deveria pintá-lo. Que acha que estou fazendo? Não está vendo aqui a artilharia aliada, ali a infantaria paraguaia? E onde foi esse combate, ajudante? A carga da batalha de Estero Bellaco, *sir* (ROA BASTOS, 2002, p. 25).

Aliás, em relação à expressão "terra de bárbaros", é possível tecer a terceira observação. As palavras de Mitre dão a entender de que o continente americano, habitado especialmente por indígenas e mestiços, representaria uma população inferior.

Lamentavelmente, para o estadista, esses sujeitos constituem o corpo político das nações[79]. Seria uma representação das ideias de Sarmiento, disseminadas em Facundo, civilização e barbárie.

Por último, o que se nota, a partir do trecho, é uma crítica de Mitre a Solano. Os paraguaios, na sua compreensão, são uma "maldita gente", após ter conseguido sair de uma ditadura sob o comando de José Gaspar Rodrigues de Francia, "um fanático", aceitar ser tiranizada por um "lunático". Em contrapartida, o tom crítico de Roa Bastos não deixa de tecer críticas ao monarca do Império do Brasil. Dessa vez, a partir do personagem Cándido:

> Que acha, Cándido? Não gosto de *flacura*, mas não sei o que pode desenhar melhor a miséria da alma no corpo. Depende da miséria o que dela se diga, dom Mitre. A de uma nação que tem de ser libertada de uma tirania, senhor. Não? E o que é, então? Eu diria que é uma servidão tão perigosa como a liberdade que o senhor prega, dom. Perigosa a sua falácia, mestre amestrado na arte da sofística. Quem lhe instrui, Cándido? [...] Se me pergunta, dom Mitre, eu lhe digo o que acho. [...] Que significa eleger para você? Significa que sou dono de mandar ou ser mandado, senhor. Por minha própria vontade. Sua própria vontade o escraviza? Depende, senhor. "Depende, depende." Se não fosse por sua mão, estaríamos escrevendo a história da dependência em vez da independência da história, insigne mestre. E o que acha que estamos fazendo, dom Bartolomeu? Fazemos a guerra por nossa conta ou por ordem de Sua Majestade? (ROA BASTOS, 2002, p. 22)

O autor aproveita para discutir temas como a ambição e o autoritarismo. Em vários momentos do diálogo entre Mitre e o pintor, o general tece críticas à figura do comandante paraguaio Solano López: "O interesse do Estado subordina os demais interesses, mestre. Por isso lhe digo que não podemos permitir que uma ditadura ameace a paz da América do Sul" (ROA BASTOS, p.17). Ao mesmo tempo, Mitre defende que se faça tudo a qualquer preço, em nome do Estado, inclusive, utilizar a arte para manipular os fatos, a sociedade.

O pintor, ainda que compatriota do comandante, não compartilha de sua opinião sobre a necessidade da guerra: "É estranha a justiça sagrada, dom Mitre. Castiga igualmente aquele que se beneficia e aquele que se prejudica, como em sua guerra" (ROA BASTOS, 2002, p.36).

O que se percebe, então, por meio desses e dos demais recursos estéticos, a clara intenção de criticar o conflito, desmitificando os atos heroicos dos envolvidos no evento bélico, levantando hipóteses a respeito de quem cabe a responsabilidade por iniciar e/ou prosseguir com a guerra, denunciando a violência e o sofrimento impingido às populações dos países envolvidos. Nesse movimento, por conseguinte, rasura-se também a ideia de nação.

---

[79] Talvez Roa Bastos esteja fazendo alusão às ideias difundidas por Domingos Faustino Sarmiento, em *Facundo* (1845; 1999). Como um dos eixos estruturadores do texto-manifesto, a antinomia civilização e barbárie recobre as concepções de um projeto homogeneizador adotado na construção do Estado-nação na Argentina.

5.2 Repensando a História

Dado que o "novo romance histórico latino-americano" apresenta uma profunda desconfiança em relação à operação historiográfica, entre as marcas inovadoras desse subgênero literário, que notadamente destoa do formato com o qual nascera nos oitocentos, está a tentativa de representação da história sob o ponto de vista das minorias silenciadas. Ao advertir que esse tipo de obra adota uma atitude crítica ante a história, Antonio Esteves, lembra que seja *O romance histórico brasileiro contemporâneo* (2010), seja o hispano-americano ou universal, seguindo os princípios da pós-modernidade, "rompe com as grandes narrativas totalizadoras consciente da individualidade e de sua forma fragmentada de ver e representar o mundo e, consequentemente, o fato histórico" (ESTEVES, 2010, p. 68). Algumas dessas produções se fixam em um único período histórico; outras alteram períodos separados no tempo. Algumas mantêm a linearidade do tempo, enquanto outras preferem explorar o anacronismo temporal. A reinterpretação do fato histórico ocorre por meio da adoção de todo tipo de técnicas que o gênero narrativo dispõe como: invenção de situações fantásticas; distorção consciente dos fatos históricos; interação entre personagens históricos e ficcionais; rompimento com as formas convencionais de tempo e espaço; alternância de focos narrativos e momentos de narração; e utilização da intertextualidade em seus mais variados níveis.

Desde a década de 1990, vêm surgindo romances históricos latino-americanos preocupados em revisitar a Guerra da Tríplice Aliança, propondo-lhe novas interpretações. Nestas releituras, observa-se em algumas obras não apenas a intenção de expor novos pontos de vista sobre fatos históricos já consolidados pela historiografia oficial, mas também sugerir outros acontecimentos e atores até então marginalizados pelos primeiros relatos, como mulheres, negros, índios etc. Algumas obras desenvolvem-se retomando personagens conhecidas da historiografia, enquanto outros preferem eleger como protagonistas de suas narrativas figuras que certamente não ocupariam lugar de destaque entre os documentos de memória produzidos sobre a Guerra da Tríplice Aliança no final do século XIX. Por vezes, alguns desses romances tematizam a história, transformando-a em material de reflexão de seu enredo. São romances que intentam expor o outro lado da história ou mesmo colocar em xeque seu *status* de discurso da "verdade".

O conflito platino é um dos episódios de maior destaque entre os eleitos para figurar na memória histórica dos países da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) e da própria nação paraguaia. No entanto, ainda que o episódio seja citado nas páginas dos livros de História ou registrado em telas e fotografias, muitos detalhes acerca do maior conflito armado da América Latina continuam encobertos por uma nuvem de precário esclarecimento. Até hoje, os arquivos governamentais sobre o assunto encontram-se em regime de "sigilo eterno" no Brasil. Todos esses "segredos" só geram suspeições quanto às possíveis manobras da política da memória ao selecionar elementos convenientes ao Estado (personagens, fatos, estratégias políticas e militares) para serem lembrados em detrimento de outros relegados ao esquecimento (ASSUNÇÃO, 2012; DORATIOTO, 2002).

Considerando que, em *O livro da Guerra Grande* (2002), a noção de história é problematizada na obra por meio da reflexão de seus personagens, há de analisar aqui a polifonia. Para discutir a proliferação de vozes discordantes na narrativa, sugere-se uma aproximação com o pensamento de Michel Foucault. Afastando-se de uma concepção de história que não tem a pretensão de buscar uma origem fundadora nem de desvelar a verdade que repousa em sua essência original, Foucault propõe uma análise histórica que se volta aos acidentes e às dispersões, que desconfia do destaque dado aos fatos consagrados.

Vale mencionar que o estudo em torno da noção de história na obra foucaultiana desenvolve-se em três eixos de discursos distintos. O primeiro destes eixos corresponde à retomada explícita de Nietzsche, no que diz respeito tanto à história concebida como contínua, linear, provida de uma origem, quanto à crítica do discurso dos historiadores enquanto "história monumental". O segundo eixo, relacionado a seu interesse pelos arquivos, consiste na defesa da formulação de uma análise que valorize a história menor constituída de vestígios silenciosos, de fragmentos de existência. O terceiro eixo se desenvolve quando passa a problematizar o que deveria ser a relação entre a filosofia e a história e a interrogar a evolução da historiografia francesa desde a década de 1960 (REVEL, 2011).

O filósofo francês faz questão de destacar a importância do pensamento de Friedrich Nietzsche no desenvolvimento de suas reflexões acerca da operação historiográfica e da necessidade de mudança no sentido de história (NIETZSCHE, 1988). Para o pensamento histórico, como em quase tudo o mais na atualidade cultural do século XIX, Nietzsche representou um marco, ao rejeitar as categorias de análise histórica que os historiadores vinham utilizando desde a década de 1830 e contestou a realidade de qualquer coisa a que se pudesse dar o nome de processo histórico, no qual se apoiassem essas categorias (WHITE, 2008).

O ensaio "Para uma genealogia da moral" (1988), sobre a história das ideias de bem e mal na civilização ocidental, empreende uma apreciação a respeito da consciência histórica quanto tece uma crítica contra a reflexão histórica convencional. No texto, o filósofo alemão insiste na urgência de voltar o conhecimento histórico para as necessidades da vida social e cultural presente, ou seja, não reivindica um conhecimento contemplativo do passado. Mostra-se ciente dos efeitos debilitadores que resultariam uma historiografia contemplativa.

A tentativa de análise da obra a partir de uma aproximação com o conceito foucaultinano de história é encorajada pelas palavras do próprio Michel Foucault que, ao defender a descontinuidade do que parece estar sempre sendo regido pelas forças de uma pretensa continuidade e regularidade no tratamento do discurso – entendam-se, neste rol, os discursos histórico e literário –, propõe que se adotem/arrisquem outras formas de relação entre os enunciados, tais como

> Relações dos enunciados entre si (mesmo que escapem à consciência do autor; mesmo que se trate de enunciados que não têm o mesmo autor; mesmo que os autores entre não se conheçam); [...] relações entre enunciados ou grupos de enunciados de uma ordem diferente (técnica, econômica, social, política)... (FOUCAULT, 2012a, p. 35)

Nesse caso, esclarece-se que não é anunciado pelos autores de *O livro da Guerra Grande* (2002) qualquer tipo de inspiração na definição de história postulada por Foucault. Mas isso não impede que se faça aqui uma leitura na qual se aponte aproximação entre a abordagem acerca da problemática da legitimidade do discurso historiográfico adotada pela obra literária em questão e os textos foucaultianos.

Alejandro Maciel, no prefácio, afirma que a intenção da obra é celebrar a paz entre povos e, por isso, afirma:

> Escrever um livro sobre a paz não aparece apropriado nessa civilização globalizada na qual a beligerância, o terror, as hemorragias, e os explosivos parecem ser a receita de ouro para contar histórias e histerias (ROA BASTOS, 2002, p. 9).

Não seria, então, a preocupação do projeto literário em focalizar na narrativa a história dos subalternos e dos movimentos de resistência às guerras nacionais um recorte, uma descontinuidade temático-metodológica de tratamento dos acontecimentos ao que comumente é trabalhado no campo da história tradicional?

Maciel salienta que os textos foram produzidos a partir da leitura das cartas de *sir* Richard Burton. O escritor, aventureiro, historiador e diplomata inglês, que visitou os acampamentos dos exércitos da Tríplice Aliança e do Paraguai, dirige as cartas à rainha da

Inglaterra. Ainda no prefácio, Maciel destaca a prodigiosa aventura de um projeto que intenta, de certa maneira, mexer com as ideias cristalizadas pelo discurso historiográfico:

> *Sir* Richard perdeu-se no espaço: as pampas e os pântanos alheios a sua Inglaterra rainha dos mares. Nós estamos perdidos no tempo e essa coisa errante de escrituras é ao mesmo tempo virtude e defeito. Mais fácil que fazer a história dos feitos (não somos historiadores) é historiar o desfeito (ROA BASTOS, 2002, p. 8).

A narrativa "Em frente à frente argentina" concentra-se no diálogo envolvendo as personagens de Cándido López e do presidente e general Bartolomé Mitre, ambos argentinos. Sem a presença de um narrador, o texto desenvolve-se em discurso direto contínuo (sem aspas e travessões para marcar as falas das personagens). No diálogo, o general procura justificar as ações de intervenção contra o Paraguai. O pintor, em contrapartida, busca expor outro ponto de vista em relação ao conflito, colocando em evidência a violência do evento bélico.

Há de se esclarecer que quase toda a pintura produzida durante a Guerra da Tríplice Aliança e que explora o conflito é subsidiada pelo Estado e pelas Forças Armadas. A intenção é construir uma iconografia de afirmação das nações envolvidas na contenda. No Brasil, três artistas contemporâneos à guerra produzem pinturas sobre o tema: Vitor Meireles, Pedro Américo e Domingos Teodoro de Ramos. No Paraguai, destacam-se Saturio Ríos e Aurelio García, com alguns poucos retratos. No Uruguai, cita-se Juan Manuel Blanes, que, por ser contra a guerra ao Paraguai e o envolvimento do Uruguai, não produz nenhum trabalho significativo. E, na Argentina, sobressai-se a produção pictórica de Cándido López.

O fotógrafo e retratista ambulante Cándido López (1840-1902), alista-se aos 24 anos, como voluntário no Batalhão da Guarda Nacional de San Nicolás de los Arroyos, em 1864. Atende, como muitos outros compatriotas, ao chamado do governo argentino em nome da defesa da pátria invadida. Durante a batalha de Curupaiti, um casco de granada despedaça sua mão direita, o que resulta na amputação do braço. No regresso à vida civil, Cándido volta a pintar, utilizando a mão esquerda e produz 56 quadros sobre deslocamentos de tropas e navios, paisagens, acampamentos e batalhas.

Apesar de basicamente autodidata, havia estudado pintura com italianos que trabalharam em Buenos Aires, Baldassare Verazzi (1819-96) e Ignazio Manzoni (1797-1888), e com o argentino Carlos Descalzo (1813-79). A crítica recebe bem o trabalho do artista, compreendendo a singularidade de sua pintura e sensibilizando-se com sua história pessoal. Segundo André Toral (2001), a obra de Cándido López é reconhecida por sua originalidade; é classificada como uma pintura popular, espontânea e eclética, por se enquadrar numa tradição

de registros de temas regionais, surgida em diversos países da América Latina na segunda metade do século XIX.

Afirmando-se ser um "cronista do pincel" comprometido em documentar a história, Cándido López afirma em cartas ao governo que seu trabalho havia sido construído "sem pretensões artísticas", mas com "patriotismo". Justifica que, inicialmente, a intenção era doar as telas ao museu republicano. No entanto, ao encontrar-se na pobreza e responsável por uma família numerosa para sustentar, não havia outra saída senão vender o acervo ao governo. André Toral (2001) menciona que o pintor, terminada a guerra, escreve a Mitre solicitando-lhe o testemunho de autenticidade de sua obra. O presidente argentino redige testemunho de autenticidade do trabalho do pintor. Dois anos depois, o Ministério de Guerra e Marinha da Argentina compra a série de 31 telas de Cándido López.

No entanto, é importante enfatizar que, neste texto, é o general Mitre quem desenvolve uma reflexão em torno das estratégias utilizadas pelo discurso historiográfico na construção das "verdades". O oficial ironiza o empenho de Cándido em procurar representar os fatos em sua essência, como bem se observa nesta passagem:

> Você pintou o fuzilamento do *brigadier* Aranda? Não, dom Mitre. Como quer que eu retrate essa farsa? O pelotão fuzilou um boneco de estopa. Imagine, não seria decente reproduzir uma reprodução sem origem, uma pantomima bastarda, dom. Note que essa comédia de justiçamento transforma a justiça em um truque. Vamos por parte meu partidário neorrealista. Agora você foi pego pela epidemia pré-rafaelita? [...] Há algo mais teatral do que a mente mentirosa? (ROA BASTOS, 2002, p. 18-19)

O que se nota é que a posição de Bartolomé Mitre aproxima-se mais da leitura estadista da guerra, enquanto a de López está mais para a revisionista. O general defende um discurso a serviço da manutenção do poder. O pintor – inspirado pelos princípios artísticos pré-rafaelitas, que perseguiam a ideia do artista enquanto artífice fiel à representação da realidade, sem o filtro das formas pré-estabelecidas da pintura acadêmica – mostra-se indignado com a proposta de produzir uma arte servir capaz de encobrir uma farsa.

No texto *Nietzsche, Freud, Marx* (1997), publicado em 1967, ao refletir acerca da relação entre interpretação e verdade, Foucault argumenta que os três pensadores provocaram um deslocamento nas formas de interpretar que se tinha, pelo menos, até o século XVI. Segundo o filósofo, há em Nietzsche uma crítica da profundidade da consciência. Ele denuncia que esta profundidade implica a resignação, a hipocrisia; ainda que o intérprete, quando recorre aos símbolos para denunciá-los, deva descender ao longo de uma linha vertical e mostrar que a profundidade de integridade é algo muito diferente do que parecia. É

necessário que o intérprete transforme-se, então, segundo o filósofo alemão, no "bom escavador dos baixos fundos" (FOUCAULT, 1997, p. 18-19). Toda essa verticalidade não é senão um revés da profundidade, uma vez que essa não passa de uma ruga da superfície.

Outra noção sugerida pelo trabalho dos teóricos é a de que a interpretação se converteu numa tarefa infinita. A ideia do inacabado da interpretação em Nietzsche surge quando estabelece a distinção entre o começo e a origem. Na perspectiva nietzschiana, não existe um significado original. As palavras sempre foram inventadas pelas classes superiores; não indicam um significado; impõem uma interpretação.

E Bartolomé Mitre faz questão de sugerir isso a Cándido: "Ë preciso inventar glória mestre. Se nossas tropas recuaram, faça com que avancem em sua pintura. Tutele sua tela contemplando com um olho o passado e com o outro a lembrança" (BASTOS, 2002, p. 16). Ou seja, Mitre é consciente de que a eles cabe a tarefa de oferecer ao mundo uma interpretação do conflito, mesmo que isso signifique uma invenção.

Foucault crê que esta falta de conclusão essencial da interpretação, a que se refere Nietzsche, está relacionada com outros princípios que, junto com os dois primeiros, constituíram os postulados da hermenêutica moderna. O primeiro diz respeito ao questionamento de que se a interpretação não se pode nunca acabar, isto significa que não há nada a interpretar, já que no fundo tudo já é interpretado; cada símbolo é em si mesmo não a coisa que se oferece à interpretação, mas a interpretação de outros símbolos. O que ocorre, na interpretação é uma relação de violência. O segundo princípio refere-se à obrigação da interpretação interpretar a si mesma (FOUCAULT, 1997).

Bartolomé Mitre, mais uma vez, ao discutir com Cándido López, retoma o ponto da suposta legitimidade do discurso histórico, relativizando o conceito de representação:

> (...) Não pense que não o observo, tenente. Em plena refrega eu o vejo fitando, do alto, como os homens se trançam em combate, como as lanças atravessam seus ventres, como afundam as espadas dos tombados na pantanosa terra dos paraguaios. Você por acaso pensa que essas imagens são fiéis à matança? A memória do momento é a mais enganosa no tempo presente, salvo na memória que se torna copiosa, como a sua faz cópias. Toda história contemporânea é uma fraude (ROA BASTOS, 2002, p. 23).

Mitre dá a entender que o aquilo que o pintor pensa estar registrando em sua memória e, por sua vez, nas telas não é mais do que uma cópia, ou seja, não se trata de a coisa em si, mas do resultado de interpretações. Nesse sentido, tudo o que a história registra não passa do acúmulo de recortes, de escolhas, de interpretações. Daí ser considerada uma "fraude".

Certamente o oficial pretende insinuar a Cándido que não seja ingênuo a ponto de pensar que seus esboços podem ser uma representação fiel da guerra. Para o general, tudo o que é apresentado nos relatos históricos e nas pinturas não passam de fragmentos da realidade, capturados e manipulados por alguém. Mitre defende que, em nome do Estado, se faça tudo a qualquer preço, inclusive, utilizar a arte para manipular os fatos, a sociedade, a memória.

Nesses termos, acreditar que esses artefatos constituem a prova da verdade absoluta trata-se de pura inocência. Por isso, quando afirma para o artista que "tudo pode ser melhorado sempre", está tentando convencê-lo de que poderia usar a arte como "arma para corrigir a realidade" (ROA BASTOS, 2002, p.16).

No diálogo, são claras as hierarquias que demarcam as posições dos sujeitos, especialmente a do general enquanto um dos comandantes dos exércitos aliados na ação contra o Paraguai. Um dos argumentos usados por Mitre para justificar a intervenção da Tríplice Aliança na tentativa de deter o comandante paraguaio Solano López é o de que: "O interesse do Estado subordina os demais interesses, mestre. Por isso lhe digo que não podemos permitir que uma ditadura ameace a paz da América do Sul" (ROA BASTOS, 2002, p.17).

A fala de Mitre aproxima-se do que Foucault (2012b) diz a respeito do jogo de forças que se manifesta através da dominação entre os povos. O filósofo argumenta que tal dominação se expõe por meio de regras impostas pelos dominadores aos dominados. As regras em si não dizem nada, mas permitem fazer violência. O grande jogo da história será de quem se apoderar das regras e, portanto, ascender à condição de dominador. Sendo assim, o devir da humanidade é uma série de interpretações e cabe à genealogia ser a sua história, como emergência de interpretações diferentes.

Em *Nietzsche, genealogia e história* (2012b), Foucault passa a mostrar as relações entre o estudo genealógico, definida como pesquisa de *Herkunf* e *Entestehung*, e o que se chama habitualmente por história. Começa, referindo-se a como Nietzsche distingue a *Wirkliche Historie* (história efetiva ou "sentido histórico") daquela dos historiadores que pretende julgar tudo segundo uma objetividade apocalíptica. A história efetiva trabalha com a singularidade do acontecimento, colocando-o sob o domínio do acaso e fruto de uma inversão de uma dominação de forças. Para o alemão, a história será efetiva na medida em que reintroduzir o descontínuo no próprio ser.

Para Foucault, a história não pode ser considerada como um processo neutro, uma vez que é resultado de um processo de escolhas e destaque a certos acontecimentos e exclusão de outros. Trata-se de um exercício estreitamente relacionado com o sujeito que conta essa

história. E Mitre procura deixar isso claro para Cándido: "Você vai pintar o massacre e a decapitação manual? Que tipo de mestre é o nosso? Esqueça o passado, mestre da paleta, torne-o mais leve. Não há melhor que acreditar no impossível" (ROA BASTOS, 2002, p.15).

Embora seja irônico, Mitre chega a ser poético em suas colocações. E, de fato, o presidente argentino era poeta e romancista. Sua veia nacionalista sempre esteve presente em sua obra. Em 1847, quando vivia exilado na Bolívia por força do governo de Juan Manuel de Rosas da Argentina, Mitre escreveu o romance histórico *Soledad.* A obra é importante para a afirmação e consolidação da identidade nacional boliviana, após o térmico da união entre país e o Peru. O livro recupera o contexto pós-independência (1826) da nação boliviana (LUNA, 2004; SOMMER, 2004).

As palavras de Mitre, ao propor a Cándido que desenvolva uma representação da guerra de forma mais "leve", avizinham ao argumento de Foucault de que o sentido da história não é dado pelos fatos, mas pelos discursos que se constituem ao narrar a trama produzida pelo historiador. O caminho seguido não é a verdade, mas a produção de um discurso que classifica, seleciona e normaliza a história, dando voz a alguns fatos e silenciando outros. A verdade é não é mais entendida como algo a se descobrir, mas como aquilo que é produzido pelo homem, em dado momento histórico e dentro de determinada ordem discursiva, assume a posição de legitimidade. Com isso, o discurso torna-se um artefato que forma verdades legitimadas geralmente pelas esferas dominantes (FOUCAULT, 2011).

Mitre defende a manipulação da arte em favor de um embuste de discurso nacionalista. No entanto, esta é uma estratégia do texto para desmascarar a figura do herói sacralizada. É uma forma de escancarar para o leitor as fissuras do discurso oficial.

A segunda crônica de Roa Bastos, "Em frente à frente paraguaia", narra sobre a incursão de *sir* Richard Burton ao acampamento paraguaio. O texto é resultado de fragmentos de seu livro *El Fiscal* (1993), como o autor indica em nota de rodapé. O narrador, tal qual um resenhista, dá a entender que ali retoma as experiências registradas pelo próprio diplomata inglês em *Cartas dos campos de batalha do Paraguai*. Neste livro, Burton relata, entre outros tantos assuntos, o que viveu no acampamento, na companhia do general Solano López e sua esposa, Madame Lynch.

No primeiro parágrafo, o narrador comenta que

> Ao longo de mais de um século, a história da Guerra Grande (...) continua sendo matéria de controvérsia e discussões, de querelas e duelos intermináveis. Apesar de se ter escrito sobre ela bibliotecas inteiras, continua sendo totalmente desconhecida.

> A história oficial dos vencedores não fez senão obscurecê-la ainda mais e torná-la inverossímil, como uma tragédia que não ocorreu nem poderia ter ocorrido (ROA BASTOS, 2002, p. 55).

O texto transcreve numerosos trechos do livro de Burton, buscando apontar o infortúnio imposto à nação paraguaia. Contudo, por vezes, as transcrições não correspondem à numeração que consta no livro original de correspondências. A conclusão a que se chega é que se trata de uma estratégia do texto de Roa Bastos para inserir dados novos, sob o pretexto de que as informações constem no livro do personagem histórico. Portanto, dados reais se confundem com invenção.

Ao mesmo tempo, assume-se a possibilidade de que a estratégia esteja associada a outra. O texto de Roa Bastos revela que Burton é o tradutor para o inglês do livro *Mil e uma noites*. A história persa incide nas artimanhas criadas pela personagem Xerazade em adiar sua execução, inventando histórias a seu marido por anos. A referência à contadora de histórias pode ser um indício de que a narrativa do texto de Roa ou qualquer outra flutua no campo das versões.

Boa parte desse texto de Roa Bastos é dedicada ao diálogo travado entre Burton e López acerca da guerra e ao relato da admiração do cônsul à esposa do presidente paraguaio.

Outro trecho do romance – desta vez da crônica "Os papéis do General Rocha Dellpiane", de Omar Prego Gadea –, no qual uma personagem reflete sobre história, é o momento que Rosa Rocha Saavedra expressa seu ressentimento em relação aos historiadores. A neta do oficial uruguaio acusa-os de não terem dado a importância devida ao papel de seu avô na guerra. Ao tomar conhecimento que um pesquisador busca ter acesso aos arquivos de Dellpiane, Rosa decide queimar as correspondências do oficial. Conforme a anciã, a publicação do material serviria apenas para "prejudicar ainda mais a memória do general".

A atitude de Rosa Saavedra dá a entender que os "documentos" detinham informações acerca do general ainda não divulgadas pela historiografia. Mas, mesmo que as divulgasse, uma vez que seu avô havia sido julgado como um dos participantes do assassinato do presidente Venâncio Flores, em 1868, tudo o que fosse publicado a seu respeito, inclusive, detalhes sobre dias que vive no Quilombo, só serviriam para prejudicá-lo ainda mais. Afinal, para esta senhora, a História não passa de "um acúmulo de misérias, de assassinatos, de matanças, de falsificações" e também de "interpretações tendenciosas" (ROA BASTOS, 2002, p. 183).

Para a personagem Rosa Saavedra, que nutre tamanha desconfiança sobre a legitimidade do discurso historiográfico, a interpretação dos arquivos de seu avô certamente

não mudaria o que a história oficial já difundira a seu respeito. As correspondências poderiam servir de mais uma fonte de interpretação acerca dos acontecimentos. No entanto, em seu julgamento, isto certamente contribuiria para macular ainda mais a memória de seu avô.

Foucault assinala o quanto é importante interpretar os documentos, procurando entender os rastros deixados pelo homem, agrupá-los e organizá-los em formações discursivas. Compreende que o documento é algo que se produz na história.

> [...] a história mudou sua posição acerca do documento: [...] ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. (FOUCAULT, 2012a, p. 7-8).

Isso sim se caracteriza como um estudo genealógico.

Observa-se, portanto, que *O livro da Guerra Grande* desvia a atenção da ideia sacralizada de história totalizante e verdadeira para a abordagem histórica voltada para os fenômenos de ruptura. Assim como Foucault sugere que se busque a incidência de irrupções, tal projeto literário parece olhar para a história ao avesso, não se preocupando em resgatar a "verdades" criadas em torno do acontecimento, mas problematizar e desestabilizar as certezas que constituem os discursos.

5.3 *La interagión regional*

Na medida em que os textos que compõem *O livro da Guerra Grande* (2003) são produzidos por autores de lados contrários do conflito, haveria de se pensar na possibilidade de versões diferentes e mesmo conflitantes acerca da guerra. No entanto, uma análise mais cuidadosa dessa narrativa não se justifica sem que sejam considerados alguns aspectos importantes. Primeiro, o fato de que o livro é resultado de uma investida de escritores de países que hoje integram o MERCOSUL, criado no século XX para conter a hegemonia dos países ricos no mercado internacional, mas cujos ideais de regionalização estiveram presentes desde a formação e consolidação dos Estados nacionais latino-americanos (ROSSATO, 2003). Segundo, a ficção histórica contemporânea vem privilegiando tanto a representação da temática identitária de minorias marginalizadas pela historiografia oficial quanto revisitando e

reinterpretando fatos e personagens históricos sob novos olhares. Terceiro, acompanha-se no campo da literatura – e das ciências sociais, vale ressaltar – caloroso debate a respeito dos conceitos de americanidade e suas variantes e desdobramentos, como hispano-americanidade e latino-americanidade.

Uma vez que a obra coletiva retoma episódios da Guerra da Tríplice Aliança a partir da visão de escritores dos países diretamente envolvidos no conflito, haveria como reconhecer, na narrativa, indícios de uma neutralização de nacionalismos e, por sua vez, da afirmação da latino-americanidade? Este é mais um dos propósitos de discussão desse capítulo. Cabe esclarecer, no entanto, que a presente reflexão não tem a intenção de fechar o assunto. Ao contrário, pretende-se apenas problematizar uma questão que vem suscitando ampla discussão no meio acadêmico.

5.3.1 A construção da ideia de latino-americanidade

O discurso literário é consagradamente campo preferencial de confecção do imaginário. Nas palavras de Zilá Bernd, em "Enraizamento e errância: duas faces da questão identitária", a literatura é "lugar privilegiado de construção e desconstrução de identidades", e estas devem ser pensadas "como uma dinâmica na qual ocorrem diferentes momentos de identificação que se realizam num sempre inacabado processo" (BERND, 2002, p. 36). Destarte, não é estranho o fato de a literatura estar sempre se comprometendo com a ideia de mexer, questionar ou mesmo consolidar os elementos de uma nacionalidade ou qualquer outra categoria de pertencimento referente às mais diferentes culturas.

Considerando a importância da literatura para o debate em torno da temática da identidade latino-americana, há de se mencionar aqui alguns dos nomes da literatura latino-americana e de suas respectivas estratégias ao explorarem os elementos suscitadores do sentimento da latino-americanidade em suas produções. Para tanto, caberia, antes, estabelecer sob que bases ideológicas teria se constituído o termo "América Latina", ao qual a expressão "latino-americanidade" está relacionada.

Conforme Eurídice Figueiredo (2010a), o termo América Latina tem uma longa história de luta. Surgiu na França em meio ao movimento pantalinista, idealizado por Michel Chevalier, que alimentava os sonhos imperiais da França de se impor à hegemonia da Inglaterra e dos Estados Unidos em seu próprio continente.

Eduardo F. Coutinho, no ensaio "América Latina: o móvel e o plural" (2005), também se ocupa de explicar as origens do termo enquanto uma construção europeia e explicar que o binômio exclusão/inclusão já se encontra presente desde o início da construção do conceito. Para o crítico literário, o binômio é o indicativo das tensões que ao longo da história prevaleceram no continente, quando comenta que

> A América Latina é, sem dúvida, uma construção cultural no sentido de que, [...], o único continente cujo nome porta um qualificativo que indica a cultura dominante que o moldou, e sse é um fato que tem inúmeras repercussões não só em sua geografia e em sua formação socioeconômica, como também evidentemente em sua produção cultural. No entanto, esse sentido cultural já surgiu associado a um outro, de ordem eminentemente política, que aponta para a dominação de uma cultura – a neolatina, ou melhor, europeia – em detrimento de outras, presentes muito antes da chegada dos europeus em sua formação, em prol de uma homogeneidade supostamente marcada pelo signo da harmonia (COUTINHO, 2005, p. 156-157).

O primeiro a empregar o termo América Latina foi o chileno Francisco Bilbao, em conferência realizada em Paris em junho de 1856. No mesmo ano, o colombiano José Maria Torres Caicedo esforça-se em difundir o termo, utilizando-o, inclusive, no poema *Las dos Américas*. Vale ressaltar que a noção de América Latina trabalhada por Caicedo não incluía o Brasil.

Walter Mignolo critica a ideia de latinidade porque, segundo ele, tal concepção teria sido criada para disfarçar a invisibilidade dos indígenas e afro-descendentes, que foram silenciados e não estariam interessados em pertencer ao *ethos* latino. Para o pesquisador argentino, a latinidade,

> identidad reivindicada por los franceses y adoptada por las élites criollas, en última instancia, funcionó como un concepto que las ubicó por debajo de los angloamericanos y borró o degradó la identidad de los indios y los sudamericanos de origen africano (MIGNOLO, 2007, p. 20).

No entanto, na interpretação de Figueiredo (2010a), a análise de Mignolo (2007) cai em generalizações, uma vez que amalgama reivindicações de grupos minoritários que não teriam nada em comum, como os de mulheres, gays, índios, afro-latinos etc. Acrescenta que a posição do estudioso argentino é tributária de uma experiência de latino que vive nos Estados Unidos, o qual nutre, portanto, uma percepção diferente do estudo do latino-americano.

Embora o uso da expressão "América Latina" seja corrente para denominar uma parte do continente americano, existe uma problemática em torno do termo, em virtude da imprecisão quanto à natureza dos critérios adotados para a definição de quais países estariam

integrando este bloco subcontinental. O termo não é somente geográfico nem totalmente cultural. Em termos geográficos, a delimitação do bloco incluindo apenas os países da América do Sul e da América Central é problemática, uma vez que o México encontra-se localizado na América do Norte. Do ponto de vista cultural, a denominação reuniria apenas os países de cultura latina, o que inclui na totalidade a província canadense do Quebec e Porto Rico (Estado livre associado aos Estados Unidos). No entanto, segundo alguns estudiosos, esse arranjo normalmente não é aceito (ANDRÈS, 2003; DINIZ, 2007).

Para os viajantes europeus, a América, a princípio, era o Novo Mundo. Foi a colonização que rompeu a unidade ilusória do continente, transformando-o em territórios conectados apenas por laços que os prendiam à economia mercantil imposta pelas monarquias europeias. As modalidades divergentes de exploração colonial dissolveram a "América" em as Américas: a América Hispânica, assentada sobre a servidão ameríndia; a América Lusitana, apoiada na escravidão africana; a América Anglo-Saxônica, bipartida entre as plantações sulistas escravocratas e as propriedades familiares nortistas; e o Caribe das *plantations* e dos piratas (ROSSATO, 2003).

A formação dos Estados nacionais americanos nas primeiras décadas do século XIX completou o percurso de fragmentação das Américas. A invasão da Espanha pelas tropas francesas de Napoleão Bonaparte, em 1808, deflagrou o processo das independências na América Hispânica. As elites *criollas* das colônias espanholas encontraram em homens como Simón Bolívar e José de San Martín os chefes militares da libertação. Na "Carta da Jamaica" (1815; 1999), Bolívar preconizava a unidade da América Hispânica independente, que deveria se organizar numa imensa confederação, do México até a Argentina, formada por três grandes federações. O grande ideal bolivariano, de unidade do conjunto hispano-americano, teve nesse documento a sua primeira expressão:

> Es una idea grandiosa pretender formar de todo el Mundo Nuevo una sola nación con un solo vínculo que ligue sus partes entre sí y con el todo. Ya que tiene un origen, una lengua, unas costumbres y una religión, debería, por consiguiente, tener un solo gobierno que confederase los diferentes Estados que hayan de formarse; mas no es posible, porque climas remotos, situaciones diversas, intereses opuestos, caracteres desemejantes, dividen a la América (BOLÍVAR, 1815; 1999, p. 88).

Luiz Roberto Cairo, no ensaio "Literatura brasileira, literatura latino-americana?" (2007), também sinaliza que a criação da expressão América Latina, no século XIX, na França, foi uma tentativa da América hispânica de diferenciar-se da América anglo-saxônica. Posteriormente, a expressão passou a abranger também o Brasil, o Caribe francês, o Quebec e

os povos do Caribe não colonizados por neolatinos, como as colônias inglesas e holandesas. Ao analisar, de forma breve, alguns trabalhos críticos de autores brasileiros e hispano-americanos, Cairo aponta a evidência de uma interação entre o Brasil e as demais nações americanas. Para tanto, esclarece que sua reflexão se pauta no instinto de americanismo ou americanidade tanto no sentido de "sentimento de pertença à América", empregado por Zilá Bernd e Maria do Carmo Campos (1995), quanto de "exaltação do continente americano", utilizado por Hélio Lopes (1997). De acordo com Lopes, o sentimento de nacionalidade no Brasil, presente em textos poéticos românticos, nasceu paralelo a certo instinto de americanidade.

No entanto, Cairo reconhece a existência de textos de pesquisadores de literaturas ibero-americanas sobre o desconhecimento recíproco entre os escritores de literaturas de expressão hispano-americana e luso-americana. Nesses textos, há menção a escritores luso-americanos que se referem às literaturas latino-americanas "como um bloco no qual não se veem". Conforme o ensaísta, o que parece ter contribuído para a permanência desta visão, por parte dos pesquisadores, é o esquecimento de textos que constituem as fontes primárias da formação destas literaturas; o desconhecimento "da existência paralela à construção da identidade nacional, ao menos na literatura brasileira, de um certo *instinto de americanidade* que acaba revelando uma aproximação entre os povos do continente americano" (CAIRO, 2007, p. 40).

Nesse exercício de aproximação entre as diversas nações da América, por meio de um projeto identitário, rico em postulados com os quais ao mesmo tempo em que se consolidavam as soberanias nacionais se aprofundavam também laços de solidariedade intracontinentais, estariam, de acordo com Cairo (2007), por exemplo, textos nos quais a caracterização do Brasil estaria associada a elementos referentes a todo o continente americano e não apenas ao espaço delimitado pelas fronteiras do país. Por conta disso, convém citar escritores brasileiros que participaram da investida tais como José de Alencar (*O Guarani*, 1857; *Iracema*, 1865; *Ubirajara*, 1874), Fagundes Varela (*Vozes da América*, 1864; *Anchieta ou O Evangelho da Selva*, 1875), Castro Alves (*O livro e a América*, 1870), Machado de Assis (*Americanas*, 1875), entre outros. Da mesma forma, registra-se na América Hispânica a iniciativa de escritores que procuraram expressar o sentimento de americanismo em suas obras como o crítico argentino Juan Maria Gutiérrez (organizou a antologia *América poética*, em 1846), Francisco Laggomaggiore (organizou a antologia *América Literária*, 1883) e Carlos Romagosa (organizou a coletânea *Joyas poéticas americanas*, em 1897).

Convém lembrar que Joaquim Maria de Machado de Assis, ao analisar a produção literária brasileira incumbida de tratar da cor local e contribuir para a valorização da identidade nacional, assinala o quanto a literatura nacional vinha utilizando elementos da natureza e do passado pré-colonial do continente americano. O autor de *Dom Casmurro* (1899) dá a entender que a reflexão acerca da nacionalidade brasileira, em certa medida, desenvolvia-se atrelada ao sentimento de americanidade. É possível depreender isso a partir das palavras do próprio romancista e crítico oitocentista, no ensaio "Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade"[80] (2010, p. 5), ao referir-se à produção poética produzida pelos conterrâneos:

> Bem sei que as cenas majestosas da natureza americana exigem do poeta imagens e expressões adequadas. O condor que rompe dos Andes, o pampeiro que varre os campos do Sul, os grandes rios, a mata virgem com todas as suas magnificências de vegetação, – não há dúvida que são painéis que desafiam o estro, mas, por isso mesmo que são grandes, devem ser trazidos com oportunidade e expressos com simplicidade.

Dessa forma, Cairo (2007) conclui que a aceitação da presença do instinto de americanidade concomitante à construção do instinto de nacionalidade na literatura brasileira talvez seja um passo que se esteja dando no sentido de fazer com que esta literatura seja vista como latino-americana.

Embora no texto Cairo intensifique a análise apenas na produção romântica latino-americana, há de se destacar que a conexão entre o sentimento de nacionalidade e o de americanidade continuou ocorrendo em outros momentos da história da literatura. No século XX, o autor de *Macunaíma* (2008) procurou compor a brasilidade de seu personagem por meio da afirmação de sua americanidade. Mário de Andrade reconhecia a heterogeneidade constitutiva dos povos. Nesta rapsódia, o modernista tenta definir a essência da identidade nacional, recolhendo mitos e lendas da América Latina.

Márcio Bahia, certo de que o uso do conceito americanidade faz parte de um processo inacabado de afirmação cultural nas Américas, em "Estratégias identitárias no continente americano: 'americanidad', 'américanité', 'americanidade' e a ausência de 'americanity'" (2007), busca explicar como essas complexas manobras determinam a cartografia do conceito no continente. Ao analisar os pensadores da americanidade no espaço continental, o estudioso identifica a adoção do que chama de "perspectiva periférica" do conceito. Tal perspectiva

[80] Publicado originalmente em *O Novo Mundo*, 24/03/1873.

compreende dois eixos indissociáveis, encontrados em diferentes níveis de intensidade entre os pensadores.

A lógica do primeiro eixo, sustentado na ideia de promoção de certa união continental e no qual se inspira esse texto, é a seguinte: o vigor cultural americano reside na promoção da abertura cultural e proximidade continental nas Américas, não na expressão fragmentada das culturas nacionais circunscritas a espaços restritos. No lado hispano-americano, há a influência de escritores como José Martí (1977), com sua representação de *Nuestra América*, José Lezama Lima (1993), com sua *expresión americana*, e Alejo Carpentier (1976), com reflexões sobre o *real maravilloso* americano. No Brasil, encontram-se os estudiosos da geração canadianista, entre os quais figuram a professora Zilá Bernd.

Por sua vez, o segundo eixo da perspectiva periférica do conceito, conforme Bahia (2007), apela para uma união continental acompanhada de certa resistência ao "centro", visto como dominador. A posição desse centro foi ocupada primeiramente pela Europa. Depois, com a ascensão dos Estados Unidos, a rejeição passou a ser dirigida "ao gigante da América do Norte".

Para Bahia (2007), o conceito apresenta o potencial de ampliação do campo de estudos culturais e literários, no qual não existam fronteiras delimitadoras de margens e centros e seja possível, então, a construção de um novo sentido de continentalidade americana. A noção de americanidade inspira a possibilidade de pôr, lado a lado, a literatura e a cultura dos países americanos em "infindáveis e estimulantes combinações".

A respeito de José Martí, o porto-riquenho Julio Ramos, em seu estudo crítico sobre os *Desencontros da modernidade na América Latina* (2008), afirma que o cubano defendia a necessidade de intelectuais e políticos conhecerem e valorizarem a realidade latino-americana. Martí recusava o pensamento dominante da época, o qual propunha, segundo ele, uma "falsa modernidade" para América Latina ao excluir as culturas tradicionais dos espaços de representação política. De perspectiva reintegradora, o discurso martiniano proclamava que a afirmação da real modernidade latino-americana somente ocorreria com o reconhecimento da constituição mestiça dessa parte do continente, composta de europeus, índios e africanos.

O hispano-americanismo se transmuta em latino-americanismo com José Martí. Apesar de quase não usar o termo, o cubano seria o fundador do moderno conceito de América Latina, ao referir-se a essa parte do continente utilizando-se das expressões *Nuestra América*, *Hispanoamérica*, *América mestiza*. Martí superou a visão de comunidade linguística ou puramente cultural, concebendo *Nuestra América* como a terra dos trabalhadores, das

camadas populares. Nesse sentido, a América é também um projeto de sociedade popular, democrática e, sobretudo, inclusiva, porque inclui negros, mulatos, índios.

Cada vez mais o latino-americanismo se assentou em uma reivindicação de independência frente aos Estados Unidos, já explícita em *Nuestra América*. A noção ressignificou e deu uma carga semântica à noção de América Latina, concedendo-lhe uma dimensão independente da latinidade francesa, do pan-americanismo e do hispano-americanismo das elites *criollas* (ROSSATO, 2003).

Quando o tema é a americanidade, na esteira dos intelectuais latino-americanos, Zilá Bernd, em *Americanidade e Americanização* (2003), também é de opinião de que José Martí (1983) é referência obrigatória. O cubano acreditava na possibilidade de constituição de um continente harmônico, no qual todas as etnias e culturas tivessem seus direitos reconhecidos. Na mesma medida, o compatriota de Martí, José Lezama Lima (1993), postulou a necessidade de uma "expressão americana" que se caracterizaria pela capacidade de recuperar marcas de culturas desvalorizadas para reencená-las em um novo contexto. Disto não derivariam perdas, mas a geração de expressões culturais inéditas.

Lúcia Lippi Oliveira, em "Iberismo e americanismo" (2000), menciona que Richard Morse, ao analisar o pensamento intelectual e a cultura brasileira, acreditava na capacidade dos romancistas latino-americanos de renovarem o "discurso da ideologia obsolescente". O pesquisador norte-americano apontava que romancistas como Borges, Cortázar, Guimarães Rosa, entre outros, souberam "desconstruir e reconstruir o vocabulário e as categorias".

Uma vista de olhos na produção desses escritores e não há como deixar de mencionar a importância do momento no qual a produção narrativa latino-americana em meados do século XX passa a apresentar um processo de renovação do modelo de escrita regionalista e naturalista. A intenção era romper com o modelo de escrita europeia, revitalizando a narrativa literária e criando o chamado "novo romance latino-americano". Uma das preocupações da nova escritura era justamente expressar a diversidade que caracteriza o continente e, com isso, firmar a identidade latino-americana (RUFFINELLI, 1995; SOSNOVSKI, 1995; TROUCHE, 2005).

A produção novelística latino-americana iniciada na década de 60 e a mudança na literatura hispano-americana não podem ser entendidas como fenômenos especificamente estéticos. Jorge Ruffinelli, no ensaio "Después de la ruptura: la ficción" (1995, p. 369), defende que

> Es justo señalar que las relaciones entre lo particular literario y la totalidad llamada América Latina son tan estrechas y mutuamente dependientes que sería un esfuerzo estéril tratar de explicar el cambio literario al margen de los otros que lo acompañan – a veces en forma divergente, otras convergente – y que establecen el complejo entramado de su relación cultural.

Diante do exposto, é perceptível o quanto a literatura produzida nesta parte do continente, neste momento, está intimamente relacionada com a totalidade da vida latino-americana.

De acordo com Flávia Aguiar e Sandra Vasconcelos (2001), o crítico uruguaio Ángel Rama contribuiu muito para a redefinição do conceito de América Latina, com base na história real do continente. Tornou-se o primeiro intelectual latino-americano a de fato abolir a linha divisória do Tratado de Tordesilhas. Graças ao encontro com o brasileiro Antonio Candido, pode concretizar a ideia de uma história comum das literaturas e das culturas da América Latina.

Duas noções desenvolvidas por Candido deram-lhe embasamento. A primeira foi a ideia de sistema literário, entendido enquanto um triângulo integrado entre autores, obras e público, que se prolonga no tempo. A segunda diz respeito à concepção de que, no caso das literaturas emergentes como as das Américas, esses sistemas se constroem sobre uma dialética entre sucessivos processos de modernização ou recuperação daquilo que se considera arcaico ou regional.

Na interpretação das autoras, o olhar transculturador de Rama concebia a América Latina como "dividida em comarcas culturais que iam além das fronteiras nacionais e que são, em nosso continente, com muita frequência, de caráter tão arbitrário (AGUIAR; VASCONCELOS, 2001, p.24). Por isso, identificava uma comarca pampeana, abrangendo partes da Argentina e Brasil, e o Uruguai; uma outra caribenha; e mais uma andina.

Ángel Rama, no ensaio "Algumas sugestões de trabalho para uma aventura intelectual de integração" (2008), publicado em 1985, enfatiza que a Revolução Cubana mexeu com o imaginário de intelectuais tanto brasileiros quanto hispano-americanos e serviu para estreitar laços e vínculos entre os dois mundos. Salienta a discordância de leituras equivocadas da época que identificavam o Brasil como um bloco e a América Hispânica como outro. Assim Rama (2008, p. 169) assume acreditar que

> a realidade é mais complexa, pois existem muito mais centros, com áreas diferenciadas, algumas ligadas entre si. A relação da literatura gaúcha com a literatura rio-platense é bastante evidente e conhecida, como um exemplo das possibilidades de vinculações. Mesmo a vida política de meu país esteve

> estreitamente associada à vida política brasileira, outro exemplo de importante proximidade.

Pensando na dificuldade de definir uma literatura representativa da América Latina, é interessante retomar a discussão bastante atual e pontual sobre a latino-americanidade empreendida por Nestór García-Canclini, em *Globalização imaginada* (2003b). Segundo o teórico argentino, devido ao impacto do pensamento pós-colonial asiático nos Estados Unidos, alguns latino-americanistas que trabalhavam em universidades norte-americanas transladaram a caracterização de "pós-colonialismo" para reinterpretar etapas em que a América foi colônia da Espanha e de Portugal. A adaptação do referencial teórico à realidade latino-americana resultou em alguns problemas. Uma das incoerências é a aplicação das teorias pós-coloniais para interpretar a relação entre a América Latina, Europa e Estados Unidos, quando as sociedades latino-americanas deixaram de ser colônias há séculos – com exceção de Porto Rico.

Apesar disso, os estudiosos acertaram em apontar a reprodução de relatos formados durante o período colonial nos discursos proferidos por jornalistas, governantes e escritores acerca da situação atual América Latina. As narrativas muitas vezes continuam concebendo a relação entre esses territórios de modo semelhante àquele como a literatura de viagens constituiu a relação entre Europa e o Novo Mundo: a partir do olhar de um sujeito imperial que percorre o continente americano a fim de coletar exemplares exóticos, nomeá-los e classificá-los. E, segundo Canclini, isso precisa mudar, pois urge a necessidade de examinar a inércia das narrativas interculturais e sua (in)capacidade de explicar a recomposição da interação entre sociedades latino-americanas, europeias e norte-americana no novo contexto do mundo globalizado.

Sua opinião é de que se costuma chamar de "identidade latino-americana" a algo imaginado a partir de diversos relatos, contraditórios entre si e pouco sustentáveis quando contrastados com dados empíricos. A incompatibilidade entre as narrativas identitárias dá-se porque a identidade se define e redefine em virtude da constante e incessante interação entre as sociedades. Dessa maneira, enumera três tipos narrativas europeu-latino-americanas que caracterizam os conflitantes relatos: o binarismo maniqueísta, o encontro intercultural e a fascinação distante.

O *binarismo maniqueísta* traduz-se na oposição simplificadora: civilização e barbárie. Da perspectiva do europeu, os colonizadores representam a modernização civilizadora e a evangelização redentora. Do ponto de vista dos nativos americanos, os espanhóis e

portugueses são os destruidores do sentido comunitário, do conjunto de saberes e da relação harmoniosa que os primeiros habitantes do continente mantinham com a natureza.

Canclini (2003b, p.80) chama atenção para a falta de consistência na explicação pautada na polaridade Europa-América. Primeiro porque a persistência nessa explicação negligencia casos como os de espanhóis que lutaram em favor dos índios (os frades Bartolomé de Las Casas e Bernadino de Sahagún) e de filhos de espanhóis que lideraram rebeliões contra a Espanha (Simon Bolívar e José de San Martín). Segundo porque binarismo civilização/barbárie se reproduz no interior dos próprios países latino-americanos, por meio de oposições como cidades modernas e sertão, no Brasil, capital e interior, na Argentina. Ou ainda, em outro tipo de polaridade que se instaura hoje: indígenas contra a globalização.

Conforme o teórico, se esse último binarismo maniqueísta adquiriu adeptos, é porque, em alguns países, há índios sendo oprimidos e suas terras, exploradas por meio de operações injustas do capital transnacional. No entanto, por mais força que esse relato possa apresentar em determinadas regiões, sua pretensão de explicar o continente deve ser relativizada em decorrência de dois outros fatores tão verificáveis quanto à opressão dos indígenas: a hibridação multicultural, que remonta a cinco séculos, e a complexidade estrutural da modernidade. Advoga que esses desafios devem ser colocados em forma de perguntas, como, por exemplo: "de que nos serve expor os problemas da América Latina como oposição binária entre identidades quando boa parte das formas identitárias (étnicas, nacionais e de classe) se reordenam em conjuntos multiétnicos, transnacionais e transclassistas?" (CANCLINI, 2003b, p. 80)

Em sua opinião, as explicações pautadas no binarismo não serão suficientes para ajudar a responder os questionamentos, porque a situação é mais complexa. Nem sempre as classes hegemônicas estão determinadas a dominar e destruir, da mesma forma que, nem sempre as classes oprimidas se dedicam a resistir e enfrentar. As interações podem ser negociadas e fluidas. Por esse motivo, as narrativas mais adequadas, "as que tornem mais inteligível a complexidade multiderminada da globalização", são aquelas que "incluem o imaginário como parte da cultura e as transações como um recurso de poder e sobrevivência" (CANCLINI, 2003b, p. 81).

O discurso do *encontro cultural* mascara, por meio de operações mercantis e publicitárias, o passado de dominação europeia, muitas vezes dissimulado com expressões como "descobrimento", "evangelização", etc. Um bom exemplo dessa narrativa reconciliadora é o discurso que emergiu com força na celebração dos 500 anos da chegada de Colombo à América, sob a fórmula cordial de "encontro entre dois mundos". O evento foi

severamente criticado pelos intelectuais preocupados com ações diplomáticas e governamentais que encobrem a colonização cultural dos países latino-americanos.

E a *fascinação pelo distante* diz respeito aos discursos que enfatizam o exotismo, bastante difundido pelos viajantes e por antropólogos. Contudo, narrativas edênicas sobre a América Latina, nas quais os europeus parecem situar suas utopias e desejos reprimidos (prazeres sem culpa, natureza exuberante e relações fluidas dos homens com o ambiente e entre si mesmos) simplificam o complexo que constitui o continente. Ao mesmo tempo, que os europeus se interessam por artistas latino-americanos - a exemplo dos escritores do *boom*, como Jorge Luis Borges, Gabriel García Márquez e Pablo Neruda -, não consomem as obras de cientistas sociais desta parte do mundo, como Jesús Martín-Barbero, Renato Ortiz, Beatriz Sarlo e Roger Bartra, dentre outros.

Canclini (2003b) não deixa de acrescentar que, ao passo que os negociadores de livre-comércio europeus e norte-americanos elogiam convenientemente o patrimônio histórico e os artistas da América Latina - a fim de atingir seus propósitos -, mas se desinteressam pela sua produção científica e tecnológica, não se descuidam de observar a situação da economia latino-americana. A informação de natureza política, social e cultural pode estar ausente dos noticiários europeus. No entanto, nas seções de economia dos jornais, sempre estão presentes notas e artigos a respeito das bolsas latino-americanas, afinal várias empresas (bancos, companhias aéreas, telefônicas), especialmente espanholas, dependem desse mercado consumidor.

Contudo, a fascinação pelo distante também ocorre por parte da América. Conforme o pensador argentino, "também a sedução experimentada pelos latino-americanos em relação à Europa oscila entre aproximações e rejeições. Uns são atraídos pela racionalidade europeia moderna, outros pelo autoritarismo ou pelo racismo" (CANCLINI, 2003b, p. 85). As elites dirigentes das nações latino-americanas, frequentemente importaram modelos e ideias e tentam implantá-los no continente; alguns simpatizaram com o liberalismo ilustrado, enquanto outros, pelo fascismo e pelo nazismo.

Canclini (2003b, p. 85) conclui seu pensamento afirmando que a atração e desconfiança entre latino-americanos, europeus e norte-americanos estão fundadas em mal-entendidos. Para ele, os equívocos existem

> Desde Colombo confundindo com o Japão o que viria a ser o Haiti e Cuba com a China, e os astecas acreditando que Hernán Cortês reencarnava a serpente emplumada. Até os investidores europeus das últimas décadas do século XIX, que compram editoras, bancos, companhias aéreas e telefônicas, continuam a se aborrecer porque as relações trabalhistas e políticas latino-americanas, tão

> imprevisíveis, com misturas exóticas de ordem moderna e informalidade, perturbam seus negócios.

Na atual fase da globalização, os investimentos do Primeiro Mundo no Terceiro Mundo se multiplicam e os acordos de livre-comércio firmados, quase sempre, incitam e perpetuam os estereótipos cristalizados - pelas narrativas identitárias (*Time is money*, paraíso tropical, etc.). É fato que, ao longo dos anos, os imaginários foram se renovando, mas ainda conservam muito de sua assimetria.

O que se percebe é a existência do que Canclini chama de um "tráfico de identidade", que se assemelha a um labirinto de aproximações e afastamentos. Cada um dos lados envolvidos escolhe as características que lhe convier na representação que o outro alimenta como sua identidade, associando-as por conveniência da situação. Essas narrativas mostram o poder que as construções identitárias exercem sobre a identidade de uma comunidade – a própria e a alheia, para recortar e manipular os processos sociais. Na mesma medida, surgem os obstáculos para imprimir, nessas construções discursivas, políticas mais ou menos realistas de interação.

Canclini (2003b, p. 96) diz reconhecer a existência de uma história comum ou menos comum na América Latina, autorizando se

> falar de *um espaço cultural latino-americano*, no qual coexistem muitas identidades. Não precisamos exercer nenhum reducionismo sobre elas nem obrigá-las a ter características comuns. O indígena, o afro-americano, o europeu, a latinidade, a tropicalidade por vezes, convergem, por vezes se afastam. É melhor admitir que cada um desses aspectos designa peculiaridades. [...] A América latina é heterogênea demais para basear seus projetos conjuntos em unificações essencialistas e forçadas, que ignoram as discrepâncias e desigualdades internas.

Em sua opinião, é viável a concepção desse *espaço*, mas não "predeterminado etnicamente nem isolado da história compartilhada com os europeus há cinco séculos, que instituiu vínculos que se estendem até hoje, nem da história convergente ou conflitante com os Estados Unidos". É necessário, para compreender o presente e o futuro dos acordos de comércio e de integração entre países latino-americanos, e destes com a Europa e os Estados Unidos, "pensar o espaço comum dos latino-americanos também como um espaço euro-americano e um espaço interamericano" (CANCLINI, 2003b, p. 96).

Sinaliza que intensificar os intercâmbios nos campos da arte, da literatura, do cinema, e da televisão de qualidade pode contribuir para a eliminação de estereótipos de parte a parte e criar uma sociedade assentada em bases menos desiguais e mais democráticas. Para tanto, é necessário investir em intercâmbios fluidos entre intelectuais e artistas latino-americanos,

europeus e norte-americanos estruturados em planos e "ações que representem os movimentos culturais na mídia em que as maiorias se informam, para que a concepção e comunicação das imagens em que nos reconhecemos e ou nos rejeitamos" estejam acima de interesses mercantis (CANCLINI, 2003b, p. 213).

No que tange à concepção de um espaço latino americano em termos interamericano, Alejandro Maciel, embora seja muito mais superficial na análise do assunto, vislumbra – talvez de forma mais otimista - possibilidades de fortalecimento desse "espaço cultural latino-americano". Argumenta, em *Palavras Escritas* (2005), no prefácio da edição "Un diálogo entre Brasil y Hispanoamérica", que a integração está além das estratégias de marketing e publicidade multimídia exploradas pelo MERCOSUL. Revela que tal compreensão é fruto da amizade e parceria em vários trabalhos que desenvolveu com Augusto Roa Bastos. Conforme o argentino, teria sido o escritor paraguaio quem o instigou a compreender a importância da integração dos povos através da cultura.

Em sua opinião, para iniciar um diálogo fluido no que se pretende que seja uma região, é necessário o conhecimento de livros e autores de todos os pontos que compõem o círculo da comunidade de comunicação. Considerando as palavras de Roa Bastos, diz:

> La prédica de don Augusto jamás cesó de clamar en este desierto de ideas: la integración debe incluir la cultura como fundamento, y dentro de la cultura las letras tienen el privilegio de remansar el pensamiento que es la expresión más acabada de la identidad de los individuos y los pueblos (MACIEL, 2005).

E a revista-livro *Palavras Escritas* nutre esse sonho, na medida em que busca servir de ponte para avançar o diálogo no que se entende por região, algo para o qual se olha com olhos nostálgicos. É preciso "romper moldes rígidos que por siglos ataron a los autores a los mapas políticos como si fuese parte de un destino ineludible" (MACIEL, 2005).

Conforme o argentino, vários são os critérios utilizados para sitiar um autor. Um deles diz respeito ao local de nascimento do artista, argumento que procura deslegitimar, ao afirmar que o local onde se nasce é apenas casual. Do contrário, Clarice Lispector, por exemplo, estaria inserida entre as escritoras ucranianas. Um segundo critério de classificação refere-se ao local no qual se escreve a obra. De acordo com Maciel, não passa de um absurdo, uma vez que se considerem casos como o de Joseph Conrad, que produziu quase toda a sua obra durante viagem no mar, ou o poeta Pablo Neruda, que, em sua condição de exilado, compôs em vários pontos do planeta, ou ainda o próprio Roa Bastos, que escreveu a maior parte de sua obra sobre o Paraguai, residindo na Argentina e na França. Outro critério sugere que o tema da obra determine a cidadania de um autor. Nesse caso, Dante Alighieri seria

considerado um dos autores do "outro mundo", porque, ainda que tenha preenchido o "Inferno" com italianos, não enaltece as planícies da Toscana. E, por último, há o critério que define um escritor pela língua na qual escreve. Sendo assim, com exceção do Brasil, todos seriam autores espanhóis na América do Sul.

Maciel (2005) não acredita na valorização de padrões demarcados a partir de diferenças linguísticas e fronteiras geopolíticas, mas crê que

> una región que comparte los mismos problemas y el mismo futuro es la carta de ciudadanía más legítima para un humanista. Y empecé predicando con mi vago status ciudadano: soy un argentino, viviendo en Paraguay, escribiendo sobre Brasil.

Estendendo o que o escritor argentino diz para pensar sobre o projeto literário de *O livro da Guerra Grande*, pergunta-se: Não estariam os autores da obra apresentando iniciativa semelhante aos escritores e críticos citados? Se não semelhante, ousada o suficiente a ponto de propor um diálogo poético produtivo entre intelectuais de espaços e culturas diferentes e, ao mesmo tempo, tão complementares? Não estariam esses escritores elaborando um projeto literário de relativização das fronteiras da nacionalidade em prol da criação de uma narrativa com inspiração mais latino-americana?

5.3.2 *Proyecto de inginiería identitária supranacional*

Na crônica "Em frente à frente paraguaia", Roa Bastos faz referências ao pintor Cándido López, quando é mencionada a existência de um artista paraguaio homônimo ao argentino. O paraguaio também havia perdido o braço direito. Nas palavras do narrador, o pintor já não era senão "a metáfora do povo dizimado, exterminado pela guerra".

Certamente, o escritor paraguaio, com a introdução do que chama de "duplo guerreiro", procura acionar os valores relacionados tanto ao nacionalismo quanto a uma identidade intercultural compartilhada pelas nações envolvidas no conflito. Mais adiante, o narrador destaca como a guerra pode causar efeitos danosos à identidade coletiva dos povos:

> As guerras, como todo fenômeno da tragédia humana, quase sempre geram profundas alterações coletivas e individuais, principalmente quando essas contendas ocorrem entre povos irmãos de culturas idênticas, de um mesmo sangue. Sua efusão violenta, qualquer que seja a causa que as origine, transforma-se em alterações, às

> vezes traumáticas, de suas identidades, e em consequência, de sua própria história (ROA BASTOS, 2002, p. 93).

A fala do narrador pode ser associada ao debate que alguns estudiosos establecem em torno da relação história e memória. De acordo com Pierre Nora (1993), a memória é fenômeno vivo e está em permanente evolução; é constituída a partir de narrativas do presente. As memórias coletivas, portanto, estariam ligadas a movimentos contínuos e lembranças trsansmitidas entre gerações. Por sua vez, a história é "uma reconstrução sempre incompleta e problemática do que não existe mais" (NORA, 1993, p.9). Corresponde a uma aceleração do tempo. Trata-se de uma narrativa longa e linear.

Como bem observa Maurice Halbwachs (2003), a memória coletiva articula-se positivamente à tradição oral. A partir do momento em que surge polêmica em torno da imutalidade do escrito, a memória oral passa a ser apontada como ineficaz para preservar a lembrança dos acontecimentos. Portanto, a memória coletiva, entendida como a rememoração de uma experiência comum, fragmenta-se e retrai-se sob o impacto da modernização que rejeita a tradição da oralidade.

Na distinção entre memória coletiva e memória histórica, Hallbachs explica que a história é uma complição de fatos que ocuparam mais destaque na memória dos homens. No entanto, esses acontecimentos passados, lidos nos livros e ensinados nas escolas, são selecionados, comparados e clasificados conforme as necessidades ou regras que não se impunham aos círculos daqueles que por tanto tempo foram seu repositário vivo. Ou seja, em geral, a história só começa no ponto em que termina atradição. Por esse motivo, segundo o sociólogo, o termo "memória histórica" não é muito adequado; é preferível "história".

O narrador salienta que as guerras podem resultar em experiências traumáticas para as coletividades. Sobre esse aspecto, é importante assinalar que, por vezes, os segmentos dominantes de uma sociedade usam de dispositivos que selecionam eventos e figuras que, segundo seus interesses, merecem ser lembrados ou esquecidos. Essas lembranças são transformadas em dados, a partir de narrativa seletiva, a história, e armazenadas em arquivos ou são organizadaas em eventos. Tudo o que é selecionado, então, passa a funcionar como prov[81]s de um passado que foi deliberadamente esquecido pelas versões oficiais da história.

[81] Em *Questão de honra (*1999), de Domingos Pellegrini, um romance intertextual com *A retirada da Laguna*, de Alfredo d'Escragnolle Taunay, o ex-combatente Rufino, em audiência com a Comissão de Mérito do Exército Brasileiro, após o fim da guerra, demonstra-se indignado com a exposição de pinturas homenageando o que lhe parecem ser os falsos heróis do conflito. Rufino diz não ter conhecimento de nenhum fato excepcional cometido por parte do "bem nascido" tenente. Da mesma forma reagem os oficiais, demonstrando indignação, ao esperarem ouvir a confirmação dos feitos extraordinários de Taunay. No entanto, para o veterano, os muitos e verdadeiros heróis não são sequer mencionados pelo relato historiográfico.

Nesse sentido, o esquecimento como uma estratégia política por meio do qual as camadas dominantes da sociedade, por vezes, procuram esconder atrocidades.

Memória, história, esquecimento são experiências necessárias, que nem sempre se confundem, nem se complementam. Ao postular a necessidade de se distinguir o tema do esquecimento escolhido/negociado e o esquecimento imposto na elucidação do desafio que supõe a construção de uma memória democrática da nação, Hugo Achugar argumenta:

> O esquecimento não é um (no sentido de único) nem atua de uma só maneira. Esse é o esquecimento insconsciente, o esquecimento escolhido, o esquecimento imposto, o esquecimento no âmbito do indivíduo e o esquecimento exercido por uma comunidade, ou por uma corporação. Renan não especifica de qual esquecimento fala em *Qu'est ce que c'est une nation?*. E, embora não pareça exisitirem dúvidas de que se trata do esquecimento da comunidade, não fica claro se esse é escolhido, imposto ou inconsciente. A atual discussão, a presente batalha dos sujeitos sociais – por longo tempo silenciados, marginalizados e esquecidos por exercer a memória coletiva e construir um espaço público e privado democrático e multicultural – tem reagido contra o equecimento imposto por uma comunidade hegemônica, cujos horizontes ideológicos muita vezes o impediam de ver ou ler a diferença do Outro (ACHUGAR, 2006, p. 163).

Há de se considerar também que hoje já não se sustenta a noção generalizada de que a história é apenas um registro fiel do passado. Da mesma forma se tem consciência da redução da memória a um tipo de reconstituição seletiva do passado. O fundamental, portanto, é ter em mente que na reconstrução seletiva do passado não parece haver nada de natural.

Quando o narrador questiona as causas do conflito – pois nada justifica contendas entre "povos irmãos", nesse caso, latino-americanos –, ele está deslizando pelas fronteiras do nacional em virtude de outro tipo de identificação. O evento ilustrado é uma guerra entre países. No entanto, para o narrador os limites do nacional, nesse contexto, estão sendo impugnados em favor de outro tipo de interpelação: a latino-americanidade.

A narrativa de Alejandro Maciel, "Fundação, apogeu e ocaso do Quilombo do Gran Chaco", relata a deserção do capitão argentino Francisco Paunero. O capitão, narrador do texto, descreve o quilombo como uma colônia localizada na região fronteiriça entre Paraguai, Argentina e Brasil e habitada por refugiados das quatro nacionalidades. Segundo ele, eram

> índios mal adaptados à civilização, pessoas a quem a guerra havia espantado das cidades, libertos que cruzaram a fronteira fugindo de seus donos, pardos desertores dos quatro exércitos mestiços de todo o tipo, soldados prófugos e mulheres vindas ou trazidas de todos os lugares (ROA BASTOS, 2002, p. 123).

Paunero também explica que o governo da comuna era formado por um conselho administrado por três representantes de cada um dos países envolvidos no conflito. Na entrada da colônia, constava uma bandeira branca, cujo lema era "Paz na paz e guerra à guerra".

De acordo com Canclini (2003b, p. 114), a respeito da América Latina, não se pode afirmar "onde acabam os espanhóis e começam os latino-americanos, onde começam os latino-americanos e onde os indígenas", pois "nenhum desses grupos permanece mais dentro de seus limites". A expressão "fronteiras" já não remete necessariamente a confinamentos, mas a lugares atravessados constantemente. A observação do pesquisador pode ser relevante para pensar a constituição híbrida do continente americano, perceptível quando a narrativa faz referências à linguagem dos conjurados. A princípio lá viviam falantes do português, espanhol e do guarani.

Quanto à religião, notam-se manifestações e símbolos de crenças de matrizes indígenas, africanas e católicas, por vezes, em formas sincréticas, em outras, simplesmente convivendo no mesmo espaço. O templo erguido pela comunidade era em estilo barroco indígena, o que aponta para a herança católica conjugada à ameríndia. Nestor García-Canclini (2003a) já havia apontado, em seus estudos, que a noção de hibridação é fundamental para compreender a história latino-americana.

A arte mais uma vez é mencionada no livro, quando, na crônica, a música é definida como o idioma de todos. Nas palavras do narrador, o capitão argentino, ao se referir a alguém que tocava para os conjurados, era "um uruguaio [que] nos tinha feito sentir por alguns minutos que éramos todos a mesma coisa" (ROA BASTOS, 2002, p. 148).

No texto, constam, também, referências ao aparecimento de um bando de "cavaleiras guerreiras". Elas se diziam desertoras da opressão empreendida pelo comandante Solano López, mas comprometidas com a luta paraguaia. As amazonas são mencionadas no início do romance, pelo personagem de Cándido López, na crônica de Roa Bastos. No texto de Maciel, as guerreiras, recém-chegadas ao Quilombo, escolhem os homens com quem querem passar a noite.

As amazonas são personagens importantes no universo do imaginário coletivo das Américas. Conforme a pesquisadora Zilá Bernd, em "As Américas: nascimento em morte das utopias" (2010), muitos mitos recorrentes entre as primeiras narrativas, e até em textos contemporâneos, são "fragmentos míticos europeus adaptados ao novo cenário". No caso das amazonas, o que ocorre é a recuperação e a ressignificação da mitologia grega ao espaço continental americano.

Seria interessante citar aqui a contribuição de Jacques Le Goff (1924-2014), em *História e Memória* (2012), ao tratar da memória étnica. O termo, que foi empregado por Leroi-Ghouran para se referir a todas as sociedades humanas, é retomado por Le Goff para denominar a memória coletiva apenas dos povos sem escrita. O historiador francês acredita que "a cultura dos homens sem escrita é diferente, mas não absolutamente diversa" (LE GOFF, 2012, p. 410).

Partindo da premissa de que a cultura oral é uma cultura diferente, Le Goff (2012) aponta que é nos mitos de origem que a memória coletiva dos povos sem escrita se cristaliza para por conferir às etnias e famílias um fundamento existencial de roupagem histórica. Nessas sociedades, há os chamados homens-memória, considerados os verdadeiros especialistas da memória por desempenharem o importante papel de manter a coesão do grupo a partir de suas narrativas. No romance *O rastro do jaguar* (2009a), por exemplo, Nezú, o xamã, é um homem-memória.

Eric Nepomuceno, por sua vez, encerra o livro com o texto "Um barão não mente, envelhece". A crônica narra o resgate da descendência de um dos conjurados do quilombo do Gran Chaco, o militar brasileiro Florêncio Silveira. Em meio aos relatos do narrador, o VII Barão de Ramalho, sobre sua empreitada à justiça para adquirir o direito de ter o título, fica evidente a crítica à censura aos documentos relacionados à guerra e à situação de pobreza e destruição da nação paraguaia.

Quando interpelado por uma jovem a respeito dos vencedores da guerra, irritado, o barão responde: "... que vencedores? Brasil, Argentina, Uruguai? Ou os verdadeiros, os banqueiros britânicos que financiaram e estimularam aquela carnificina? Heróis? Quem?" (ROA BASTOS, 2002, p. 218).

É notório que a visão predominante na narrativa é de natureza revisionista, teoria acerca da Guerra da Tríplice Aliança que predominou na década de 1970. Francisco Doratioto (2002) afirma que, de acordo com essa perspectiva, o conflito fora causado pelo imperialismo britânico. O Paraguai seria um país, desde a sua Independência, governado por homens que não se submeteram ao domínio das grandes potências e se preocuparam em promover o bem-estar do povo. Ao mesmo tempo, a Grã-Bretanha seria a responsável pela guerra, quer por ter intenção de conter a resistência a seu domínio sobre a América do Sul, quer para abrir o mercado paraguaio, tanto o consumidor para os produtos industriais britânicos quanto o fornecedor de algodão para a indústria têxtil britânica. Assim sendo, o governo britânico teria se filiado ao Império do Brasil e à Argentina para induzir a guerra ao Paraguai e destruir a tentativa de desenvolvimento autônomo do país.

Conforme o historiador brasileiro, a teoria revisionista não se sustenta por perseguir a versão de que o Paraguai que se desenvolvia sob a liderança de um ditador "progressista", Francisco Solano López, em desafio ao domínio britânico. A teoria teria nascido sob a influência dos acontecimentos correntes nas décadas de 1960 e 1970, quando o mundo vivenciava a Guerra Fria e os países sul-americanos enfrentavam ditaduras. Desse modo, teria nascido uma análise da Guerra da Triplice Aliança com fortes vinculações com o pensamento marxista, que desprezava o capitalismo e tinha como referências as ditaduras "socialistas", em vigência na URSS, China e Cuba.

Para Doratioto (2002), é compreensível o ataque da teoria à "ação imperialista" e a crítica ao desempenho dos chefes militares. Bartolomé Mitre, por exemplo, foi defensor do liberalismo argentino. Em contrapartida, a apresentação do Paraguai de Solano López como um país supostamente progressista, quase "socialista", está inspirada na Cuba da ditadura de Fidel Castro, hostilizada pelos Estados Unidos. Boa parte dos intelectuais da esquerda latino-americana, naquelas décadas do século XX, simpatizava com o regime cubano e atribuía a causa da pobreza da América Latina quase que exclusivamente à exploração imperialista.

Essa interpretação fragilizou-se, na década de 80, com pesquisas de diferentes historiadores. Algumas delas apontavam que, ao contrário, a Grã-Bretanha se beneficiara do limitado processo de modernização paraguaio que começou a se desenvolver a partir de fins da década de 1850. O Paraguai importava produtos manufaturados e técnicos britânicos para operar a única ferrovia do país e para construções de caráter militar. Além disso, os governos de Carlos Antonio López e de Francisco Solano López tinham contratado uma empresa inglesa para agir como seu agente na compra de armamento na Europa. Já o Império do Brasil, em 1863, havia rompido relações diplomáticas com a Grã-Bretanha devido à chamada Questão Christie e restabelecendo-as meses após o início da guerra, após receber pedido de desculpas da rainha Vitória.

Ainda na narrativa de Eric Nepomuceno, o barão desabafa: "... começo a pensar no que sou, no que somos, no que fiz, no que fizeram de mim, no que fizeram conosco..." (ROA BASTOS, 2002, p. 219). Com o fragmento, percebe-se o incômodo do personagem sobre quem de fato é, de sua vergonha por se sentir um daqueles que ajudaram a dizimar povos irmãos.

Em uma entrevista concedida ao Jornal da Unicamp (2011, p. 1), em visita a São Paulo, Benedict Anderson disse que é natural se perdoar a nação, o que é uma postura bem diferente da atitude que se toma em relação à religião; "uma religião errada é impossível...". Outro sentimento natural em relação à nação é o de vergonha. Cita como exemplo a visita que

fez a um museu militar em Fortaleza, no qual estão expostas fotos dos chamados heróis da pátria. No entanto, o guia do museu não hesitou em mencionar de que se tratava de algo "muito vergonho", pois "nós quase cometemos um genocídio". Na interpretação de Anderson, "ele [o guia] não se sente culpado,... Mas o país que ele ama o faz se sentir envergonhado" (ANDERSON, 2011, p. 3). E isso é o que se observa no personagem de *O livro da Guerra Grande*.

É comum, no início de uma contenda, ouvir o suplício de uma nação pedindo o extermínio do povo com o qual duela. Mas, no momento em que o extermínio se efetiva, todo o mundo se escandaliza. Instala-se um sentimento de culpa coletiva e o governo, e por consequência, o exército nacional, passa a ser amaldiçoado. Os termos pejorativos com os quais se costuma designar ao "inimigo" são, muitas vezes, substituídos pela palavra "irmãos".

É perceptível que o romance aciona elementos de aproximação entre personagens de diferentes nacionalidades e culturas circunscritas ao espaço latino-americano. Como um dos grandes objetivos do projeto literário foi recontar como pessoas com nacionalidades de lados contrários da guerra podem viver em harmonia em outro modelo de conformação social, política e cultural (o do Quilombo do Gran Chaco), a afirmação de uma latino-americanidade advém de uma estratégia recorrente na obra, que é reforçar a ideia de que a guerra destruía povos e culturas de um mesmo território; não especificamente o espaço da nação, mas de uma parte do continente americano.

Tal empreendimento literário, em certa medida, choca-se com o argumento levantado por Pedro Dolabela Chagas (2011) de que é perceptível ,na recente produção romanesca, uma rarefação significativa dos temas Brasil e América Latina como centro orientador da narrativa, ou seja, se apresentam como temas proporcionalmente menos importantes para o romance brasileiro e latino-americano. Segundo o estudioso, os romances contemporâneos que têm a identidade enquanto tema não se encaixam na orientação das produções do "mito" e do "arquivo", tese de Roberto Echevarría (2011)[82], e "tal e qual Brasil", tese de Flora Sussekind (1990)[83]. Isso significaria que, segundo Chagas, o paradigma da desconstrução do "paradigma da nacionalidade", tão importante nas décadas de 1980 e 1990, estaria chegando a um ponto

[82] Conforme Chagas (2011, p. 45), aos romances sob o *topos* do "arquivo" pertencem "todas as formas e estratégias historicamente adotadas para a construção literária da identidade, assim como os vários 'mitos' de origem representados literariamente". Trata-se de um arquivo de formas, de temas, personagens e padrões explicativos, dos quais o escritor contemporâneo poderia acionar livremente.

[83] Chagas (2011, p. 46-47) explica que, segundo Sussekind, o romance brasileiro se colocara como missão histórica 'definir' e 'explicar' a nação e sua sociedade e que "o sistema brasileiro seria regido, historicamente, por uma simbiose entre a produção romanesca e acrítica literária. Essa simbiose teria fomentado um realismo objetivo, que anulava que anulava a sua própria ficcionalidade ao tratar o texto como um meio neutro para a expressão de conteúdos que desta forma apareciam na literatura, assim como se manifestavam na realidade".

de saturação. Mas, então, como explicar o que ocorre em *O livro da Guerra Grande* (2002), uma vez que discorrem sobre o Brasil, a América Latina e os mitos da América?

As fronteiras nacionais, quando associadas à guerra, geralmente são entendidas como linhas que separam grupos e domínios políticos. No entanto, nas narrativas analisadas, o significado dessas fronteiras é questionado. Os critérios da etnicidade são colocados como construtos discursivo-culturais que rasuram a força do projeto de nacionalidade.

Segundo Alejandro Grimson (2008), desde os anos de 1980, vêm se consolidando no continente políticas de integração regional, momento em que o Estado já vinha reduzindo gradativamente suas funções sociais, no que se refere à educação e à saúde. Nos anos de 1990, as ações integracionistas se intensificam com a assinatura do MERCOSUL.

Ainda assim, o antropólogo argentino considera difícil uma avaliação acerca da relevância do atual Estado nacional e da dimensão regional. Por um lado, considera que se trata de uma falta de realismo pensar que a ênfase colocada nos novos blocos regionais – MERCOSUL, União Europeia, NAFTA (Tratado de Livre Comércio da América do Norte) – represente a diluição dos Estados-nações. Por outro lado, trata-se de um extremismo a proposição de que a nação deve preservar-se intacta a esses novos processos, tornando-se um obstáculo aos projetos de integração.

Admitir essa contradição é um passo importante, mas não suficiente. Há de se considerar que as declarações de que a integração garantirá a diversidade nacional ou mesmo a "unidade na diversidade" não é algo seguro. Afinal, a tensão entre nações já existia antes da criação do MERCOSUL. O modelo nacional já dominava o panorama, subordinando a diversidade e inviabilizando um projeto regional. O tratado firmado nos anos 1990 assegura apenas a união alfandegária, sem garantir avanços políticos e institucionais. Grimson explica que na situação "los Estados nacionales tendieron a no ceder cuotas relevantes de soberania, ni términos legislativos (no se creó un Parlamento regional) en términos de derechos (no se avanzó en términos de ciudadanía común)" (GRIMSON, 2008, p.11). Tenta-se compensar a ausência de avanços legais e institucionais no plano simbólico; por meio dos discursos que circulavam em âmbitos diplomáticos e intelectuais se constituíam diferentes narrativas em torno da ideia de "hermandad ancestral" entre os países que integram o tratado. Na intenção de se produzir narrativas que histórica, geográfica e culturalmente legitimassem o projeto integracionista também são desenvolvidos "planes para uma nueva historiografia y geografia del Mercosur. En síntese, um proyecto intelectual de ingeniería identitaria supracional" (GRIMSON, 2008, p. 11).

O pesquisador considera alguns riscos presentes nessa mobilização no que se refere à diversidade cultural:

> Frente a la ideia de que no hay más fronteras simbólicas, se pretende expresar el pluralismo afirmando que cada supuesta "cultura nacional" se conservará intacta más allá de la "integración". Quiçá se pretenda, de esta manera, apaciguar a los nacionalistas. La integración regional, en esta variante, es un nuovo marco para las mismas diferencias. [...] se trataría de que las distinciones entre grupos y países, que adquirían antes el valor negativo que puede adjudicar cualquier "hinchada" en un estadio de fútbol, fueran pensadas ahora positivamente. Como si un tratado de integración y buenas intenciones pudieran convertir aquello que era estigma en un proyecto de diversidad (GRIMSON, 2008, p. 11).

Para Grimson (2008), a nacionalidade é um sentimento que consegue a inclusão dos povos na medida em que é base de direitos e cidadania. Um projeto regional que não consegue suprir as falhas dos Estados nacionais em garantir esses direitos é completamente inofensivo e incapaz de ameaçar a permanência da nação. Nesse sentido, o MERCOSUL não é mais do que um projeto regional, com objetivos puramente econômicos, construído de cima para baixo, a partir dos centros para as periferias, sem considerar as relações sociais, instituições e direitos. Por essas características, trata-se de um projeto incapaz de interpelar a identificação dos povos a que procura atender e que, por isso, não tende a ameaçar a identidade nacional.

José Carlos Guerrero mostra-se mais crédulo do que Grimson no que tange ao crescimento de uma intelectualidade no continente preocupada em refletir sobre a latino-americanidade. No artigo "Augusto Roa Bastos y Los conjurados del Quilombo del Gran Chaco" (2007), assinala que a obra do escritor paraguaio é um legado literário para a integração regional na América Latina. O pesquisador uruguaio e professor da Universidade de Otawwa considera que o livro coletivo acerca da Guerra da Tríplice Aliança é uma reflexão pontual em torno de temas fundamentais do debate cultural contemporâneo sobre a regionalização e o latino-americanismo ao acionar a seguinte pergunta crucial à globalização: "¿se podrá superar la cartografía nacional que rige a los sujetos?" (GUERRERO, 2007, p. 129).

Concentrando-se na contribuição do escritor paraguaio para a obra coletiva, Guerrero argumenta que os textos de Roa Bastos "Em frente à frente argentina" e "Em frente à frente paraguaia", contemporâneos à guerra, revelam tanto a estreita relação que guardam como o conflito em si como a complexa trama que rege a representação do conflito. Daí explica

> La escritura recupera la obra del gran pintor de la guerra, Cándido López, como expresión artística de un arte que se conjura, como los conjurados del Quilombo del

> Gran Chaco, contra la guerra y el nacionalismo. Esta *ecfrasis* de la obra del artista argentino le permite al autor reencuadrar dos textos que, a pesar de su aparente asepsia ideológica nacional, se revelan claves para desmontar las lecturas nacionalistas de la Guerra de la Triple Alianza: la traducción de *El infierno de la divina comedia* (1894) por Bartolomé Mitre y *Cartas desde los campos de batalla en Paraguay* (1870) de Sir Richard Burton. La reescritura de Roa Bastos, consciente de que el repliegue del estado no equivale al fin de la nación, plantea así los usos de la misma como la gran interrogante que acecha los proyectos de regionalización y cualquier postulación de una ciudadanía regional (GUERRERO, 2007, p. 129-130).

Por essa perspectiva, entende-se que a intenção do escritor paraguaio é, a partir de "la precariedade epistemológica que sustenta la demarcación cultural nacional", fortalecer um discurso de integração regional fundada em princípios da latino-americanidade. Conforme Guerrero, além das versões revisionistas que surgiram na segunda metade do século – que assinalavam os interesses comerciais ingleses como um forte elemento desencadeador do conflito e a concepção de que a guerra permitiu o primeiro nacionalismo de massas na região –, o MERCOSUL, enquanto projeto de regionalização, contribui para potencializar o desenvolvimento do discurso intelectual de integração.

Ao passo que consegue implementar uma incursão sobre um universo tão heterogêneo, como o híbrido Quilombo do Gran Chaco, os autores dos quatro países envolvidos na guerra trazem à tona um tema fundamental do debate cultural contemporâneo na América Latina: o latino-americanismo. As atitudes escriturais dos autores já são uma metáfora ao sentimento de latino-americanidade. São diferentes, mas, ao mesmo tempo, não excludentes. De forma semelhante, os personagens são interpelados pelo sentimento de "pertença ao continente americano"; todos diferentes, mas, ao mesmo tempo, irmãos, na medida em que compartilham de muitas histórias, mitos, linguagens e desejos.

O romance *O livro da Guerra Grande* empreende um quadro revisionista da Guerra da Tríplice Aliança, enveredando entre os limites da ficção e da História. Por meio da ficcionalização de personagens históricos e de outros simplesmente inventados, o projeto literário procura desmitificar heróis, denunciar fanatismos e falsos nacionalismos, desnaturalizar verdades cristalizadas e dar voz a minorias silenciadas pelo discurso histórico, como a de militares contrários à violência da guerra, culturas indígenas, mulheres, entre outras. Ao mesmo tempo, busca acionar alguns elementos de um imaginário coletivo dos povos circunscritos ao espaço latino-americano: o mito das amazonas, a religião católica, a cultura ameríndia. Todos esses elementos que fazem os personagens serem interpelados por um sentimento que coloca em contraposição à nacionalidade, quando esta compromete a paz dos povos: a latino-americanidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS – RASURAS DA NAÇÃO

> *Buscar a verdadeira identidade de um país é perdê-la, simplesmente porque ela só pode ser feita do acúmulo das diferenças e nunca da repetição dos iguais. Um modelo de alma nacional fixo e essencial só pode ser definido em retrospecto, no reconhecimento de um padrão recorrente no clichê e na idealização do passado*.
> (Bernardo Carvalho, 2005)

> *Nesse contexto em que tudo muda com assustadora rapidez, a prosa de ficção tende a retratar tal mobilidade por meio de recursos estéticos relacionados à fugacidade do tempo e do espaço; bem como de estratégias narrativas alicerçadas na confusão de vozes entre autor/a, narrador/a e personagens; enredos fragmentados; da recorrência a múltiplas intertextualidades, à paródia e ao pastiche; e, sobretudo, de representações de identidades igualmente múltiplas e fragmentadas*.
> (Lúcia Osana Zolin, 2012)

Como bem observa Myrian Sepúlveda dos Santos, em *Memória coletiva e identidade nacional* (2013), o antigo conceito de Estado-nação vem sendo redimensionado por se entender que se trata de uma unidade de análise insuficiente para explicar as transformações ocorridas nas últimas décadas. No Brasil, um marco do novo conceito de nação pode ser encontrado na Constituição Federal de 1988. Desde então, vêm se fortalecendo movimentos sociais e políticos, constituídos em esferas locais, nacionais e transnacionais e que procuram atuar como instrumento de reparação às vítimas de injustiças cometidas em um passado remoto. Esses movimentos geralmente defendem os direitos das mulheres, homossexuais, negros, populações indígenas, ambientalistas, entre outros grupos.

Durante o governo de Luís Inácio da Silva, de 2003 a 2010, no que diz respeito à identidade nacional, isso se intensificou com o rompimento com o discurso oficial sobre a nação que vinha sendo reforçado pelas esferas governamentais desde a década de 1930. Os órgãos oficiais deixaram de lado os discursos sobre democracia racial, harmonia racial e mestiçagem e novas políticas foram criadas em torno do tema da diversidade cultural, permitindo uma maior visibilidade de segmentos afrodescendentes e nações indígenas.

No âmbito literário, os sintomas dessa nova postura ideológica se fazem presentes também. Nas últimas décadas, estudiosos da literatura vêm apontando uma tendência de produção literária que concorre para certa ruptura com o conceito de identidade nacional (CHAGAS, 2011; DALCASTAGNÈ; MATA, 2012; THOMAZ, 2012). Na avaliação de Paulo C. Thomaz (2012, p. 64), alguns intelectuais – tais como Bernardo Carvalho, Chico Buarque, entre outros – produzem obras que parecem fazer objeção a "uma ideia estável de

nação ou do que pode ser entendido como laços coletivos de uma comunidade". Geralmente, nessas obras, a nação culmina como "uma impossibilidade teórica, justamente porque não tem como abarcar as diferentes experiências de pertencimento silenciadas nas representações do país" (DALCASTAGNÈ; MATA, 2012, p.12).

Os escritores que privilegiam esse tratamento criam narrativas nas quais é perceptível "o deslocamento para além de uma identidade marcadamente geográfica ou regional" (THOMAZ, 2012, p. 65). As narrativas são atravessadas por um cosmopolitismo crítico, ao acionar como força motriz uma ordem alternativa, seja intranacional, seja "inter-nacional", ou ainda supranacional. Seus personagens são como vozes "anônimas, desterritorializadas e residuais" (THOMAZ, 2012, p. 63), que habitam mundos narrativos, nos quais se encontram desconfortáveis em relação à identidade nacional ou resistem a esse discurso de pertencimento. Em outras palavras, os personagens vivem em uma perplexa e constante busca de conforto identitário, o qual não se dá na dimensão do nacional.

Ainda que esse tipo de produção literária esteja se popularizando entre os escritores contemporâneos, há de se chamar a atenção para o fato de que as narrativas de ficção histórica aqui analisadas, em certos aspectos, parecem seguir uma tendência paralela à assinalada acima. Por isso, no momento em que se comenta tanto sobre um esvaziamento do tratamento da temática nacional, via uma representação extraterritorial ou geograficamente indeterminada em várias produções literárias, torna-se pontual indagar acerca da visão de nação explorada nas obras em questão – produzidas em pleno século XXI –, as quais compartilham como tema gerador do enredo o conflito que envolveu quatro países na América do Sul. As três obras retomam a questão do nacional pela menção explícita da concepção de nação. Seus enredos revisitam a temática da Guerra da Tríplice Aliança e, para tanto, fazem referência direta à ideologia da identidade nacional dos países beligerantes, ainda que com claro objetivo de criticar o culto e as práticas nacionais.

Com isso, não se pretende afirmar que o fato de as obras analisadas situarem explicitamente o enredo em épocas e territórios específicos e colocarem em cena personagens consagrados pela historiografia oficial signifique que o subgênero narrativa de ficção histórica não seja capaz de empreender projetos nos quais tais elementos estejam ausentes ou propositadamente implícitos. A exemplo do romance *Xadrez, truco e outras guerras* (1998), de José Roberto Torero, a crítica ao conflito envolvendo as nações da bacia do Prata não se constrói com a explicitação de datas, nações ou reconhecidos personagens históricos. Esses elementos são reconhecíveis pelos leitores a partir de seu maior ou menor conhecimento

acerca da guerra contra o Paraguai, pois, no prefácio do livro, menciona apenas que a obra é uma ficção inspirada em tal episódio.

O presente estudo, portanto, não discorda de que na contemporaneidade existam narrativas que busquem afastar-se da questão nacional, ficcionalizando ambientes, enredos e personagens, sem qualquer tipo de vinculação precisa com um tipo específico de nação. Essa vertente segue os parâmetros de uma literatura mais global. Todavia a tese alinha-se ao pensamento de que, ao lado desse tipo de produção mais mundializada, "de preferência pela abordagem de um cosmopolitismo autocrítico como força motriz de uma nova ordem social, histórica, política e, também, narrativa" (DALCASTAGNÈ; MATA, 2012, p. 31), reside ainda aquela que retoma o nacional de forma mais enfática. Nessa retomada do sistema de representação simbólica do nacional, no entanto, a nação não se mostra mais uma comunidade homogênea. Antes, a narrativa contemporânea problematiza o nacional, rasurando o discurso identitário construído ao longo da história em favor dessa imagem.

As diferentes formas de identificação, pertencimento e interpelação dos diversos grupos se relacionam em um amplo e complexo campo de negociação, no qual ora os parâmetros nacionais se sobrepõem, ora são questionados ou rejeitados. Partindo da afirmativa da dupla Regina Dalcastagnè e Anderson Luís da Mata, em *Fora do retrato* (2012), de que a literatura é um campo de disputas, pelo acesso à voz, é possível asseverar que a narrativa de ficção sobre a Guerra da Tríplice Aliança em destaque neste trabalho reivindica uma releitura dos fatos, sob o ponto de vista de atores sociais outrora silenciados ou esquecidos pelo discurso historiográfico oficial. Nessa releitura emergem interpretações de novos segmentos; alguns deles reclamam representação no retrato da nação (das nações), enquanto outros, revisitam o episódio para marcarem que não estão compreendidos pela moldura do retrato e, inclusive, não desejam fazê-lo. Isso significa que o não desejo dos grupos por integrar a imagem homogênea da nação, em alguns casos, se deve não ao fato de não se considerarem como membros de uma comunhão nacional, mas sim pertencentes (também) a uma comunidade unida por outro(s) tipo(s) de laço(s) coletivo(s).

Em *O rastro do jaguar* (2009), a fratura da nação é desencadeada pelo questionamento que populações indígenas fazem acerca de seus direitos em viver no continente americano independente das fronteiras e parâmetros nacionais presentes nesse território. Nesse sentido, é possível identificar um confronto interno no traçado das nações, uma vez que a política nacional dos países americanos previa, quando não o extermínio, a inclusão gradativa das comunidades indígenas à comunhão nacional. Se essas comunidades, na representação literária, são consideradas parte da população nacional pelos governos, embora resistam viver

sob o jugo do poder estatal, pode-se considerar que o romance tem como foco o enfrentamento identitário na dimensão intranacional.

O romance coloca em primeiro plano a alteridade indígena no interior das nações brasileira – mais detalhadamente – e paraguaia. A história a contrapelo[84] refaz-se a partir de uma narrativa que permite uma reflexão sobre a formação e consolidação do Estado-nação. Nesse novo cenário de análise da nação, destacam-se as estratégias utilizadas pelo agente colonizador que relegaram povos indígenas situados no interior do território nacional à condição de marginalidade. A reflexão leva a pensar em como essas coletividades atualmente encontram fissuras ou sugerem rupturas com o modelo de comunhão nacional.

No que tange a *Cunhataí* (2003), a atenção é voltada a outro grupo minoritário negligenciado pelos relatos historiográficos: o das mulheres. Além da crítica ao discurso historiográfico oitocentista que negligenciou o papel feminino no conflito entre as nações platinas, Maria Filomena Lepecki problematiza a questão nacional, trazendo para o centro da ação um personagem perturbado pelo sentimento de identificação por laços afetivos "inter-nacionais" e por ser pressionado a atuar como espião de um dos lados beligerantes. Nesse ínterim, o cenário de embate identitário de rasura à identidade nacional constrói-se tanto na negociação desse constructo simbólico com a identidade de gênero quanto pela problemática da dupla nacionalidade de Ângelo, que funciona como um elemento de desestabilização de sua lealdade a uma única nação.

Em relação a*O livro da Guerra Grande* (2002), a rasura da nação provém do enfrentamento entre a identidade nacional e a identidade latino-americana. Os escritores das quatro nações beligerantes refletem em suas "crônicas" um questionamento sobre as políticas nacionais dos países em guerra a partir do destaque tanto das origens pré-colombianas dos povos formadores destas comunidades nacionais quanto do passado colonial comum que lhes confere a referência de povos latino-americanos. A estratégia de rasura do nacional concretiza-se no plano transnacional.

Entre os vários procedimentos estéticos acionadas nas narrativas estão – por vezes, apenas em uma, por outras, em todas – as vozes narrativas, a construção dos personagens, a reflexão sobre o passado como tentativa de reposicionamento identitário, a intertextualidade e

[84] Walter Benjamin, em suas teses "Sobre o conceito de História" (1994, p. 225), propõe "escovar a história a contrapelo" ao se colocar contra o historicismo servil. No sentido histórico, a instrução significa "ir contra a corrente da versão oficial da história, opondo-lhe a tradição dos oprimidos" (LÖWY, 2005, p. 74). No sentido político, refere-se à necessidade de "lutar contra a corrente" (LÖWY, 2005, p. 74), desmistificando aquele sentido progressista de história. Cabe ao cronista narrar essa história integral, sem que se faça distinção entre os acontecimentos ou os indivíduos "grandes" ou "pequenos". Com isso, o filósofo defende que cada tentativa de emancipação de qualquer que seja a vítima do passado, por mais humilde que seja, obtenha reconhecimento.

a intenção paródica. Todas as estratégias citadas são correntemente citadas pelos teóricos do gênero de ficção histórica contemporânea. Todavia a argumentação aqui perseguida arrisca-se a citar a presença de mais um procedimento, o qual é acolhido em uma consideração hipotética, que estaria fortemente relacionada à hipótese primeira do estudo.

Há de se esclarecer, para efeitos de entendimento, que a sugestão ainda estaria sob rápida investigação. Talvez um aprofundamento acerca da questão exceda os limites deste trabalho e reivindique um outro. Colocada a situação nesses termos, acredita-se que, além da utilização das estratégias citadas nas narrativas analisadas, existe a possibilidade de contaminação da ficção histórica pelo biográfico a partir da inserção de traços autobiográficos dos autores – em maior ou menor grau, de obra para obra –, em um processo que hibridiza vida e obra, atuações públicas do escritor e sua escrita (VIEGAS, 2007). A escolha de tal procedimento estético contribui para afirmar a relevância das minorias e/ categorias identitárias que se colocam em tensão com a identidade nacional das nações em evidência nas narrativas, já que, em alguma medida, fazem parte de engajamentos e/ou projetos dos autores junto à sociedade.

Nos capítulos anteriores, buscou-se comprovar a hipótese de que as narrativas contemporâneas de ficção que compõem o *corpus* refletem as tensões entre as diferenças culturais internas às nações e, ao mesmo tempo, semelhanças externas ao estado nacional, o que rasura a ideia da nação como uma "comunidade imaginada" (ANDERSON, 2008) homogênea. Portanto, ao revisitarem a temática da Guerra da Tríplice Aliança, tais narrativas estariam sugerindo a ideia de que a nação está perdendo seu lugar privilegiado de produtora de sentido de identidade. Comprovada a pressuposição, buscou-se ratificar as afirmações, destacando as estratégias estéticas acionadas pelos escritores das narrativas que contribuem tanto para sugerir a redefinição dos princípios e caracterizações que revestem a concepção de identidade nacional quanto o contexto no qual se concebe que esse mesmo construto simbólico encontra-se negociando sentidos e posicionamentos com outras categorias de pertencimento.

A crise da noção tradicional da nação é representada no cenário da guerra que, apesar de ser um evento que reivindica lealdades nacionais, é problematizado por amplos questionamentos nas narrativas. As obras apontam o que há de artificioso, excludente, ou mesmo, intolerante no(s) projeto(s) nacional(s) (já que abrem brechas à análise de outras nações). Cada uma dessas narrativas, escolhendo um foco de atuação, em certa medida, assinala as fragilidades do caráter uniformizador sobre o qual se assentam as chamadas identidades nacionais. As três narrativas exploram personagens atravessados pela

multiplicidade de identidades; melhor dizendo, os textos colocam em evidência os processos de redefinição de fronteiras identitárias e culturais, observando a desestabilização da noção de centro de poder a partir da inclusão de novos lugares de fala. Colocada em prática essa perspectiva, em uma das obras, a identidade nacional negocia sentido com a identidade de gênero, nas outras duas, com identidades étnicas, seja sob o símbolo da latino-americanidade, seja sob a roupagem da identidade ameríndia.

É perceptível no enredo de duas das obras analisadas um contexto de mobilidade identitária. O conflito de identificação enfrentado por alguns personagens é uma estratégia de representação no campo de disputas entre grupos marginalizados e estigmatizados pelos discursos dominantes. Cada vez que uma identidade minoritária (movimento indígena, feminista, latino-americanista) se manifesta por meio da narrativa de ficção histórica em oposição à verdade homogeneizadora do discurso histórico nacional, são demarcados novas espaços para disputa de poder. Ao se questionar a homogeneidade da identidade nacional, reivindica-se a revisão das narrativas de memória e das estruturas de sentimento, legitimadas por um discurso nacionalista que sufoca a representação das diferenças. Ao mesmo tempo, constrói-se uma versão alternativa e plurissignificativa de identidade nacional que contempla uma ideia de nação na qual segmentos, outrora marginalizados, possam falar de e para si.

No que diz respeito às vozes narrativas em romances contemporâneos, proliferam aquelas que parecem carregar consigo todo o peso do mundo. Em *O rastro do jaguar* (2009a), Pereira é quem narra as várias experiências que a dupla de amigos acumula durante a viagem. Deparam-se com muitas possibilidades de imagens representativas do Brasil, mas não a "imagem representativa" que a literatura romântica procurava consolidar, ou seja, defrontam-se com imagens que não correspondem aos estereótipos da imagem de Brasil e do índio. É aí que entra, no raciocínio de Pierre, uma disputa entre a nacionalidade que lhe foi imposta e a cultura da qual provém. Ele expõe suas impressões nas cartas que o narrador disponibiliza ao leitor e que se utiliza para falar do processo de autoconhecimento do amigo.

O narrador Pereira é um homem maduro que, na juventude, depara-se com os impactos que sua civilização provoca na vida de comunidades que, antes da ação colonizadora, viviam sob princípios organizacionais e ideológicos completamente diferentes. Em muitos momentos, ele se mostra culpado, angustiado e impotente por ser um representante de uma cultura que subjuga o outro e nada faz para mudá-lo. Por outro lado, há de se considerar também que Pereira e Pierre haviam sido criados nesse mundo dominador, foram soldados do exército francês, aparelho estatal de preservação da ordem e soberania nacional. Por isso, ainda que se diga indignado pela dominação cultural, o jornalista europeu

deixa escapar, na narração, resquícios dos princípios culturais eurocêntricos; é como se estivesse se traindo.

O modo de narrar de *O livro da Guerra Grande* é uma forma de recusa de uma identidade nacional, "em favor da flexibilização marcada pela diferença" (DALCASTAGNÈ; MATA, 2012, p. 9). Os escritores operam um deslocamento da interpretação do evento histórico para um olhar coletivo. Ao mesmo tempo, o olhar coletivo é plural, pois cada um dos escritores conduz a narrativa a partir de determinados aspectos, personagens e procedimentos discursivos. A estratégia serve justamente para marcar a inconveniência do literário com a chave do nacional homogeneizante.

No que se refere às escolhas estéticas, por exemplo, o romancista paraguaio desenvolve, no texto "Em frente à frente argentina", uma escrita muito peculiar: não existe voz narrativa, mas, sim, um longo diálogo entre Bartolomé Mitre e Cándido Lopez. O colóquio não se estrutura a partir do comum uso de travessões ou aspas para marcar a mudança de turno na conversão. Ao contrário, o fluxo contínuo e voraz de falas exige do leitor muita atenção para identificar o que cada um dos interlocutores diz e compreender a ácida crítica tecida ao evento bélico e aos seus protagonistas históricos.

A heterogeneidade de gêneros também é outro recurso estético presente nas narrativas contemporâneas de ficção histórica. Em *Cunhataí* (2003), há a presença de uma carta de Solano López, na qual o presidente anuncia aos paraguaios, no auge da guerra, sua retirada de Assunção. Ainda assim, pode-se assegurar que, entre as três obras, a narrativa de *O livro da Guerra Grande* (2002) é a que melhor apresenta a heterogeneidade de gêneros. Há textos do livro que se aproximam muito do estilo da crônica, como "Em frente à frente paraguaia", de Augusto Roa Bastos.

Murilo Carvalho constrói um jogo narrativo que evidencia as tensões existentes nas relações entre o eu e o outro. No jogo representacional, os índios se recusam a fazer parte do retrato da nação. Em entrevista ao site *Diário Digital*, o escritor assinala que "como os índios, não conseguem se integrar. Não sabem quem são, não conhecem direito suas origens" (CARVALHO, 2009b).

Ainda que voluntariamente expatriado do solo francês, Pierre acredita na concepção de nação como um valor a ser preservado, pois, até certo momento, idealiza a criação de um estado ameríndio. Conforme adentra na ideologia da cultura ameríndia, esse valor gradativamente é descartado. O personagem vai se aliando aos indígenas na resistência às políticas colonial e nacional. Nessa representação da resistência dos índios, Murilo Carvalho coloca em cena pequenas e grandes guerras.

Conforme Esteves (2010), os objetivos dos protagonistas das narrativas podem variar conforme os objetivos dos autores. Dessa maneira, segundo o pesquisador,

> em algumas obras, há o claro objetivo de fazer lembrar algum escritor esquecido pela historiografia vigente; em outros, o desejo de humanizar algum nome exageradamente mistificado pela crítica; em outros, simplesmente os princípios estéticos vigentes em determinado período histórico, seja com o objetivo de fazer repensar o presente, seja apenas com o objetivo de reavaliar o passado" (ESTEVES, 2010, p. 124).

Cunhataí (2003) é uma versão feminina sobre a história de mulheres, fora do ambiente privado e, no romance, marcando presença no centro de um evento (inter)nacional, como é a Guerra da Tríplice Aliança. Trata-se de uma obra que simboliza a conquista de um espaço de escritura no qual os homens exerciam poder absoluto, como os temas bélicos. Com a escrita feminina e o protagonismo de mulheres em uma narrativa que se detém em relatar o cotidiano das tropas brasileiras, o romance é uma forma de rasurar a historiografia oficial que cuida do registro dos feitos do órgão responsável de proteção da soberania nacional. Nesse sentido, por extensão, ocorre uma rasura às oficiais narrativas falogocêntricas de heroísmo deste órgão símbolo da nacionalidade.

Os protagonistas da narrativa de Maria Filomena Lepecki não são figuras históricas. Embora os personagens históricos interajam com os protagonistas em situações importantes à trama e sempre sejam convocados à narrativa, não é em torno de suas vidas que o enredo se concentra. O exército brasileiro tanto é oficialmente apenas composto por homens como sustenta uma visão machista sobre quem deve fazer parte ou não da unidade militar na ação defensiva da soberania nacional. Todavia, na obra de Maria Filomena Lepecki, com a introdução da história pessoal da protagonista e de outras personagens femininas à trajetória da força expedicionária brasileira na guerra, quem conquista visibilidade não é o soldado homem, mas a "impedimenta". A estratégia é mostrar que, ao lado da unidade masculina, à mercê de todo tipo de perigo, seguia uma outra tão corajosa e sofredora quanto aquela.

Antônio Esteves (2010) atenta para o fato de que, ainda que, no Brasil, mulheres já viessem escrevendo romances históricos desde o século XIX, é somente a partir da década de 1990 que a escrita feminina consegue realizar rupturas significativas. Nesse momento, surgem inúmeras obras de mulheres escrevendo sobre mulheres. Em alguns desses trabalhos, as mulheres protagonistas são escolhidas pelas autoras não apenas para consolidar a narrativa feminina, mas também para se contraporem a uma literatura que costumava relegá-las a um

condição secundária ou silenciada. A intenção é também instituir uma produção literária que permita a releitura do papel da mulher na história da formação da sociedade brasileira.

Como a historiografia oficial geralmente não menciona a força feminina que participava da contenda, Maria Filomena Lepecki, por meio de suas personagens, transfere a mulher de sua condição marginal para o centro da trama. A trajetória do conflito em sua dimensão nacional se entrecruza com a história das mulheres, o que representa uma visão periférica do evento bélico. Ou seja, o romance procura contar o que está além da história nacional conhecida. Significa inscrever a mulher no espaço da história, de modo a desafiar tanto suas estratégias de exclusão e marginalização quanto as convenções de seu discurso.

Micaela é uma personagem feminina, de certa forma, construída de forma idealizada, pois é forjada com características valorizadas pelo século XXI. Ela se encoraja a se misturar em uma expedição onde uma grande maioria de homens segue para defender a pátria. Ao acompanhar a força expedicionária, a jovem transgride padrões sociais e morais estabelecidos pela sociedade patriarcal. Na difícil trajetória do avanço da coluna, assume a marginalizada função de curandeira, embora obtendo, por vezes, mais êxito do que médicos na ação de cura.

No que se refere a*O rastro do jaguar* (2009a), conforme Murilo Carvalho (2009b), o personagem Pierre é uma ficcionalização da vida de um índio mencionado por Auguste de Saint'Hilaire. Em uma de suas obras, o naturalista francês revelava a intenção de levar um aimoré adulto e um guarani, ainda criança, para a França. No entanto, os indígenas não teriam seguido com Saint'Hilaire devido à proibição do governo brasileiro. O escritor mineiro, então, mantendo os nomes verdadeiros de Firmiano (o aimoré) e Pierre (o guarani), resolve ficcionalizar a vida dos índios, contrariando o relato historiográfico.

Em *O livro da Guerra Grande* (2002), personagens históricos conhecidos em ambos os lados beligerantes atuam em um relato em cujo centro se desenvolve o juízo sobre a criminalidade da guerra. Embora nas crônicas de Augusto Roa Bastos, os protagonistas sejam figuras históricas que alcançaram notoriedade no discurso histórico, pode-se afirmar que o protagonismo no livro não são os personagens, mas a guerra. No entanto, há de se assinalar também que tal protagonismo, é lógico, não a tem em bom conceito. O intuito da obra coletiva é justamente desqualificá-la.

O que chama a atenção é o investimento em personagens que se apresentam fora do lugar, quase sempre, em busca por pertencimento. Geralmente nesses personagens marginais nota-se "uma vontade de encontrar uma verdade que parece cada vez mais distante quanto mais eles se aproximam dos polos de ancoragem onde poderiam encontrá-las..." (MATA, 2012, p. 19). Se, em *O rastro do jaguar* (2009a), a procura pelo conforto identitário dá-se pela

viagem de Pierre ao encontro das populações indígenas, em *O livro da Guerra Grande* (2002), tal conforto materializa-se em torno da afirmação da ideia de latino-americanidade.

Conforme se observa nas obras, é possível arriscar o argumento de que a metáfora do corpo está amplamente relacionada às mudanças de posicionamento dos personagens quanto à forma como se enxergam, enfrentam o conflito bélico e veem a nação. À medida que os personagens vão passando por mudanças físicas e emocionais, a concepção de nação também vai se metamorfoseando.

Em *Cunhataí* (2003), Micaela vai se transformando durante a viagem ao Mato Grosso: nas roupas e nos cabelos, aos quais é obrigada a cortar; no comportamento, abandonando suas atitudes de "senhorinha" e assumindo suas habilidades de curandeira; nas emoções, mostrando-se cada vez mais forte para lidar com o amor, as perdas e a violência; e na consciência, ao sopesar, entre outras coisas, os motivos pelos quais Ângelo seria obrigado a atuar como espião. Os problemas enfrentados pelos personagens servem para desvelar que, em uma guerra, vários elementos podem sobrepor-se à lealdade nacional.

Em *O rastro do jaguar* (2009), tal metáfora é mais simbólica das mudanças transcorridas na vida de Pierre. Quando se depara com o incidente da prisão dos índios na França, o jovem inicia um processo de flagelação de sua identidade nacional. Nesse sentido, é possível afirmar que a metamorfose do corpo simboliza também as mudanças de emoções e de consciência; quanto mais se muda, mais se defronta com uma visão diferente de nação.

O personagem Cándido López, resgatado por Roa Bastos, não passa por uma metamorfose ao longo da narrativa. Todavia é perceptível no resgate da figura histórica a presença da metáfora do corpo. A mutilação do corpo do pintor – na história, duplicado pela figura de outro pintor, o Cándido paraguaio – representa os impactos nefastos da guerra sobre a interculturalidade dos povos que dela participam.

A intertextualidade é um artifício muito presente nas obras analisadas. Em *O livro da Guerra Grande* (2002), o prefácio antecipa ao leitor que muitas das informações presentes na obra baseiam-se nas *Cartas dos campos de batalha do Paraguai* (1997), do diplomata inglês *sir* Richard Francis Burton. Os textos de Augusto Roa Bastos ainda dialogam com *As mil e uma noites* e a *Divina Commedia* – inclusive, com a tradução desta última por Bartolomé Mitre. Em *Cunhataí* (2003), por sua vez, os intertextos do romance são *A retirada da Laguna* (1871; 1997) e *Memórias* (obra póstuma, 1946; 2005), ambos de Alfredo d'Escragnolle-Taunay, e *Solano López: soldado de la gloria y del infortunio* (1945), de Arturo Bray. Já em *O rastro do jaguar* (2009), a teia intertextual é construída com os textos do poeta romântico Gonçalves Dias.

Outro traço muito comum da narrativa histórica contemporânea é a paródia. Embora não esteja presente nos textos de Maria Filomena Lepecki e Murilo Carvalho, constituídos por uma atmosfera tensa e nostálgica, *O livro da Grande Guerra* (2002), por sua vez, é recortado de passagens paródicas. As mais visíveis estão na escrita de Augusto Roa Bastos. No texto "Em frente à frente argentina", por exemplo, o fato de um dos autores da metanarrativa histórica argentina, Bartolomé Mitre, estar em plena guerra, tentando traduzir a *Divina Commedia*.

Em *O rastro do jaguar* (2009a), o que supostamente se aponta como contaminação do biográfico na obra estão as "coincidências" entre alguns traços do narrador-personagem e de Murilo Carvalho. Ambos são jornalistas e escrevem sobre a experiência do vivido entre as comunidades indígenas. Há também a relação do autor com a figura de Aleijadinho, como já foi apontado.

Na entrevista ao *Diário Digital* (CARVALHO, 2009b), ao esclarecer sobre a escolha temática de seu livro, o escritor assinala a responsabilidade das nações para com os índios, considerando-se que aquelas ocuparam os territórios e destruíram aldeias indígenas. A sua opinião é de que se trata de uma "espécie de culpa coletiva, pois seja na América, seja na África a destruição sistemática dos habitantes primitivos, a retirada de suas riquezas naturais é que financiaram a Europa dita civilizada" (CARVALHO, 2009b, p. 2). No vídeo gravado em agradecimento à premiação do livro com o Prêmio Leya de 2008, quando desenvolvia documentário sobre comunidades indígenas na Amazônia, o autor – que, inclusive, se autodenomina europeu – também assinala o papel destruidor do agente colonizador quando declara que os índios guarani são os principais personagens da trama, "esses mesmos índios que nós, que viemos de Portugal, da Europa, acabamos colonizando e, de certa forma, expulsando-os para o interior dessas florestas, ao longo desses rios" (CARVALHO, 2008).

Murilo Carvalho espera que seu livro exerça o papel social de "levar as pessoas a refletir sobre a realidade que as cerca, ou quem sabe sobre sua própria vida, suas emoções" (CARVALHO, 2009b, p.2). Por isso, destaca o papel fulcral da literatura como "reflexo mais claro dos momentos vividos pelas sociedades", afinal, ela "serve de instrumento de reflexão, quando não de denúncia, mesmo que aborde temas introspectivos, como as angústias humanas." (CARVALHO, 2009b, p. 2). Todo esse compromisso em divulgar para o mundo o martírio vivido pelas comunidades indígenas também é percebível no narrador de *O rastro do jaguar* (2009a).

Já Maria Filomena Lepecki (2003) é mais sutil na inclusão de traços autobiográficos. A primeira coincidência que se encontra é o fato de autora ser neta de um ex-combatente da

guerra contra o Paraguai, da mesma forma que uma das personagens é neta de Micaela. O outro traço é relação com o universo da saúde; enquanto a autora é médica, Micaela é uma curandeira. Talvez a inclusão dessas características não queiram sinalizar nada.

Se na literatura ocorre a multiplicidade de vozes por meio da pluralização de pontos de vista na narrativa, *O livro da Guerra Grande* (2002) também explora essa diversificação por meio da autoria. Não é mais apenas uma, mas várias vozes. A temática une os escritores que, a fim de criticá-la, traduzem-se como símbolos do ativismo perseguido na narrativa: um sentimento de latino-americanidade que rasura a ideologia nacionalista dos países beligerantes. Na autoria coletiva, a partir da contribuição de cada um, mas com o propósito único, compõe-se um todo discursivo.

Implícita à ação de escritura coletiva de *O livro da Guerra Grande* (2002), reside o apoio à ideia de regionalização iniciada pelo MERCOSUL (1991). O tratado, de certa maneira, atinge um número significativo de intelectuais que vêm construindo um discurso de integração regional, recuperando a ideologia latino-americanista. O discurso integracionista intenta assinalar a fragilidade da cultura nacional, enaltecendo a sobrevivência de um sentimento de irmandade ancestral que se dá em nível transnacional.

Eric Nepomuceno também revela em entrevista que para a construção de seu texto se utilizou de dados autobiográficos e alguns de seus personagens são seus amigos. Revela que inseriu um pouco da história de sua família materna e de um livro sobre fotografia brasileira na guerra contra o Paraguai. Esses elementos o ajudaram a criar seu personagem.

O livro da Guerra Grande (2002) tem como objetivo desmontar os relatos anteriores acerca do conflito platino, promovendo críticas à guerra e ao nacionalismo. Os conjurados que se reúnem no suposto quilombo contra a Guerra da Tríplice Aliança não são os únicos a conspirem contra a guerra; os autores da obra coletiva também o confabulam. No texto "Em frente à frente argentina", por exemplo, Roa Bastos simboliza o enfrentamento anti-nacionalista a partir da figura de Cándido López. O pintor nutre a crença de uma representação pictórica mais fiel aos acontecimentos, o que seu interlocutor, Bartolomé Mitre, considera uma ingenuidade. Para o comandante das forças aliadas e político responsável pela unificação nacional da Argentina, os relatos sobre a nação não são mais do que ficções necessárias.

Os procedimentos de relativização da identidade nacional surgem em conformidade com a urgência dos movimentos em prol das minorias e dos projetos de desterritorialização da contemporaneidade. A constatação de um latente pluralismo cultural e identitário imerso nos espaços delimitados pelas fronteiras das nações encoraja a luta por apontar as fragilidades do

caráter totalizador sobre o qual se assentam as identidades nacionais. Vários movimentos na atualidade, na América Latina, lutam para que a concepção de nação seja redimensionada a fim contemplar a urgência de se respeitar grupos etnicamente diferentes, inclusive, de seus compatriotas. A partir dessa afirmação, a escrita coletiva dos autores pode ser considerada como uma experimentação de escrita latino-americana interativa, face à idealização de um projeto de integração supranacional.

Ainda que em *Cunhataí* (2003) seja possível identificar uma reverência ao nacional, considerando a lealdade de Ângelo ao Paraguai e a mágoa de Micaela por ter desposado um traidor, tal deferência é relativizada pelas inseguranças despertadas naquele sob a força de sua dupla nacionalidade, bem como pela relação e o sentimento de amor entre ambos os personagens. Nesse sentido, a simbologia do nacional é, em alguma medida, rasurada, questionada, uma vez que as fronteiras territoriais não são suficientemente fortes a ponto de sufocar completamente outras identificações do ser humano. Ao contrário, essas identificações se encontram em um cenário de constante tensão.

O que se percebe, portanto, é que os romances de ficção contemporânea aqui estudados conseguem abordar a temática da Guerra da Tríplice Aliança, saindo da ficção do nacional e nela entrando, mas não se esquecendo de lhe ser também crítica. Todas essas estratégias corroboram com a pretensão de apontar as peculiaridades das narrativas contemporâneas de ficção histórica analisadas aqui – em certos aspectos, de forma semelhante, em outras, de forma diversa – sugerem uma fratura da concepção de nação e construtos simbólicos relacionados, como nacionalismo e identidade nacional.

No que se refere à aproximação entre literatura e as vertentes históricas, percebe-se, nos romances mais antigos, a simpatia dos autores ao tom revisionista sobre a guerra. Quanto à obra de Murilo Carvalho, nota-se uma aproximação à versão histórica mais contemporânea. O que se deduz também, a partir da análise das obras, é a presença de um tipo de narrativa de ficção histórica que se renova e inova, enquanto subgênero, ao apresentar novas características que se acumulam àquelas geralmente atribuídas a esse tipo de escrita literária.

Antônio Esteves (2010) considera que o grau de ruptura da nova narrativa histórica com os modelos do século XIX varia de obra para obra. Por vezes, há uma ruptura radical com o modelo tradicional com a criação de textos experimentais. Em outras situações, alguns dos elementos tradicionais são mantidos. Isso sem contar com as obras, nas quais os autores preferem seguir o modelo clássico, como forma de garantir, pela leitura mais fácil, o grande público. Ainda assim, o pesquisador brasileiro adverte que, em qualquer uma das escolhas, é notória a intenção dos autores de realizar uma releitura crítica da história com plena

autonomia de invenção. Por força de sua intensa carga plurissignificativa, a linguagem da narrativa de ficção "acaba por realizar, nesse contexto, uma missão dessacralizadora na releitura da memória" (ESTEVES, 2010, p. 40).

Para Esteves (2010), existe pouca relevância em classificar os tipos de narrativa em subcategorias, se "novo romance histórico", como o fazem Aínsa (1991; 2003), Menton (1993), Perkowska (2008), "narrativa de ficção histórica", conforme Weinhardt (2011), "metaficção histórica", como o denomina Hutcheon (1991), ou outra designação colocada por outro estudioso. Afinal a discussão sobre esse tipo de escritura literária ainda se encontra em aberto e, em hipótese alguma, se pode negar a releitura do discurso histórico proposta pelo subgênero.

A literatura contemporânea pode ser vista como espaço para reflexão das minorias, na luta pela autoestima e pela inclusão social. As narrativas de ficção aqui abordadas contribuem para uma mudança importante na representação da história, em especial da Guerra da Tríplice Aliança, e da participação ou dos reflexos sobre as mulheres e povos indígenas no conflito platino. A guerra é, pois, utilizada como espaço para o processo performático de reconstituição identitária.

Apesar de o episódio se constituir em evento no qual geralmente os envolvidos procuram asseverar lealdades para com seus respectivos territórios nacionais, as narrativas encenam situações nas quais certos personagens mostram-se alheios à separação imposta pelo conflito. Nesse sentido, se o cenário belicoso, nas narrativas em questão, não se estabelece como diluidor de fronteiras, pelo menos serve para despertar, em alguns personagens, certo desencantamento com os ideais nacionalistas. Se essas figuras humanas são marcadas por uma progressiva descrença nos referenciais nacionais, gradativamente relações de referencialidade de outra ordem são colocadas em negociação com a identidade nacional. Se um livro advoga em favor darelativização do nacional pela influência da dupla nacionalidade, o outro defende a ideologia supranacional, pautada no discurso da irmandade imemorial latino-americana, ou ainda, na ideologia intranacional, com a reivindicação das minorias identitárias presentes no interior de um país. Talvez cada livro tenha um projeto próprio que, em parte, se aproxima do projeto do outro, em outra, o confronta.

Ainda assim, nos dias atuais, em determinadas situações, os ressentimentos patrióticos vêm à tona. Essas recordações da Guerra da Tríplice Aliança entre os lados contrários do conflito quase sempre geram constrangimentos. Uma dessas circunstâncias vexatórias ocorreu em 29 de novembro de 2007, quando Cristina Kirchner, ao lado dos presidentes Luís Inácio da Silva, do Brasil, e Nicanor Duarte Frutos, fez uma revisão da guerra platina, criticando

argentinos e brasileiros pela atuação no episódio. A presidenta eleita da Argentina – mas sem ter assumido ainda o cargo – rendeu honras a Solano López e denominou o tratado firmado entre Brasil, Argentina e Uruguai para combater o Paraguai de "tripla traição" à América Latina. No seu discurso, afirmou:

> Quero, em nome do povo argentino, render homenagens aqui a esse grande patriota latino americano. [...] Quero, neste dia, manifestar o reconhecimento do meu povo ao Paraguai e contar-lhes que talvez este momento tão particular que atravessa a América Latina seja porque tenham voltado suas ideias, que hoje parecem novas, porém na realidade são tão profundas como a história por que aninham-se no orgulho de pertencer a uma pátria, a uma nação. (ASSUNÇÃO, 2012, p. 402).

Em 9 de dezembro do mesmo ano, o presidente argentino Néstor Kirchner evocou a mesma história, se dirigindo a Nicanor Duarte Frutos:

> Voltamos a trabalhar juntos os irmãos paraguaios e os irmãos argentinos na construção de necessidades comuns, pensando em uma terra comum e com uma atitude completamente solidária. Eu realmente honro o povo paraguaio em seu nome (ASSUNÇÃO, 2012, p. 401-402).

Cristina Kirchner, no mesmo dia, voltou a cobrar do presidente brasileiro um pedido de desculpas:

> Meu país, o seu país, presidente Lula, o Uruguai, nós três temos uma dívida histórica com este valorsoso povo paraguaio. [...] Algum meio de comunicação, fundado talvez por um dos que encabeçou aquela "triple" (refere-se ao jornal [argentino] *La Nación*) me criticuou duramente. Não importa, a verdade histórica não pode ser vencida por editoriais. Está escrita, desgraçadamente, a ferro e a fogo no coração do povo paraguaio (ASSUNÇÃO, 2012, p. 402).

Como se vê, retomam-se as feridas. Mas agora o discurso é outro. Nota-se, ao lado dos pedidos de reconhecimento ao grau de destruição a que guerra condenou o Paraguai, a necessidade de aludir ao projeto de integração regional via o discurso da latino-americanidade.

Se politicamente os Estados-nações continuam existindo sem apresentar indícios de algum dia – pelo menos, não em um futuro próximo – deixar de existir, não se tolera tão facilmente as formulações que pretendem conter as coletividades humanas compreendidas entre limites e legislações resoluta e unicamente como grupos referenciadores de uma identidade homogênea e unificadora. A luta de grupos minoritários e outras conformações

territoriais, culturais e políticas reivindicam voz e disseminam cada vez mais discursos que interpelam identificações e filiações.

A literatura, como se vê neste estudo, mostra-se como um campo em que esses grupos recebem representação e, assim, em alguma medida, acionam fraturas à noção de nação homogênea e símbolo único de identidade. Por isso, aqui, o trabalho fica em suspenso, ao entender que as narrativas de ficção inserem-se em um cenário de reflexão que está longe de fechar-se. Há possibilidades de ampliação dos questionamentos com a inserção de obras produzidas por escritores de outras nacionalidades e/ou com outros focos de atenção.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mirhiane Mendes de. O indianismo épico em Ubirajara, romance de José de Alencar. In: **Revista Brasil de Literatura.** 2002, p. 1-16. Disponível em: <http://revistabrasil.org/revista/artigos/epico.htm >. Acesso em 22 abr. 2016.

ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem boca:** escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Tradução de Lyslei nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

AGUIAR, Flávia; VASCONCELOS, Sandra. **Ángel Rama**: literatura e cultura na América Latina. Tradução de Raquel La Corte dos Santos, Elza Gasparotto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

AÍNSA, Fernando. La nueva novela latinoamericana. México: **Plural**, n. 240, 1991, p. 82-85.

_____. **Narrativa hispanoamericana del siglo XX**: del espacio vivido al espacio del texto. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2003.

ALENCAR, José. **O Guarani**: romance brasileiro. Rio de Janeiro: Empresa Nacional do Rio de Janeiro: 1857. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00177500#page/6/mode/1up>. Acesso em 09 fev.2016.

_____. Sonhos d'Ouro. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872. Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00015510#page/1/mode/1up. Acesso em 09 fev. 2016.

_____. Ubirajara: lenda tupi. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00016000#page/1/mode/1up>. Acesso em 09 fev.2016.

_____. **Cartas sobre a Confederação dos Tamoios.** Rio de Janeiro: Empresa Tipografia Nacional do Diário, 1856. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00175800#page/1/mode/1up>. Acesso em 05 fev.2016.

ALIGHIERI, Dante. **La Divina Comedia**. Traducción en verso ajustada por Bartolomé Mitre. Buenos Aires: Centro Cultural Latiunt, 1922. Disponível em http://www.traduccionliteraria.org/biblib/D/D102_Infierno.pdf. Acesso em 12 mar.2016.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010, 168 p.

AMARAL, Ricardo Ferreira do. **A reinvenção da pátria**: a identidade nacional em *Os Sertões* e *Macunaíma*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2004. 336 p.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. Introdução. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Introdução Benedict Anderson. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p

7-22.

_____. Entrevista com Benedict Anderson: depoimento. Benedict Anderson e as fronteiras (anomalias) do nacionalismo. **Jornal da Unicamp**. Campinas, 29 ago. 2011. Ano XXV, n. 504. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2011/ju504_pag67.php#>. Acesso em 06.01.2014. Entrevista concedida a Silvio Anunciação.

ANDERSON, Perry. Trajetos de uma forma literária. **Novos Estudos.** São Paulo: CEBRAP, n.77, p.205-220, mar. 2007.

ANDRADE, Oswald de. O manifesto antropófago. In: TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro**: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. 3ª ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cdrom/oandrade/oandrade.pdf>. Acesso em 18 mar.2016.

ANDRÈS, Bernard. Que latino-americanidade para o Quebec e o Brasil? **Revista Alceu.** Rio de Janeiro, v. 7, p. 196-210, jul/dez. 2003. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu-n7-Andres.pdf> Acesso em: 20 mar.2012.

AQUINO, Ricardo Caballero. La guerra como conclusión lógica y previsible de la república de lós dictadores del Paraguay, 1811-1870. In: **Anais do I Encontro de História Brasil-Paraguai**. Salvador: Instituto Geográfico e Históricoda Bahia; Academia Paraguaya de la Historia, 2002, p.259-295.

ARAÚJO, Tiago Gomes de. **A identidade nacional brasileira na Guerra do Paraguai (1864-1870).** Rio de Janeiro: Ar. Ed., 2013.

ARRUTI, José Maurício. Pankararu: História. In: **Povos Indígenas no Brasil**. 2005. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/pankararu/882>. Acesso 16 set.2015.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade**. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/critica/mact25.pdf> Acesso em: 20 mar.2012.

ASSUNÇÃO, Moacir**. Nem heróis, nem vilões:** curepas, caboclos, cambas, macaquitos e outras revelações da sangrenta Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Record, 2012.

AUGEL, Moema Patente. **O desafio do escombro**: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

AZEVEDO, Luciene. Autoria e *performance*. **Revista de Letras**. São Paulo, 47 (2): 133-158, jul./dez. 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/cintia%20paula%20andrade/Downloads/496-1946-1-PB%20(1).pdf>. Acesso em: 04.04.2014.

BAHIA, Márcio. Estratégias identitárias no continente americano: "*americanidad*", "*americanité*", "*americanidade*" e a ausência de "*americanity*". In: **Scripta**, Belo Horizonte, v. 11, n. 20, p. 43-55, 1º sem. 2007. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20080716123311.pdf> Acesso em: 20 mar.2012.

BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Introdução Benedict Anderson. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, 336 p.

BARBERENA, Ricardo. Algumas questões sobre a ficcionalização identitária: uma visita ao Waffel's Hooland Original. In: DALCASTAGNÈ, Regina; MATA, Anderson Luís Nunes (Org.). **Fora do retrato**: estudos de literatura brasileira contemporânea. Vinhedo, Editora Horizonte, 2012, p.35-49.

BARBOSA NETO, Jacy do Prado. **Terra sem mal**. São Paulo: Planeta, 2013. 336 p.

BAUER, Otto. *A nação. In:* BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Introdução Benedict Anderson. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 45-83.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução Carlos Antonio Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, 112 p.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERND, Zilá. **Literatura e identidade nacional.** Porto Alegre: Ed.da Universidade / UFRGS, 1992.

_____. Enraizamento e errância: duas faces da questão identitária. In: SCARPELLI, Marli Fantini; DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). **Poéticas da diversidade**. Belo Horizonte: UFMG/Fale, 2002, p. 36-46.

_____. Americanidade e americanização. In: _____. (Org.). **Americanidade e transferências culturais**. Porto Alegre: Movimento, 2003, p.26-43.

_____. As Américas: nascimento e morte das utopias. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 45, n.4, p.67-70, out./dez./2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/8556/6070> Acesso em: 02 abr.2012.

BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. Brasil (1822-1850). In: BETHELL, Leslie. **Historia de América Latina.** Tomo VI. Barcelona: Editorial Crítica, 1991, p. 319-377.

BETHELL, Leslie. O Brasil no mundo. In: CARVALHO, José Murilo de (Coord.). **A construção nacional (1830-1889).** Vol. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p.131-177.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, 395 p.

BOLÍVAR, Simón. **Escritos políticos**. México. Porrúa, 1999.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; PERARO, Maria Adenir (Org.). **Brasil e Paraguai**: uma releitura da Guerra. Cuiabá, MT: Entrelinhas: EdUFMT, 2012.

BRAY, Arturo. **Solano Lopez: soldado de la gloria y del infortúnio**. 2. ed. Buenos Aires:

Guillermo Kraft. Ltda,1945. In: Portal Guarani. Disponível em: <http://www.portalguarani.com/826_arturo_bray/7586_solano_lopez__soldado_de_la_gloria_y_del_infortunio_ensayo_de_arturo_bray_.htm >. Acesso 16 out. 2015.

BURTON, Richard F. **Cartas dos campos de batalha do Paraguai**. Tradução e notas José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1997.

BUSHNELL, David. La independencia de la América del Sur Española. In: BETHELL, Leslie. **Historia de América Latina.** Tomo V. Barcelona: Editorial Crítica, 1991, p. 75-123.

CAIRO, Luiz Roberto Cairo. Literatura brasileira, literatura latino-americana? **Entrelaces.** p. 37-43. Agosto, 2007. Disponível em: <http://www.entrelaces.ufc.br/cairo.pdf> Acesso em: 20 mar.2012.

CALHOUN, Craig. O nacionalismo importa. In: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H (Orgs.). **Nacionalismo no novo mundo:** a formação de Estados-nação no século XIX. Tradução de Waldéa Barcellos. Record: Rio de Janeiro, 2008, 37-70.

CARVALHO, José Murilo de (Coord.). **A construção nacional (1830-1889).** Vol. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, 328 p.

CARVALHO, Murilo. Murilo Carvalho (Prémio Leya) fala de "O rastro do jaguar": depoimento. [22 de out, 2008] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x8RkSBqcOR4>. Acesso em: 10 abr.2014.

_____. **O rastro do jaguar.** São Paulo: Leya, 2009a, 568 p.

_____. Murilo Carvalho: "Temos responsabilidade para com os índios: depoimento. [22 de maio, 2009b] **Diário Digital**. Entrevista concedida a Pedro Justino Alves. Disponível em: <http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=389659>. Acesso em: 10 abr.2016.

_____. A invenção do Brasil: depoimento. [22 de maio, 2009c] **Bibliotecário de Babel**. Disponível em: <http://bibliotecariodebabel.com/literatura-brasileira/a-invencao-do-brasil/>. Acesso em: 10 abr.2016.

CASAÑAS, Gloria V. **Y porá**: amor y guerra bajo el sol guaraní. 6. ed. Buenos Aires: P & J, 2013.

CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. **Taunay viajante:** construção imagética de Mato Grosso. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2013, 236 p.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é. Entrevista. In: **Povos Indígenas do Brasil 2001/2005**. São Paulo: Instituto Ambiental, 2006.

CAWTHORNE, Nigel. **Uma nova história da Guerra do Paraguai**: Solano López e a imperatriz da América do Sul. Tradução Marisa Motta. São Paulo: M. Books, 2015.

CHAGAS, Pedro Dolabela. Após a nacionalidade: história do romance e produção romanesca no Brasil e na América Latina. In: THOMAZ, P. C.; MARTINEZ, J. L. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 38, jul./dez. 2011, p. 41-59.

CHAUI, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

CLATRES, Hélène. **La tierra sin mal:** el profetismo tupi guarani. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones del Sol, 1993. (Serie Antropologica)

CORREIA NETO, José Morais. A conferência de Yataity-Corá: uma cimeira singular. In: **Anais do I Encontro de História Brasil-Paraguai**. Salvador: Instituto Geográfico e Históricoda Bahia; Academia Paraguaya de la Historia, 2002, p.19-53.

COSSON, Rildo; SCHWANTES, Cíntia. Romance histórico: as ficções da História. **Itinerários:** Revista de Literatura, n.23. Araraquara: 2005, pp. 29-37.

COSTA, Cláudia de Lima. O tráfego do gênero. In: **Cadernos Pagu**, 1998, n. 11, p.127-140<http://www.cppnac.org.br/wp-content/uploads/2013/07/O-Tr%C3%A1fico-do-g%C3%AAnero-Claudia-Costa.pdf >. Acesso em 12.01.2015.

_____. O sujeito no feminismo: revisando os debates. In: **Cadernos Pagu**, 2002, n. 19, p. 59-90. <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332002000200004&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 18.01.2015.

COSTA, Maria de Fátima. Indios em la Guerra de la Triple Alianza (1864-1870). In: BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; PERARO, Maria Adenir (Org.). **Brasil e Paraguai**: uma releitura da Guerra. Cuiabá, MT: Entrelinhas: EdUFMT, 2012, p. 63-85.

COUTINHO, Eduardo F. Discurso literário e construção da identidade brasileira. In: **Légua & Meia**: Revista de Literatura e Diversidade Cultural. Feira de Santana: UEFS, nº1, 2002 2002.

_____. América Latina: o móvel e o plural. In: RESENDE, Beatriz (Org.) **A literatura latino-americana do século XXI**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005, 192 p.

CUNHA, Eneida Leal. **Estampas do imaginário**: literatura, história e identidade cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, 155p.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios do Brasil**: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DALCASTAGNÈ, Regina; MATA, Anderson Luís Nunes (Org.). **Fora do retrato**: estudos de literatura brasileira contemporânea. Vinhedo, Editora Horizonte, 2012.

DELANEY, Jeane. Imaginando *la raza argentina*. In: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. (Orgs.). **Nacionalismo no novo mundo:** a formação de Estados-nação no século XIX. Tradução de Waldéa Barcellos. Record: Rio de Janeiro, 2008.

DERRIDA, Jacques. **Torres de Babel.** Tradução de Junia Barreto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

DIAS, Antônio Gonçalves. **Primeiros cantos**: poesias. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1846. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00634200#page/1/mode/1up>. Acesso em 05 fev.2016.

_____. **Obras Póstumas de Antônio Gonçalves Dias**: precedidas de uma notícia de sua vida e obras pelo Dr. Antonio Henriques. v. 3. São Luís, MA: Bellarmino de Matos, 1868.

_____. **Últimos cantos**: poesias. Rio de Janeiro: Tipografia de F. de Paula Brito, 1851, 299 p. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00634600#page/1/mode/1up>. Acesso em 05 fev.2016.

DINIZ, Dilma Castelo Branco. O conceito de América Latina: uma visão francesa. **Caligrama**: Revista de Estudos Românicos, 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/view/185/137> Acesso em: 19.jun.2012.

DOMINGO SARMIENTO, Faustino. **Facundo**. Buenos Aires: El Aleph, 1999. Disponível em: < http://bibliotecadigital.educ.ar/uploads/contents/DomingoF.Sarmiento-Facundo0.pdf>. Acesso em 10 abr. 2016.

DONATO, Hernani. **Os povos indígenas no Brasil**. São Paulo: Editora Melhoramentos: 2015.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra:** nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. **Mulheres comuns, senhoras respeitáveis e presença feminina na Guerra do Paraguai**. <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=189 > Acesso em: 23.02.2015.

_____. **A história esquecida na Guerra do Paraguai**: fome, doenças e penalidades. 2010. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. Disponível em: < http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08122010-135132/pt-br.php>. Acesso em: 23.02.2015.

_____. A história esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades. In: BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; PERARO, Maria Adenir (Org.). **Brasil e Paraguai**: uma releitura da Guerra. Cuiabá, MT: Entrelinhas: EdUFMT, 2012, p. 183-214.

ECHEVARRÍA, Roberto González. **Mito y archivo**: uma teoria de la narrativa latinoamericana. Tradução de Virgínia Aguirre Muñoz. 2. ed. México: FCE, 2011, 291 p.

ESCOSTEGUY, Ana C. Estudos Culturais: uma introdução. In: JOHNSON, R.; ESCOSTEGUY, A. C.; SHULMAN, N. **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Organização e tradução Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo horizonte: Autêntica, 2004. 240p.

ESTEVES, A. R. **O romance histórico brasileiro contemporâneo (1975-2000).** São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

FIGUEIREDO, Eurídice. O conceito de América Latina. In: _____. **Representações interamericanas de Literatura e cultura.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2010a, 286p.

_____. **Conceitos de Literatura e Cultura** (Org.) 2. ed. Niterói: EdUFF; Juiz de Fora: EdUFJF, 2010b. 490 p.

FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de. O romance histórico contemporâneo na América Latina. **Revista Brasil de Literatura**. Rio de Janeiro: 1997. Disponível em: <http://lfilipe.tripod.com/Vera.html>. Acesso em 10/09/2015.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. **Mulheres na Guerra do Paraguai.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. 144p.

FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, Freud, & Marx**. São Paulo, Princípio, 1997, p. 13-30.

_____. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de setembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

_____. **Arqueologia do saber.** Tradução Luiz Felipe Beata Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a.

_____. Nietzsche, genealogia e história. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 25. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012b, p. 55-86.

FUENTES, Carlos. **Geografia do romance**. Tradução Carlos Nougué. Rio de Janeiro: Rocco, 2007, 192 p.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade.** 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003a, 388p.

_____. **A globalização imaginada**. Tradução Sérgio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2003b.

GRAHAM, Richard. Brasil (1850-1870). In: BETHELL, Leslie. **Historia de América Latina.** Tomo VI. Barcelona: Editorial Crítica, 1991, p. 378-418.

GOBBI, Márica Valéria Zamboni. **A ficcionalização da História:** mito e paródia na narrativa portuguesa contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GONZÁLEZ ECHEVARRÍA, Roberto. **Mito y arquivo**: uma teoría de la narrativa latinoamericana. Tradução Virgínia Aguirre Munõz. 2. ed. México: FCE, 2011.

GRIMSON, Alejandro. Identidades nacionales e integraciones regionales. In: Funes, Patricia y Lazzari, Áxel (coords.) **Explora**. Las ciencias en el mundo contemporáneo, Buenos Aires, Ministerio de Educación Ciencia y Tecnología de la Nación. Fascículo 6, 2008. Disponível em: < http://www.bnm.me.gov.ar/giga1/documentos/EL002324.pdf >. Acesso em: 09 abr.2016.

GUERRERO, Jorge Carlos. Literatura e integração. **Páginas escritas**. 2005. Disponível em: <http://nirepalabrasescritas.blogspot.com.br/2006_09_01_archive.html>. Acesso em: 15 mar.2014.

_____. Augusto Roa Bastos y *Los conjurados del Quilombo del Gran Chaco* (2001): um legado para la integración latinoamericana. In: **Revista Iberomaricana**, V. LXXII, n. 218, enero-marzo 2007, p. 129-143. Disponível em: <http://revista-iberoamericana.pitt.edu/ojs/index.php/Iberoamericana/article/viewFile/5371/5527>. Acesso em 15.abril. 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003, 224 p.

HALL, Stuart. *A centralidade da cultura:* notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, nº2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva & Guaracira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 2003. 112 p.

HANCIAU, Nubia. Entre-lugar. In: _____. **Conceitos de Literatura e Cultura** (Org.) 2. ed. Niterói: EdUFF; Juiz de Fora: EdUFJF, 2010b. p. 125-141.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Nações, nacionalidades e a questão federativa: o debate teórico nos campos do liberalismo e do marxismo. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, nº 19, 1994, p. 7-20. Disponível em: <http://labes.weebly.com/uploads/4/2/5/4/42544/alvaroartigo2.pdf> Acesso em: 16 dez.2013.

HOBSBAWN, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Tradução Maria Cecília Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HUTCHEON, Linda. **Uma teoria da paródia**: ensinamentos das formas de arte do século XX. Tradução Teresa Louro Pérez. Rio de Janeiro: Edições 70, 1985.

_____. **A poética do pós-modernismo:** história, teoria, ficção. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

IANNI, Octavio. A questão nacional na América Latina. In: **Estudos Avançados**. Vol.2. n.1. São Paulo. Jan./Mar.1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141988000100003&script=sci_arttext > Acesso em: 15 dez.2013.

KODAMA, Kaori. **Os índios no Império do Brasil:** a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009, 336p.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Borges. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

LEPECKI, Maria F. B. **Cunhataí:** um romance da Guerra do Paraguai. São Paulo: Talento, 2003.

LILLIS, Michael; FANNING, Ronan. **Calúnia**: Elysa Lynch e a Guerra do Paraguai. Tradução do inglês Marisa Paro. Tradução do espanhol Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009.

LORD ACTON. Nacionalidade. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Introdução Benedict Anderson. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 23-43.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin***:* aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de História". Tradução de W. N. C. Brant, J. M. Gagnebin, M. L. Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUCKÁCS, Georg. **A teoria do romance**. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. **O romance histórico.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

LUNA, Félix. **Bartolomé Mitre**. Buenos Aires: Planeta, 2004.

LYNCH, John. Los orígenes de la independencia hispanoamericana1991. Brasil (1822-1850). In: BETHELL, Leslie. **Historia de América Latina.** Tomo V. Barcelona: Editorial Crítica, 1991, p. 1-40.

JAMESON, Fredric. O romance histórico ainda e possível? **Novos Estudos.** CEBRAP, São Paulo, n.77, p. 185-203, mar. 2007.

MACIEL, Alejandro. Prefácio. "Un diálogo entre Brasil y Hispanoamérica". **Palavras Escritas**. 2005. Disponível em: <http://nirepalabrasescritas.blogspot.com.br/2006_09_01_archive.html> Acesso em 15 mar.2014.

MAGALHÃES, D. J. Gonçalves. Ensaio sobre a história da Literatura. In: **Niterói – Revista Brasiliense**. Ciências, Letras e Artes. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836, Tomo I, n. 01, p. 132-159. Disponível em:

<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/03512810#page/1/mode/1up>. Acesso em 10 fev.2016.

MARETTI, Vera Lúcia Lichtscheidl. **O visconde de Taunay e os fios da memória**. São Paulo: Editora, UNESP, 2006.

MARQUES, Adriana Vargas. Um exército invisível: a participação de indígenas na guerra contra o Paraguai. In: **Revista Uratágua**, 10 Ago/Set/Out/Nov – Quadrimestral. 31 de Agosto de 2006.

MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von. Como se deve escrever a História do Brasil. In: **Revista Trimensal de Historia e Geografia**, Tomo VI, n. 24. [1844] 1973, pp. 381-403. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147>. Acesso em 08 jan. 2016.

MATA, Anderson Luís N. da. À margem da BR: imagens do nacional no romance brasileiro contemporâneo. In: DALCASTAGNÈ, Regina; MATA, Anderson Luís Nunes (Org.). **Fora do retrato**: estudos de literatura brasileira contemporânea. Vinhedo, Editora Horizonte, 2012.

MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil.** 9. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, 304 p.

MENTON, Seymour. **Latin America's new historical novel, 1979-1992.** Austin, Texas: University of Texas Press, 1993. (The Texas Pan American series)

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MIGNOLO, Walter D. Lógica das diferenças e política das semelhanças: da Literatura que parece História ou Antropologia e vice-versa. In: CHIAPPINI, Lígia; AGUIAR, Flávio Wolf de (Orgs.). **Literatura e História na América Latina:** Seminário Internacional, 9 a 13 setembro 1991. Tradução Joyce Rodrigues Ferraz, Ivone Daré Rabello e Sandra Vasconcelos. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 115-135.

_____. **La idea de America Latina**: La herida colonial y La opción decolonial. Barcelona: Editorial Gedisa, S. A., 2007.

MITRE, Bartolomé. La Divina Comedia.

MOREIRA, Greiciellen Rodrigues. **Identidade nacional, uma questão de gênero em Lucíola e Senhora**. São Paulo: Biblioteca24horas, 2013. 192 p.

MOREIRA, Maria Eunice. **Nacionalismo literário e crítica romântica.** Porto alegre: IEL, 1991.

MUSSA, Alberto. **Meu destino é ser onça.** Rio de Janeiro: Record, 2009.

MYERS, Jorge. Língua, história e política na identidade argentina, 1840-1880. In: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H (Orgs.). **Nacionalismo no novo mundo:** a

formação de Estados-nação no século XIX. Tradução de Waldéa Barcellos. Record: Rio de Janeiro, 2008.

NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da história do Brasil**. São Paulo: Leya, 2009.

NASCIMENTO, Naira Almeida. **Da narrativa ao romance:** a prosa da Guerra do Paraguai nos limites da ficção (histórica) contemporânea. 2006. 342 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/16923/Tese%20-%20Texto.pdf?sequence=1>. Acesso em 24.07.2012.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote**: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NEPOMUCENO, Eric. Entrevista com o escritor Eric Nepomuceno: depoimento. [2008] O Livro da Guerra Grande. **Grupo Editorial Record.** Disponível em: <http://www.record.com.br/autor_entrevista.asp?id_autor=1704&id_entrevista=212>. Acesso em 22 out.2013.

NICOLÁS Del Techo. In: **Portal Guarani.** Disponível em: <http://www.portalguarani.com/1061_nicolas_del_techo_.html>. Acesso em 15 dez.2015.

NIETZSCHE, Friedrich. **Para uma genealogia da moral.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. In: **Revista dos Programas Pós-Graduados de História**. São Paulo, n. 10, dez.1993. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em 08 dez.2015.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Iberismo e americanismo: um livro em questão. In: _____. **Americanos:** representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

OLIVEIRA, Marinyze Prates de. **Olhares roubados**: cinema, literatura e nacionalidade. Salvador: Quarteto, 2004. 302 p.

PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H (Orgs.). **Nacionalismo no novo mundo:** a formação de Estados-nação no século XIX. Tradução de Waldéa Barcellos. Record: Rio de Janeiro, 2008.

PAULA, João Antônio de. A ideia de nação no século XIX e o marxismo. In: **Estudos Avançados**, 22, 62, 2008, p. 219-235. Disponível em: <file:///C:/Users/cintia%20paula%20andrade/Downloads/10330-13108-1-PB.pdf> Acesso em 05.01.2014.

PELLEGRINI, Domingos. **Questão de honra:** romance intertextual com *A retirada da Laguna*, do Visconde de Taunay. São Paulo: Moderna, 1999.

PENA, Sérgio Danilo; DUARTE, Regina Horta. 200 anos de guerra contra os botocudos, 13 maio.2008. In: **Folha de São Paulo**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1305200809.htm>. Acesso em 23 jan. 2016.

PEREIRA, Maria Antonieta. Imagens contemporâneas: poesia e cinema. In: **Aletria**: Revista de Estudos de Literatura, [S.l.], v. 6, p. 33-44, dez.1998. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/2184-6724-1-SM.pdf>. Acesso em 03 mar.2016.

PERKOWSKA, Magdalena. **Historias híbridas**: la nueva novela histórica latinoamericana (1985-2000) ante las teorias pós-modernas de la historia. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert, 2008.

PERNIDJI, Joseph Eskenazi; PERNIDJI, Mauricio Eskenazi. **Homens e mulheres na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PIRES, Débora Castanheira. **O nacionalismo pré-romântico de Herder**. Monografia. 2009. 69 f. (Bacharel em Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/14285/14285.PDF>. Acesso em 20 mai.2013.

PRADO, Adélia. **Poesia reunida**. São Paulo: Siciliano, 1991, p. 89.

PRIORE, Mary Del. **A mulher na história do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

RÁFOLS, Irina. **El hombre víbora.** Assunción: El Lector, 2013.

RAMA, Ángel. **Ángel Rama:** literatura e cultura na América Latina. Organização Flávio Aguiar & Sandra Guardini. Tradução Raquel la Corte dos Santos, Elza Gasparotto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. (Ensaios latino-americanos; 6)

_____. **Literatura, cultura e sociedade na América Latina**. Seleção, apresentação e notas Pablo Rocca. Tradução Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 208 p. (Humanitas)

RAMOS, Alcida. Nações dentro da nação: um desencontro de ideologias. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (Org.). **Etnia e nação na América Latina**. Secretaria Geral de Organização dos Estudos Americanos. Coleção Interamer, 44-45, 1996, p. 79-88, volume I.

RAMOS, Jorge Abelardo. **História da nação latino-americana**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2014.

RAMOS, Julio. **Desencontros da modernidade na América Latina**: literatura e política no século 19. Tradução Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 348 p. (Humanitas)

RENAN, Ernest. **O que é uma nação?** Tradução Samuel Titan Jr. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/ds/plural/edicoes/04/traducao_1_Plural_4.pdf > Acesso em 18.05.2013.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Tradução Anderson Alexandre da Silva. São Paulo: Forense Universitária, 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Os índios e a civilização:** a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Viva o povo brasileiro**: Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. 639 p.

RIVERA, Enrique. **José Hernández y la Guerra del Paraguay**. Buenos Aires: Colihue, 2007.

ROA BASTOS, A.; MACIEL, Alejandro; PREGO GADEA, Omar; NEPUMUCENO, Eric. **O livro da Guerra Grande:** quatro escritores latino-americanos e a Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ROA BASTOS, Augusto. Entrevista exclusiva com o escritor Augusto roa Bastos: depoimento. [18 de julho, 2003] Edição nº 270. **Revista Época**. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR58955-5856,00.html>. Acesso em: 22 out.2013. Entrevista concedida a Luís Antônio Giron.

RODRIGUES, Marcelo. **Guerra do Paraguai**: os caminhos da memória ante a comemoração e o esquecimento, no início do conflito. 2009. 340 f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, 30 set.2009.

ROSSATO, Elisiane Rubin (2003). **A nacionalização e a regionalização na formação da identidade latino-americana**. Disponível em:<http://www.ufsm.br/mila/publicacoes/reppilla/edicao01-2004/2004%20artigo%202.pdf>. Acesso em 10 dez.2013.

RUFFINELLI, Jorge. Después de la ruptura: la ficción. In: PIZARRO, Ana (Org.) **América Latina:** palavra, literatura e cultura. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1995.

SAINT-SAËNS, Alain. **Hijos de la patria.** [Digitado]

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: _____. **Uma literatura nos trópicos:** ensaios sobre dependência cultural. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 9-26.

SANTOS, Eloína Prati. Estratégias de afirmação da identidade americana nas literaturas brasileira, canadense e estadunidense. In: BERND, Zilá. (org.). **Escrituras híbridas:** estudos em literatura comparada interamericana. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e identidade nacional.** São Paulo: Annablume, 2013, 262 p.

SILVA, Deonísio da. **Avante, soldados: para trás.** 9. ed. São Paulo: A girafa, 2005.

SILVA, Leonam Lauro Nunes da. O Índio nas páginas da Revista "A Semana Ilustrada": a Guerra com o Paraguai e o nacionalismo em discussão. In: BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; PERARO, Maria Adenir (Org.). **Brasil e Paraguai:** uma releitura da guerra. Cuiabá, MT: Entrelinhas: EdUFMT, 2012, p. 327-351.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SMITH, Anthony D. **The Ethnic Origins of Nations**. Oxford: Blackwell Publishers, 1986.

SOMMER, Doris. **Ficções de fundação:** os romances nacionais na América Latina. Trad. Gláucia Renate Gonçalves e Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SOSNOVSKI, Saúl. La "nueva" novela hispanoamericana: ruptura y "nueva" tradición. In: PIZARRO, Ana (Org.) **América Latina:** palavra, literatura e cultura. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1995.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

STUCCHI, Paulo. **Menina – Mitacuña**. São Paulo: Schoba, 2012.

SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TAUNAY, de Alfredo d'Escragnolle. **Inocência**. São Paulo: Editora Três, 1972.

_____. **A retirada da Laguna:** episódio da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **Ierecê a Guaná**. Organização de Sérgio Medeiros. São Paulo: Iluminuras, 2000.

_____. **Memórias**. Edição de Sérgio Medeiros. São Paulo: Iluminuras, 2004.

THOMAZ, Paulo C. Desfazer-se do legado nacional: os modos de narrar da contemporaneidade. DALCASTAGNÈ, Regina; MATA, Anderson Luís Nunes (Org.). **Fora do retrato**: estudos de literatura brasileira contemporânea. Vinhedo, Editora Horizonte, 2012, 63-69.

TORAL, André. **Imagens em desordem**: a iconografia da Guerra do Paraguai. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2001.

TORERO, José Roberto. **Xadrez, truco e outras guerras**. São Paulo: Objetiva, 1998. (Coleção Plenos Pecados)

TORRES, Antonio. **Meu querido canibal** [Recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Record, 2011.

TREECE, David. **Exilados, aliados, rebeldes:** o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial. Tradução Fábio Fonseca de Melo. São Paulo: Nankin: Edusp, 2008, 352p.

TROUCHE, André. Boom e pós-boom. In: FIGUEIREDO, Eurídice (Org.). **Conceitos de literatura e cultura**. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF; Niterói, RJ: Eduff, 2005, p. 83-102.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas.** Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel., SESC, 2001 (Coleção Megalópolis)

VAS, Bras Batista. O Conde d'Eu e a Guerra do Paraguai: algumas considerações historiográficas. In: **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 setembro.2008. Cd-Rom. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Braz%20Batista%20Vas.pdf>Acesso em 10 maio. 2016.

VERDERY, Katherine. Para onde vão a "nação" e o "nacionalismo"? In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Introdução Benedict Anderson. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 239-247.

VERÍSSIMO, Erico. **Ana Terra**. 11ª ed. Porto alegre: Globo, 1979.

VIEIRA, Nancy. Lívia, substituta simbólica de Guma. In: VEIGA, Benedito et al.. **Jorge Amado de todas as cores**. Salvador: Fundação Pedro Calmon, Anajé: Casarão do Verbo, 2011, p. 48-67.

VIEGAS, Ana Cláudia Coutinho. O "retorno do autor": relatos de e sobre escritores contemporâneos. In: VALLADARES, Henriqueta. **Paisagens ficcionais**: perspectivas entre o eu e o outro (Org,). Rio de Janeiro: 7Letras, 2007, p. 13-26.

WEINHARDT, Marilene (Org.). **Ficção e história:** teoria e crítica. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.

WHIGHAM, Thomas. **La Guerra de la Triple Alianza**. V. 1, 2 E 3. Assunción: Taurus, 2011.

WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX.** Tradução José Laurêncio de Melo. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. **2. Ed.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 7-72.

ZARUR, George de Cerqueira Leite (Org.). **Etnia e nação na América Latina**. Secretaria Geral de Organização dos Estudos Americanos. Coleção Interamer, 44-45, 1996, volume I.

ZILBERMAN, Regina. O romance histórico: teoria e prática. BORDINI, Maria da Glória (Org.). **Lukács e a Literatura.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, pp. 109-139.

Site:

http://www.tvebrasil.com.br